

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VIVIANE VIDAL PEREIRA DOS SANTOS

VIVER EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA
VIDA” NA PERIFERIA DE CURITIBA-PR: PÓS-OCUPAÇÃO, TRAJETÓRIAS E
SOCIABILIDADE

CURITIBA

2017

VIVIANE VIDAL PEREIRA DOS SANTOS

VIVER EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA
VIDA” NA PERIFERIA DE CURITIBA-PR: PÓS-OCUPAÇÃO, TRAJETÓRIAS E
SOCIABILIDADE

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Santos, Viviane Vidal Pereira dos

Viver em condomínios verticais do programa “Minha Casa, Minha Vida” na periferia de Curitiba-PR: pós-ocupação, trajetórias e sociabilidade / Viviane Vidal Pereira dos Santos – Curitiba, 2017.
203 f.; 29 cm.

Orientadora: Maria Tarcisa Silva Bega
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Programa Minha Casa Minha Vida (Brasil). 2. Habitação popular – Aspectos sociais. 3. Política habitacional. 4. Condomínio (Habitação) - Sociabilidade. I. Título.

CDD 307.336



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **VIVIANE VIDAL PEREIRA DOS SANTOS** intitulada: **VIVER EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA "MINHA CASA, MINHA VIDA" NA PERIFERIA DE CURITIBA-PR: PÓS-OCUPAÇÃO, TRAJETÓRIAS E SOCIABILIDADES**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 09 de Junho de 2017.

MARIA TARCISA SILVA BEGA

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

DANILO VOLOCHKO

Avaliador Externo (UFPR)

JOSÉ MIGUEL RASIA

Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

À professora Maria Tarcisa Silva Bega, por sua orientação, paciência e inspiração sociológica.

Aos professores José Miguel Rasia e Ana Luisa Fayet Sallas pela participação na banca de qualificação e pelas contribuições fundamentais para a finalização deste trabalho. E ao professor Danilo Volochko por aceitar participar da banca de defesa e construir um debate fértil e necessário entre a Sociologia e a Geografia.

Aos bolsistas e voluntários do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR), Cauane Vagetti, Eder Costa, Felipe Alves e João Albuquerque, na aplicação dos questionários, observações e contribuições. Sem vocês a amostra tão representativa não seria possível.

Às assistentes sociais da COHAB de Curitiba, Rosângela Gomes dos Santos e Tatiely Camille dos Santos, pelo acesso às informações necessárias e pelo estabelecimento de uma relação entre a academia e os operacionalizadores das políticas públicas.

Às famílias que compartilharam suas histórias, crises, sonhos e tornaram esta pesquisa possível.

À Marcela Lino, pela amizade que se consolidou para além do ambiente acadêmico, e por me proporcionar viver dois mundos de pesquisa completamente diferentes. Apesar das crises.

Ao Lucas Carvalho, colega de turma na graduação, no mestrado e no trabalho, por compartilhar a experiência e a trajetória de ser aluno cotista, e por me ensinar a usar o SPSS.

Ao Cristian Rocha pela correção do Abstract.

Aos meus colegas de trabalho e aos meus amigos pelas concessões necessárias para a conclusão deste trabalho.

Ao meu companheiro Elisson pela compreensão e apoio incondicional.

A minha família, que mesmo sem entender o propósito de tudo isto (“Chega de estudar, menina!”) sempre torce por mim.

RESUMO

A política habitacional de interesse social atende resumidamente dois grupos: famílias de baixa renda que pagam aluguel e se inscrevem na fila da COHAB; famílias de baixa renda que vivem em áreas de ocupação irregular ou de risco ambiental. São famílias que ao habitarem um mesmo espaço subsidiado pelo Estado apresentam experiências de vida diversas que se materializam no cotidiano. Assim, esta pesquisa avalia o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em um condomínio vertical na periferia de Curitiba-PR que atendeu famílias “da fila” e “da ocupação”. A partir das trajetórias das famílias busca-se compreender em que medida situações diferentes de precariedade habitacional podem gerar formas diversas de adaptação e interação em um mesmo espaço social. Para isto se escolheu um conjunto habitacional vertical do PMCMV, projeto implantado em 2011 que atendeu 224 famílias da fila e da ocupação. Foram utilizadas três técnicas de coleta de dados: Pesquisa ao acervo da COHAB-Curitiba para coletar informações de origem das famílias atendidas pelo PMCMV no condomínio escolhido; aplicação de questionário socioeconômico no condomínio para uma amostra representativa com a intenção de atualizar o perfil socioeconômico das famílias em 2016; a partir do levantamento do perfil do universo de pesquisa foram selecionadas dez famílias para investigar suas trajetórias. A definição de trajetória nesta pesquisa se constitui a partir de uma relação tempo-espaço considerando o percurso de cada família desde a antiga moradia, as condições de vida e motivações para acessar o conjunto habitacional; o processo de mudança e adaptação à vida em condomínio; e por fim, como percebem este processo e como avaliam as condições atuais de vida. Os principais resultados apontam a inclusão precária das famílias, principalmente daquelas originárias das áreas de ocupação irregular e de risco ambiental que, em sua maioria, deixaram o conjunto logo nos primeiros anos. Em geral as famílias da fila originárias do aluguel mantiveram-se no local. Mas as famílias mais pobres, em momentos de crise (desemprego, morte ou doença na família) não conseguem arcar com as despesas do condomínio ficando na condição de inadimplência. Tal situação impacta nas relações de vizinhança dentro do condomínio. Este espaço social, a partir das dinâmicas sociais e financeiras que são impostas, produz um disciplinamento corporal e moral nas famílias, que traçam estratégias cotidianamente para manter-se no condomínio. A religião tem um papel fundamental na mediação das relações de sociabilidade e na resolução dos problemas da vida em condomínio. Entende-se que o PMCMV resolve parcialmente o problema da moradia, uma vez que muitas famílias acessam a moradia digna, mas não ficam isentas da situação da vulnerabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida; política de habitação; condomínio; cotidiano; sociabilidade;

ABSTRACT

The social housing policy supports two groups: low-income families that pay rents and register at the popular housing company (COHAB) waiting queue; low-income families living in irregular occupation areas or environmental risk areas. They are families that when living in the same space subsidised by the State have diverse experiences that materialize in daily life. This research evaluates the “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) Program in a vertical condominium on the periphery of Curitiba-PR that provided residence to families coming “from the queue” and “from the occupation”. Taking into account the path of life of the families it is sought to understand what are the different situations of housing precariousness that can generate diverse forms of adaptation and interaction in the same social space. For this, it was chosen a private condominium with apartments from PMCMV, a project implemented in 2011 that supported 224 families “from the queue” and “from the occupation”. Three data collection techniques were used: research in the COHAB-Curitiba’s collection, to obtain information on the origin of the families that were selected in 2011 to live in the chosen condominium; Application of a socioeconomic questionnaire in 2016 at the condominium for a representative sample with the intention of updating the socioeconomic profile of the families. From the profile identified, ten families were selected to have their path life investigated. The definition of path of life in this research is made from a time-space relation considering the path of each family since the old dwelling, the living conditions and motivations to access the housing complex; The process of change and adaptation to condominium life; And finally, how do families perceive this process and how they evaluate the current conditions of life. The main results indicate that “the occupation” families mainly left the condominium in the early years. In general the families in “the queue”, originated from the rented houses, remained in the place. But the poorest families, in times of crisis (unemployment, death or illness in the family) can not afford to pay the condominium, becoming delinquent residents. This situation impacts on the neighborhood relations within the condominium. This social space, from the social and economic dynamics imposed, produces a corporal and moral discipline in the families, who have daily strategies to stay in the condominium. The religion has a fundamental role in mediating sociability relationships and in solving the problems of condominium life. It is understood that the PMCMV partially solves the problem of housing, since many families access decent housing, but are not exempt from the situation of socio-economic vulnerability.

Keywords: “Minha Casa, Minha Vida” Program; policy housing; condominium life; daily life; sociability;

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL	31
FIGURA 2 - FOTOGRAFIA ENCLAVES FORTIFICADOS.....	33
FIGURA 3 - PLANTA DO CONDOMÍNIO.....	35
FIGURA 4 - FOTOGRAFIA DA PORTARIA VISTA POR DENTRO DO CONDOMÍNIO.....	36
FIGURA 5 - FOTOGRAFIA DA VISTA DO ESTACIONAMENTO	36
FIGURA 6 - FOTOGRAFIA DA VISTA DO ESTACIONAMENTO	37
FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DA “PARTE DEBAIXO”	37
FIGURA 8 - FOTOGRAFIA SOBRE A “PARTE DEBAIXO”	38
FIGURA 9 - ILUSTRAÇÃO DA SOCIABILIDADE	153
FIGURA 10 - QUADRA DE ESPORTES.....	200
FIGURA 11 – <i>PLAYGROUND 1</i>	200
FIGURA 12 - <i>PLAYGROUND 2</i>	201
FIGURA 13 - DELIMITAÇÃO DO CONDOMÍNIO	201
FIGURA 14 - CERCA UTILIZADA COMO VARAL	202
FIGURA 15 - ÁREA UTILIZADA PARA ESTENDER ROUPAS	202
FIGURA 16 - ESTRATÉGIAS NOS ESPAÇOS COMUNS.....	203
FIGURA 17 - MECANISMO DE SEGURANÇA NOS BLOCOS	203

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - RENDA FAMILIAR 2011-2016.....	83
GRÁFICO 2 - RENDA DO TITULAR.....	93

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS PESQUISADAS	40
QUADRO 2 - PERFIL GERAL DAS FAMÍLIAS SELECIONADAS	110
QUADRO 3 - PERFIL GERAL DOS TITULARES	111

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DO ENTORNO	32
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PRODUÇÃO HABITACIONAL DA COHAB-CT2005 A 2015.....	75
TABELA 2 - RENDA FAMILIAR EM 2011	79
TABELA 3 - ORIGEM DOS TITULARES	79
TABELA 4 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO	79
TABELA 5 - FREQUÊNCIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO.....	80
TABELA 6 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR	80
TABELA 7 - FREQUÊNCIA DE FILHOS POR FAMÍLIA	81
TABELA 8 - PERFIL GERACIONAL	81
TABELA 9 - RENDA FAMILIAR ENTRE 2011 E 2016	82
TABELA 10 - RELAÇÃO ENTRE A RENDA FAMILIAR E A CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE	84
TABELA 11 - ORIGEM DOS TITULARES 2016.....	84
TABELA 12 - RELAÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE E O ANO DE MUDANÇA	85
TABELA 13 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO	86
TABELA 14 - FREQUÊNCIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO.....	86
TABELA 15 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR 2011-2016	87
TABELA 16 – FREQUÊNCIA DE FILHOS POR FAMÍLIA.....	88
TABELA 17 - PERFIL DA POPULAÇÃO.....	89
TABELA 18 - CHEFE DE FAMÍLIA	89
TABELA 19 - FREQUÊNCIA DA CHEFIA FAMILIAR	90
TABELA 20 - IDADE DO TITULAR PESQUISA DE CAMPO	92
TABELA 21 - RENDA DO TITULAR ENTRE 2011 E 2016	92
TABELA 22 - ESTADO CIVIL DOS TITULARES EM 2011	94
TABELA 23 - ESTADO CIVIL DO TITULAR EM 2016	94
TABELA 24 - ESCOLARIDADE DO TITULAR 2011-2016	95
TABELA 25 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO TITULAR 2011-2016.....	97
TABELA 26 - RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E COR DOS TITULARES.....	98
TABELA 27 - RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E RELIGIÃO	99
TABELA 28 - RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E RENDA FAMILIAR	100
TABELA 29 - RELAÇÃO ENTRE COR E ESCOLARIDADE	100

TABELA 30 - RELAÇÃO ENTRE COR E RENDA FAMILIAR	101
TABELA 31 - PERCENTUAL DA RENDA FAMILIAR COMPROMETIDA COM DESPESAS 2011	103
TABELA 32 - PERCENTUAL DA RENDA FAMILIAR COMPROMETIDA COM DESPESAS FIXAS 2016.....	104
TABELA 33 - RELAÇÃO ENTRE RENDA E PERCENTUAL DE DESPESAS	104
TABELA 34 - PORCENTAGEM DO VALOR DA PRESTAÇÃO EM.....	105
TABELA 35 - VALORES PAGOS PELA PRESTAÇÃO DO APARTAMENTO	106
TABELA 36 - RELAÇÃO RENDA FAMILIAR E VALOR PAGO PELO CONDOMÍNIO	107
TABELA 37 - RELAÇÃO ENTRE RENDA FAMILIAR E COMPROMETIMENTO DESTA RENDA COM O CONDOMÍNIO	107
TABELA 38 - RENDA PERCAPTA.....	108
TABELA 39 - ATIVIDADES REALIZADAS EM CASA.....	109

LISTA DE SIGLAS

BNH	- Banco Nacional da Habitação
CEF	- Caixa Econômica Federal
COHAB	- Companhia de Habitação Popular
COHAB-CT	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
CRAS	- Centro de Referência em Assistência Social
IAPs	- Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FDS	- Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FNHIS	- Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
PLANHAB	- Plano Nacional de Habitação
PNH	- Política Nacional de Habitação
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	- Programa de Arrendamento Residencial
PDUR	- Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional
PMCMV	- Programa “Minha Casa, Minha Vida”
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SBPE	- Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH	- Sistema Financeiro de Habitação
SNH	- Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	- Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O PERCURSO DE PESQUISA.....	19
2.1	A INSERÇÃO NO TEMA E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
2.2	ESCOLHAS METODOLÓGICAS	24
2.2.1	Cotidiano, tempo e espaço.....	28
2.3	CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA.....	30
2.4	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	38
2.4.1	Dados e variáveis quantitativas.....	39
2.4.1.1	<i>Critério amostral</i>	<i>40</i>
2.4.1.2	<i>Tabulação e organização dos dados.....</i>	<i>41</i>
2.4.1.3	<i>Seleção da amostra para a pesquisa qualitativa</i>	<i>41</i>
2.4.2	Dados e Variáveis Qualitativos.....	41
3	A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL	44
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA URBANIZAÇÃO	45
3.2	A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL.....	56
3.2.1	Política de Habitação na Ditadura Militar: A Experiência do BNH	58
3.2.2	Experiências da Redemocratização: Avanços e Retrocessos.....	60
3.3	O ESTADO DA ARTE: AVALIAÇÕES RECENTES SOBRE O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”	65
3.4	POLITICA DE HABITAÇÃO EM CURITIBA	71
4	AVIAIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO NO UNIVERSO DE PESQUISA	77
4.1	PERFIL DAS FAMÍLIAS EM 2011	78
4.2	PERFIL DAS FAMÍLIAS ENCONTRADO EM 2016.....	82
4.3	PERFIL DOS TITULARES 2011-2016	91
4.4	DADOS ECONÔMICOS SOBRE O DOMICÍLIO: DESPESAS E RELAÇÃO DE PROPRIEDADE	102
4.5	SELEÇÃO DA AMOSTRA QUALITATIVA.....	109
5 AS	FAMÍLIAS E SUAS TRAJETÓRIAS	112
6	A VIDA EM CONDOMÍNIO: DA SOCIALIZAÇÃO À SOCIABILIDADE ...	142
6.1	MARCADORES DISTINTIVOS	143
6.2	DA SOCIALIZAÇÃO À SOCIABILIDADE POSSÍVEL.....	155

7	ALCANCES E LIMITES DA POLÍTICA HABITACIONAL	167
7.1	PRÉ-OCUPAÇÃO: A SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS	168
7.2	O CUSTO DE VIDA.....	171
7.3	ACOMPANHAMENTO NA PÓS-OCUPAÇÃO	179
7.4	PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DOS PROBLEMAS COLETIVOS	181
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS.....	191
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECÔNOMICO	195
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	196
	APÊNDICE C – QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS TITULARES.....	197
	APÊNDICE D – QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS TITULARES EM 2016.....	198
	APÊNDICE E – RELAÇÃO DE FAMÍLIAS E TITULARES ESCOLHIDOS	199
	APÊNDICE F – FOTOGRAFIAS DO UNIVERSO DE PESQUISA 2016 ..	200

1 INTRODUÇÃO

O Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) vem orientando a política habitacional no Brasil desde 2009, quando foi criado com dois objetivos: por um lado um programa para reduzir o déficit habitacional brasileiro, subsidiando moradias para famílias pobres e facilitando o financiamento habitacional para as demais faixas de renda; por outro, era o grande programa do governo Lula¹, anunciado no contexto da crise econômica mundial emergente em 2008, para aquecer a economia e gerar empregos no setor da indústria da construção civil. Desde o anúncio de seu lançamento o programa vem recebendo diversas críticas e sendo objeto de estudo interdisciplinar. Pode-se sintetizar aqui as críticas a respeito: da similaridade com o Banco Nacional da Habitação (BNH), primeiro grande programa habitacional do país criado em 1964 e extinto em 1985, em sua dinâmica e estrutura; da dimensão dos conjuntos habitacionais provocando impactos na distribuição de equipamentos e serviços coletivos; do papel dos estados, municípios e empreiteiras da construção civil, sendo estas que propõem os projetos e apresentam à Caixa Econômica Federal (CEF) que libera os recursos, e àqueles apenas se encarregam de organizar as demandas por moradia e arcar com os impactos das grandes construções sobre os equipamentos e serviços; por fim, à localização dos empreendimentos destinados aos pobres, repetindo o modelo clássico do BHN, localizados em áreas desprovidas de equipamentos e serviços básicos, estas mais baratas e mais lucrativas para as construtoras. (ARAÚJO & CARDOSO, 2013; HIRATA, 2009)

Esta dissertação buscou contribuir para as pesquisas em políticas habitacionais a partir da perspectiva sociológica. Avaliou-se o PMCMV no modelo de produção de conjuntos habitacionais verticais para famílias com renda até três salários-mínimos, oriundas do aluguel ou de áreas de ocupação irregular e/ou risco ambiental. Investigou-se a partir das trajetórias destas famílias a experiência de viver em condomínio.

Tendo em vista que a política de habitação de interesse social atende estes dois grupos, marcados por duas situações distintas de precariedade habitacional, o

¹ Criado pela Lei 11.977 de julho de 2009. Foi anunciado pela casa civil, chefiada na época por Dilma Rousseff, servindo para lançar sua candidatura em 2010 de acordo com Aragão & Cardoso (2013)

aluguel oneroso e a moradia irregular, buscou-se nas trajetórias narradas pelas famílias, desde a origem habitacional anterior ao acesso ao PMCMV até os dias atuais, compreender de que forma estas diferenças se colocam em um mesmo espaço social subsidiado pelo Estado. A questão que moveu a pesquisa foi: em que medida diferentes situações de precariedade habitacional produzem experiências diversas de socialização na vida em condomínio?

Escolheu-se analisar um conjunto habitacional em Curitiba, O Residencial Vila Mariana, no bairro Tatuquara, composto por 224 apartamentos, implantado em 2011, composto em sua maioria por famílias “da fila” (188), e famílias “de ocupação” (36).

Para realizar esta pesquisa foram utilizadas três técnicas de coleta de dados: pesquisa no acervo da COHAB-CT, questionário fechado e entrevistas em profundidade. O questionário teve o objetivo de levantar o perfil socioeconômico do conjunto habitacional escolhido, uma vez que as informações obtidas no acervo da COHAB-CT eram referentes ao perfil das famílias selecionadas no momento da implantação do conjunto habitacional, em 2011. Como a pesquisa de mestrado ocorreu quase cinco anos após a implantação, mostrou-se necessária uma atualização das informações (o que havia mudado, se as famílias haviam em geral se fixado no conjunto); esta etapa de atualização das informações também se mostrou como um primeiro contato com as famílias que possivelmente fariam parte da segunda etapa da pesquisa de campo, com as entrevistas em profundidade. As entrevistas, com o uso de gravador, tiveram duração média de uma hora e meia e possibilitaram compreender a trajetória de vida das famílias até chegarem ao condomínio e como eles avaliavam a situação atual em que vivem. Foram entrevistados cem moradores na primeira etapa e dez titulares na segunda etapa. A pesquisa também contou com registros fotográficos do condomínio e conversas informais com a síndica, e anotações em caderno de campo.

O trabalho divide-se em seis capítulos. O primeiro trata dos caminhos metodológicos da pesquisa. O segundo traz uma discussão sobre o desenvolvimento urbano no Brasil e a construção do problema habitacional. O terceiro capítulo traz a avaliação da pós-ocupação do conjunto habitacional escolhido, a partir da comparação dos dados socioeconômicos de 2011 e 2016. O quarto capítulo aborda as trajetórias de dez titulares e seus familiares desde a residência anterior ao acesso ao PMCMV até os dias de hoje. O quinto capítulo

busca trazer o processo de socialização das famílias no condomínio, a constituição das relações de vizinhança e a sociabilidade possível naquele espaço. Por fim, o sexto capítulo busca avaliar o PMCMV, apontado seus alcances e limites a partir da experiência vivenciada pelas famílias em um condomínio vertical.

No que diz respeito ao perfil socioeconômico, os principais resultados mostraram que a grande maioria das famílias “da ocupação” deixou o conjunto habitacional já no primeiro ano. Estas famílias acabaram vendendo ou alugando seus apartamentos e retornando para as áreas de origem. O perfil geral familiar no momento da implantação do conjunto era composto por mães e seus filhos. E a pesquisa mostrou que com o passar dos anos, a partir da aquisição da casa própria, as famílias foram entrando no modelo nuclear e tradicional de pai, mãe e filhos. Outro dado interessante é que homens e mulheres contribuem para a renda familiar na mesma proporção, além das mulheres serem titulares dos apartamentos, mas na maioria dos lares o homem é considerado chefe de família. O que permite concluir que neste caso o conceito de chefia familiar é mais cultural do que econômico.

Não houve mudanças significativas na renda familiar, que continua sendo em média 2,1 salários-mínimos, acompanhando o aumento salarial anual. Mas atualmente foram encontradas famílias em situação de desemprego, justificado pela crise econômica. E também algumas famílias que elevaram sua renda além dos três salários-mínimos, o que era um dos critérios de seleção em 2011. O valor médio pago na prestação do apartamento atualmente é de R\$60,23, menos de 5% da renda familiar. Já a taxa de condomínio custa em média 218, 55. Equivalente a 12% da renda familiar. Vale colocar que a prestação, em conformidade com a política de financiamento habitacional, é regressiva. Ao contrário da taxa de condomínio que varia para mais ou para menos de acordo com as despesas do condomínio. Tendo estes dados econômicos em vista, cabe colocar que a muitas famílias encontram-se em situação de inadimplência, fator que impacta nas relações de vizinhança dentro do condomínio.

Em relação às trajetórias, as dez famílias selecionadas estavam cadastradas “na fila”, apesar de uma delas ser oriunda da ocupação. Tentou-se contato com as poucas famílias “da ocupação” encontradas, mas sem êxito. Assim, todas as famílias entrevistadas tinham em comum o “sonho da casa própria” como principal motivador para deixar seus locais de moradia e acessarem o conjunto habitacional. Absoluta maioria morava de aluguel anteriormente, mas não isto não se constituiu em um

fator homogeneizador destas trajetórias. Havia uma variação nas condições da moradia alugada, na localização e nos preços pagos de aluguel. Apenas duas famílias moravam de favor, uma com familiares e outra prestava serviços em troca da moradia. Oito destas famílias têm sua primeira experiência de vida em um condomínio vertical.

Alguns marcadores distintivos foram elaborados ao longo da convivência em condomínio para explicar os problemas cotidianos e as diferentes formas de viver em um mesmo espaço social, tais como a origem, a localização do apartamento dentro do condomínio e a condição de inadimplência.

Em geral as famílias colocam a dificuldade de convivência nos primeiros anos, de acordo com eles em função da “mistura” de famílias com culturas e origens diferentes em um mesmo local, o que teria propiciado problemas como violência, depredação do espaço coletivo, tráfico e consumo de drogas dentro do condomínio. Mas as falas mostram que cotidianamente as famílias foram se ajustando à dinâmica da vida em um espaço coletivo.

O grande problema colocado por elas atualmente é a questão da inadimplência. Além das críticas colocadas em relação ao acompanhamento da COHAB-CT para o preparo das famílias para a vida em condomínio, cobram uma fiscalização da CEF sobre os casos de inadimplência e também sobre as vendas e aluguéis clandestinos.

A pesquisa mostrou que o programa cumpre parcialmente seu papel de garantia da segurança da casa própria, pois não isenta as famílias da condição de vulnerabilidade social. A pós-ocupação gerou impactos inserindo famílias em condições de “novas ilegalidades”. Além da adaptação corporal, espacial e até moral, que imputam novas práticas sociais, a vida em condomínio de apartamentos impõe obrigações financeiras que correspondem a novas formas de controle social entre as famílias, sobre, por exemplo, “quem paga” e “quem não paga”. Ao inadimplente são associadas outras práticas como a bagunça, a sujeira, o uso ou tráfico de drogas, o furto. Busca-se na sociabilidade, mediada na maioria das vezes pelas práticas religiosas, perspectiva de solução para estes problemas da vida em condomínio.

2 O PERCURSO DE PESQUISA

2.1 A INSERÇÃO NO TEMA E A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa de mestrado tem origem na experiência da pesquisa monográfica realizada em 2014 para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais². A inserção das atividades Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR)³, foi fundamental para a escolha sobre o tema da habitação de interesse social, e as demais questões urbanas que se colocam nas cidades brasileiras. Na monografia se realizou uma avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Faixa 1⁴, a partir da experiência de moradores do conjunto habitacional horizontal Jardim Europa, localizado em Fazenda Rio Grande, região metropolitana de Curitiba.

A questão que movia a pesquisa da monografia era o que havia mudado na vida das famílias de baixa renda atendidas pelo programa. Com base na literatura da sociologia e da antropologia urbanas, já era sabido que a casa própria carrega consigo um significado simbólico representando na cultura brasileira o sucesso, a estabilidade e a segurança. Sendo assim, para além da conquista da casa própria, o que mais havia mudado na vida daquelas famílias?

O conjunto Jardim Europa, investigado em 2014, já havia sido objeto de estudo de uma tese de doutorado em meio ambiente, realizado por uma técnica da Companhia de Habitação Popular do Paraná – COHAPAR – no momento da implantação do conjunto. Este estudo já indicava alguns impactos na vida das famílias atendidas principalmente a respeito da distância do conjunto da estrutura urbana, confirmando as críticas colocadas pelo programa. Era um conjunto

² Trabalho de conclusão de curso intitulado: Programa Minha Casa Minha Vida: uma avaliação da implantação e pós-ocupação do conjunto habitacional Jardim Europa em Fazenda Rio Grande – PR.

³ Programa de extensão universitária que integra os cursos de Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Serviço Social, Gestão Imobiliária e Informática e Cidadania, tendo como tema fundamental a habitação de interesse social.

⁴ Até 2014 compreendia três faixas: 1) renda familiar até R\$1600,00 ou até três salários mínimos; 2) renda familiar entre R\$1601,00 a R\$3275,00; 3): renda familiar entre R\$3276,00 a R\$5000,00. Com a crise econômica e política o programa vem passando por alterações, mas os conjuntos habitacionais estudados na monografia e no mestrado se encaixavam na Faixa 1. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL) Nesta faixa geralmente encaixam-se famílias de demanda aberta (com baixa renda e que pagam aluguel) e demanda fechada (com baixa renda e que moram nos assentamentos precários), de acordo com a Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT.

composto por 501 moradias e atendeu famílias que moravam de aluguel e haviam se inscrito na Secretaria de Habitação do município (famílias “da fila”) e também famílias que moravam em área de risco ambiental e passaram pelo processo de reassentamento habitacional⁵ (famílias “da ocupação”). Tal conjunto foi fruto de parceria entre Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) e a Prefeitura de Fazenda Rio Grande visando resolver a questão da demanda habitacional deste município⁶.

A pesquisa monográfica se concentrava em analisar a vida destas famílias após quatro anos da ocupação do conjunto. Aplicando um questionário semiestruturado para uma amostra de 50 moradores, foi possível notar impactos nas relações de vizinhança, na sociabilidade e no sentimento de pertencimento destes moradores. Aqueles que vieram “da fila” se sentiam desconfortáveis por terem que habitar o mesmo espaço que aqueles que vieram de área de risco, de favela, “da ocupação”, uma vez que a impressão de quem da vizinhança “de fora”⁷ do conjunto era de que o Jardim Europa era um lugar de favelados e as famílias “da fila” não se identificavam com tal colocação. Apesar de gostarem de sua casa, não gostavam de sua vizinhança.

Alguns moradores que vieram da ocupação contaram que enxergaram no Jardim Europa uma oportunidade para mudar de vida, de deixar a condição de precariedade e poder habitar em um “lugar limpo”, que “não alaga” e onde é possível

⁵ O reassentamento habitacional é a alternativa nos casos dos assentamentos precários, que de acordo com a Fundação João Pinheiro compreendem favelas, cortiços, loteamentos irregulares de moradores de baixa renda e os conjuntos habitacionais degradados. Apresentam condições de baixa qualidade da estrutura da habitação, adensamento excessivo de moradores, ou ausência de serviços como água potável, saneamento e outros. O reassentamento fora bastante utilizado entre as décadas de 1960 e 1970, com o Banco Nacional da Habitação. Naquele período eram alternativas utilizadas para a erradicação de favelas e cortiços nos grandes centros urbanos como uma maneira de “limpar” a cidade. Apresentou experiências negativas na remoção das famílias das áreas, bem como no processo de adaptação, fazendo com que a política de reassentamento fosse reformulada a partir da década de 1980 com o fim do BNH e com a redemocratização, passando seu uso a ser justificado apenas nos casos em que o assentamento apresentasse risco ambiental ou em função da construção de grandes obras urbanas que necessite o deslocamento de populações. Outra mudança fundamental foi o acompanhamento das famílias no processo de reassentamento, pois o Estado passou a se comprometer com a entrega da moradia e com o acompanhamento das famílias durante 180 dias após a implantação dos conjuntos habitacionais. Neste período são realizadas avaliações sobre os conjuntos, a qualidade das unidades habitacionais, e também sobre a adaptação das famílias ao novo espaço de moradia. (DE PAULA, 2010)

⁶ Ver mais na tese “O conjunto habitacional como solução parcial para a realocação de moradias para a população de baixa renda.” (RIBEIRO, 2013)

⁷ As aspas dizem respeito às expressões utilizadas pelos moradores entrevistados.

“organizar a vida”. Mas com o passar da convivência no conjunto habitacional se incomodaram com a permanência de determinadas práticas da ocupação que os desagradaram, como a questão do “lixo nas ruas”, “problemas com esgoto”, “cachorros soltos na rua” e o “tráfico de drogas”. Eles mostraram-se descontentes com aqueles moradores que de acordo com eles “trouxeram a favela junto”.

Estes dois aspectos ilustram uma tensão nas relações de vizinhança, em que a sociabilidade das famílias se limitava ao espaço familiar, pois não queriam “se misturar” com os outros, com aqueles que vieram da favela ou que não correspondiam as práticas de convivências esperadas para o bem-viver no conjunto (separar seu lixo, não abandonar os cachorros na rua, além do tráfico de drogas na região). É a sociabilidade da qual fala Kowarick (2000) ao conceituar o *cidadão privado* que se constitui contraditoriamente a noção de cidadania enquanto luta coletiva⁸. O *cidadão privado* mantém a sociabilidade a partir de contatos primários com a família, valorizando o espaço privado de sua casa. Não é à toa que muitos moradores mostravam-se satisfeitos com a casa, uma vez que sua vida era “daqui pra de dentro”, mas não gostavam do conjunto habitacional. E quando perguntados sobre a vizinhança “é só um bom dia”, “só o básico”, “cada um na sua”. Numa relação que a única segurança é a da propriedade, “assim, a organização familiar arquitetada em torno da casa própria é vista como um resguardo contra os desrespeitos, medos e violências que caracterizam a vida nas ruas” (KOWARICK, 2000, p.94)

Vale colocar também a imagem estereotipada que era atribuída ao conjunto habitacional pelos “de fora”, e até de alguns agentes públicos que prestavam atendimento àquela população, de que os moradores do Jardim Europa eram ociosos, violentos, desempregados, de famílias “desequilibradas” e beneficiárias de programas sociais. Imagem da qual os entrevistados não concordavam. A pesquisa

⁸ Conceito investigado por Marshall (1967), sendo o resultado de lutas coletivas por direitos civis, políticos e sociais. De acordo com Marshall, a cidadania na realidade inglesa teria se constituído nesta ordem. Mas no caso brasileiro, de acordo com o Carvalho (2001), a ordem foi: sociais, políticos e civis. O que para este autor altera o produto final do modelo de cidadania. Marshall aponta que não há uma igualdade na distribuição dos direitos, pois a cidadania se trata de um projeto do capitalismo ocidental e burguês para diminuir desigualdades, mas não para extingui-las, uma vez que a desigualdade é uma das premissas do capitalismo. Desta forma, a cidadania pode gerar mais desigualdades na medida em que os direitos são distribuídos para determinados grupos de acordo com sua capacidade de mobilização, seja ela econômica ou política. Algumas noções de cidadania no Brasil são: a *cidadania concedida* (SALES, 1994), a *cidadania regulada* (SANTOS, 1979), a *subcidadania* (KOWARICK, 2000) e a *estatania* (CARVALHO, 2001).

constatou, então, que o conjunto carregava a imagem estereotipada, uma identidade virtual⁹, que não dizia respeito à identidade real do Jardim Europa, um espaço que carregava distintas experiências e trajetórias de vida¹⁰.

A imagem que os moradores de fora conferiram ao conjunto dizia respeito a um preconceito social¹¹ sobre a origem da favela. Sobre isso Kowarick (2000) também contribui dizendo que ainda que seja falaciosa a relação entre “local de moradia” e o suporte de determinadas concepções sociais e políticas, “contudo, morar em favelas e cortiços representa, sem dúvida, marcante condição discriminatória de existência.” E o autor prossegue, pois “trata-se de uma identidade social fortemente marcada pelo ressentimento que advém de um traço inferiorizador de *status* decorrente de uma residência mal-localizada.” (KOWARICK, 2000, p.92)

Esta experiência despertou o interesse em analisar um conjunto habitacional vertical, onde a vida em condomínio implica uma dinâmica diferente, de forma que a organização entre os moradores é demandada para as resoluções internas do condomínio, além da proximidade física dos apartamentos, proporcionando maior interação entre os vizinhos. Tendo em vista a possível presença de famílias “da fila” e de “ocupação” no mesmo conjunto habitacional, mostrou-se interessante realizar uma análise comparativa entre estes dois grupos com trajetórias de vida distintas. São dois grupos em distintas situações de precariedade habitacional, seja do

⁹ A identidade virtual é conceituada por Goffman (1986) como aquilo que esperamos que uma pessoa ou um grupo deva ser com base nos estereótipos sociais sobre determinado grupo ou pessoa. Em contrapartida a identidade real se baseia nos atributos que a pessoa ou grupo realmente possui. (GOFFMAN, 1986, p.2)

¹⁰ Apresenta, neste sentido, similaridades com o estudo realizado por Foote Whyte (2005) entre as décadas de 1930 e 1940 numa área de Boston, North End, que ele chama de Cornerville. Esta era tratada pelos meios de comunicação e pelo poder público como uma área degradada, povoada por imigrantes e filhos de imigrantes italianos que eram propensos ao crime e às atividades ilegais. Eram considerados desorganizados pelos agentes sociais da comunidade. Mas com a observação participante Whyte percebe que a comunidade possuía grupos distintos que se organizavam de maneira que fazia sentido, mas que não correspondia ao modo de vida da classe média norte-americana, de esforço individual e ascensão social. Estudo semelhante é feito por Elias (2000) na comunidade de Winston Parva, na Inglaterra. A pesquisa também começa tendo como base dados estatísticos dos índices de criminalidade e violência. Ao estudar a sociedade em profundidade Elias percebe tensões e desequilíbrios nas relações de poder entre os grupos da comunidade, em que um grupo específico (estabelecidos) se considerava de valor humano superior a outro (outsider), por serem moradores mais antigos e integrados ao local, diferentemente dos moradores mais recentes que não se conheciam bem. A violência e a criminalidade, cometida por uma minoria de jovens, era uma resposta ao boicote social de um grupo em relação ao outro – resumidamente.

¹¹ Elias (2000) conceitua como preconceito social quando um membro de um grupo estabelecido estigmatiza os pertencentes do grupo outsider, não por suas características individuais, mas por pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente ou inferior em relação ao grupo estabelecido. (ELIAS, 2000, p.23)

aluguel, da moradia cedida por familiares ou da ocupação irregular, que se encontram a partir da ação do Estado para viver em um mesmo espaço físico e social, o condomínio. Elas carregam consigo experiências e práticas de vida que impactam nas relações dentro do condomínio.

O PMCMV apresenta critérios nacionais de seleção de famílias: residentes de áreas de risco ou que tenham sido desabrigadas; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; famílias com pessoas com deficiência. A partir disto os municípios estabelecem critérios discutidos nos conselhos municipais que, por exemplo, no caso de Curitiba ficou definido como prioridade os seguintes critérios locais: famílias em situação de vulnerabilidade social atrelado à precariedade habitacional; famílias residentes em Curitiba que pagam aluguel; famílias com três ou mais dependentes menores de 18 anos de idade.

De maneira geral, trata-se de dois grupos em condições de precariedade no que diz respeito à moradia e renda: os “da ocupação” e os “da fila”¹². Os primeiros vêm de uma situação de risco, seja ambiental ou de irregularidade da propriedade, em que a política pode atuar na urbanização e regularização fundiária das áreas de ocupação, ou na remoção das famílias destas áreas, reassentando-as em conjuntos habitacionais (algumas características destas áreas podem ser: ligações clandestinas – “gatos” – falta de saneamento básico, rede elétrica, pavimentação, ocupação irregular destes espaços, falta de documentação que comprove a propriedade).

Os segundos possuem também baixa renda familiar, mas se submetem ao pagamento do aluguel da residência ou morar de favor na casa de parentes. Suas moradias não estão necessariamente em áreas de risco. Muitas vezes eles moram em áreas integradas à rede urbana de serviços, como transporte coletivo, serviços de saúde, educação e emprego, segurança pública e lazer. Mas o comprometimento da renda com o aluguel ou morar de favor, em um local que não é de sua propriedade, que não lhe dá total liberdade para planejar, mobiliar, reformar, investir, acabam por motivar a busca pela casa própria. Neste caso a política atua realizando o cadastro das famílias, desde que comprovada a renda e a condição da moradia, e encaminhando-as para os empreendimentos por ordem de inscrição e sorteio.

¹² A nomenclatura utilizada pela Companhia de Habitação Popular de Curitiba - COHAB-CT - é “demanda fechada” quando diz respeito às famílias de áreas de risco e “demanda aberta” sobre as famílias “da fila”.

Tendo em vista estes aspectos, mostra-se importante sob a perspectiva sociológica estudar estas trajetórias para que se possa compreender em que medida origens e situações de precariedade distintas produzem experiências e formas de sociabilidade¹³ distintas nestes novos espaços de moradia, subsidiados pelo Estado, e que impactam nas percepções dos moradores a respeito de si e de seu espaço, dos outros e do conjunto.

Assim, o objetivo geral da pesquisa de mestrado é avaliar o impacto do PMCMV na vida das famílias atendidas a partir da pesquisa em um conjunto habitacional vertical em Curitiba. As questões que guiam a pesquisa são: Quais as origens e trajetórias das famílias que vão morar no conjunto habitacional? Qual o impacto do programa na vida das famílias atendidas? Em que medida as distintas experiências de vida encontradas geram distinções na percepção dos moradores sobre o conjunto habitacional, bem como nas relações de vizinhança e de sociabilidade, enfim, na vida em condomínio? A política impacta na mesma medida estas famílias de distintas origens?

Por hipótese se afirma, com base na experiência de pesquisa da monografia, que existem tensões nas relações de vizinhança e sociabilidade em função da origem das famílias. Em geral, por se tratarem de famílias de baixa renda, ter que arcar com o encargo das taxas para viver em condomínio pode gerar endividamento, tanto para famílias do aluguel, que em tese reduziriam suas despesas com moradia, e principalmente para as famílias da ocupação.

2.2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

¹³ Em resumo, Simmel define sociabilidade como uma das formas de socialização – “sociação”, nos termos do autor. Para ele a socialização se dá a partir da interação entre os indivíduos. Tais interações são dotadas de forma e conteúdo. Sendo “forma” as diversas maneiras através das quais a interação ocorre e o “conteúdo” os interesses, finalidades, impulsos, condicionamentos psíquicos que levam à interação. A socialização deve resultar, então, em formas de estar com o outro e de ser para o outro constituindo uma unidade, engendrando ou mediatizando efeitos de um indivíduo para outro. (SIMMEL, 2006, p.60) É a socialização que nos permite internalizar as normas e regras sociais, bem como interagir a partir delas, reproduzindo e transformando-as. Além das formas de interação rotinizadas e padronizadas, em tempos de racionalidade econômica (que se dão em ambientes como trabalho, escola, etc.), há também as interações espontâneas, livres de interesses, realizadas pura e simplesmente pelo ato da interação, de estar junto. Este tipo de interação Simmel denomina a sociabilidade. São formas de “sociação” que “são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da sociedade enquanto tal.” (SIMMEL, 2006, p.64)

A análise aqui proposta coloca o desafio de compreender as relações cotidianas estabelecidas no espaço do condomínio. Mas também é necessário conhecer as estruturas pelas quais se processam ações, decisões, discursos, ideologias que constituem a política habitacional. Assim, toma-se como referência a sociologia da vida cotidiana, campo delimitado por José de Machado Pais (2003, p.12) como:

A sociologia da vida cotidiana deve acionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica, isto é, o plano dos comportamentos dos indivíduos com aqueles outros planos que resultam da conjugação de variáveis macrosociológicas, como poder, ideologia, autoridade, desigualdade social.

Superando a dicotomia entre os métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo, objetivo e subjetivo, o campo da sociologia da vida cotidiana encontra o desafio de estabelecer uma ligação entre os grandes dispositivos sociais e os dispositivos microssociais que regulam ou informam a vida social: “Por um lado, há o interesse em olhar a sociedade ao nível dos indivíduos; por outro lado, há a necessidade de ver como a sociedade se traduz na vida deles.” (PAIS, 2003, p.111)

Fazendo uma analogia sobre as questões de vizinhança, José Pais coloca que durante décadas os paradigmas sociológicos, estruturalista e empirista¹⁴, viveram “porta com porta” sem dialogarem no mesmo “andar da sociologia”. Sendo assim, é a partir da análise do cotidiano que seria possível tecer o universo social entre as micro e as macroestruturas, assim como faz uma “lançadeira de tear”. (PAIS, 2003, p.114)

¹⁴ Este autor contextualiza o embate entre a sociologia estruturalista e a sociologia empírica nos Estados Unidos da América nos anos 1950, com a proeminência da primeira nos centros de pesquisa Harvard, Columbia e Chicago. A partir da década seguinte a segunda passa a ser priorizada. Pais (2003) define os estruturalistas como *janeleiros*, que observariam a realidade “da janela”, enquadrando o observável. Seriam os produtores de uma sociologia “dura” em que na ciência a teoria precede a observação. Assim, embasados teoricamente, buscariam apresentar sua interpretação sobre a realidade social tomada como uma totalidade, de forma harmônica, limitando-se assim ao palpável e ordenável, dentro de suas categorias de análise. Já a sociologia empírica, que de acordo com o autor é a que mais tem influenciando as análises sobre o cotidiano, é colocada como *arruadeira*, mais intuitiva, “bisbilhoteira”, tendo como influência principalmente as correntes da fenomenologia, do interacionismo simbólico e da etnometodologia. Os produtores de uma sociologia “do terreno” entendiam que a observação direta deveria servir de base para o conhecimento científico. Assim, as teorias seriam justificadas na medida em que tivessem apoio indutivo a partir de uma base observacional. Assim, Pais (2001) reúne a interpretação do cotidiano a partir de diversas correntes sociológicas, buscando uma síntese, sem delimitar possibilidades, mas sim ampliar os horizontes de análise. O debate proposto por este autor para uma sociologia da vida cotidiana está centrado entre as correntes de análise “estruturalista” e “empírica”.

Esta proposta de artesanato sociológico vai de encontro com a sociologia do cotidiano de Martins (2014). Ele busca superar a polarização entre o que o autor chama de sociologia das coerções, que diz respeito ao que é histórico e estrutural, e a sociologia da subjetividade, sobre o agora, as relações microssociais. Esta síntese entre o agora e o histórico seria possível a partir da imaginação sociológica e do artesanato intelectual, baseando-se em Wright Mills, “um modo sociológico de ver, descrever e interpretar desde as mais simples ocorrências de rua até os fatos e fenômenos sociais relevantes e decisivos.” (MARTINS, 2014, p.11)

Para Martins (2014) é no cotidiano, nas ações expressas no agora, que se encontram os segredos da reprodução social, bem como da produção social inovadora, fazendo referência a Henry Lefebvre. Assim, o autor define:

A Sociologia da vida cotidiana não deve ser confundida com uma Sociologia minimalista e redutiva dos processos sociais aos componentes fenomênicos da vida social. Ao contrário, ela se propõe a investigar o visível e o aparente das ações e relações sociais cotidianas na mediação das estruturas sociais e dos processos históricos que lhes dão sentido, não raro o sentido inesperado. O artesanato intelectual do sociólogo é a ferramenta inventiva que constrói em face de cada desafio. Não é um método técnico, mas um conjunto de intuições sociologicamente fundamentadas da regra de criação do método *ad-hoc*, ajustado ao desafio investigativo e explicativo do objeto ao mesmo tempo em cada circunstância. O foco e a temporalidade da observação sociológica deslocam-se para a vida cotidiana, para os processos microssociais, para o que muitos consideram equivocadamente, o irrelevante. Minha orientação teórica tem sido a de passar ao largo desse desdém e buscar os liames entre as estruturas sociais profundas e datadas, duradouras, ocultas, e suas expressões no cotidiano, ordinário e banal. (MARTINS, 2014, p.11)

Desta forma, é importante pontuar a discussão sobre como o tema da habitação entra na agenda das políticas públicas. É o que será trabalhado no capítulo seguinte, considerando os processos de transição econômica, política e demográfica pelos quais o Brasil passa ao longo do século XX, que configuram a moradia enquanto um problema social e também sociológico, pois não há como ignorar as análises macroestruturais a respeito das políticas habitacionais quando se propõe avaliar a repercussão da ação do Estado no nível das relações cotidianas.

Analisando as primeiras pesquisas sobre o PMCMV, que serão mais bem trabalhadas no capítulo seguinte, observou-se, primeiro, uma interdisciplinaridade de pesquisadores como arquitetos, urbanistas, economistas, assistentes sociais,

geógrafos, engenheiros e sociólogos. Segundo, notou-se uma predominância de pesquisas de nível macroestrutural, analisando a formulação da política, os impactos territoriais e econômicos, de forma que os atores pesquisados eram basicamente os agentes do Estado ou os agentes econômicos. Poucas foram as pesquisas encontradas que buscassem no público alvo, as famílias, uma avaliação do programa. Quando encontradas, centravam-se em avaliações a respeito da qualidade dos imóveis e sobre a segregação socioespacial promovida pela localização dos conjuntos habitacionais. Mas não se pode negar que estas são pesquisas fundamentais para que se possa compreender como se constitui o problema habitacional e sob quais condições foram formuladas as ações do Estado.

Recentemente, principalmente no campo da sociologia e da antropologia, algumas pesquisas têm centrado a análise sobre uma perspectiva mais subjetiva dos impactos sociais e econômicos na vida das famílias que vão habitar estes conjuntos habitacionais. Tais pesquisas se orientam no mesmo sentido de Magnani (2002) ao avaliar a literatura macroestrutural sobre o fenômeno urbano. De acordo com ele, a partir das abordagens sobre a cidade realizadas ao longo do século XX no contexto do capitalismo, tendo base em variáveis, indicadores sociais, econômicos e demográficos, constroem-se visões sobre a urbanização e o caos urbano resultante deste processo como desemprego, ausência ou ineficiência dos serviços e equipamentos públicos, segregação e violência. Nestas análises macroestruturais o autor aponta a ausência dos atores sociais, ou quando aparecem em geral são os representantes do capital e das forças do mercado financeiro,

Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc. constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano. (MAGNANI, 2002, p.15)

O autor não ignora a contribuição da literatura macroestrutural e até mais militante sobre a cidade capitalista. Mas, ao buscar compreender o fenômeno urbano, lança mão da etnografia urbana como alternativa para incorporar os demais atores (moradores, trabalhadores, visitantes, comerciantes, os “excluídos”, etc.) e suas práticas e usos para que novos pontos de vista sejam introduzidos nas leituras sobre a cidade.

A pesquisa produzida por estudantes e pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), coordenados pela professora e socióloga Cibele Rizek, intitulada “Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções Urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas” (2016), também amplia os horizontes de análise da política habitacional numa perspectiva qualitativa, visando compreender a política a partir da trajetória de vida das famílias atendidas pelo PMCMV. Este trabalho mostra a trajetória de personagens da cidade que esperam suas novas moradias na cidade Tiradentes-SP. Além da expectativa são mostradas, também, as relações de cada um com os espaços da cidade.

Neste sentido, propõe-se aqui uma leitura do PMCMV a partir das trajetórias dos atores sociais (famílias beneficiárias), suas experiências e práticas no conjunto habitacional. O estudo das trajetórias permite traçar uma relação entre as ações do Estado e as estratégias e dinâmicas destas famílias no espaço da moradia não documentadas pelas pesquisas macroestruturais. Sendo assim, uma das técnicas de coleta escolhida foi a “história oral”, que de acordo com Queiroz (1987, p.275),

É um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. [...] A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destas tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado. Na verdade tudo quando se narra oralmente é história, seja ela a história de alguém, seja a história de um grupo, seja a história real, seja ela mítica.

Trabalhou-se com uma ideia de trajetória recortando um período específico da história destas famílias, que se constitui a partir do percurso delas desde a antiga moradia até o conjunto habitacional. A partir da experiência vivida até o – e no – conjunto habitacional, é possível compreender o impacto da política na vida das famílias.

2.2.1 Cotidiano, tempo e espaço

A trajetória de vida possui uma dimensão temporal e espacial que se inscreve no cotidiano. O cotidiano é feito todo dia, aqui e agora. Nele ocorre a produção e reprodução de atividades que se constituem a partir da dialética entre a rotina e eventualidade. A rotina é um processo que se constitui a partir da repetida apropriação do tempo e do espaço. E a eventualidade vem a ser a ruptura contra a repetição, a transformação, a aventura, o inesperado e o sonho que também fazem parte do cotidiano. (PAIS, 2003)

Para Lefebvre, a estruturação do cotidiano na relação tempo-espaço o coloca como produto da sociedade moderna, organizada racionalmente:

O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado; já não é o campo deixado à liberdade e à razão ou à iniciativa individuais; já não é o âmbito da condição humana em que se enfrentam a sua miséria e a sua grandeza; já não é somente um 'setor' e a exploração racional já inventou outras formas mais sutis. O cotidiano converte-se num objeto a que se dedicam grandes cuidados: campo de organização, espaço-tempo de auto-regulação voluntária e planificada. Bem organizado, o cotidiano tende a constituir-se num sistema fechado sobre si mesmo (produção-consumo-produção) [...] Neste sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade que se diz organizada, ou de consumo dirigido, assim como o seu cenário. (LEFEBVRE 1986, apud PAIS, 2003, p.21-22)

A trajetória de vida é determinada pela estrutura do cotidiano, de forma que a alternância entre dias e noites – e o que se faz durante o dia e durante a noite – operam uma sequência temporal na existência humana. O tempo não é apenas linear e progressivo, mas também é repetitivo e circular. A história de vida ao ser contada pode buscar uma linearidade que muitas vezes encobre as rupturas, as crises, os recomeços. (PAIS, 2003)

Já sobre o espaço, referenciando Simmel, Pais (2003) o define como uma forma que se modela de diversas maneiras, mas que em si mesma tal forma não produz efeito algum. Ou seja, o que tem importância social não é o espaço em si, “mas sim as vivências sociais que nele decorrem e que o convertem de um vazio em algo com um significado sociológico.” (PAIS, 2003, p.21). A dimensão da trajetória de vida ocorre em espaços sociais carregados de significados e afetos, como, por exemplo, “minha casa”, “meu condomínio”, “meu bairro”, “minha terra”.

A partir desta compreensão da trajetória, buscou-se delimitar a relação tempo-espaço do percurso das famílias em três grandes momentos: antes, durante e o depois da mudança para o conjunto habitacional. Sobre o “antes”, buscou-se

investigar de onde estas famílias vieram, a experiência anterior de moradia delas e o que as motivou a deixarem suas origens e se mudarem para o conjunto habitacional. Sobre o “durante”, buscou-se compreender a partir das experiências relatadas no “antes” como se deu o processo de mudança e adaptação ao novo local de moradia. Finalmente, sobre o “depois”, passados quase cinco anos, como se estabeleceram as relações de sociabilidade, o cotidiano destas famílias e como elas avaliam a vida atualmente. As narrativas permitem a compreensão e a explicação sobre o processo de mudança e permanência no conjunto habitacional.

A pesquisa visa compreender o presente a partir da reconstrução que as famílias fazem sobre o passado. Assim, importante também é compreender a memória como resultado de um processo de interações sociais, experiências vividas que se acumulam ao longo do tempo em determinados espaços e constituem a trajetória. (SANTOS, 2003) Ao tomar o conjunto habitacional como ponto zero onde estas distintas trajetórias se cruzam e passam a reconstruir suas vidas, a memória de cada família é também a memória coletiva sobre um mesmo processo social. (HALBWACHS, 2004)

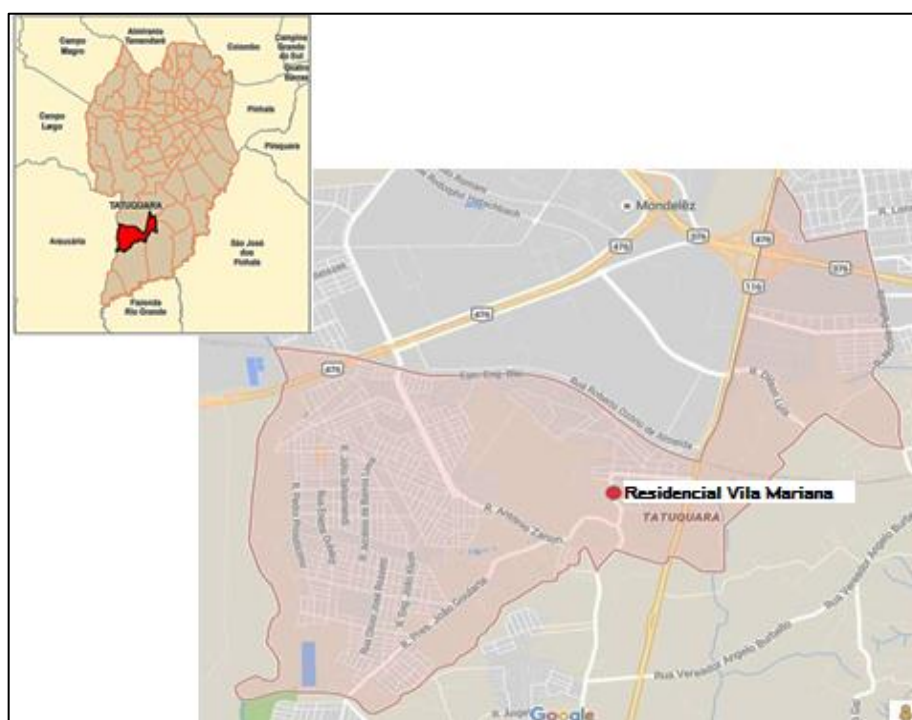
2.3 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

Foi escolhido o Residencial Vila Mariana, empreendimento com 224 unidades habitacionais verticais (apartamentos) que atendeu 188 famílias “da fila” e 36 “da ocupação”¹⁵. A escolha por este empreendimento se deu, primeiro pela data de sua implantação, 2011, ano em que os primeiros projetos do PMCMV em Curitiba foram finalizados. Assim, haveria uma distância temporal entre a implantação do conjunto habitacional, o acompanhamento feito pelo Estado durante os primeiros 180 dias, e a pesquisa de campo, de forma que a população já teria se organizado de forma autônoma ao longo deste processo. Segundo pela sua dimensão, pois dentre os empreendimentos desta época, o Vila Mariana é o que possui mais unidades habitacionais. Importante para escolha também foi a orientação dada pelas assistentes sociais, de que poucas pesquisas haviam sido realizadas sobre os primeiros empreendimentos do programa.

¹⁵ Oriundas de diferentes áreas de ocupação de Curitiba. Os relatórios fornecidos pela COHAB-CT não traziam informação sobre a definição de tais ocupações, se foram organizadas por movimentos sociais ou realizadas de forma espontânea.

O Residencial Vila Mariana fica localizado no Tatuquara, bairro periférico de Curitiba. O condomínio foi implantado em uma região residencial mais afastada das principais vilas que ficam no oeste do bairro, como Santa Rita, Jardim da Ordem, Santa Cecília, Moradias Monteiro Lobato, Moradias Paraná, que resultaram dos primeiros conjuntos habitacionais horizontais da COHAB-CT nesta região, na década de 1990.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL



FONTE: a autora, adaptado do IPPUC e do Google Mapas (2017)

O Residencial Vila Mariana está localizado na Vila Pompeia, nome que resulta também de um conjunto habitacional horizontal da década de 1990, mas implantado em uma região mais afastada, próxima da BR-116, do CEASA e de grande parte das indústrias da região.

A figura a seguir mostra algumas atividades comerciais e os equipamentos e serviços de uso coletivo da região. No que diz respeito aos aparatos públicos, a região contém uma unidade de saúde, duas creches, duas escolas municipais e um colégio estadual. Para acessar os serviços de assistência social é necessário se deslocar até a Vila Santa Rita, em uma distância aproximada de 4 km ou até a vila Moradias Monteiro Lobato, mesma distância. É uma região por onde passam mais de cinco linhas de ônibus alimentadoras, por conta da proximidade em relação a BR

O condomínio fica localizado em uma rua principal quase paralela a BR116, sentido Fazenda Rio Grande. Nesta rua passam diversas linhas de ônibus ligando as vilas ao bairro Pinheirinho. Em frente ao condomínio existe um ponto de ônibus. Em 15 minutos é possível chegar ao terminal Pinheirinho¹⁶.

O Residencial Vila Mariana é resultado de uma parceria entre a Prefeitura de Curitiba, a COHAB-CT e a Caixa Econômica Federal com o investimento de R\$ 10,4 milhões. Possui um total de 224 unidades habitacionais, com o custo de R\$ 45 mil por unidade. Os apartamentos são subsidiados pelo Estado, de forma que as famílias pagam em média $\frac{1}{4}$ do valor total, financiado em até 10 anos.

A partir de informações disponibilizadas na *internet* foi encontrado o telefone da portaria do condomínio. Após algumas tentativas foi feito o contato com a sínica do condomínio para autorizar a pesquisa. Já na primeira visita ao empreendimento foi possível notar os aparatos de segurança e controle instalados no local, remetendo aos enclaves fortificados¹⁷. A imagem a seguir mostra à esquerda uma placa que solicita a apresentação de documento com foto aos visitantes que fica ao lado da portaria:

FIGURA 2 - FOTOGRAFIA ENCLAVES FORTIFICADOS



FONTE: a autora (2016).

¹⁶ O terminal se configurou como um ponto de encontro entre a pesquisadora e as pessoas que auxiliaram na realização deste trabalho. Era um ponto de parada para usar o banheiro, ver e rever as estratégias da pesquisa de campo, compartilhar inseguranças e impressões sobre todas as visitas ao condomínio.

¹⁷ “Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os ‘marginais’ e os sem-teto. Enclaves fortificados geram cidades fragmentadas em que é difícil manter os princípios básicos de livre circulação e abertura dos espaços públicos que serviram de fundamento para a estruturação das cidades modernas. Consequentemente, nessas cidades o caráter do espaço público e da participação dos cidadãos na vida pública vem sendo drasticamente modificado.” (CALDEIRA, 1997, 155-156)

Esta primeira visita ao conjunto habitacional ocorreu para apresentar a pesquisa à síndica e solicitar a autorização. Foi apresentada a carta do programa de pós-graduação e explicado de forma geral que se buscava ali conhecer o PMCMV na prática, analisar as mudanças na vida das famílias e como era para elas viver em condomínio. De saída a síndica disse achar bastante interessante tal estudo e deu sua opinião a respeito do programa:

Olha... não adianta tirar essas famílias da área de risco e colocar em conjuntos habitacionais porque essas pessoas não sabem viver em sociedade/comunidade. Elas estão acostumadas com a beira do rio, de olhar pra fora e só ver lixo e jogar lixo pela janela, a puxar “gato” pra tudo, a quebrar as coisas dentro e fora de casa. (anotações do caderno de campo. 15/04/2016)

E continuou: “a COHAB não se preocupa com as pessoas, em educar as pessoas pra isso!” Ao ser questionada sobre o acompanhamento que a COHAB-CT fez durante 180 dias junto às famílias pra ajudar no processo de adaptação ela explicou: “aquelas reuniões que mais dão bate boca, mas não educam as pessoas pra cuidarem do espaço.”

Ela demonstrou sua insatisfação com os apartamentos e disse que de acordo com a COHAB-CT não há mais casas em Curitiba, apenas apartamentos. E avaliou que isso não passaria de uma forma de arrecadar mais dinheiro sobre um mesmo terreno. Ela adiantou alguns problemas que enfrentava com a inadimplência e com os reparos que precisa fazer no condomínio por conta de furtos e estragos feitos por moradores. E que da mesma maneira que havia famílias muito pobres de área de risco, também havia famílias que de acordo com ela não mereciam estar ali, pois têm condições. Ela até indicou algumas pessoas para conversar e ajudar na pesquisa.

No meio da conversa ela soltou em tom de brincadeira que havia algumas diferenciações no conjunto, que os blocos da frente eram a “classe alta”, onde ela estava eram de “classe média” e os do fundo a “classe baixa”. A planta do empreendimento mostra que há uma concentração de blocos em uma parte do terreno coincidindo com as áreas de lazer. A Planta não indica e não fica claro nas imagens, mas há um declive no terreno de forma que a área onde estão concentrados um menor número de blocos fica em um nível mais elevado do terreno em relação à boa parte do estacionamento e os demais blocos. Tal configuração

topográfica fez com que o conjunto habitacional ficasse dividido entre a parte de cima “os lá de cima” e a parte de baixo “os lá de baixo”, como a síndica indicou. Mas este fator será trabalhado no capítulo 5.

FIGURA 3 - PLANTA DO CONDOMÍNIO



Fonte: adaptação do arquivo da COHAB-CT (2009).

Os apartamentos possuem 36,35 m² com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. O empreendimento possui 15 blocos, sendo 13 destes com 4 apartamentos por andar e outros 2 blocos menores com 2 apartamentos por andar. Possui área de estacionamento descoberta com 112 vagas, quadra de esportes, parque infantil, salão de festas e guarita. Posterior à implantação do empreendimento, por iniciativa dos condôminos, foi construído um estacionamento para motos.

FIGURA 4 - FOTOGRAFIA DA PORTARIA VISTA POR DENTRO DO CONDOMÍNIO



FONTE: a autora (2016)

A imagem a seguir mostra a vista do estacionamento de onde é possível ver um pouco dos blocos 2 e 3 à esquerda, 14 e 15 à direita. A no fundo da imagem os blocos 4 e 13. Também é possível ver a torre d'água.

FIGURA 5 - FOTOGRAFIA DA VISTA DO ESTACIONAMENTO



FONTE: a autora (2016)

Agora do outro lado do estacionamento é possível ver os blocos da “parte de cima” e a torre d'água. No canto esquerdo, ao lado da torre ficam o salão de festas e o estacionamento das motocicletas.

FIGURA 6 - FOTOGRAFIA DA VISTA DO ESTACIONAMENTO



FONTE: a autora

A imagem seguinte foi tirada na “parte debaixo” do terreno, onde os blocos ficam mais aglomerados. É possível ver à esquerda um pouco do bloco 5 e à direita o bloco 12. Ao fundo o bloco 11 e um pedaço do bloco 10.

FIGURA 7 - FOTOGRAFIA DA “PARTE DEBAIXO”



FONTE: a autora (2016)

Abaixo é possível ver os blocos 6, 7 e 8 à esquerda, além de um dos parques infantis. E um pouco dos blocos 9, 10 e 11 à direita.

FIGURA 8 - FOTOGRAFIA SOBRE A “PARTE DEBAIXO”



FONTE: a autora (2016)

2.4 O DELINEAMENTO DA PESQUISA

As trajetórias familiares, bem como as narrativas sobre o processo de ocupação e pós-ocupação do conjunto habitacional, não podem ser tomadas aleatoriamente. Afinal, este universo de pesquisa apresenta um perfil socioeconômico. Variáveis como a origem, renda, raça, religião, escolaridade e composição familiar, são fundamentais para avaliar a experiência de vida de cada família em um mesmo espaço social. Afinal, a memória que se tem sobre a experiência vivida não pode ser isolada do contexto social de cada família. (HALBWACHS, 2004)

Como foi colocado, de antemão sabe-se que estas trajetórias têm em comum a conquista da casa própria em um mesmo espaço a partir do subsídio de uma política habitacional que as enquadra em critérios de seleção. Mas cada família apresenta características, situações e experiências diversas. Afinal, a realidade é mais complexa do que qualquer categorização elaborada sobre ela.

Como aponta Bauher (2010), para uma análise adequada dos acontecimentos sociais muitas técnicas podem ser necessárias. Desta forma, ainda que esta pesquisa tenha visado uma avaliação qualitativa, foi necessário coletar dados quantitativos para a seleção de uma amostra representativa de famílias de acordo com o perfil socioeconômico do universo pesquisado.

Cabe colocar também que em todas as etapas da pesquisa foi utilizado um diário de campo, como orienta Malinowski (1990), como um instrumento onde eram

anotadas sensações, ideias, percepções sobre os passos da pesquisa, reuniões, aplicação dos questionários, entrevistas, a contribuição das pessoas que participaram da pesquisa.

Foram realizadas reuniões com as assistentes sociais da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), responsáveis pelos primeiros projetos do PMCMV em Curitiba para a escolha do conjunto habitacional. Após a escolha e da abertura de um protocolo de acesso às informações do conjunto, foi fornecido um arquivo em *Excel* da COHAB-CT com dados das famílias com base no Cadastro Único Nacional. Além deste arquivo, teve-se acesso o Projeto Técnico de Trabalho Social – PTTS – do conjunto habitacional que mostrava o perfil geral das famílias pré-selecionadas. A partir daí era possível conhecer o perfil das famílias no momento da ocupação do conjunto habitacional. Assim, mostrou-se necessária a atualização destas informações para identificar o perfil das famílias em 2016.

A partir da aplicação de um questionário socioeconômico para uma amostragem significativa foi possível também analisar as possíveis mudanças no perfil socioeconômico da população, se esta havia se fixado ao local, melhorado de vida, por exemplo. Além de ser um primeiro contato com aquelas famílias que viriam a ser as possíveis “informantes” para a pesquisa qualitativa.

2.4.1 Dados e variáveis quantitativas

Os dados iniciais, que constituem a base de dados da COHAB-CT, contemplavam informações a respeito dos titulares e algumas características das famílias. Na pesquisa de campo elaborou-se um formulário com questões fechadas para a coleta dos dados primários (vide apêndices). Neste formulário, como pode ser visto no quadro a seguir, foram acrescentadas as variáveis de religião, cor e chefe da família, a origem da família (“da fila” ou de “ocupação/área de risco”), distinção que as informações iniciais não faziam. Estendeu-se também a informação sobre trabalho e renda e escolaridade para toda a família, e sobre a possível utilização da casa como um espaço para geração de renda.

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS PESQUISADAS

Dados COHAB 2011	Dados Pesquisa de Campo 2016
Bairro de origem	Bairro de origem
Sexo	Sexo
Escolaridade	Escolaridade
Estado civil	Estado civil
Ocupação	Ocupação
Vínculo empregatício	Vínculo empregatício
Renda do titular	Renda do titular
Renda familiar	Renda familiar
Despesas	Despesas
Nº de pessoas na casa	Nº de pessoas na casa
Nº de filhos	Nº de filhos
	Cor
	Religião
	Chefe da família
	Utiliza a casa como fonte de renda

FONTE: a autora (2016).

2.4.1.1

CrITÉrio amostral

Considerando que o universo de pesquisa é constituído por 224 apartamentos, optou-se por aplicar um questionário socioeconômico, de forma a cotejar as possíveis mudanças no perfil dos moradores, do momento da entrega das moradias para o momento atual da pesquisa. Como o condomínio está organizado em 15 blocos, dividiu-se a coleta em dois momentos: aplicação do questionário primeiro nos blocos ímpares e no outro dia nos blocos pares. O critério para aplicação do questionário (realizado em um final de semana, dias mais possíveis para encontrar os moradores) era entrevistar um morador com 18 anos ou mais que fosse capaz de dar informações sobre aquele agrupamento familiar.

Inicialmente buscou-se seguir alguns princípios da teoria da amostragem – amostra probabilística, por cotas ou por aglomerados – mas, como a pesquisa contou com a colaboração dos estudantes extensionistas do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional – PDUR, decidiu-se por aplicar o maior número possível de questionários. Dessa forma, foram coletadas informações relativas a todos os blocos alcançando um total de cem questionários, equivalente a 44,6% do total de habitações no conjunto habitacional.

Julgou-se que, em termos de perfil socioeconômico, este percentual era representativo do condomínio e passou-se à tabulação dos dados.

2.4.1.2 *Tabulação e organização dos dados*

Os dados da COHAB e os dados primários produzidos na pesquisa de campo foram tabulados no programa SPSS, e organizados de maneira que fosse possível realizar uma comparação e uma análise do processo de cinco anos de ocupação. Como será possível analisar no capítulo 3, as comparações possíveis foram feitas sobre o perfil do titular e sobre o perfil da família entre 2011 a 2016. Além de trazer informações econômicas sobre o domicílio, como as despesas com a moradia.

2.4.1.3 *Seleção da amostra para a pesquisa qualitativa*

Com base na o perfil encontrado, foi selecionada uma amostra de 10% do total de cem domicílios da entrevista socioeconômica, dez famílias. Por estratégia, 22 famílias foram pré-selecionadas levando em consideração as possíveis desistências ou negativas em participar da pesquisa. Caso se mostrasse necessário teriam outras famílias para buscar contato.

A estratégia traçada para a escolha das famílias correspondendo ao perfil do condomínio se deu a partir do primeiro contato na aplicação dos questionários, quando foi explicado ao entrevistado que a pesquisa teria uma segunda etapa e foi questionado se a família ou entrevistado tinham interesse em participar. Foram separados os formulários das famílias que demonstraram interesse em participar, e escolhidas àquelas famílias que correspondiam ao perfil socioeconômico. Para um melhor detalhamento das características das famílias e a correspondência ao perfil, vide apêndices.

No decorrer da pesquisa, entre algumas desistências, duas famílias foram acrescentadas sem corresponder ao perfil socioeconômico, a partir de uma rede de amizade identificada nas primeiras entrevistas.

2.4.2 Dados e Variáveis Qualitativos

A pesquisa qualitativa, dentre a flexibilidade de técnicas de coleta de dados e da heterodoxia em relação à análise dos dados, permite dar conta das ações humanas, das relações cotidianas, aquilo que é silenciado, as memórias e experiências de vida. (MARTINS, 2004; BAUER, 2010)

Se anteriormente as entrevistas fechadas com base em um questionário socioeconômico tinham o objetivo de generalizar as características do universo de pesquisa, nesta etapa utilizou-se da entrevista qualitativa, uma vez que esta “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.” (GASKELL, 2010, p.65)

As entrevistas foram realizadas com dez famílias, respeitando na medida do possível o perfil socioeconômico. O contato foi feito com os titulares dos apartamentos e em boa parte dos casos teve a participação de demais membros da família que contribuíram para reconstruir a trajetória da família até o conjunto habitacional e as experiências vividas ali. As narrativas corresponderam ao objetivo de conhecer as histórias e em que medida as experiências anteriores, as origens, impactaram nas relações de interação dentro do conjunto e na adaptação ao novo local de moradia. Tomou-se não só a variável da origem, mas contemplou, também, as variáveis socioeconômicas (renda, raça, religião, escolaridade, informações ocupacionais, composição familiar) que interferem nas trajetórias e na percepção das famílias sobre si e sobre a vida em condomínio.

Assim, como colocado, entendeu-se a trajetória do titular e sua família como o percurso desde sua experiência de moradia anterior ao conjunto habitacional, o processo de mudança e adaptação ao novo local de moradia e como ele e sua família percebem sua trajetória e como avaliam sua vida atualmente.

Foi elaborado um roteiro (vide apêndice) para guiar as entrevistas atendendo os principais objetivos e variáveis. Apesar da delimitação espacial e temporal realizada, e contemplada no roteiro, as entrevistas não seguiram uma linearidade. Por exemplo, optou-se por dar início às entrevistas convidando o titular a contar sobre a sua experiência e convivência morando em um conjunto habitacional. A partir daí avaliava-se para onde a conversa poderia seguir.

Pode-se adiantar a dificuldade em falar do passado, de remontar a trajetória. Muito se falava sobre “o começo” no condomínio, mas pouco se falava do passado, das experiências com o local de origem, a antiga vizinhança.

O roteiro abordou, também, as questões sobre a estrutura do bairro, do condomínio, sobre a segurança e os serviços e equipamentos urbanos, sempre solicitando uma avaliação sobre o “antes” e o “depois”, sobre as mudanças e possíveis melhorias. Buscou-se também compreender a dinâmica do condomínio, as assembleias e decisões tomadas coletivamente e atuação do síndico.

Importante colocar que as entrevistas variavam de acordo com o perfil da família, as relações de trabalho, a relação da família com os aparatos públicos como posto de saúde, escola, e os comércios e espaços de lazer. Tiveram duração média de uma hora e meia, foram gravadas com autorização prévia dos entrevistados e posteriormente transcritas.

Após a transcrição foi realizado um trabalho arqueológico diante da riqueza do material coletado, recortando os temas mais recorrentes que fossem de encontro ao propósito e ao alcance de uma dissertação.

3 A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL

A moradia ocupa um lugar social, econômico e simbólico na sociedade. Ela aparece já nos estudos de Marx e Engels (1986), em que estes colocam que um dos primeiros atos históricos do ser humano é criar meios para a satisfação de necessidades como comer, beber, vestir-se e ter habitação, ou seja, meios de produção da vida material fundamentais para sua sobrevivência¹⁸.

A moradia é um dos fatores que mais exerce influência sobre o ser humano, sobre o seu desenvolvimento e relação com a sociedade (FREYRE, 2006). É o espaço da sociabilidade familiar, onde são feitos planos e traçadas estratégias de sobrevivência, onde também se dividem fracassos, brigas, alegrias e conquistas. A partir da moradia o indivíduo estabelece também relações de vizinhança, de vida em comunidade e cria laços de pertencimento e identidade com o local. (KOWARICK, 2000)

A moradia apresenta características que dizem respeito a sua qualidade, o material de construção, durabilidade, conforto; a sua forma, se é individual, coletiva, como se integra ao conjunto de habitações em um espaço; seu status institucional, se a casa é própria, alugada, cedida, dividida; estas características vão determinar os papéis, os níveis e as filiações simbólicas dos ocupantes. (CASTELS, 1979, p.185) Assim, é entendida como uma mercadoria que é produzida e distribuída de acordo com as capacidades econômicas e sociais dos indivíduos. É o único bem que tem seu preço valorizado ao mesmo tempo em que é consumido, de acordo com as melhorias que são realizadas, seja na moradia ou nos investimentos urbanos no local em que está instalada. (KOWARICK, 2000)

A vida se articula a partir da moradia orientando as estratégias de sobrevivência, além das percepções a respeito do desempenho dos indivíduos na sociedade capitalista. A casa própria carrega significados simbólicos de um imaginário de sucesso, organização e disciplina, em detrimento do imaginário sobre os cortiços e favelas que carregam o fracasso, a desordem, a imoralidade. Estimula a sensação de segurança frente à instabilidade do aluguel. Além de liberar o orçamento e facilitar as relações de emprego e crédito. Reforça-se assim a

¹⁸ Engels realizou alguns estudos em relação às condições habitacionais dos operários na Inglaterra.

valorização da casa própria em relação às demais formas de moradia, evidenciando sucesso individual¹⁹. (BOLAFFI, 1979; KOWARICK, 2000).

Tomar a habitação como um problema social e sociológico nos coloca a tarefa de compreender os processos (histórico, político, econômico e social) que configuraram a formação e ocupação do espaço urbano no Brasil. Neste capítulo se fará um esforço de traçar estes processos que colocam a questão habitacional em condição de precariedade com a formação das favelas e das periferias e como ela entra na agenda enquanto política pública.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA URBANIZAÇÃO

Sobre os aspectos históricos da urbanização no Brasil, os primeiros sinais de mudança na paisagem espacial e social tiveram início em meados século XIX, com o crescimento da exportação do café. Naquela época a maior parte da população brasileira estava dispersa em pequenas comunidades de subsistência, seja nos decadentes engenhos de açúcar no Nordeste ou nas estâncias de gado no Sul. Com o fim do tráfico negreiro na metade do século a mão-de-obra ficou escassa, pois o modelo de economia colonial não dispunha de incentivos para atrair a mão-de-obra dos setores de subsistência, recorreu-se então ao imigrante europeu. A relação de servidão do trabalho escravo com a relação monetária do trabalho livre no mesmo setor ficou insustentável forçando a abolição em 1888. (SINGER, 1973)

Buscando se afastar cada vez mais de seu passado escravocrata, o Brasil iniciou um projeto de Estado com inspirações liberais. Recém-saído do contexto da escravidão e sem um projeto de integração do negro na sociedade, o país inaugurou sua República em 1889 com uma camada expressiva de pobres, negros e sem emprego, com a crença de um mercado como um espaço para indivíduos juridicamente iguais e autônomos com capacidades de concorrer pela distribuição de bens e serviços.²⁰

¹⁹ Este aspecto é característico do Brasil, uma vez que nas sociedades de Estado de Bem-Estar Social a moradia foi tomada como uma questão de garantia do Estado que instituiu políticas de moradia como subsídio de aluguéis. A casa própria nestas sociedades fica em segundo plano.

²⁰ O período da República Velha (1889-1930) ficou marcado pela tentativa de formação de um Estado nos moldes liberais e progressistas de outros países. Neste período a atuação do Estado era dada basicamente de acordo com as elites econômicas protegendo principalmente o setor cafeeiro. Wanderley Guilherme dos Santos nomeia como “utopia meritocrática” a crença de que todos os cidadãos tivessem acesso aos recursos necessários para competir no mercado. Acreditava-se que as

O território brasileiro começou a passar por transformações para adaptá-lo às necessidades econômicas que se colocaram com a intensificação da produção do café. E um fator importante neste contexto foi a relação com a terra. Como coloca Silva (2015), o processo de ocupação territorial brasileiro se deu basicamente através de títulos concedidos pela Coroa Portuguesa às famílias de sua confiança ou da posse informal. Entre 1822, com a Independência e o fim das concessões, e 1850 o apossamento tornou-se regra, até a criação da Lei de Terras que estabeleceu que a aquisição de terras públicas se desse a partir da compra e as posses adquiridas informalmente passariam por um processo de regularização. De acordo com Silva (2015, p.151), “é possível afirmar que a Lei de Terras implantou a propriedade privada do solo no Brasil. Para se ter acesso à terra, rural ou urbana, a partir da referida lei, era necessário, via regra, pagar por ela”. Se antes disto ela era destituída de valor econômico, sendo adquirida por meio da ocupação, a partir daí passaria sua aquisição se daria mediante compra e venda, ficando restrita àqueles que tivessem recurso para acessá-la. Com isso buscava-se “[...] adequar as cidades à fachada progressista e modernizante que a República requeria e sepultar a simbologia do passado escravista.” (MARICATO, 1996, p.29)

Silva (2015) também aponta que houve uma mudança também no parâmetro de riqueza das elites, que antes era medido pelo número de escravos e passou a ser sobre a quantidade de terra. Com a abolição da escravidão e a desapropriação do escravo, a apropriação da terra ganha um cenário significativo. Para Maricato (1994; 2000), o problema da moradia no Brasil teve emergência com a passagem da sociedade escravocrata para a sociedade do trabalho livre, uma vez que antes a provisão da moradia era estava atrelada ao senhor de escravos, e na emergência do trabalho livre, coube ao trabalhador adquirir sua moradia no mercado.

A partir do século XX, as mudanças sociais, econômicas e políticas se intensificaram. O país iniciou o processo de substituição de importações criando um parque industrial produtor de bens de consumo não-duráveis no Rio de Janeiro e em São Paulo, principalmente, e começou a desenvolver uma agricultura comercial para a formação de um mercado interno no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. As imigrações europeias aumentam seu volume com o contexto da I Guerra Mundial. A

desigualdades não diziam respeito às injustiças do mercado, mas sim às incapacidades e à inferioridade natural dos mais pobres. Este período ficou conhecido como o *laissez-faire* na economia brasileira. SANTOS (1987;1998)

queda na Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 impactou na economia internacional e, conseqüentemente, na economia agroexportadora do Brasil fazendo decair as oligarquias cafeeiras. O projeto de Estado brasileiro precisava ser repensado e a economia do país precisava se desenvolver e adentrar o capitalismo mundial. (SINGER, 1973; SANTOS, 1987;1998)

Conflitos de interesses e contradições políticas e econômicas resultaram na derrubada das oligarquias tradicionais em 1930 com o governo de Getúlio Vargas. Neste ano foi criado o Estado Novo, um projeto político e econômico para desenvolver o Brasil enquanto Nação²¹. A partir daí foi assumida uma política mais decidida de industrialização e de construção de um Estado interventor para regular as relações entre a sociedade (trabalhadores assalariados, classe média) e o mercado (industriais e empresários). Focados no desenvolvimento capitalista e na construção de uma sociedade urbano-industrial, foi criado um sistema de incentivos para os trabalhadores urbanos, uma legislação trabalhista que os colocou em melhores condições que os trabalhadores rurais. Estes incentivos, somados às transformações econômicas e tecnológicas no campo, mobilizaram um grande volume de trabalhadores rurais que migrou para as cidades em busca de oportunidades. Paralela a essa população migrante, a taxa de mortalidade decresceu acelerando o crescimento da população e constituiu, então, um reservatório de mão-de-obra para a economia capitalista. (SINGER, 1973, p.123)²²

²¹Um período bastante contraditório em que se buscava a racionalização das relações de trabalho, a modernização da economia e dos modos de produção, mas que se encontrava fortemente arraigado nas relações patriarcais e patrimoniais impedindo o desenvolvimento das relações sociais. Estas contradições refletiram na formação das cidades brasileiras, na construção da cidadania e no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil. Neste período a política social começou a se desenvolver com a criação de uma legislação social para trabalhadores urbanos, marcando o projeto de cidadania no Brasil a partir da estratificação ocupacional, uma vez que era cidadão não o simples membro da sociedade, mas sim aquele cuja profissão ou ocupação, e seus respectivos sindicatos, fossem regulamentados pelo Ministério do Trabalho, criado também no governo Vargas. Importante colocar que naquele período a população brasileira era expressivamente rural. Sendo assim, ficou excluída do projeto de cidadania a população rural e grande parte das ocupações não regulamentadas categorizadas a partir de então como informais. Nossa cidadania, antes *concedida* a partir de benesses e favores dos senhores de terras aos trabalhadores (não como direitos), naquele momento tornava-se *regulada*. Este modelo de participação política e de negociação com o executivo configurou o perfil da *estatania* (Carvalho) que diz respeito a nossa baixa participação nas decisões políticas, pautada pela forte relação com o executivo por conta dos períodos ditatoriais. Para a maioria da população, pobre e assalariada o que fica é a *subcidadania* ou a *não-cidadania*, a baixíssima participação na distribuição dos bens e serviços de consumo coletivo e individual.

²² Em nota de rodapé Paul Singer (1973, p.121) comenta os antagonismos enfrentados no período, a dificuldade de mobilização da mão-de-obra rural por estar ligada aos laços econômicos e psicossociais que prendiam os trabalhadores às relações servis do senhor de terras, além das ameaças, do uso da força e da violência nos exércitos do sertão.

A partir da segunda metade do século XX a industrialização se expande com a entrada do capital estrangeiro e a criação de indústria de bens duráveis, bens de capital e bens intermediários. Estas atividades se concentraram principalmente em São Paulo, que já era o maior parque industrial do país em função da produção de café. Com isto, o setor terciário também começou a se desenvolver com atividades comerciais e de serviços.²³

Entre os anos 1950 até o final do Regime Militar na década de 1980 a paisagem social e demográfica no Brasil passou por uma inversão residencial, tornando-se mais urbana do que rural. (SANTOS, 1996) No decorrer destas décadas, constituiu-se um complexo *padrão de divisão territorial do trabalho social* impactando tanto no campo quanto nas cidades. Concentraram-se atividades industriais e comerciais em um número pequeno de centros urbanos como, por exemplo, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e suas respectivas áreas metropolitanas, e assimetricamente, a população urbana dispersa pelo conjunto de cidades. Formaram-se cidades heterogêneas com base na função e posição dentro deste sistema urbano de divisão territorial do trabalho social, diferenciando-se de acordo com as atividades produtivas industriais e comerciais que concentravam. (FARIA, 1991, p.105)

Ainda que tenha apresentado heterogeneidades, o modelo de ocupação urbana das cidades que resultou do processo de urbanização é *centro-periferia*, de maneira que as atividades industriais e comerciais se concentraram em centros e a população, geralmente pobre e negra, nas periferias. Se por volta dos anos 1930 a moradia da classe trabalhadora se dava basicamente através das vilas e dos bairros operários próximos aos locais de trabalho, por iniciativa dos industriários, com o crescimento populacional adensado a partir de 1960 as moradias se dispersaram para outros pontos das cidades formando o *padrão periférico de ocupação do solo urbano*, através de alternativas habitacionais, como a autoconstrução da moradia, encontradas na periferia, em locais sem infraestrutura, ou nas favelas e nos cortiços, estes próximos aos centros urbanos. (KOWARICK, 2000)

Além do crescimento industrial e demográfico, no período do Regime Militar o país também experimentou o crescimento econômico expressado pelo aumento do

²³ Partindo desta experiência, Singer (1973) coloca que o capitalismo no Brasil não fugiu a regra de se originar e se desenvolver na cidade e penetrar o campo. A industrialização desenvolveu atividades secundárias e subsidiárias na cidade e constituiu um mercado urbano de produtos agrícolas.

Produto Interno Bruto (PIB). Ao mesmo tempo as desigualdades se acentuavam para aqueles que não haviam se integrado à sociedade urbano-industrial, que não podiam pagar pelo “preço do progresso”. Tendo, por um lado, desenvolvido ramos secundários e subsidiários (comércio e serviços), a industrialização acabou marginalizando uma parcela significativa da população urbana que não foi absorvida ao trabalho assalariado formal – o que é característico do capitalismo – alimentando um processo desigual e excludente composto por subempregados e subsalários. (KOWARICK, 1985)²⁴

Neste período de crescimento econômico, ainda que limitado às classes médias e altas, o mercado interno se intensificou e desenvolveu um consumo individual e coletivo promovido e alavancado pelos meios de comunicação. Programas de crédito foram criados para facilitar a o consumo das camadas médias com capacidade de pagamento e para os mais pobres, resultando muitas vezes no endividamento familiar, obrigando mais membros da família ao trabalho mal remunerado. A própria habitação “legal” foi colocada como um bem de consumo que podia ser financiado com a criação do Banco Nacional da Habitação.

O poder público não acompanhou a expansão urbana e somente na década de 1960, a partir de um governo autoritário, com uma política desenvolvimentista e de planejamento estatal, é que o Estado passou a interferir de maneira mais intensa por meio de mecanismos legais na ocupação e ordenação do solo urbano. Na cidade de São Paulo, por exemplo, seu espaço urbano foi traçado com a aquisição de terrenos por grupos privados em áreas centrais à espera de valorização. Os investimentos nos centros urbanos e a especulação imobiliária encareceram o preço da terra e seus respectivos tributos, colocando como alternativa para os mais pobres as favelas, os cortiços ou a periferia²⁵.

²⁴ Kowarick explica que o capitalismo dependente articula e mantém relações arcaicas de trabalho. A nossa dependência se dá a partir da exploração de matéria-prima e de produtos agrícolas e a importação de produtos industrializados a custos altos, revelando um processo comercial que é controlado pelos países de economia central limitando o processo de industrialização das economias dependentes. Nossa industrialização gera uma pequena quantidade de trabalhadores assalariados e preserva ou cria novas formas “não capitalistas” de obter riqueza, tendo em vista nossa configuração histórica. Forma-se no Brasil, e na América Latina em geral, a marginalidade urbana.

²⁵ Um conceito importante para se trabalhar nesta questão é o de “ônus social”. Kowarick (2000, p.28) explica que o ônus social é medido em termos de infraestrutura e serviços públicos, de maneira que quanto maior a infraestrutura e o acesso aos serviços públicos numa determinada área, menor será o ônus social por habitar esta região. Em contrapartida, esta área é valorizada e as taxas públicas se elevam, assim como o preço da terra. Neste sentido, as áreas desprovidas de infraestrutura urbana têm o preço da terra mais barato, mas o ônus social pago é alto, pois seus moradores, além de

A política econômica adotada por volta de 1970, com a entrada do capital estrangeiro, visou à nacionalização da industrialização e urbanização, de forma que se expandisse para além do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, desenvolvendo regiões e aglomerados metropolitanos²⁶. Ocorreu no Paraná um processo de transformação econômica e espacial, caracterizado pela modernização agrícola, além da aposta do Estado tecnocrático e autoritário na modernização de Curitiba como referência de racionalidade e planejamento urbano que se pretendia para o país. (FIRKOWSKI, 2014; MOURA, 2014; SILVA, 2014)

Na mesma década foram criadas nove regiões metropolitanas, dentre elas a Região Metropolitana de Curitiba²⁷, com base em estudos técnicos, e também foram criados a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o Centro Industrial de Araucária (CIAR), além da implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, também em Araucária. Tais mudanças impulsionaram a vinda de grandes grupos empresariais propiciando a inserção da cidade e do estado na economia nacional e internacional. (MOURA, 2014)

As gestões de Curitiba, munidas de uma equipe técnica de urbanistas e planejadores, estiveram alinhadas à ideologia desenvolvimentista e tecnocrata do Regime Militar e aos empresários do transporte, especuladores imobiliários e industriais, com baixa ou nula participação popular no projeto da cidade. Uma cidade “produzida e gerenciada empresarialmente” a partir de estratégias de marketing urbano. (MOURA, 2014)

Como mostra Gorelick (2005), entre 1950 e 1970 diversas cidades latino-americanas foram tomadas como laboratórios de pesquisa e planejamento urbano, a partir da construção cultural de cidades modernas com inspirações exteriores em um novo continente, mas que, diante de todo planejamento, não isentou tais espaços dos problemas sociais, econômicos e ambientais característicos da urbanização.

habitar em uma área sem infraestrutura, precisam realizar grandes deslocamentos para acessar serviços e equipamentos urbanos.

²⁶ As metrópoles caracterizam-se pela densidade de atividades e população, e envolvem, integral ou parcialmente, municípios adjacentes formando as regiões metropolitanas. Em geral, as metrópoles e tais adjacências obedecem a lógicas comuns de configuração e expansão, apoiadas na ação estatal, nos mercados imobiliário e financeiro. Além de valerem-se do planejamento urbano, das tecnologias de construção, de produção de moradias e das atividades industriais. São produtos dos ciclos da acumulação do capital. Os aglomerados metropolitanos dizem respeito a concentração de atividades produtivas, comerciais e residenciais em determinados municípios da região metropolitana. (FIRKOWSKI, 2014)

²⁷ Criada a partir da Lei Federal 14/73, com 14 municípios. Atualmente é composta por 29.

Estratégias de *marketing* urbano aliadas aos veículos de comunicação imprimiram um imaginário sobre a cidade de Curitiba como “modelo”, “capital ecológica”, “cidade de primeiro mundo” que foram internalizadas não só pela população local, mas também no Brasil e no mundo. Trouxe implicações nas atividades econômicas, no consumo de bens e serviços da cidade, além da concentração de recursos e investimentos na cidade-polo, e da “invisibilização” das desigualdades socioespaciais, os problemas da moradia e a formação das periferias pela população trabalhadora e habitante de toda região metropolitana. (SANCHEZ, 1997 *apud* MOURA, 2014)

Firkowski (2001) apontou mudanças fundamentais nos ciclos industriais do Paraná e os impactos gerados na RMC. De acordo com a autora, de 1970 até os anos 1990 as atividades industriais se concentravam, sobretudo, em Curitiba. A partir desta década se inicia um segundo ciclo econômico-industrial, com foco nos setores secundários e terciários da indústria, principalmente a partir da implantação das indústrias automobilísticas, montadoras. Isso em função da incorporação da metrópole às mudanças no regime de acumulação capitalista em escala mundial, implicando em uma produção industrial mais dinâmica, além da legislação aprovada para a definição do uso do solo. Este novo ciclo fez expandir as atividades industriais para outros municípios da RMC, gerando novas centralidades, mas também o aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Esta realidade econômica, como coloca Silva (2014), influenciou a distribuição da população no aglomerado metropolitano, ou seja, em municípios específicos da RMC limítrofes à Curitiba, estabelecendo maiores relações com a capital, em detrimento dos demais municípios que compõe a Região Metropolitana.

Ainda no primeiro ciclo, as necessidades habitacionais da população de baixa renda, que dependia da cidade-polo para emprego, comércio e serviços urbanos, materializaram-se, sobretudo, na periferia formada no entorno de Curitiba. Este processo produziu municípios caracterizados por áreas centrais precárias, áreas rurais e concentração populacional nas proximidades com a capital, formando uma mancha de ocupação da população que mantinha mais relação com Curitiba do que com o município de residência, formando as “cidades-dormitório”. (SILVA, 2014)

Em Curitiba, especificamente, de um lado formaram-se favelas que foram alvo de uma política de desfavelamento que extinguiu um percentual de aglomerados e realocou a população. De outro, formaram-se bairros periféricos com baixa

densidade residencial, mas que a partir dos anos de 1980 tiveram sua população substituída. As áreas centrais da cidade, antes habitadas pelas classes médias e altas, deixaram de ser atrativas para moradia em função de uma série de fatores como os problemas sociais e ambientais (violência, criminalidade, poluição) característicos, a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e a concentração das atividades comerciais, culturais e turísticas, promovidas pelo marketing urbanístico da capital, que também encareceram o preço da terra. As classes média e alta passaram a habitar bairros mais afastados do centro, enquanto a população de baixa renda buscou alternativas habitacionais em áreas mais afastadas formando subperiferias, consolidando a periferização da moradia popular. Isto porque o preço da terra decresce do centro para a periferia e a legislação sobre o solo era mais flexível nos municípios do entorno. (SILVA, 2014)

Na RMC, entre 1950 e 1970, período de maior fluxo migratório, inúmeros loteamentos foram aprovados em áreas com baixa infraestrutura urbana e baixo custo. Como nesta época não havia normas de parcelamento e uso e ocupação do solo na RMC, muitas áreas estratégicas foram incorporadas pelo capital imobiliário e supervalorizadas, e outras, áreas ambientalmente frágeis ou sem infraestrutura, foram ocupadas e deram origem a espaços marcados pela precariedade urbana. Com a Lei Federal nº 6766 de 1979, que disciplinou o parcelamento do solo urbano no Brasil, a aprovação dos loteamentos passou a ser condicionada pelas exigências ambientais, jurídicas e de planejamento urbano, ampliando também os custos de tais operações. (SILVA, 2014)

No segundo ciclo da industrialização do Paraná, identificado por Firkowski (2001), emergiu um mercado de produção de espaços informais (comercialização de imóveis nas favelas e loteamentos clandestinos) no conjunto da aglomeração metropolitana. Tal mercado é uma das principais ações de formação e expansão de periferias no Brasil ao longo do século XX, mas que se intensificou na RMC a partir dos anos de 1990.

Silva (2014) mostra em sua pesquisa que as favelas representavam em meados dos anos 2000 aproximadamente 70% dos espaços informais de moradia do aglomerado metropolitano, contra 25% de loteamentos clandestinos. A autora mostra também que nas favelas reside a população mais pobre e que está submetida a uma série de irregularidades e riscos ambientais e ausência de infraestrutura urbana. Nos loteamentos clandestinos a renda média é mais elevada

do que os moradores da favela, e muitas vezes esta população está fora da faixa de renda para acessar programas de habitação de interesse social. As favelas concentram-se, em geral, no centro da metrópole e os loteamentos clandestinos ao Norte a ao Sul de Curitiba e municípios adjacentes.

Especificamente sobre o bairro onde se localiza o conjunto habitacional que serviu de objeto desta pesquisa, o bairro Tatuquara, é associada uma imagem estigmatizada que diz respeito ao seu desenvolvimento. Souza (2002) mostra que a urbanização e o adensamento populacional deste bairro acompanhou o processo de acelerado crescimento da cidade de Curitiba na década de 1980. Até meados da década de 1960, o Tatuquara era uma área predominantemente rural, sendo boa parte do território pertencente à família Santana, que originou posteriormente o bairro Campo de Santana. O Tatuquara se consolidou a partir das ocupações territoriais no processo de expansão urbana e que contrapôs a imagem de Curitiba como “cidade modelo”.

Souza (2002) coloca que o bairro Tatuquara serviu como alternativa possível para diversas famílias sem condições para adquirir um lote no mercado formal. O autor chega a citar uma notícia da década de 1980 em que moradores de uma ocupação do bairro foram a público contra um grande representante do capital imobiliário que alegava ser dono de tal área e dizia que ela havia sido ocupada por “vagabundos” e “prostitutas”. Como prova de sua dignidade, as famílias teriam mostrado suas carteiras de trabalho e certidões de casamento e nascimento para a mídia. Diversos foram os confrontos com a polícia e com o Estado reivindicando direitos sociais básicos ao longo dos anos, interpretados pela mídia e na formulação da opinião pública como “tumultos urbanos”, como explica Da Matta sobre a constituição da cidadania no Brasil.

Ainda na década de 1960 o bairro passou a ser tomado por loteamentos da COHAB-CT para famílias de baixa renda inscritas “na fila”. E na década de 1970 a instalação do CEASA (Central de Abastecimento destinado à comercialização de produtos agrícolas) motivou o desenvolvimento do bairro.

O crescimento acelerado do bairro e os problemas associados à falta de infraestrutura, pavimentação, saneamento, iluminação e serviços urbanos, não condiziam com o ideário dos planos de urbanização, dos cartões-postais de Curitiba e dos *slogans* de “Cidade Modelo” ou “Capital Social” (SANTOS, 2002, p.61-62) O discurso oficial colocava o crescimento da região como algo planejado e que

utilizaria da política habitacional de Curitiba “como elemento indutor do crescimento de alguns bairros” (Prefeitura Municipal de Curitiba, 2001 apud SOUZA, 2002, p.62)

Entre os anos 1980 e 1990 o bairro recebeu seus primeiros conjuntos habitacionais da COHAB-CT para amenizar os problemas decorrentes não só do crescimento das ocupações irregulares deste bairro, como também de toda cidade. Desta forma, metade da população do bairro na época da pesquisa de Souza era oriunda de reassentamentos de favelas e áreas de risco de toda Curitiba²⁸. As ocupações irregulares existentes ali, somadas ao reassentamento feito pela COHAB-CT, conferiu ao bairro Tatuquara a característica de um “bairro de favelados”, impactando na relação com a vizinhança tradicional, mais antiga e com as famílias que não eram oriundas de áreas de ocupação, mas que adquiriram lotes através “da fila” da COHAB-CT.

O fato de residirem em um “bairro violento”, -hiper-exposto pela mídia, bem como pelas estatísticas dos órgãos oficiais como Ippuc (PMC) ou Secretaria de Segurança Pública (Estado)- faz deste grupo de pessoas, ser portador de um estigma de marginalidade, de uma imagem negativa que imputada sobre o seu “território” recai sobre eles mesmos. (SOUZA, 2002, p.62)

Traçado este panorama bastante geral, nota-se a constituição da imagem negativa do bairro associada ao seu processo de ocupação. Interessante notar, também, que a relação “estabelecido-outsider” entre “trabalhadores” e “favelados”, que guiam esta pesquisa de mestrado, é característica da constituição deste bairro.

No Brasil, em geral, o trabalhador mal remunerado, assalariado ou “marginal”, que contribuiu para o processo de acumulação capitalista, não participou em igualdade da distribuição dos equipamentos e serviços urbanos, nem do consumo coletivo ou individual. Sujeito a uma vida altamente espoliada, este subcidadão teve que desenvolver alternativas habitacionais e sociais para reproduzir sua força de trabalho. Tendo em vista a dificuldade de acesso à terra e à moradia regular, o que se colocou para os pobres foram situações de “irregularidade, ilegalidade e clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade da maioria, nega o acesso aos benefícios básicos para a

²⁸ O primeiro grande loteamento habitacional implantado neste bairro, um dos maiores de Curitiba, o Jardim da Ordem em 1992, possuía mais de 1400 lotes que foram ocupados por mutuários da fila e das ocupações. Os relatórios feitos na época mostraram a baixa fixação das famílias reassentadas, que em dois anos de implantação do loteamento representava menos da metade do total que havia sido reassentado. O motivo principal, de acordo com os entrevistados por SOUZA não é diferente de um dos encontrados nesta pesquisa de mestrado: despesas com a moradia.

vida nas cidades.” (KOWARICK, 2000, p.54) O marginal, o favelado, o encortiçado e o periférico foram desqualificados perante a sociedade enquanto morador e cidadão.

Com a mobilização populacional para os centros urbanos, muitos espaços deixaram de existir para fazer surgir novos ou adensar aqueles já existentes. E a vida no espaço urbano demandou novas formas de organização política e de sociabilidade não vistas nos espaços rurais ou nas cidades menores. (FARIA, 1991) As cidades foram então constituídas por moradores de diversas origens que se adaptam e transformam modos de vida, rotina e cotidiano. Em meio às transformações vivenciadas no processo de migração, alguns hábitos permaneceram, ressignificaram ou desapareceram: “mais que um processo geográfico, econômico ou urbanístico, tal processo culminou em mudanças profundas em seu modo de vida, na forma que satisfaz suas necessidades e no surgimento de novas sociabilidades.” (OLIVEIRA, 2012, p.65)

Diferente dos bairros de classe média, no contexto das favelas e periferias, tendo em vista a alta rotatividade do mercado de trabalho e o universo de precariedades, provisoriiedades, “é principalmente o lugar de moradia que concentra as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular da identidade produzida no *pedaço*.” (MAGNANI, 1998, p.116)²⁹

O local e o padrão da moradia refletem, assim, um processo de exclusão social e discriminação³⁰, uma vez que na periferia, favelas e cortiços a pobreza se concentra espacialmente e carregam uma valoração negativa. Sobre estas áreas é construído um discurso “que esquadrinha a mistura dos sexos e idades, a desorganização familiar, a moralidade duvidosa, os hábitos perniciosos, olhando locais como focos que fermentam germes da degenerescência e da vadiagem e daí o passo para a criminalidade” (KOWARICK, 2000, p.54-55)³¹

²⁹ Magnani (1998) conceitua *pedaço* como um território intermediário entre o espaço privado da casa e o espaço público, sendo um ambiente onde se desenvolve a sociabilidade básica.

³⁰ De acordo com Oliveira (2012, p.63): “a exclusão trata de uma questão mais abrangente por se referir ao empobrecimento não de bens de consumo, mas de relações sociais, falta e ruptura de vínculos que definem o lugar e a identidade do indivíduo. Diferentemente, a pobreza é estimada por um quadro de carências que cresce conforme os níveis de desenvolvimento econômico, ao passo que a exclusão torna-se mais grave porque está relacionada à perda de valor intrínseco.”

³¹ Kowarick (2000, p.48) também aponta a experiência da autoconstrução de moradias tomando a cidade de São Paulo como exemplo, em que os pobres que puderam autoconstruir suas moradias em

3.2 A CONSTITUIÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL

Até 1930 as intervenções realizadas pelo Estado em relação à questão habitacional no Brasil eram praticamente nulas. Como visto no início do capítulo, os problemas sociais não eram assimilados pelas elites, nem pelo Estado. O provimento de habitações não era assumido pelo Estado e a sociedade também não lhe atribuía esta função. Predominava-se, assim, a produção privada de habitações para aluguel e a construção das vilas operárias através das empresas.

Em relação às vilas operárias, esta solução beneficiava principalmente os empresários que, além de manter o controle sobre seus funcionários mantendo-os próximos às fábricas, tinham outra forma de lucratividade, pois as casas eram alugadas ou oferecidas aos funcionários sendo o valor debitado dos salários. Estas vilas foram os primeiros conjuntos habitacionais no Brasil, tendo um grande impacto na formação do solo urbano. Mas com o crescimento populacional e a formação de um exército de mão-de-obra a fixação de trabalhadores nas fábricas tornou-se desnecessária. Sobre as casas de aluguel, o setor público intervinha somente em casos mais graves de insalubridade, por meio de uma legislação sanitária ou ação policial, e concedia isenções fiscais que beneficiavam basicamente os locadores. E como neste período o comércio ainda era predominante na economia urbana, enquanto a indústria era secundária e sem capacidade de absorver investimentos, a construção de casas de aluguel era uma maneira segura de rentabilizar poupanças e recursos disponíveis na economia urbana³². (BONDUKI, 1994, p.712)

O que pode ser colocado em relação à questão habitacional no governo Vargas é, primeiro, a criação das carteiras prediais em 1937, associadas ao Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), permitindo financiar moradias para os trabalhadores, ainda que o acesso a este benefício fosse restringido à capacidade de contribuição dos cidadãos. Segundo, a Lei do Inquilinato de 1942 que

terrenos na periferia, mesmo clandestino, ainda olhavam a favela como um espaço de preguiçosos e vadios, invasores de terras.

³² Apenas como exemplo, Bonduki (1994) mostra dados da cidade de São Paulo na década de 1920 em que 90% da população de trabalhadores e da classe média em geral eram inquilinos, inexistindo qualquer mecanismo de financiamento para casa própria. Sem uma legislação sobre os preços dos aluguéis neste período, a negociação se dava entre inquilino e proprietário, e para aqueles que precisavam economizar no preço do aluguel, a solução encontrada era habitar cortiços construídos em espaços reduzidos e em condições precárias e insalubres.

regulamentou as relações entre inquilino e proprietário e fixou o preço dos aluguéis. Com esta última, o aluguel de casas foi deixando de ser um negócio lucrativo em função da regulamentação do seu valor, fazendo os proprietários reaverem suas casas, muitas vezes por meio de despejos, e promovendo a diminuição da construção de casas de aluguel.

Em 1946, já no governo Dutra, foi criada a Fundação Casa Popular. Apesar de apresentar objetivos amplos (como financiar não somente moradias, mas também obras de saneamento, infraestrutura, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e formação de pessoal técnico) a falta de articulação com outros órgãos e a carência de recursos – para citar alguns dos problemas apresentados por Bonduki (1994) – permitiu que o projeto fracassasse. A Fundação dependia basicamente dos recursos das carteiras prediais dos IAPs, mas os recursos das carteiras podiam financiar a construção civil não somente para a habitação social, “mas também no Plano C, que financiava a incorporação imobiliária para os setores médios.”³³ (BONDUKI, 1994, p.725). Como o objetivo primordial da Fundação era a construção de moradias para a população mais pobre enquanto que para os IAPs o investimento em construções de conjuntos habitacionais para as classes médias era mais lucrativo, a Fundação acabou tendo seus recursos limitados, sendo então extinta em 1964.

Em relação às moradias construídas e os programas de financiamento, Bonduki (1994) mostra que estes beneficiaram muito mais as classes médias e altas do que as classes populares, pois estas tinham maior capacidade de acumulação. Assim, sem condições para pagar pelos aluguéis ainda disponíveis ou de financiar uma habitação, as classes populares consolidaram o *padrão periférico de crescimento urbano* através de alternativas habitacionais em locais irregulares e autoconstruir suas moradias, resultando nos aglomerados urbanos, favelas e assentamentos precários sem acesso aos serviços públicos, intensificando os problemas urbanos (BONDUKI, 1994, p.729)

No entanto, este cenário ainda permitiu que o Estado brasileiro reconhecesse de fato o problema habitacional como uma questão social, era preciso intervir na produção do espaço urbano e na produção das habitações. Bonduki (1994) aponta

³³ Bonduki (1994, p.728) faz entender que existiam os planos A, B e C. O plano A consistia no aluguel de moradias. O plano B na concessão de financiamentos para construção e aquisição da casa própria. E o Plano C no financiamento de incorporações para a venda de imóveis para as classes médias e altas com fins não necessariamente residenciais.

como hipótese que este momento permitiu também que a sociedade assimilasse a questão habitacional como papel do Estado. Apesar das ações desarticuladas e descentralizadas vindas de diferentes órgãos e interesses políticos, a ideia de habitação social começou a ter início a partir de então. (BONDUKI, 1994, p.719)

Importante colocar alguns dados para compreender a dimensão das ações na questão habitacional. Pois na década 1950 a população total do país era de aproximadamente 50 milhões de habitantes. Destes, 16,2 milhões, ou seja, 36,1% viviam na zona urbana. E apenas 8,7 milhões (19,4% da população total) habitavam cidades com mais de 50 mil habitantes, ou seja, locais em que o problema habitacional era mais visível. Já na década de 1960 o país passa a ter mais pessoas habitando nas cidades (56% contra 44% na zona rural), com uma população total de aproximadamente 93 milhões de habitantes³⁴.

O que se pode compreender a partir destes dados é que no período militar é que os problemas urbanos se apresentam de forma mais intensa por conta da inversão demográfica e a consequente aglomeração urbana. Portanto, é no período militar que a estrutura institucional da política habitacional se consolida com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH). Constituiu-se como uma política para as massas, ainda que formulada na ausência da participação dos movimentos sociais.

3.2.1 Política de Habitação na Ditadura Militar: A Experiência do BNH

Bolaffi (1979) permite compreender melhor as condições sob as quais o BNH foi criado. De acordo com este autor, o problema das moradias foi tratado a partir das estratégias de poder do período militar. Ele coloca que diante dos inúmeros problemas sociais vividos naquele período, além das moradias, como fome, desemprego, transporte, saúde, educação e desigualdade de renda, o governo federal elegeu a habitação popular com problema fundamental, criando um banco de financiamento e subsídio habitacional.

Bolaffi (1979) também traz dados de uma pesquisa realizada em 1960 por uma agência norte-americana apontava que a principal aspiração das habitantes das áreas urbanas no Brasil era a casa própria, o que se colocava como uma

³⁴ Dados do Portal da Câmara dos Deputados disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas>>

difficuldade, pois neste período a crise econômica no país já apresentava sinais como a queda no poder de consumo das massas. Assim, a construção de moradias servia como uma medida que contribuiria em vários sentidos: como solução para equacionar o problema habitacional; uma saída para a crise econômica, pois estimularia a economia investindo nas indústrias de base fazendo da construção civil uma atividade estruturalmente capitalista; como artifício para obter apoio das massas através da construção e do financiamento de casas populares; como argumento para difundir ideais de propriedade privada em contraponto ao temor propagado ao comunismo. (BOLAFFI, 1979; BONDUKI, 2008)

Assim, é criado o BNH enquanto um banco de financiamento habitacional por meio do Sistema Financeiro de Habitação. Seus recursos eram arrecadados através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em 1966 como uma poupança compulsória dos trabalhadores assalariados com carteira registrada, e da poupança voluntária do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

A política habitacional regida pelo BNH dinamizou a economia, gerando empregos e fortalecendo o setor da construção civil, teve uma produção habitacional bastante significativa. Nos vinte e dois anos de funcionamento deste sistema foi financiada a construção de 4,3 milhões de habitações novas, sendo deste total 2,4 milhões de habitações destinadas para as classes mais baixas.

Bolaffi (1979, p.55) coloca que o BNH articulou um montante de recursos supostamente destinados à produção habitacional, mas que suas ações não passaram de artifícios para resolver o problema econômico do período. Limitava-se basicamente a arrecadar recursos para transferi-los para uma variedade de agentes privados intermediários. O BNH desenvolveu padrões de construção de moradias que não levou em consideração as diversidades regionais, ambientais e culturais dos espaços urbanos brasileiros e gerou também muitos bairros “dormitórios”, em função da construção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, afastados de todas as atividades urbanas e dos serviços públicos, contribuindo para o agravamento dos problemas urbanos, como, por exemplo, o transporte.

Neste sentido, quem mais se beneficiou com a política foi, por um lado as classes médias e altas que atendiam aos critérios de financiamento bancário estabelecidos pelo sistema, por outro o setor da construção civil que contou com fontes estáveis de financiamento para produzir as habitações. As classes trabalhadoras de renda mais baixa tiveram como alternativa autoconstruir suas

moradias em locais precários, muitas vezes clandestinos, irregulares, afastados dos serviços públicos necessários para a reprodução de sua força de trabalho. Tratava-se de um sistema que contava com a contribuição de todos os trabalhadores assalariados com carteira registrada, através do FGTS, entretanto apenas aqueles com renda suficiente para se comprometer com um financiamento bancário eram beneficiados.

A partir dos anos 1980, o modelo econômico implantado no regime militar começou a apresentar sinais de crise, em função do modelo político recessivo combinado com a inflação elevada do início dos anos 1980. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013) Com isso o SFH teve seus investimentos reduzidos, pois com o desemprego e com a redução do nível dos salários, a arrecadação do FGTS diminuiu, bem como das poupanças. As prestações ficaram maiores e a capacidade de pagamento dos mutuários diminuiu.

Com a grande mobilização popular contra a ditadura militar, organizaram-se o movimento de luta por moradia e também o Movimento Nacional dos Mutuários, composto por setores da classe média que não conseguiam pagar as prestações da casa própria, criticando o modelo da política habitacional.

Em resposta às críticas, o BNH reajustou o valor das prestações, mas o sistema financeiro de habitação acabou quebrando. Com a redemocratização em 1985, esperava-se que o SFH, o BNH, as Companhias Habitacionais Estaduais – consideradas agentes locais responsáveis pela execução dos projetos e programas habitacionais –, passassem por uma profunda reestruturação em vista da formulação de uma nova política habitacional, mas o BNH acabou sendo extinto em 1986. As atribuições referentes à habitação foram distribuídas entre o então Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, O Conselho Monetário, o Banco Central do Brasil e a Caixa Econômica Federal (CEF) (SOUZA, 2005, p.39) Perdeu-se com isso, toda a estrutura nacional de política de habitação que havia sido constituída até então.

3.2.2 Experiências da Redemocratização: Avanços e Retrocessos

Com a redemocratização, as pautas dos movimentos sociais foram incluídas na Constituição de 1988³⁵. Entretanto, a política habitacional ficou desarticulada, sem uma estrutura de âmbito federal que pudesse planejar e guiar as ações. A década de 1990 foi marcada por crises e pelo empobrecimento de grande parte da população. Por suspeitas de corrupção e liberação de contratos acima da capacidade do FGTS em 1991, no Governo Collor, no ano seguinte seu uso foi reduzido e em 1993 e 1994 ficou paralisado. (BONDUKI, 2008; ARAGÃO; CARDOSO, 2013) Contudo, muitas experiências interessantes emergiram deste contexto a partir de ações municipais e estaduais, com a participação de movimentos sociais, como a urbanização de assentamentos precários, construção de moradias por mutirão, intervenções nas habitações centrais como cortiços.

Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), foi criada a Secretaria de Política Urbana vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, com o objetivo de resolver os problemas urbanos corrigindo os erros das experiências anteriores abordadas por FHC em um relatório feito no mesmo ano. Buscava-se coordenar a política urbana em nível federal, descentralizando a execução de programas em saneamento, infraestrutura e habitação entre estados e municípios. Ainda assim, as ações encontraram dificuldades de execução por falta de recursos com a contenção de gastos públicos e do uso do FGTS. Seguindo a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), o endividamento público foi evitado e o FGTS utilizado com grandes restrições.

Em 2001 foi aprovado o Estatuto das Cidades como instrumento legal para apontar as diretrizes e princípios da política habitacional garantindo a participação popular para a construção de uma política mais democrática³⁶. Em 2003, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério das Cidades integrando a

³⁵ Uma das principais conquistas dos movimentos sociais foi a emenda de iniciativa popular apresentada à Constituição de 1988, com a inclusão no texto da mesma da função social da propriedade (Artigo 5, inciso XXIII) e a função social da cidade (Artigo 182) e a criação do Capítulo II Da Reforma Urbana. Foi instituído também a partir da Constituição o Plano Diretor, que é a ferramenta por meio da qual as ações de política de desenvolvimento urbano são traçadas e é por meio do Plano que os municípios conseguem acessar recursos para a elaboração das ações. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

³⁶ A partir do Estatuto, a Política Urbana referida no capítulo II da Constituição de 1988 teve as diretrizes traçadas para a ação política nos níveis federal, estadual e municipal. O Estatuto garante também a participação popular por meio de conselhos de política urbana, audiências, conferências, enfim, meios que permitam o diálogo entre a sociedade civil e o poder público por uma política mais democrática.

política habitacional com as demais pautas urbanas de saneamento, transporte e mobilidade e reforma urbana. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013)

A eleição de Lula, em 2002, criou expectativas para a institucionalização da política urbana, em função da sua relação com movimentos sociais e sindicatos. Além da criação do Ministério das Cidades em 2003, composto pelas secretarias de Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos, no governo Lula foi criada a Política Nacional de Habitação, aprovada em 2004 para ser coordenada pelo novo ministério, integrando grande parte do Projeto Moradia³⁷. Em 2003 foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Cidades contando com representantes eleitos de 2500 municípios para discutir as bases de atuação da Política Nacional de Habitação e serviu também para propor a criação do Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004. A proposta do Fundo Nacional de Habitação sofreu forte oposição da equipe econômica do governo Lula e só foi aprovado em 2005 e instalado em 2006. A mesma lei que aprovou o fundo instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, voltado para administrar a política habitacional para a população de baixa renda nos três níveis de governo, com os recursos do Fundo para subsidiar as ações em nível federal, estadual e municipal. Para aderirem ao SNHIS e acessarem o FNHIS os estados e municípios deveriam elaborar os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, além da criação dos Fundos Municipais de Habitação e do Conselho Gestor com representação da sociedade civil.

Após anos com restrição de acesso, foi permitido o saque do FGTS de quatro em quatro anos caso o recurso fosse utilizado para aquisição de imóvel residencial ou na amortização de financiamento habitacional. E buscando atender mais uma reivindicação dos movimentos sociais, foi criado o Programa Crédito Solidário para atender as necessidades de moradores organizados em cooperativas ou

³⁷ Projeto iniciado em 1999 pelo Instituto Cidadania, coordenado na época pelo ex-presidente Lula, com uma equipe de arquitetos, urbanistas e sociólogos expoentes sobre a questão habitacional como Nabil Bonduki, Ermínia Maricato e Lúcio Kowarick, por exemplo. Buscavam-se soluções para o problema habitacional, de maneira que a questão social estivesse associada ao crescimento econômico e a geração de empregos. Ele propunha a criação de um ministério (das Cidades) para coordenar o Sistema Nacional de Habitação, com controle social exercido pelos conselhos em níveis federal, estadual e municipal para gerir fundos que subsidiariam moradias para baixa renda. Propunha neste sentido a criação de um Fundo Nacional de Habitação, reivindicado pelo movimento de luta por moradia em forma de projeto de lei de iniciativa popular que tramitava no congresso desde 1991. Cabe colocar também a proposta de concentrar o FGTS para subsidiar moradias para baixa renda e direcionar a produção habitacional de classe média para o sistema de poupança voluntária. O ponto principal que o projeto tocava era a respeito da questão fundiária com a aprovação do Estatuto das Cidades para facilitar e baratear o acesso a terra e combater e especulação com imóveis ociosos. (BONDUKI, 2009, p.2-3)

organizações para a produção ou aquisição de novas moradias ou para a conclusão ou reforma de moradias já existentes. Este Programa utilizou o Fundo de Desenvolvimento Social que foi criado em 2003 para financiar programas locais, mas estava inoperante até então. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013, p.30)

A Secretaria de Habitação elaborou entre 2007 e 2009 o Plano Nacional de Habitação, PLANHAB, componente central da nova política habitacional que estava sendo elaborada, com objetivo de planejar as ações públicas e privadas em médio e longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais dentro de 15 anos (até 2023), prevendo seu monitoramento, avaliação e revisão de quatro em quatro anos. Envolveu a participação de diversos setores da sociedade, buscando considerar as diversidades regionais e características municipais da questão habitacional.

Em 2007, em um contexto de crescimento econômico no país, o governo federal cria o Plano Nacional de Saneamento Básico e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alocando recursos com o objetivo de realizar grandes investimentos em obras de infraestrutura: energia, rodovias, saneamento básico e habitação, incluindo intervenções de caráter social como a urbanização de assentamentos precários. (ARAGÃO; ARAÚJO; CARDOSO; 2011). Com isto o FNHIS começa a perder a centralidade, pois o PAC não estava sujeito a mecanismos de controle social ou critérios institucionais de redistribuição. O uso dos recursos era de prerrogativa da Casa Civil da Presidência da República.

Enquanto o Brasil passava por um período de crescimento econômico, o cenário econômico internacional entrou em crise em 2008, tendo início no setor imobiliário norte-americano, gerando incertezas no setor imobiliário e de construção civil brasileiro. Assim, o governo federal inicia uma adoção de políticas estratégicas de enfrentamento à crise, que de acordo com Bonduki (2009) acabaram atropelando o processo de construção do PLANHAB e da Política Nacional de Habitação.

Uma das principais ações foi a criação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), em 2009. Seus recursos são provenientes do Fundo de Arrendamento Residencial³⁸, do FGTS e do Fundo de Desenvolvimento Social. É operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, que desde o final do BNH gerencia os recursos para financiamentos habitacionais. O PMCMV é orientado por diferentes

³⁸ É um fundo composto por recursos do FGTS e outros recursos não onerosos vindos de repasses. E o FDS era fonte de recursos do Programa Crédito Solidário (PCS), para a produção de moradias por autogestão através de cooperativas ou associações.

modalidades e critérios de renda³⁹, buscando facilitar a aquisição de imóveis, e em contrapartida aquecer a economia através do setor da construção civil e gerar empregos.

O PMCMV recebeu e ainda vem recebendo diversas críticas que serão brevemente explanadas aqui. Hirata (2009) escreveu antes da implementação do Programa, mas avaliou que ele se consolidaria como uma dupla política: buscaria resolver o problema de habitações ao mesmo tempo em que visaria o enfrentamento da crise econômica. A consequência desta dupla política, de acordo com a autora, seria o aprofundamento da segregação urbana, já experimentada no BNH na ditadura militar, mas agora se daria com um governo democrático. O uso do FGTS beneficiaria o financiamento de habitações pela classe média em regiões com infraestrutura urbana, enquanto que para a população mais pobre restariam os projetos construídos em regiões sem ou com pouca infraestrutura, em função do preço da terra urbanizada ser mais caro. As avaliações seguintes à implementação do Programa vão confirmar análise de Hirata (2009).

Aragão e Cardoso (2013) apontam também outros problemas para a política habitacional. O agente fundamental do Programa é o setor privado, as empreiteiras da construção civil. Cabe preferencialmente a elas elaborar os projetos e construir os empreendimentos, com isto as alternativas de construção, como financiar materiais para autoconstrução da casa, por exemplo, são deixados em segundo plano. À Caixa Econômica Federal cabe avaliar os projetos elaborados pelas construtoras e repassar o subsídio para a construção. Os municípios, em grande parte dos casos, não avaliam e nem acompanham o desenvolvimento dos projetos, mas cabem a eles arcar com a demanda apresentada após a implantação dos empreendimentos sobre os equipamentos e serviços de consumo coletivo. Ocorre uma chamada “confusão federativa” em que a União financia a habitação e os

³⁹ A partir de 2017 compreende quatro faixas: 1) renda familiar até R\$ 1800; renda familiar até R\$2600; 2) renda familiar entre R\$4000; 3): renda familiar entre R\$9000. Podendo financiar imóveis até R\$ 240 mil, com variações regionais e para famílias com renda acima de R\$7000 podem ser financiados imóveis até R\$300 mil. Apresenta cinco modalidades: a/b) Empresas e Entidades sem fins lucrativos para famílias da faixa 1, com subsidio da União, e as famílias comprometem 5% da renda familiar com o financiamento, com prestação mínima de R\$25 mensais; c) FGTS para atender famílias entre as faixas 2 e 3 através do saque do recurso do fundo e um subsidio máximo da União de R\$ 17000 de acordo com a renda familiar e o valor do imóvel; d) Municípios com até 50 mil habitantes não integrantes de capitais ou regiões metropolitanas, para atender famílias da faixa 1; e) Rural que é destinada a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual até R\$60mil; (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

municípios definem e providenciam as possíveis áreas para a construção, ficando os estados sem um papel definido. Mas na prática, estados e municípios acabam apenas organizando a demanda habitacional encaminhando para a Caixa os cadastros das famílias a serem atendidas, além de facilitar a produção habitacional desonerando tributos e flexibilizando as legislações sobre o uso do solo⁴⁰. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013, p.54)

Outra crítica colocada é sobre a superprodução de moradias em um mesmo empreendimento, que ainda que haja um limite previsto de 500 moradias, não há um controle efetivo sobre esta produção ou sobre a qualidade das habitações, uma vez que a Caixa é cobrada por resultados. Assim sendo, é adotado na maioria das vezes o modelo tradicional dos grandes conjuntos habitacionais padronizados que não levam em consideração as diversidades regionais, geram um impacto significativo no solo urbano, na demanda por serviços que a população passará a apresentar, enfim, na dinâmica das cidades.

As experiências da redemocratização, sobretudo com a criação do Estatuto das Cidades e do Ministério das Cidades, fizeram reconhecer a importância de mecanismos de controle social e da participação popular, com os conselhos gestores. Mas com a criação do PAC e do PMCMV a implementação de projetos e a alocação dos recursos deixaram de passar por mecanismos de controle, tendo como justificativa de que eram necessário agilizar os processos para reduzir o déficit habitacional⁴¹. O PMCMV entrou em choque com os princípios do SNHIS que são pautados no papel estratégico e protagonista do setor público para a provisão de moradias, juntamente com a participação social. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013, p.63)

3.3 O ESTADO DA ARTE: AVALIAÇÕES RECENTES SOBRE O PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA”

⁴⁰ Em relação aos projetos de habitação de interesse social, destinado à população com renda até três salários mínimos, cabe aos municípios e estados, através das Companhias de Habitação Popular, elaborar o Projeto Técnico de Trabalho Social (PTTS), por meio da realização de um trabalho de acompanhamento das famílias, desde a seleção até 180 após a ocupação dos empreendimentos, buscando identificar as demandas sociais da população e a elaboração de ações articuladas com as demais secretarias municipais para promover a adaptação das famílias ao novo local de moradia.

⁴¹ O déficit habitacional se refere às deficiências do estoque de moradias, podendo ser em função da precariedade das construções, da coabitação familiar forçada, dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade, e da moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. Atualmente no Brasil o déficit habitacional é de aproximadamente 5,5 milhões de moradias. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2015)

Grande parte das avaliações mais recentes do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) podem ser encontradas nas produções do Observatório das Metrópoles. Em 2013 foi lançado um livro com diversos estudos pelo país. São estudos sobre: **as formas de produção de moradia e seus impactos na reconfiguração espacial das metrópoles; análise da forma de produção empresarial; análise do desenvolvimento capitalista no setor de produção de moradias; levantamento de informações sobre a reestruturação do setor imobiliário com o PMCMV; sobre as estratégias desenvolvidas pelas empresas e seus efeitos territoriais;** além de estudos de caso dos novos empreendimentos e como se inserem na estrutura urbana. A questão básica levantada nesta produção é sobre a localização dos empreendimentos e seus efeitos na produção das cidades.

Já em 2016, o Observatório das Metrópoles produziu um livro que traz um conjunto de pesquisas sobre o programa, analisando-o por diversos eixos: a **arquitetura da política;** a relação entre a **demanda e a oferta do programa;** a **produção e qualidade dos empreendimentos e das unidades habitacionais;** **inserção urbana e segregação socioespacial.**

Em resumo, o eixo da arquitetura da política discute os papéis e relações entre os agentes envolvidos na formulação e implementação do programa. Estes atores são basicamente a Caixa Econômica Federal (CEF), as empresas (empreiteiras da construção civil), os movimentos sociais, o poder público e o papel das companhias de habitação estaduais e municipais (COHAPAR e COHAB-CT, por exemplo, no caso do Paraná e de Curitiba). O Ministério das Cidades, de acordo com as pesquisas, é pouco expressivo atuando em casos específicos e na regulação do programa. O eixo que trata do desenho projeto e produção habitacional coloca dois padrões de produção: ou casas/sobrados geminados em municípios menores ou não metropolitanos; ou grandes condomínios predominantes em áreas metropolitanas e grandes periferias. E o eixo inserção urbana e segregação socioespacial traz dois padrões principais: inserção de empreendimentos em periferias consolidadas e inserção em áreas não urbanizadas formando “frentes pioneiras”, que vão pressionar a produção de infraestrutura urbana e serviços coletivos.

Importante colocar que mesmo tendo uma normativa comum, as características e relações entre os agentes apresentam resultados muito distintos nas pesquisas realizadas. Destaca-se de maneira geral o papel central da Caixa

Econômica Federal e seu relacionamento direto com os agentes imobiliários, as empresas de construção que propõem os projetos, por um lado fornecendo crédito imobiliário para o financiamento habitacional nas faixas 2 e 3 do programa, por outro comprando empreendimentos na faixa 1 com o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Neste último caso, os empreendimentos são direcionados às famílias cadastradas nas prefeituras, de acordo com os critérios estabelecidos. Com isso é reforçada a lógica financeira do mercado de terras, selecionando os terrenos mais baratos para uma produção em grande escala e padronizada. (RUFINO, 2016, p.55) A participação dos municípios se dá de forma heterogênea. As pesquisas reunidas no livro colocam para estes, por exemplo, o papel de disponibilizar terrenos públicos e de chamar as construtoras para a produção de projetos e obras. Mas principalmente se coloca a alteração e flexibilização na legislação de uso e parcelamento do solo, delimitando novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) permitindo a implementação de empreendimentos em áreas que possuíam restrições urbanísticas. (RUFINO, 2016, p.56-57)

Outras críticas feitas são que o PMCMV promoveu remoções forçadas de famílias; e vem promovendo também a desmobilização de outras formas de produção habitacional que não sejam o modelo de condomínio, de produção em grande escala de apartamentos; falta de transparência na construção dos cadastros e nos sorteios das moradias; e o papel não definido dos estados; a disputa por terra para construção entre empresas da construção civil e movimentos sociais e organizações populares.

O interesse nesta produção do Observatório das Metrópoles se dá principalmente por conta do eixo “demanda habitacional e oferta do Programa”. As pesquisas trazem questionamentos sobre os indicadores que orientam a construção da política, como o déficit habitacional, e o montante de recursos aplicados para a produção de um número significativo de habitações, que apresenta uma série de problemas na articulação entre a produção nestes quase cinco anos de política e a demandas habitacionais existentes.

Além das análises sobre o desenho da política, dos atores envolvidos, da discussão sobre a segregação socioespacial e o papel das empresas na elaboração dos projetos e na estruturação do espaço urbano, este material traz pesquisas feitas junto aos moradores e a percepção deles sobre o programa. Alguns problemas colocados, como os longos deslocamentos promovidos da residência de origem para

o novo local de moradia, eles falam também do impacto da política de reassentamento involuntário que retira famílias de áreas com muito mais infraestrutura do que as áreas dos empreendimentos. Mas o que mais interessa para este estudo são as pesquisas que mostram o impacto dos reassentamentos por se tratar da população mais vulnerável comparada às demais famílias da faixa 1 (com renda de zero a três salários mínimos). Com isso, muitas famílias apresentam dificuldade em arcar com os custos da moradia formal, principalmente quando se trata de condomínios. E, não menos importante, a estigmatização da população reassentada que nos casos pesquisados as famílias são colocadas em blocos exclusivos. (RUFINO, 2016, p.60)

Rufino (2016) coloca que a habitação se apresenta como um produto padronizado, baseado na produção da propriedade privada em grandes condomínios, não levando em consideração as diferentes demandas e necessidades de habitação de interesse social, além das distintas características sociais e econômicas da população. O impacto da mudança das áreas de risco para condomínios precisa ser mais bem investigado. Sair de uma área de risco, em que muitas vezes as famílias têm como estratégia de sobrevivência os “gatos” para acessar serviços básicos, e ir morar em um condomínio com todas as dinâmicas associadas como assembleias, reuniões para tomada de decisão, eleição de síndico e a taxa de condomínio, é um processo que precisa de atenção.

Outro aspecto associado é o endividamento das famílias, juntamente com as tarifas, o acesso ao crédito por meio do Programa “Minha Casa Melhor”, programa de financiamento de móveis e eletrodomésticos. Acaba melhorando o consumo das famílias, mas por outro lado aumenta seu endividamento. Tudo isso interfere tanto na gestão dos condomínios, como na permanência das famílias mais vulneráveis na nova moradia. (RUFINO, 2016)

Uma pesquisa realizada em Osasco pelo Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais, vinculado a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (NEMOS-PUCSP), visa discutir o papel do Trabalho Social realizado no processo de seleção e preparação das famílias para os conjuntos habitacionais, além do acompanhamento na pós-ocupação indicando ações para a organização dentro do conjunto e a integração deste com outras políticas urbanas. A pesquisa foi realizada no Conjunto Residencial Flor de Jasmim, com 420 unidades, atendendo famílias de assentamentos precários, de ocupação de áreas públicas, famílias beneficiárias do

programa local “Bolsa Aluguel”, bem como famílias inscritas no site do programa executado pela prefeitura. Este foi o primeiro empreendimento do programa na cidade e reuniu forças para atender os problemas mais urgentes que já vinham de uma longa trajetória de discussão e planejamento entre organizações de moradores, movimentos sociais e poder público.

Assim, são levantadas diversas questões pelos pesquisadores. A primeira a ser colocada aqui diz respeito justamente sobre a diversidade de demandas apresentadas e que são alocadas em um único projeto de produção habitacional. São famílias que apresentam origens e trajetórias distintas, diferentes experiências de organização social. O que acaba gerando impactos nas relações de convivência e organização.

Levantam também a questão do tráfico de drogas, da violência cotidiana das cidades que se reproduzem nos empreendimentos. Além da disputa pelo novo território por milícias. Com isso a percepção dos moradores é ambígua, uma vez que estão satisfeitos com a moradia, mas sentem-se inseguros em relação ao conjunto habitacional, restringindo a sociabilidade à família. Sentimento de ambiguidade que também se apresentou no conjunto Jardim Europa, investigado na monografia e no conjunto Vila Mariana, objeto de investigação no mestrado. Importante colocar também o processo de “reterritorialização” pelo qual passam os moradores: “novas convivências e novas sociabilidades que reconfiguram as relações privadas e públicas, dentro e fora do apartamento e dentro e fora do conjunto” (PAZ *et alia*, 2016, p.276)

O modelo de gestão condominial também é algo discutido, uma vez que um condomínio possui regras de convivência que provocam mudanças no modo de vida das famílias e suas relações com os vizinhos. Este modo de produção habitacional reforça o condomínio como espaço privado⁴², fechado, onde os problemas são tratados de responsabilidade da organização e mobilização dos moradores, sem interferência do poder público. É importante pensar como se dá a organização e a participação dos moradores que não trazem consigo esta experiência e como se dá a relação entre o síndico e o poder público.

⁴² A entrada no campo empírico mostrou-se inicialmente mais difícil no condomínio Vila Mariana do que no conjunto Jardim Europa, justamente pela demarcação do espaço, a rede de segurança instalada na portaria e pelos muros.

Ao final os pesquisadores questionam o modelo de produção habitacional que se convencionou com o PMCMV frente às demandas apresentadas pela população. Apontam que o programa estimula o consumo, facilita o crédito individual e reforça os valores e a ideologia da propriedade privada. (PAZ *et alia*, 2016) O modelo de produção de grandes empreendimentos na forma de condomínios privados gera para as famílias mais pobres o endividamento, a inadimplência e a venda de imóveis. Muitas famílias acessavam serviços básicos como água e luz de maneira clandestina e nos condomínios passam a pagar por este serviço, além da taxa de condomínio e outros serviços como segurança privada. Trata-se de um modelo que gera um custo muito alto para famílias com renda até três salários mínimos.

Por fim, cabe citar a pesquisa específica do eixo “inserção urbana” que contribui, sobretudo, no sentido metodológico, pouco visto, ou não visto ainda, nas pesquisas de avaliação do programa. Trata-se do trabalho citado sobre incursões etnográficas e trajetórias de vida, coordenado pela socióloga Cibeles Rizek da FAU-USP. Eles trabalham com a trajetória de vida de seis personagens, moradores da cidade de São Paulo que assinaram contrato com o “Minha Casa, Minha Vida-Entidades”, em que movimentos sociais ou organizações de moradores contratam o financiamento, em um modelo de autogestão. Eles podem construir as moradias em mutirão ou contratar uma empresa. No momento da pesquisa a construção do empreendimento não havia sido iniciada. Assim, os pesquisadores se inseriram nos espaços de encontro destes personagens e as associações/movimentos sociais que os reuniram para acessar a moradia. A partir daí realizaram entrevistas em profundidade e traçaram, a partir das histórias contadas, todo o percurso de vida até o futuro local de moradia. Narraram as tramas na cidade, as lutas cotidianas, as incertezas e instabilidades perante a moradia. Utilizaram mapas para ilustrar as trajetórias, a relação da distância entre as casas atuais, o trabalho e o empreendimento futuro. (RIZEK *et al*, 2016, p.289-322)

Ao mostrarem a localização do empreendimento questionam o processo de segregação e de produção de “enclaves fortificados”, conceito de Caldeira (2000) sobre a produção de novos espaços para além da relação centro-periferia, em que diferentes grupos estão próximos, mas separados por tecnologias de segurança que tendem a produzir a não circulação ou interação nas áreas comuns: “trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residências, consumo, lazer e trabalho.” (CALDEIRA, 2000, apud RIZEK *et al*, 2016, p.320). Esta produção de

cunho mais qualitativo contribuiu para guiar metodologicamente esta pesquisa de mestrado.

3.4 POLITICA DE HABITAÇÃO EM CURITIBA

A pesquisa de mestrado realizada pela arquiteta Aline Figueiredo Albuquerque, em 2007, aborda a constituição da política habitacional em Curitiba e sua relação com a construção do discurso da “cidade modelo”. A autora indica, em síntese, três fases da política habitacional em Curitiba. Alinhadas às ações de nível nacional, a primeira fase se caracterizou pela política de remoção de favelas entre 1964 e 1979; a segunda pela urbanização das favelas em resposta aos movimentos sociais na década de 1980; e a terceira fase, a partir da década de 1990, caracterizou-se pelas parcerias com a iniciativa privada. (ALBUQUERQUE, 2007)

A Companhia de Habitação Popular de Curitiba foi fundada em 1965, mas ainda em 1964 foi aprovada a Política Municipal de Habitação de Curitiba com o objetivo principal de construir conjuntos habitacionais para erradicar favelas, mocambos, entre outros aglomerados. Resultante desta política, em 1967 foi implantado o primeiro conjunto habitacional financiado pelo BNH na região e a primeira produção da COHAB-CT, o conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, no CIC, com mais de 2 mil unidades habitacionais. No entanto, nem todas as famílias se enquadraram nos critérios de financiamento da moradia. (ALBUQUERQUE, 2007)

Em 1968 foi elaborada a Política de Erradicação de Favelas do Município de Curitiba, visando à transferência de famílias para habitações provisórias até que atingissem condições econômicas para aquisição ou aluguel de moradias formais. Tais habitações se tornaram para muitas famílias uma situação cômoda e definitiva. (IPPUC, apud, ALBUQUERQUE, 2007) Esta ação foi extinta, além dos núcleos de habitação provisória, sendo algumas casas doadas para moradores que conseguiram comprar os terrenos.

O crescimento do número de favelas fez o município criar o Plano de Desfavelamento em 1974, propondo a transferência das famílias para habitações definitivas, amparado na ideia de que a favela era um estágio inicial de uma ascensão social facilitada pela política habitacional. Tal plano estava inserido em

serie de outras ações urbanísticas que visavam definir e controlar a expansão da cidade. (ALBUQUERQUE, 2007)

Em nível nacional, a política de remoção já estava perdendo espaço para a urbanização de favelas, enquanto em Curitiba buscavam-se justificativas para sua manutenção. Mas com a pressão social e midiática, em função dos conflitos entre os fiscais da Prefeitura, policiais e as famílias, foi publicada em 1980 a Carta da Favela que buscava trazer a questão da urbanização das favelas desde que atendessem critérios como de salubridade do local e que gerassem um custo viável para a Prefeitura. Mas, pelo menos até os primeiros cinco anos, estas ações teriam ficado apenas no discurso, dando continuidade à transferência das famílias para loteamentos ou conjuntos habitacionais da COHAB-CT. (ALBUQUERQUE, 2007) Em 1980 também foram criadas os Setores Especiais de Habitação de Interesse Social.

Após este período foi criado um Plano Municipal de Habitação (1984), na vigência do BNH, e as Diretrizes para a Política Habitacional (1989), já com o BNH extinto. Ambos os planos, criados em gestões diferentes, buscaram priorizar a produção de lotes urbanizados, ações de urbanização e regularização fundiária de favelas, além da necessidade de criação de um Fundo Municipal de Habitação. A partir daí houve uma redução na produção de conjuntos habitacionais. (ALBUQUERQUE, 2007)

As Diretrizes, como mostra Albuquerque (2007), deram continuidade a política de regularização fundiária e produção de lotes, mas apontaram as parcerias com a iniciativa privada, principalmente em decorrência da extinção do BNH e da necessidade de captação de recursos para compor o Fundo da Habitação. O Plano de 1984 definiu que o objetivo principal do Fundo era a captação de recursos para programas habitacionais para atender famílias com renda até três salários-mínimos ou que não se enquadrassem nos critérios de financiamento habitacional do Sistema Financeiro da Habitação.

As Diretrizes também propuseram flexibilizações na legislação de parcelamento e uso do solo e incentivos à iniciativa privada, como a possibilidade de produção de lotes menores com infraestrutura mínima, sendo que 50% da produção seria comprada pela COHAB-CT pelo preço de mercado para atender a demanda “da fila”. Também estavam propostos nas Diretrizes programas de financiamento e assessoramento técnico da autoconstrução de moradias, e também um programa de

atuação em favelas para regularização fundiária, urbanização e remoção de famílias de áreas de risco. (ALBUQUERQUE, 2007)

Já a terceira fase apontada na pesquisa de Albuquerque (2007), que compreende os anos de 1990 a 2000, refere-se basicamente às parcerias com a iniciativa privada. Neste período as principais ações municipais foram ambientais, culturais e de transporte. No setor da habitação mantiveram-se a urbanização e regularização fundiária, além da produção de lotes urbanizados pela COHAB-CT e pela iniciativa privada. Sendo a produção de lotes 85% da produção habitacional da COHAB-CT na década de 1990. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 85)

O Programa Loteamento em Parceria com a Iniciativa Privada, regulamentado pela Lei Municipal nº 8412/1994, foi responsável por 33% da produção de lotes da década de 1990. Como explica o Boletim da COHAB-CT (2006):

Permite ao proprietário da área, ou o loteador, estabelecer um contrato com a COHAB-CT para executar os empreendimentos dentro dos parâmetros da Companhia, com lotes menores e infraestrutura simplificada. O acompanhamento da elaboração do projeto é feito pela companhia, que ainda é responsável por encaminhar a aprovação e fiscalizar as obras. O empreendedor assume os custos do empreendimento, destinando então parte dos lotes à COHAB. (COHAB-CT, 2006, p.75)

Albuquerque (2007) destaca que na realidade a COHAB-CT era contratada pelas empresas para prestação de serviços de assessoramento técnico, além do acompanhamento das tramitações para aprovação dos loteamentos junto à Prefeitura, mediante o repasse de 20% dos lotes produzidos no loteamento para serem destinados à “fila”. Os demais 80% eram comercializados pelas empresas para famílias que não se encaixavam nos critérios para habitação de interesse social.

Dentre as críticas apontadas pela autora, cabe destacar casos em que o tamanho dos lotes não respeitava o mínimo estipulado pelo Programa, além da infraestrutura simplificada exigida a ser entregue (rede de distribuição de água, rede de esgoto, rede de energia e iluminação pública), tendo em vista que estes lotes foram produzidos principalmente nos bairros do extremo Sul de Curitiba, ou seja, bairros periféricos da cidade. Outra crítica é em relação aos preços dos lotes comercializados pelas empresas (80% do loteamento), que ao final do financiamento chegavam a custar mais caro que alguns terrenos no centro da cidade. Muitas vezes, mostra Albuquerque (2007), este percentual era comercializado para as

famílias “da fila” não contempladas pela COHAB-CT, que indicava as empresas “parceiras”, e contabilizados como produção da companhia.

Este Programa era a base da política habitacional de Curitiba desde a década de 1990⁴³ até 2007, ano da pesquisa de mestrado supracitada. Representou a ampliação do mercado privado de habitação de interesse social.

Em síntese, a produção do espaço urbano residencial de Curitiba contou principalmente com as empresas privadas de loteamento e com o morador da periferia através da autoconstrução da casa própria na periferia de Curitiba. Seja em espaços formais ou informais, em loteamentos produzidos pela iniciativa privada ou pelo mercado informal de loteamentos clandestinos. Desta forma, coube ao morador arcar os custos da construção da casa própria em lugares com baixa infraestrutura e serviços urbanos, demandando lutas urbanas pela melhoria destes locais, representando modo de vida altamente espoliativo nas cidades brasileiras. E em Curitiba este modelo se reproduz sob o discurso da “cidade de primeiro mundo”.

Albuquerque (2007) indicou alguns sinais de esgotamento deste modelo até a conclusão de sua pesquisa. As empresas teriam reduzido o interesse nas parcerias por conta do aumento do preço da terra e das restrições ambientais da legislação da época, em função da diminuição da oferta de áreas urbanas não parceladas. Com isso, a Prefeitura buscou estabelecer uma política de integração com os municípios da RMC⁴⁴.

A tabela a seguir mostra a produção da COHA-CT entre 2005 e 2015 – último ano divulgado no *site* da Companhia. É possível notar a redução significativa da produção de lotes de 2006 a 2009. A partir deste ano não foram mais produzidos lotes na cidade, e deve-se ter em vista o ano de criação do Programa Minha Casa Minha Vida e os impactos no modelo de produção habitacional na cidade, uma vez que o Programa visa a produção de novos imóveis.

⁴³ Outra grande ação da década foi o Projeto Sítio Cercado, uma política de ocupação de vazios urbanos que foi implantada na realidade em uma área agrícola do extremo Sul de Curitiba onde se buscava atender mais de 20 mil famílias com lotes urbanizados e unidades prontas em uma área não urbanizada. Enquanto os domicílios particulares vagos no período representavam mais de 30 unidades.

⁴⁴ Albuquerque (2007) coloca também que esta foi a alternativa escolhida pela Prefeitura de Curitiba, mesmo apresentando mais de 55 mil imóveis vagos na cidade: “Assim, a suposta falta de espaço em Curitiba parece legitimar ações de uma política habitacional, ainda em fase de constituição, que tem por objetivo consolidar a população de baixa renda fora de seus limites administrativos.” (ALBUQUERQUE, 2007, p.105)

TABELA 1 - PRODUÇÃO HABITACIONAL DA COHAB-CT2005 A 2015

		APARTAMENTO	CASA	LOTE	TOTAL
ANO	2005	902	111	1398	2411
	2006	1144	96	3096	4336
	2007	498	376	701	1575
	2008	1129	193	40	1362
	2009	924	787	229	1940
	2010	828	2271	0	3099
	2011	936	715	0	1651
	2012	840	1175	0	2015
	2013	4514	440	0	4954
	2014	1572	217	0	1789
	2015	170	167	0	337

FONTE: COHAB (2016).

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Atualmente o PMCMV é o principal financiador da produção habitacional de Curitiba, com produção para atender “a fila” da COHAB-CT e reassentamentos emergenciais. A companhia atua viabilizando áreas para novos empreendimentos e na organização e seleção da demanda social, cabendo à prefeitura oferecer incentivos fiscais e construtivos para a implantação de empreendimentos de interesse social. (COHAB, 2017)

De acordo com as informações disponibilizadas no *site* da COHAB-CT, a companhia mantém as ações de urbanização e reassentamento, bem como de regularização fundiária. A urbanização ocorre onde é possível a permanência das famílias. Caso contrário, são implantados loteamentos ou construídas casas visando o reassentamento das famílias. Tais ações são financiadas com recursos do governo federal (Ministério das Cidades, PAC, e recursos para Habitação de Interesse Social), além de financiamentos contratados pela prefeitura de instituições de fomento como o Bando Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo. Já a regularização fundiária entrega títulos de propriedade às famílias que moram em áreas de ocupação consolidadas e com infraestrutura implantada.

A atuação da COHAB-CT ao longo de sua história concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste de Curitiba, a porção da cidade que apresenta os menores indicadores socioeconômicos similares aos municípios periféricos da RMC. Com o PMCMV, a atuação mantém este sentido na produção dentro de Curitiba, mas vem implementando conjuntos habitacionais em municípios da RMC, como Araucária, Pinhais, São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande, através de parcerias com as respectivas prefeituras e empresas privadas.

Monteiro (2016) apresenta dados interessantes sobre a produção do PMCMV em Curitiba e toda região metropolitana. De acordo com a autora, a capital paranaense é o município com maior número de contratações nas três faixas de renda pesquisadas. Entretanto, o total de contratações na Faixa 1, para baixa renda, representa menos de um terço em Curitiba e representa apenas 11% das contratações em toda RMC. O que se mostra como uma contradição em relação ao foco do PMCMV que é equacionar o déficit habitacional concentrado na Faixa 1. A maior parte das contratações da RMC se concentra na Faixa 2, seguido da Faixa 3. Alguns municípios com indicadores socioeconômicos mais baixos, e predominância de população com baixa renda, apresenta pouca ou nenhuma contratação da Faixa 1, como Almirante Tamandaré, Colombo e Pinhais, por exemplo.

A atuação do PMCMV em Curitiba, que se concentra em oito dos 75 bairros, sendo seis ao Sul e dois ao Norte, tem provocado um intenso crescimento populacional destes espaços com a implantação de grandes condomínios verticais – alguns com mais de 1000 unidades por empreendimento –, impactando significativamente em áreas consideradas rurais até a última década, além da precária oferta de equipamentos e serviços urbanos. (MONTEIRO, 2016)

Como aponta Monteiro (2016), associado ao planejamento de Curitiba e com a legislação sobre o solo, a atuação do PMCMV também tem reforçado o processo de periferização da população de baixa renda, a partir da constituição de novas periferias, subperiferias, no extremo da cidade e nos demais municípios da RMC, ao buscar resolver a demanda habitacional de Curitiba no território metropolitano sem enfrentar a questão fundiária e dos vazios urbanos apontados por Albuquerque (2007).

4. AVIAIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO NO UNIVERSO DE PESQUISA

Este capítulo visa avaliar a pós-ocupação do Residencial Vila Mariana a partir dos dados socioeconômicos coletados na pesquisa de campo em 2016, em comparação às informações de 2011. A pesquisa de campo teve como objetivos, primeiramente, conhecer o perfil do universo pesquisado, tendo em vista que quase cinco anos se passaram desde a implantação do conjunto habitacional, analisando as mudanças e permanências neste processo. E também embasar os critérios de seleção para a amostra qualitativa.

Neste sentido, trabalhou-se com duas fontes. Primeiro, os dados fornecidos pela COHAB-CT⁴⁵, que têm base no Cadastro Único Nacional, utilizado para agregar informações de famílias de baixa renda para a inclusão das mesmas em programas sociais, como o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário) Estes dados fornecidos são de 2011 e permitem uma análise do perfil socioeconômico destas famílias naquele momento. A segunda fonte se trata do questionário aplicado⁴⁶ em 2016 no conjunto habitacional em 100 domicílios, por amostra aleatória⁴⁷. O Cadastro Único contém informações sobre as características da residência, o perfil familiar, a identificação da pessoa da família que realiza o cadastro – em geral mulheres –, sua escolaridade, estado civil, renda pessoal e familiar, situação sobre trabalho e despesas, entre outros. Na pesquisa de campo, o questionário acrescenta algumas variáveis como cor, religião e chefe da família⁴⁸.

A primeira questão que se busca responder com os dados de 2011 é sobre o perfil das famílias selecionadas, se atendem aos critérios de seleção estabelecidos nas diretrizes nacionais e as incorporações feitas pelo Conselho da Cidade de

⁴⁵ Foi fornecido um arquivo em Excel com as informações de 226 famílias, duas a mais que o número de apartamentos. Os dados contidos no arquivo foram tabulados no SPSS, assim como os dados coletados em 2016.

⁴⁶ Esta fase da pesquisa contou com os estudantes do curso de Ciências Sociais e do curso de Ciências Econômicas, bolsistas de extensão do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR).

⁴⁷ O conjunto habitacional possui 15 blocos, com 224 apartamentos no total. A pesquisa foi realizada em dois dias. No primeiro, foram aplicados questionários para todos os moradores maiores de 18 anos dos blocos ímpares que estavam em casa e que se disponibilizaram a participar. No segundo dia o mesmo foi feito nos blocos pares. No total foram entrevistados 100 moradores.

⁴⁸ Aqui se entende como chefe da família a pessoa responsável pela casa e por pagar as contas de acordo com o entrevistado.

Curitiba – CONCITIBA. A segunda questão é, com base na pesquisa de campo realizada, qual o perfil encontrado após quatro anos e meio, comparando com os dados de 2011 e com base nas variáveis acrescentadas; o que muda e/ou o que permanece no conjunto habitacional? Por fim, com base na análise quantitativa deste processo e nas variáveis analisadas na pesquisa de campo, quais critérios podem ser definidos para selecionar as famílias para a pesquisa qualitativa?

Sobre a primeira questão, respondemos com base os critérios estabelecidos no CONCITIBA:

- Famílias com renda de até três salários mínimos;
- Famílias atendidas pela rede de proteção social do município em situação de precariedade habitacional (moradores de rua, desabrigados por incêndios, enchentes ou situações de calamidade, e ainda moradores de casas com risco de desabamento).
- Famílias com até três dependentes com menos de dezoito anos.
- Famílias que moram em imóvel alugado.

O cadastro inicial para a seleção dos beneficiários deve conter informações com 20% de famílias a mais que a capacidade do conjunto habitacional, caso sejam necessárias substituições ao longo do processo. Assim, a COHAB-CT disponibilizou também o relatório do Projeto Técnico Social (PTTS) realizado em 2011 que trazia o perfil de 269 famílias, permitindo traçar ações a serem realizadas em conjunto com outras secretarias para promover uma melhor adaptação das famílias àquele novo local de moradia. Como este relatório não continha informações apenas dos titulares selecionados não foram aproveitados dados e escolhemos trabalhar apenas com a lista do Cadastro Único.

4.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS EM 2011

Começando pela renda familiar, ainda que três famílias ultrapassem três salários mínimos, podendo se enquadrar em outros critérios estabelecidos, 98,7% se enquadram nos critérios de renda. A média era de R\$ 1167,32, equivalente a 2,1 salários mínimos do período:

TABELA 2 - RENDA FAMILIAR EM 2011

	ABSOLUTO COHAB-CT	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM CUMULATIVA
Até 1 SM*	3	1,3%	1,3%
De 1 até 2 SM	75	33,2%	34,5%
De 2 até 3 SM	145	64,2%	98,7%
De 3 até 4 SM	1	0,4%	99,1%
De 4 até 5 SM	2	0,9%	100%
Total	226	100,0	

FONTE: COHAB-CT (2011)

Notas:

Dados trabalhados pela autora.

*SM: salário mínimo nacional vigente em 2011: 1 SM: R\$ 545,00; 2 SM: R\$ 1090,00; 3 SM: R\$ 1635,00; 4 SM: R\$ 2180,00; 5 SM: R\$ 2725,00;

Em relação à origem das famílias, a grande maioria morava em bairros da região Sul de Curitiba, representados pelas regionais: Pinheirinho, Bairro Novo e Boqueirão, 43% das famílias. Embora em números absolutos o bairro com mais famílias foi a Cidade Industrial de Curitiba, com 32 famílias, tendo a regional CIC um total de 33 famílias, contando com uma oriunda do bairro Campo de Santana.

TABELA 3 - ORIGEM DOS TITULARES

REGIONAIS	ABSOLUTO COHAB-CT	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM CUMULATIVA
Pinheirinho	43	19%	19%
Cajuru	38	16,8%	35,8%
Bairro Novo	34	15%	50,9%
Cidade Industrial	33	14,6%	65,5%
Portão	27	11,9%	77,4%
Boqueirão	21	9,3%	86,7%
Boa Vista	11	4,9%	91,6%
Santa Felicidade	11	4,9%	96,5%
Matriz	8	3,5%	100,0%
Total	226	100,0%	

FONTE: a autora (2016)

O número médio de pessoas por família era de 3,5 como mostra o quadro abaixo:

TABELA 4 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

	Nº	MÉDIA
N.º em 2011	226	3,4646

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Sobre o perfil das famílias, como mostra a tabela abaixo, vemos que em 2011 grande parte das famílias era composta por três ou quatro membros (71,3%). Do total, 14,1% tinha cinco ou mais membros.

TABELA 5 - FREQUÊNCIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

Nº DE PESSOAS	ABSOLUTO COHAB-CT	PORCENTAGEM M COHAB-CT	PORCENTAGEM CUMULATIVA
1 pessoa	13	5,8%	5,8%
2 pessoas	20	8,8%	14,6%
3 pessoas	79	35%	49,6%
4 pessoas	82	36,3%	85,9%
5 pessoas	28	12,4%	98,3%
6 pessoas	3	1,3%	99,6%
7 pessoas	1	0,4%	100%
Total	226	100%	

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

A tabela a seguir mostra que, no momento da seleção das famílias, grande parte delas era composta apenas por “titular e filhos” (47,3%). O modelo tradicional e nuclear de família, formado por “titular, cônjuge e filhos”, correspondia a 41,6%.

TABELA 6 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

COMPOSIÇÃO	ABSOLUTO COHAB-CT	PORCENTAGEM M	PORCENTAGEM CUMULATIVA
Titular e filho (os)	107	47,3%	47,3%
Titular, cônjuge e filho (os)	94	41,6%	88,9%
Titular	13	5,7%	94,6%
Titular e cônjuge	7	3,1%	97,7%
Titular, filho (os) e parentes	2	0,9%	98,6%
Outros *	3	1,3%	100%
Total	226	100%	

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

O número médio de filhos por família era de 1,97. A tabela a seguir mostra que mais da metade das famílias tinha dois filhos; 26% tinha entre três e quatro filhos; famílias com um ou zero filhos representavam 22,1%

TABELA 7 - FREQUÊNCIA DE FILHOS POR FAMÍLIA

Nº DE FILHOS	ABSOLUTO COHAB-CT	PORCENTAGEM	PORCENTAGEM CUMULATIVA
Sem filhos	24	10,6%	10,6%
1 filho	26	11,5%	22,1%
2 filhos	117	51,8%	73,9%
3 filhos	52	23%	96,9%
4 filhos	6	2,6%	99,5%
5 filhos ou mais	1	0,4%	100%
Total	226	100%	

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

A listagem fornecida pela COHAB-CT-CT não especifica as idades dos integrantes das famílias, mas o Relatório do Projeto Técnico Social traz uma tabela que mostra o perfil da população geral pré-selecionada que mostra um perfil bastante jovem.

TABELA 8 - PERFIL GERACIONAL

	ABSOLUTO COHAB-CT	PORCENTAGEM
Crianças*	340	35,6%
Adolescentes	194	20,3%
Adultos	411	43,0%
Idosos	10	1,0%
Total	955**	100%

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

*Crianças: de 0 a 12 incompletos; adolescentes: de 12 completos a 17 anos; adultos de 18 a 59 anos; idosos: acima de 60 anos;

**Trata-se do total de integrantes das 269 famílias pré-selecionadas

Com estas informações, sabe-se que o perfil geral era de famílias com baixa renda, oriundas, principalmente, de bairros ao Sul de Curitiba, bem como das áreas Oeste e Leste, ou seja, de bairros e áreas com maior concentração de famílias pobres. Pouquíssimos eram os da região Norte. Mas que em geral, pelo menos na análise quantitativa, não representa grandes impactos no deslocamento destas famílias para o bairro Tatuquara. Eram famílias jovens formadas, principalmente, por titular e filhos ou pelo modelo nuclear de família. Os dados de 2011 mostram que 84,5% dos titulares eram mulheres, o que por hipótese pode representar um grande número de famílias formadas por mães e filhos, apenas. Sobre a condição de

moradia e propriedade dos selecionados não há informações na lista fornecida, mas de acordo com as informações passadas em reunião com as assistentes sociais da COHAB-CT para a escolha deste conjunto habitacional, 188 famílias estavam inscritas na lista de espera (a “fila”) e 36 eram famílias de área de risco ambiental. Dentre as famílias da “fila”, pode-se encontrar tanto aluguel quanto moradia de favor. Neste sentido, concluiu-se que as famílias cumpriam os critérios de seleção.

Tendo analisado o perfil geral em 2011, cabe agora analisar o perfil das famílias em 2016.

4.2 PERFIL DAS FAMÍLIAS ENCONTRADO EM 2016

A primeira diferença a ser colocada é sobre a presença de apartamentos cedidos e alugados em 2016. Dos 100 moradores entrevistados, cinco não são titulares. Destes, três estão morando de favor e dois são inquilinos⁴⁹. Por conta disto, os dados da pesquisa de campo que dizem respeito à comparação com os titulares em 2011, serão contados apenas os 95 titulares. Mas dados sobre renda e despesas com moradia serão acrescentados os demais.

Sobre a renda, como mostra a tabela abaixo, observou-se uma ligeira melhora. A média declarada passa a ser de R\$ 1901,77, ainda correspondendo a 2,1 salários mínimos⁵⁰. Mas o percentual de famílias com renda superior a três salários sobe de 1,3% para 21%, como mostra a tabela a seguir.

TABELA 9 - RENDA FAMILIAR ENTRE 2011 E 2016

FAIXAS DE RENDA	DADOS COHAB-CT 2011			DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016		
	ABSOLUTO	%	% CUMULATIVA	ABSOLUTO	%	% CUMULATIVA
Sem renda	-	-	-	3	3,2%	3,2%
Até 1 SM*	3	1,3%	1,3%	6	6,3%	9,5%
De 1 até 2 SM	75	33,2%	34,5%	36	37,9%	47,4%
De 2 até 3 SM	145	64,2%	98,7%	30	31,6%	79%

⁴⁹ Entende-se que aluguel e cessão são formas distintas de moradia, mas por se tratarem de casos isolados que representam menos 5% da amostragem, estes serão reunidos ao bloco de “não titulares” ao analisarmos os dados econômicos por domicílio, buscando destacar em nota de rodapé no texto ou nas tabelas estes casos específicos.

⁵⁰ Salário equivalente a R\$ 880,00, vigente em 2016.

conclusão

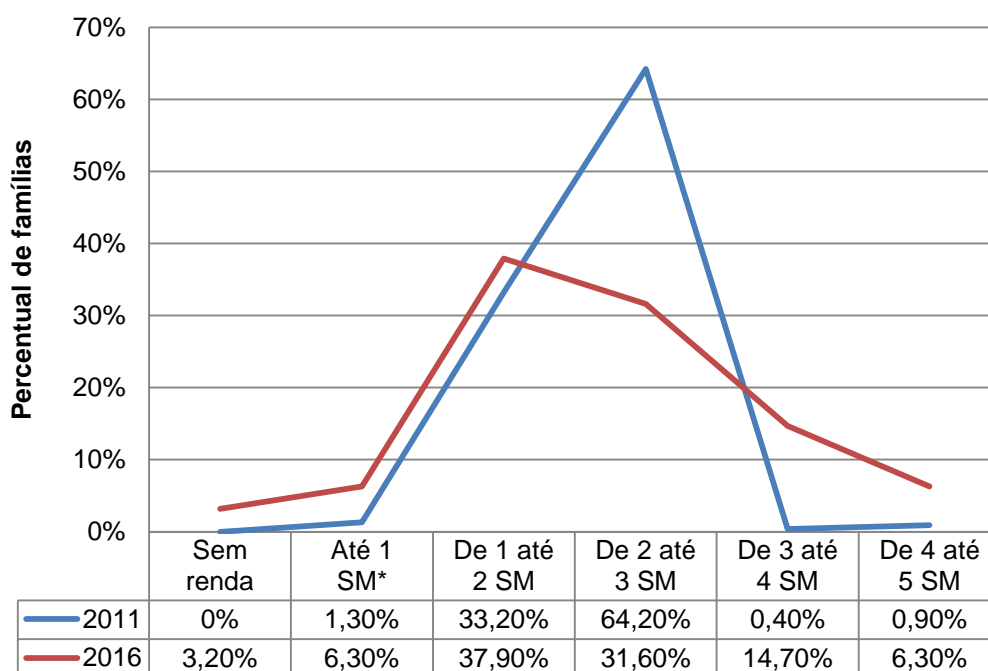
FAIXAS DE RENDA	DADOS COHAB-CT 2011			DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016		
	ABSOLUTO	%		ABSOLUTO	%	
De 3 até 4 SM	1	0,4%	99,1%	14	14,7%	93,7%
De 4 até 5 SM	2	0,9%	100%	6	6,3%	100%
Total	226	100,0		95	100,0	

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Ao mesmo tempo, pode-se notar a presença de famílias sem renda em 2016, equivalente a 3,2%, e um aumento no número de famílias com renda de até um salário mínimo. Por hipótese, este aumento de famílias sem renda pode ter se dado por conta da crise econômica, muito citada como justificativa para o desemprego entre muitos entrevistados e seus familiares. O gráfico abaixo ilustra a variação da renda de 2011 e 2016:

GRÁFICO 1 - RENDA FAMILIAR 2011-2016



FONTE: COHAB-CT (2011); A autora (2016).

Elaboração Excel

A tabela seguinte contém a relação entre a renda e a condição de propriedade de todos os entrevistados:

TABELA 10 - RELAÇÃO ENTRE A RENDA FAMILIAR E A CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE

RENDA FAMILIAR	CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE			
	TITULAR	ALUGADO	CEDIDO	TOTAL
Até 1 SM	9	-	1	10
De 1 a 2 SM	36	-	1	37
De 2 a 3 SM	30	1	-	31
De 3 a 4 SM	14	1	1	16
Acima de 4 SM	6	-	-	6
Total	95	2	3	100

FONTE: A autora (2016)

Com isto, pode-se observar que àqueles que pagam aluguel têm renda superior aos que tiveram a moradia cedida, tendo em vista que o aluguel pressupõe uma relação mercantil em que somente aluga quem pode comprometer sua renda com moradia, já a cessão diz respeito, no caso desta pesquisa especificamente, a formas de solidariedade familiar.

Já sobre a origem das famílias, em geral corresponde às informações coletadas na pesquisa de campo, mas aparecem oriundos de outras cidades da região metropolitana e do litoral paranaense, que representam 5%.

TABELA 11 - ORIGEM DOS TITULARES 2016

REGIONAIS	ABSOLUTO PESQUISA DE CAPO	%	% ACUMULATIVA
Cajuru	19	20,0%	20,0
Pinheirinho	17	17,9%	37,9
Bairro Novo	14	14,7%	52,6
Cidade Industrial	11	11,6%	64,2
Boqueirão	11	11,6%	75,8
Portão	8	8,4%	84,2
Santa Felicidade	5	5,3%	89,5
Boa Vista	3	3,1%	92,6
Matriz	2	2,1%	94,7
CIDADES			
Pinhais	2	2,1%	96,8
Campo Largo	1	1,0%	97,8
Praia de Leste	1	1,0%	98,8
São Mateus do Sul	1	1,0%	99,8
Total	95	100,0%	100%

FONTE: a autora (2016).

Inicialmente, ao observar a presença de cessões e alugueis, e de famílias de outras cidades, acreditava-se, por hipótese, que os “não titulares” correspondessem

às famílias de fora de Curitiba. Entretanto, analisando os questionários, notou-se que todos os “não titulares” são da capital. Os cedidos vieram dos bairros Boqueirão, Pinheirinho e Sítio Cercado. Um dos inquilinos já morava no Tatuquara e o outro não foi informada a sua origem no questionário.

Em geral, percebeu-se que as famílias se fixaram ao conjunto habitacional. A maioria dos titulares se mudou para o conjunto entre 2011 e 2012, tendo em vista que a implantação ocorreu em outubro de 2011, mesmo mês em que as famílias começaram a se mudar.

TABELA 12 - RELAÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE E O ANO DE MUDANÇA

CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE	ANO DA MUDANÇA PARA O CONJUNTO					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	
Titular	81	11	1	0	2	95
Cedido	0	0	0	1	2	3
Alugado	0	0	1	0	1	2
Total	81	11	2	1	5	100

FONTE: a autora (2016).

O que é importante colocar, que vai de encontro com uma das hipóteses desta pesquisa, é sobre a adaptação das famílias de áreas de risco em conjuntos habitacionais. Dos 95 titulares, apenas três declararam vir de ocupação ou área de risco nos questionários. Por um lado, a maneira como foi construída a pergunta no questionário pode ter enviesado as respostas, pois havia apenas as alternativas “fila” ou “ocupação”. Assim, uma família que morava em área de risco ou ocupação, mas havia feito inscrição na COHAB-CT “por conta”, sem a visita de assistentes sociais no local para atestar a situação de risco, pode ter acessado a política através da “fila”. Também é importante destacar a possibilidade destas famílias de “ocupação” ou “área de risco” buscarem por conta própria saírem da condição de ilegalidade e de risco e entrarem no “mercado legal” de habitações e passarem a habitar a “cidade legal” (MARICATO, 2002)⁵¹

Mas em todo caso, as conversas com a síndica antes de iniciar a pesquisa e as entrevistas em profundidade realizadas com os titulares escolhidos, mostraram

⁵¹ Em resumo, Maricato (2002) entende a “cidade legal” como à(s) parte(s) da cidade onde o poder público reconhece e atende as necessidades de infraestrutura e onde também há a valorização pelo mercado imobiliário. Já a “cidade ilegal” é a parte da cidade considerada irregular, não reconhecida pelo poder público nos planos de urbanização.

que a maioria das famílias de ocupação e área de risco se mudou logo nos primeiros meses, de acordo com os entrevistados, em função das dinâmicas sociais do condomínio, como normas de convivência, além das demandas econômicas, como o pagamento da prestação do apartamento e da taxa de condomínio. De acordo com as falas, estes moradores venderam seus apartamentos “a preço de banana” e voltaram para as áreas de origem.

Agora, sobre a composição familiar, por hipótese acreditava-se que o tamanho médio de famílias pudesse diminuir, tendo em vista a estrutura dos apartamentos, com 36m² e dois quartos. Mas em geral há um ligeiro aumento nesta média, de 3,46 para 3,63 pessoas por domicílio⁵².

TABELA 13 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

ANO	Nº DOMICÍLIOS	MÉDIA
2011	226	3,4646
2016	95	3,6316

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Na próxima tabela vemos que em 2011 grande parte das famílias era composta por três ou quatro membros (71,3%), sendo a maior parte de quatro membros. Mesmo com uma queda de mais de 10%, em 2016 a maioria continua sendo composta de três e quatro membros (60%). Se antes famílias com quatro membros eram a maioria, agora passa a ser de três membros. Há também uma ligeira diminuição nos domicílios com apenas uma pessoa e o número máximo de membros cai de sete para seis. Em contrapartida há um significativo aumento no número de domicílios com cinco ou mais pessoas, de 14,1% sobe para 24,2%⁵³.

TABELA 14 - FREQUÊNCIA DE PESSOAS POR DOMICÍLIO

Continua

⁵² De acordo com a pesquisa do DIEESE (2016, p. 25), Curitiba apresenta uma média de 3 habitantes por domicílio, enquanto o bairro Tatuquara apresenta uma média de 3,4 habitantes por domicílio, 0,2 abaixo da média encontrada no Vila Mariana em 2016.

⁵³ Na pesquisa qualitativa alguns entrevistados comentam a dificuldade que tinham de alugar casas por conta do número de integrantes. Neste sentido, acreditamos que a casa própria permite aos moradores ampliar e/ou diversificar seus arranjos familiares, mesmo que o espaço atual seja menor que o da moradia anterior.

Nº DE PESSOAS	DADOS COHAB-CT 2011		DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
1 pessoa	13	5,8%	3	3,2%
conclusão				
Nº DE PESSOAS	DADOS COHAB-CT 2011		DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
2 pessoas	20	8,8%	12	12,6%
3 pessoas	79	35%	29	30,5%
4 pessoas	82	36,3%	28	29,5%
5 pessoas	28	12,4%	19	20%
6 pessoas	3	1,3%	4	4,2%
7 pessoas	1	0,4%	-	-
Total	226	100%	95	100%

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Detalhando a composição das famílias, a tabela a seguir mostra que no momento da seleção das famílias grande parte delas era composta apenas por “titular e filhos” (47,3%). O modelo tradicional e nuclear de família, formado por “titular, cônjuge e filhos”, correspondia a 41,6%. Em 2016 este perfil muda e as famílias “nucleares” passam a representar 60% do total, enquanto as famílias compostas por titulares e filhos caíram quase pela metade, 25,3%. Outra mudança considerável é que somente “titulares” caem de 5,7% para 2,1%, enquanto “titular, filhos e parentes” sobe de 2,1% para 8,4%.

TABELA 15 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR 2011-2016

COMPOSIÇÃO FAMILIAR	DADOS DA COHAB-CT 2011		DADOS DA PESQUISA DE CAMPO 2016	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Titular e filho (os)	107	47,3%	24	25,3%
Titular, cônjuge e filho (os)	94	41,6%	57	60%
Titular	13	5,7%	2	2,1%
Titular e cônjuge	7	3,1%	2	2,1%
Titular, filho (os) e parentes	2	2,1%	8	8,4%
Outros *	3	3,1%	2	2,1%
Total	226	100%	95	100%

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Acredita-se que estas mudanças no perfil geral desta população é proporcionada pela política habitacional, de maneira que a segurança da casa própria permite rearranjos familiares, tanto para os titulares que se casaram, como

para aqueles que acolheram parentes na nova moradia, que também podem significar mais pessoas que possam contribuir para o custeio das despesas com moradia. Interessante observar que na medida em que a casa própria é acessada as famílias vão entrando no padrão nuclear.

A média de filhos por domicílio em 2011 era de 1,97. Em 2016 há uma pequena queda nesta média para 1,86. Na próxima tabela podemos ver que o número de famílias sem filhos cai pela metade entre 2011 e 2016. E as famílias com um filho triplicam. Há uma ligeira considerável queda no número de famílias com dois filhos, mas esta composição permanece sendo a maioria.

TABELA 16 – FREQUÊNCIA DE FILHOS POR FAMÍLIA

Nº DE FILHOS	DADOS COHAB-CT 2011		DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Sem filhos	24	10,6%	5	5,3%
1 filho	26	11,5%	31	32,6%
2 filhos	117	51,8%	34	35,8%
3 filhos	52	23%	22	23,1%
4 filhos	6	2,6%	3	3,1%
5 filhos ou mais	1	0,4%	-	-
Total	226	100%	95	100%

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

É importante levar em consideração que o período de cinco anos permite que as mudanças na composição familiar também se deem por conta do envelhecimento de adolescentes que cresceram e podem ter deixado a casa da família por múltiplas razões⁵⁴. Tendo em vista um modelo habitacional que confere às famílias uma moradia pequena, na medida em que os filhos crescem eles deixam os lares dos pais. As casas com apenas um membro ou sem filhos diminuem e os casais começam a ter procriar. A casa própria permite estratégias e rearranjos que incluem mais filhos e parentes, mas ao mesmo tempo o tamanho da casa impõe uma dinâmica de saída dos filhos mais velhos.

Comparando o perfil geral da população de 2011 para 2016, o quadro abaixo demonstra um aumento na população adulta e idosa, e paralelamente a diminuição na porcentagem de crianças e de adolescentes.

⁵⁴ Por exemplo, uma moradora entrevistada na pesquisa qualitativa nos contou que um de seus filhos morreu em um assalto e outro estava preso. Outra disse que um dos seus filhos se casou e outro foi morar com a avó, pois a residência dela ficava mais próxima do trabalho dele.

TABELA 17 - PERFIL DA POPULAÇÃO

	DADOS COHAB-CT 2011		DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Crianças*	340	35,60	70	19,3
Adolescentes	194	20,31	57	15,7
Adultos	411	43,04	204	56,2
Idosos	10	1,05	11	3,3
Ñ sabe/respondeu	-	-	21	5,8
Total	955	100	363	100,0

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

*Crianças: até 11 anos; adolescentes de 12 a 17 anos; adultos de 18 a 59 anos; idosos com 60 anos ou mais;

Ainda sobre o perfil familiar, na pesquisa de campo buscou-se investigar a chefia das famílias, entendida aqui como a pessoa da família responsável por pagar as contas, ou a maior parte delas.

Seguindo o modelo das políticas sociais em geral, o PMCMV passa preferencialmente a titularidade às mulheres como forma de compensação de desigualdades de gênero sobre as relações patrimoniais⁵⁵. Como mostrado antes, 84,2% dos titulares são mulheres. Mas ainda assim, como mostra a tabela a seguir, em 44,2% dos casos os homens são considerados chefes de família. As mulheres sozinhas são chefes em 27,4% dos casos. Enquanto em 16,8% o casal divide as responsabilidades pelo pagamento das contas.

TABELA 18 - CHEFE DE FAMÍLIA

	FREQUÊNCIA	%	% CUMULATIVA
Homem chefe de família	42	44,2%	44,2%
Mulher chefe de família	26	27,4%	71,6%
Casal*	16	16,8%	88,4%
Família em geral**	6	6,3%	94,7%
Sem chefe***	5	5,3%	100%
Total	95	100,0	

FONTE: a autora (2016)

NOTAS:

*Nestes casos o entrevistado declarou que ambos, marido e mulher, dividem as responsabilidades sobre as contas de casa.

**Aqui, a família em geral, para além do núcleo tradicional “marido e mulher”, acrescentando filhos e/ou demais parentes que moram na casa e se dividem para pagar as contas.

⁵⁵ Política de reconhecimento de atributos considerados femininos, como o cuidado da casa e da família, maior responsabilidade para com aos filhos, e, sendo assim, mais preocupada com a manutenção da casa e o pagamento das contas. (Nancy Fraser; Rosângela Santos – COHAB-CT-CT)

***Estes se tratam de famílias com todos os membros desempregados e/ou sem renda no momento da pesquisa e que declararam não ter um chefe por conta da condição.

Cabe colocar que dentre os 15 casos em que os homens são titulares, em 14 eles também são chefes de família, apenas um é a família em geral que contribui.

Mas se olhando a tabela abaixo, nota-se que mesmo os homens sendo declarados na maioria dos casos como “chefe de família”, em relação à contribuição para a composição da renda familiar, a diferença entre homens e mulheres é mínima.

TABELA 19 - FREQUÊNCIA DA CHEFIA FAMILIAR

PESSOA (S) DA FAMÍLIA	FREQUÊNCIA	%	% CUMULATIVA
Casal	29	30,5	30,5
Apenas o homem	28	29,4	59,9
Apenas a mulher	18	18,9	78,8
Mãe e filho/os	10	10,5	89,3
Não há*	5	5,3	94,6
Somente filho/os	2	2,1	96,7
Casal e filho	1	1,5	97,2
Casal e parente	1	1,5	98,7
Pai e filho/os	1	1,5	100,0
Total	95	100	

FONTE: a autora (2016).

Se somar o número de vezes em que os homens aparecem (sejam sozinhos ou com a ajuda de filhos e/ou parentes) apresentam-se 29 casos. Ao fazer o mesmo com as mulheres são 28 casos. Somando os casais às situações (31 casos) são 60 casos em que os homens contribuem e 59 que as mulheres contribuem. Ainda que as mulheres contribuam para a composição da renda familiar em 62,1% dos casos, em apenas 24% deles elas são consideradas “chefe de família”.

Na pesquisa, em alguns casos a mulher contribuía com a maior parte da renda, ou era a única provedora naquele momento, mas ainda assim o marido era tido como “chefe de família”. Neste sentido, trabalha-se com um conceito delicado em que, mesmo explicado no momento da aplicação dos questionários, a interpretação é mais cultural do que econômica⁵⁶.

⁵⁶ Como coloca Sarti (2005, p.57): (...) Cumprir o papel masculino de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, sobretudo quando em precisão; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um ‘chefe masculino’. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o

Assim, o perfil familiar encontrado em 2016, com as variáveis incluídas na pesquisa de campo, é de famílias nucleares compostas por “titular, cônjuge e filhos”. Diferentemente de 2011 em que este modelo de família ficava atrás das compostas apenas pelo titular e seus filhos, muito provavelmente “mães solteiras” ou separadas e seus filhos. Percebe-se uma ligeira melhora na renda, ainda que algumas famílias estejam sem emprego, dado o contexto econômico do momento. Em geral, as famílias se fixaram ao local de moradia, visto que os alugueis e cessões de moradia representam 5%. A mudança principal é em relação às famílias de área de risco e ocupação, por conta do modelo habitacional e as demandas que ele coloca.

A seguir, será analisado o perfil do titular especificamente, e ao final as despesas por domicílio.

4.3 PERFIL DOS TITULARES 2011-2016

A lista da COHAB-CT traz também informações dos titulares, sobre estado civil, escolaridade, renda, ocupação e vínculo empregatício. Na pesquisa de campo buscou-se investigar estas variáveis, para analisar as possíveis mudanças no perfil, e acrescentaram-se cor e religião, temas caros para a Sociologia que permitem uma análise mais adensada sobre o perfil dos beneficiários da política habitacional. Iniciará, então, comparando as mudanças e/ou continuidades ao longo deste processo de quase cinco anos a partir das variáveis contidas nas duas fontes: COHAB-CT e pesquisa de campo.

Como já foi mencionado, a maioria dos titulares em 2011 era de mulheres. Na pesquisa de campo este dado permanece, 84,2% contra 15,8% de homens. A maioria da titularidade feminina corresponde às orientações da Política Nacional de Habitação, que desde 2004 vem priorizando a mulher como forma de diminuir as desigualdades de gênero observadas no processo de ocupação das cidades brasileiras⁵⁷, mas que foi adotada em Curitiba apenas em 2008 (SANTOS: 2012)

papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se alteram.

⁵⁷ Há um longo debate a respeito deste processo, que se materializou na Constituição de 1988 com avanços no campo dos direitos sociais buscando corrigir, ainda que minimamente, algumas das desigualdades de gênero que marcaram o processo de urbanização no Brasil e ocupação das cidades. Apenas a partir da segunda metade do século XX é que alguns avanços ocorrem em relação ao direito da mulher, sempre muito vinculada ao espaço da casa, da família e sob a imagem do marido. Mesmo sendo formulada para compensar as desigualdades de gênero, a política de

A começar pela idade dos titulares, são em ampla maioria adultos entre 30 e 59 anos. Quase 10% são adultos jovens com idade entre 18 e 29 anos e menos de 5% são idosos com 60 anos ou mais.

TABELA 20 - IDADE DO TITULAR PESQUISA DE CAMPO

	ABSOLUTO	%	% ACUMULATIVA
Jovens de 18 a 29 anos	9	9,5	9,5
Adultos entre 30 e 59 anos	82	86,3	95,8
Idosos a partir de 60 anos	4	4,2	100,0
Total	95	100,0	

FONTE: a autora (2016)

Sobre a renda dos titulares, em 2011, a média declarada era de R\$ 766,79, equivalente a 1,4 salários mínimos. Em 2016 a renda média é de R\$ 953,25, caindo para 1,08 salários mínimos. Ainda em 2011, 13,3% dos titulares declaram não ter renda naquele momento; grande parte dos titulares, 38,5%, declararam renda entre 1 e 2 salários mínimos; enquanto 30,5% possuíam renda entre 2 e 3 salários mínimos. Já em 2016, pode-se observar o aumento significativo de titulares sem renda, para 26,3%, e um ligeiro aumento de titulares com renda superior a três salários mínimos:

TABELA 21 - RENDA DO TITULAR ENTRE 2011 E 2016

FAIXAS DE RENDA	ABSOLUTO DADOS COHAB-CT	% DADOS COHAB-CT	ABSOLUTO DADOS PESQUISA DE CAMPO	% DADOS PESQUISA DE CAMPO
Sem renda	30	13,3%	25	26,3%
Até 1 SM	40	17,7%	17	17,9%
De 1 até 2 SM	87	38,5%	41	43,1%
De 2 até 3 SM	69	30,5%	9	9,5%
De 3 até 4 SM	-	-	2	2,1%
De 4 até 5 SM	-	-	1	1,1%
Total	226	100,0%	95	100,0%

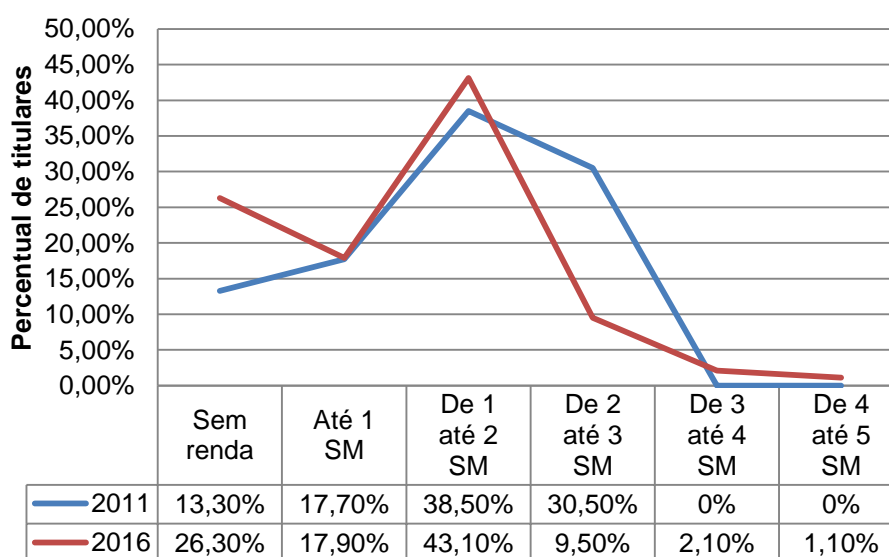
FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

habitação de interesse social justifica em seus documentos oficiais que a mulher é mais responsável do que o homem, acabando por reforçar estereótipos de gênero que responsabilizam a mulher sobre a manutenção e o cuidado da casa, da família e dos filhos. Ver mais na dissertação de mestrado em Gestão Urbana de Rosângela Gomes dos Santos, assistente social da COHAB-CT-CT-CT, que discute a relação entre gênero e moradia no Brasil (2012). Neste trabalho ela também discute o conceito de “chefia familiar” e a titularidade habitacional para famílias chefiadas por mulheres.

Por hipótese, este aumento de titulares sem renda pode ter se dado por conta da crise econômica ou, com uma possível redução nas despesas com aluguel, podem ter deixado de trabalhar e a renda familiar venha do cônjuge. O gráfico a seguir ilustra melhor este aumento dos titulares sem renda, e mostra também um ligeiro aumento de titulares com renda superior a três salários, bem como a queda significativa no número de titulares com renda entre dois e três salários:

GRÁFICO 2 - RENDA DO TITULAR



FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016).

Elaboração Excel

A variável “estado civil” apresentou algumas dificuldades para análise. Primeiro porque a lista da COHAB-CT traz informações sobre o “estado civil legal” e o “estado civil de fato”. De acordo com o trabalho da assistente social da COHAB-CT supracitada, o “estado civil de fato” é aquele declarado pela pessoa no momento do cadastro e que muitas vezes não corresponde a aos documentos oficiais, o “estado civil legal”, podendo trazer complicações no momento da assinatura do contrato do imóvel⁵⁸.

⁵⁸ Santos (2012) exemplifica: Nos casos de titulares com a condição civil como Solteiro de fato, porém não Separado legalmente, o titular deve procurar regularizar a separação legal, para a prevalência da titularidade. Nos casos da União Estável, Cartório e COHAB-CT-CT exigem que o casal assine o contrato na busca de evitar problemas em relação à titularidade diante de situação de venda do imóvel por uma das partes, sem anuência da outra. Nos casos dos titulares casados legalmente, o que é válido é o regime do casamento, de maneira que não é necessário que os dois assinem juntos o contrato ou escritura, porém, nestes casos acrescenta-se a situação do financiamento de maneira que para a COHAB-CT-CT a configuração da titularidade se concentrará neste caso, na figura do

Em todo caso, a tabela seguinte mostra os dois estados:

TABELA 22 - ESTADO CIVIL DOS TITULARES EM 2011

	ESTADO CIVIL LEGAL	%	ESTADO CIVIL DE FATO	%
Solteiro (a)	138	61,1%	56	24,8%
Casado (a)	53	23,5%	23	10,2%
Divorciado (a)	25	11,1%	26	11,5%
Separado (a) judicialmente	5	2,2%	77	34,1%
Viúvo (a)	5	2,2%	42	18,6%
Não informado	-	-	2	9%
Total	226	100%	226	100%

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Em 2011, mesmo com a indefinição do estado civil, percebeu-se que tanto “de fato” como “legal” há um número maior de titulares solteiros. Como Santos (2012) exemplifica, há um número grande de pessoas que se declararam divorciadas/separadas, mas que legalmente estavam casadas. Ou que moravam com um companheiro, mas não eram casadas legalmente, portanto, ainda solteiras.

Na pesquisa de campo foi considerada a situação declarada pelo entrevistado e não a legalidade do estado civil, mas a diferença fundamental observada é a quantidade de titulares que se casaram, seja legalmente ou não, 67,4%. É importante ter em mente a interpretação que o entrevistado faz de sua situação. Por exemplo, declarar-se solteiro por não ter se casado legalmente, mas morar com um companheiro, pode enviesar a amostra.

TABELA 23 - ESTADO CIVIL DO TITULAR EM 2016

	FREQUÊNCIA	%	% ACUMULATIVA
Solteiro	18	18,9	18,9
Casado	64	67,4	86,3
Divorciado/separado	9	9,5	95,8
Viúvo	4	4,2	100,0
Total	95	100,0	

FONTE: a autora (2016).

titular que possui a renda, ou seja, a titularidade perpassa neste caso o circuito das relações econômicas na produção habitacional por meio de parâmetros de comercialização nos financiamentos, que poderá concentrar-se tanto na figura do homem quanto da mulher que possui a renda. (SANTOS, 2012, p. 10-11) Assim, o estado civil pode esbarrar com a titularidade feminina se a mulher casada não possuir renda.

De fato, o aumento no número de casamentos/união estável pode se dar pela segurança que a casa própria traz. Ela traz certa estabilidade comparada ao aluguel e a moradia de favor, sendo possível planejar a vida, casar-se, aumentar a família.

A tabela seguinte mostra a escolaridade do titular, que não apresenta grandes alterações. Em geral a escolaridade é entre o ensino fundamental incompleto, principalmente, e o ensino médio. De acordo com os dados da COHAB-CT, 9,3% dos titulares estavam estudando, o que representa 21 pessoas, das quais sete estavam concluindo o ensino fundamental, oito concluindo o ensino médio e seis estavam concluindo um curso superior. Na pesquisa de campo quatro titulares entrevistados declararam estar estudando, ou seja, menos de 5% dos titulares. Dois cursando o ensino fundamental e o ensino médio e outros dois cursando o ensino superior.

TABELA 24 - ESCOLARIDADE DO TITULAR 2011-2016

ESCOLARIDADE	DADOS COHAB-CT 2011		DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Sem escolaridade	4	1,8%	1	1,1%
Ensino fundamental incompleto	106	46,9%	43	45,2%
Ensino fundamental completo	15	6,6%	3	3,2%
Ensino médio incompleto	32	14,2%	10	10,5%
Ensino médio completo	56	24,8%	29	31%
Ensino superior incompleto	7	3,1%	6	6,3%
Ensino superior completo	6	2,7%	3	3,2%
Total	100,0	226	95	100

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016).

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Quanto à ocupação dos titulares em 2011, pode-se observar como mostra a tabela a seguir, que o perfil em geral é de trabalhadores ligados ao setor de serviços. A tabela não está separada por sexo, mas os dados da COHAB-CT mostram que dentre as mulheres que trabalham⁵⁹, 36% delas estão ligadas às áreas de serviços domésticos (diaristas e empregadas domésticas) e de limpeza e conservação (auxiliares de limpeza, e serviços gerais e zeladoras). Já os homens,

⁵⁹ Importante colocar que 50 titulares não contêm informação precisa sobre a atividade, aparecem em branco na lista da COHAB-CT-CT, descritos na tabela abaixo como “não informado”. São 43 mulheres e um homem que podem se encaixar tanto em “do lar” quanto “desempregados”. Apenas na tabela do vínculo empregatício aparecem as situações “não trabalha” e “outro”, mas isto será discutido adiante. Quanto é colocado “dentre os que trabalham”, são descontados os “não informados”, além de “aposentados”, “pensionistas”, “do lar” e “desempregados”.

na mesma situação, dentre os que trabalham, 28,1% estão ligados à indústria da construção civil (pedreiros, pintores e gesseiros). Mostra um perfil ocupacional tradicional para a população de baixa renda, onde o homem trabalha na construção civil (constrói a casa) e a mulher na área da limpeza (cuida da casa).

Em seguida às áreas de serviços domésticos e de limpeza e conservação, das mulheres trabalhadoras titulares em 2011, 15,8% trabalhavam no ramo do comércio. Sendo 9,3% delas como vendedoras e 5,7% como auxiliares de vendas e operadoras de caixa. Uma é gerente. Em terceiro lugar, há um destaque também, ainda no ramo de serviços, para os serviços de beleza e cuidados pessoais, contando com 8,6% das trabalhadoras cabelereiras e manicures.

Em relação aos homens, além da construção civil, se colocam também no ramo do comércio (12,5) como vendedores, sendo um comerciante empregador, e no ramo do transporte trabalhando como motoristas (9,4%),

Em 2016 este perfil não sofre grandes alterações. Cabe destacar que o percentual de mulheres trabalhadoras na área doméstica e de limpeza tenha subiu de 36% para 47%. Se antes a maioria era diarista ou empregada doméstica, agora a situação se inverte e a maioria passa a ser de auxiliares de limpeza e de zeladoras⁶⁰. Há também um número considerável de donas de casa que representa 25% do total de titulares em 2016, o que não foi coletado com precisão nos dados da COHAB-CT, como foi colocado anteriormente. Os homens trabalhadores também permanecem, em grande parte, ligados à construção civil, 30% deles.

Já sobre o vínculo empregatício, em 2011 41,2% dos titulares estavam empregados com carteira registrada, enquanto apenas 2,2% estava empregado sem registro. Os autônomos em geral representavam 31,4% dos titulares, sendo que 4,4 deles contribuíam para a previdência social. Os dados mostram que 19,5% não trabalhavam na época, podendo incluir tantos as donas de casa, como os desempregados, como não havia nenhuma especificação sobre estes nos dados fornecidos. 4,4% dos titulares eram aposentados e havia um empregador (provavelmente o único comerciante).

Em 2016 há um aumento dos titulares empregados com registro, de 41,2% para 49,5%. Paralelo a isto há também uma diminuição significativa de

⁶⁰ Por hipótese há uma mudança no perfil ocupacional e no vínculo empregatício, tendo em vista a mudança na legislação trabalhista (PEC das Domésticas em 2013), que impactou de maneira geral na contratação destas profissionais. Com isto, houve também um aumento de contratação de diaristas, o que, por outro lado, elevou o preço destes serviços.

trabalhadores autônomos, que caem mais da metade, de 31,4% para 12,6%. As donas de casa representam 21,1%, enquanto os titulares que declararam estar desempregados no momento da pesquisa representam 8,4%.

TABELA 25 - VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO TITULAR 2011-2016

VÍNCULO	DADOS COHAB-CT		DADOS PESQUISA DE CAMPO 2016	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Empregado com vínculo	93	41,2%	47	49,5%
Empregado sem vínculo	5	2,2%	2	2,1%
Autônomo com/sem previdência*	71	31,4%	12	12,6%
Empregador	1	0,4%	-	-
Aposentado/pensionista**	10	4,4%	4	4,3%
Não trabalha***	44	19,5%	28	29,4%
Outro	2	0,9%	-	-
Não informado	-	-	2	2,1%
Total	226	100,0		

FONTE: COHAB-CT (2011); a autora (2016).

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

*A COHAB-CT separa por “autônomo com previdência” e “autônomo sem previdência”. Na pesquisa de campo não especificamos esta situação.

**Nos dados da COHAB-CT constam apenas aposentados; na pesquisa de campo encontramos um pensionista.

***Os dados da COHAB-CT não especificam se são desempregados ou donas de casa; na pesquisa de campo encontramos 20 donas de casa e oito desempregados, então agregamos como “não trabalha”, tomando a condição “dona de casa” como um “não trabalho” no sentido econômico, mesmo sabendo que se tratam de situações diferentes.

Estas são as variáveis comparáveis ao longo deste processo, de 2011 a 2016. O que se percebe, em geral, é uma queda nos rendimentos dos titulares. Mas é importante também ter em vista a interpretação do que é rendimento pelo entrevistado no momento da aplicação do questionário – em muitos casos não foi o titular quem respondeu – e o que a COHAB-CT consultou no momento da seleção das famílias. Mas o que fica claro, a partir da fala de muitos entrevistados, é a situação de desemprego recente por conta da crise econômica⁶¹. Já o perfil educacional não alterações significativas – talvez a diminuição no número de titulares que estão estudando que caiu um pouco. Também não se altera significativamente o perfil ocupacional, em geral os titulares estão no ramo de serviços, as mulheres mais ligadas à área de limpeza e os homens estão no ramo

⁶¹ Ao responder sobre o chefe da família, muitas mulheres justificavam “é meu marido, mas agora ele tá desempregado, então eu que tô sustentando a casa.” E sobre a religião, muitos entrevistados ao responder ao questionário diziam ser “católicos pelo batismo, mas hoje frequento a evangélica.”

da indústria da construção civil. Outra mudança significativa é em relação ao estado civil, pois houve um aumento considerável de titulares casados (legalmente ou não), mesmo com toda a fragilidade desta variável com a interpretação que o entrevistado faz da sua situação. Mesmo em situações em que o entrevistado morava com um companheiro, mas se declarava solteiro por não ser casado legalmente, escolhemos utilizar o estado de preferência do entrevistado. Neste sentido o número de casados pode ser ainda maior.

Os dados a seguir são sobre cor e religião e foram coletados apenas na pesquisa de campo e contribuem para adensar a análise sobre o perfil atual dos titulares. A tabela a seguir mostra que a maioria dos titulares se declara branco, 61%. Os declarados pardos representam 38% dos titulares. Os declarados pretos 7,4%. Um titular se declarou amarelo. Já sobre a religião, a maioria é evangélica, 51,6%. Enquanto 41% dos titulares são católicos. 4,2% deles declara não ter religião. 2,1% são mórmons e um titular se declara espírita.

TABELA 26 - RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E COR DOS TITULARES

RELIGIÃO	COR					Total
	BRANCO	PARDO	PRETO	AMARELO	NÃO INFORMADO	
Evangélica	31,6% (30)	14,7% (14)	2,1% (2)	1,1% (1)	2,1% (2)	51,6% (49)
Católica	25,3% (24)	7,4% (7)	4,2% (4)	-	4,1% (4)	41,1% (39)
Não tem	1,1% (1)	1,1% (1)	1,1% (1)	-	1,1% (1)	4,4% (4)
Mórmon	2,1% (2)	-	-	-	-	2,1% (2)
Espírita	1,1% (1)	-	-	-	-	1,1% (1)
Total	61,1% (58)	23,2%(22)	7,4% (7)	1,1% (1)	7,4% (7)	100% (95)

FONTE: a autora (2016)

NOTAS:

*Aqui diz respeito a 100% do total de titulares em relação à religião e à cor. A mesma regra vale para as tabelas 27 a 30.

Interessante observar na tabela cruzada que dentre os brancos e pardos a maioria é evangélica. Dentre o total de brancos, 51,7% são evangélicos e dentre os pardos são 63,6%. Ao contrário dos declarados pretos que, mesmo sendo uma pequena parcela dos titulares, são de maioria católica (57,1%)⁶².

⁶² De acordo com a pesquisa do DIESSE (2016, p.19-20), a população de Curitiba é composta por 78,8% brancos e 19,7% negros (16,9% pardos e 2,8% pretos). A mesma pesquisa coloca que em geral a população negra (pardos e pretos) se concentra nos bairros mais populosos da cidade, como Cidade Industrial de Curitiba, Cajuru e Sítio Cercado. O bairro Tatuquara possui a maior

A partir daí é possível também analisar as relações entre religião, cor, escolaridade e renda. Na próxima tabela vemos a relação entre religião e escolaridade.

TABELA 27 - RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E RELIGIÃO

ESCOLARIDADE	RELIGIÃO					Total
	EVANGÉLICA	CATÓLICA	NÃO TEM	MÓRMON	ESPÍRITA	
Sem escolaridade	1,1% (1)	-	-	-	-	1,1%(1)
Fund. Incompleto	26,3% (25)	17,9% 17	1,1% (1)	-	-	46,3% (44)
Fund. Completo	1,1% (1)	1,1% (1)	1,1% (1)	-	-	3,2% (3)
Médio Incompleto	7,4% (7)	3,2% (3)	-	-	-	10,5% (10)
Médio Completo	10,5% (10)	16,8% (16)	2,1% (2)	1,1% (1)	-	29,5% (28)
Superior Incompleto	5,3% (5)	1,1% (1)	-	-	-	6,3% (6)
Superior Completo	-	1,1% (1)	-	1,1% (1)	1,1% (1)	3,2% (3)
Total	51,6% (49)	40% (39)	4,2% (4)	2,1% (2)	1,1% (1)	100% (95)

FONTE: a autora (2016).

Pode-se observar que o perfil dos titulares é de maioria evangélica e com pouca escolaridade, até o ensino fundamental completo. Em geral os católicos apresentam maior escolaridade, representando 19% daqueles com ensino médio completo como escolaridade mínima, comparado aos evangélicos na mesma situação que representam 15,8%. Mas deve-se destacar que dentre os titulares com escolaridade entre ensino superior incompleto e completo, mais da metade são evangélicos. Em geral, mesmo que em número pouco expressivo, os mórmons e espíritas têm o maior grau de escolaridade.

Relacionando religião e renda, nota-se na tabela seguinte que a porcentagem de famílias com renda inferior a três salários mínimos é ligeiramente maior entre os titulares evangélicos. 81,6% dos evangélicos (dentre os 49 titulares) têm renda inferior a três salários mínimos, enquanto os católicos apresentam 79,5% (dos 39 titulares) de famílias com mesma renda. Dentre os evangélicos, 12,9% apresentam renda inferior a um salário mínimo. O que é mais expressivo do que os católicos, que contam com 8,2% do total de suas famílias com renda inferior a um salário. Em geral, ao mesmo tempo em que concentram mais famílias com renda menor comparado ao total de titulares, os evangélicos também apresentam mais famílias com renda superior a três salários mínimos. Mas se analisarmos separadamente as

concentração de pardos, comparado aos demais bairros da capital (31,3%). Ainda assim, os brancos são a maioria, representando 65,1%, e os negros 3% da população total do bairro.

religiões, dentre os evangélicos, 18,4% (dos 49 titulares) têm renda familiar superior a três salários. Já entre os católicos, 20,5% (dos 39 titulares) apresentam renda familiar superior a três salários. Importante destacar que os mórmons além de apresentar maior escolaridade, apresentam maior renda familiar.

TABELA 28 - RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E RENDA FAMILIAR

RELIGIÃO	RENDA FAMILIAR					Total
	ATÉ 1 SM	ENTRE 1 E 2 SM	ENTRE 2 E 3 SM	ENTRE 3 E 4 SM	ENTRE 4 E 5 SM	
Evangélica	6,3% (6)	21% (20)	14,7% (14)	6,3% (6)	3,2% (3)	51,6% (49)
Católica	3,2% (3)	14,7% (14)	14,7% (14)	7,4% (7)	1,1% (1)	41% (39)
Não tem	-	2,1% (2)	1,1 (1)	-	1,1% (1)	4,2% (4)
Mórmon	-	-	-	1,1% (1)	1,1% (1)	2,1% (2)
Espírita	-	-	1,1% (1)	-	-	1,1% (1)
Total	9,5% (9)	37,9% (36)	31,6% (30)	14,7% (14)	6,3% (6)	100% (95)

FONTE: a autora (2016)

Agora, relacionando a cor dos titulares com a escolaridade. A maior parte dos titulares que se declararam brancos possui escolaridade superior ao ensino médio. Enquanto a maioria dos pardos tem escolaridade inferior ao ensino fundamental completo. Já os declarados pretos têm sua maioria com escolaridade superior ao ensino médio completo. Em geral, os brancos possuem mais escolaridade, com um número mais expressivo de titulares com ensino superior no mínimo iniciado.

TABELA 29 - RELAÇÃO ENTRE COR E ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	COR					Total
	BRANCO	PARDO	PRETO	AMARELO	NÃO INFORMADO	
Sem escolaridade	1,1% (1)	-	-	-	-	1,1% (1)
Fund. Incompleto	25,3% (24)	12,6% (12)	3,2% (3)	1,1% (1)	3,2% (3)	46,3% (44)
Fund. Completo	-	1,1% (1)	-	-	2,1% (2)	3,2% (3)
Médio incompleto	5,3% (5)	4,2% (4)	-	-	1,1% (1)	10,5% (10)
Médio completo	22,1% (21)	5,3% (5)	3,2% (3)	-	-	29,5% (28)
Superior incompleto	4,2% (4)	-	1,1% (1)	-	1,1% (1)	6,3% (6)
Superior completo	3,2% (3)	-	-	-	-	3,2% (3)
Total	61% (58)	23,2% (22)	7,4% (7)	1,1% (1)	7,4% (7)	100% (95)

FONTE: a autora (2016).

Em relação à cor e renda, comparando brancos e pardos, os últimos apresentam ligeiramente menor renda familiar que os primeiros. Dentre os pardos, 81,8% têm renda inferior a três salários mínimos, enquanto dentre os titulares

brancos as famílias com a mesma renda representam 81%. Dentre os declarados pretos, ainda que sejam minoria, 57,1% possuem renda inferior a três salários, enquanto 42,9% possuem renda entre três até cinco salários mínimos. Já os brancos com renda familiar superior a isto representam 19%, enquanto os pardos na mesma condição representam 18,2%. Em geral os titulares declarados pardos possuem renda familiar mais baixa que os demais titulares.

TABELA 30 - RELAÇÃO ENTRE COR E RENDA FAMILIAR

RENDA FAMILIAR	COR DO TITULAR					Total
	BRANCO	PARDO	PRETO	AMARELO	NÃO INFORMADO	
Até 1 SM	7,4% (7)	2,1% (2)	-	-	-	9,5% (9)
Entre 1 e 2 SM	20% (19)	10,5% (10)	3,2% (3)	1,1% (1)	3,2% (3)	37,9% (36)
Entre 2 e 3 SM	22,1% (21)	6,3% (6)	1,1% (1)	-	2,1% (2)	31,6% (30)
Entre 3 e 4 SM	8,4% (8)	3,2% (3)	1,1% (1)	-	2,1% (2)	14,7% (14)
Entre 4 e 5 SM	3,2% (3)	1,1% (1)	2,1% (2)	-	-	6,3% (6)
Total	61% (58)	23,2% (22)	7,4% (7)	1,1% (1)	7,4% (7)	100% (95)

FONTE: a autora (2016).

Estas variáveis analisadas na pesquisa de campo demandaram uma leitura, ainda que rasa, em sociologia da religião, uma vez que os dados mostram que os evangélicos são maioria no conjunto habitacional e são também ligeiramente mais pobres.

Há uma longa discussão sobre o crescimento no número de evangélicos (pentecostais e neopentecostais) desde a metade do século XX, inclusive questionamentos se a consolidação do capitalismo e a racionalização das relações do Brasil poderiam estar associadas a este aumento, mas pesquisas mostraram que o perfil socioeconômico dos evangélicos era muito inferior em relação aos católicos em geral. Todavia, muitas variações regionais se colocavam, como o catolicismo e a pobreza no nordeste. O que fica claro é que as igrejas evangélicas se mostram mais acessíveis. Possuem grande espaço na mídia e possuem grande número de templos. A Igreja Católica, com toda tradição, está menos presente nos espaços periféricos da cidade. É também um espaço e um meio de constituição de relações de sociabilidade que se estendem em visitas, encontros em casa, grupos de jovens e mulheres. E neste sentido, nos momentos de crise, desemprego e doença na família, a igreja aparece como um espaço para se buscar respostas e renovar a esperança por melhorias. Isto poderia explicar maior adesão das pessoas de baixa

renda às igrejas evangélicas. E no caso do conjunto habitacional, com temas como crime e drogas perpassando o cotidiano dos moradores, além das questões como desemprego, endividamento e doença, a igreja se coloca muitas vezes como o único espaço para além da casa e da sociabilidade primária. Estes são apontamentos feitos com base em leituras ainda rasas sobre o tema que se mostra bastante complexo, que não cabe ser explorado a fundo nesta pesquisa.

Com tudo isto, é possível traçar o perfil geral de titular. Trata-se em sua maioria de mulheres, trabalhadoras, mães, casadas, brancas e evangélicas, com escolaridade média entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo, e renda média entre um e dois salários mínimos.

4.4 DADOS ECONÔMICOS SOBRE O DOMICÍLIO: DESPESAS E RELAÇÃO DE PROPRIEDADE

Um dos objetivos da pesquisa de campo era saber se a política habitacional havia proporcionado uma melhora de vida para as famílias beneficiárias não só no que diz respeito à segurança da casa própria, mas também sobre o comprometimento da renda familiar com as despesas de aluguel entre outras despesas fixas relacionadas a casa, como água, luz, gás e telefone, nos casos existentes. Mas a listagem da COHAB-CT não trazia informações precisas sobre as despesas familiares.

A assistente social responsável pela implantação do conjunto habitacional Vila Mariana e que forneceu os materiais sobre o mesmo, informou que o conceito de despesas é com base no Cadastro Único Nacional. De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, as despesas dizem respeito aos valores fixos pagos pela moradia como aluguel, energia elétrica, água, gás e inclui outros valores como alimentação, transporte, entre outros. Neste sentido, não ficou clara a composição das despesas declaradas naquele período, dificultando a comparação entre os valores daquele período e atualmente.

Na pesquisa de campo buscou-se colher informações sobre o valor atual da prestação do apartamento (ou aluguel, nos casos convenientes), do condomínio (que inclui um valor médio variável de acordo com as obras e manutenções realizadas dentro do condomínio que é dividido coletivamente, além da água e do gás, cobrados individualmente de acordo com o consumo do morador), da energia

elétrica e do telefone (incluindo TV à cabo e internet, nos casos convenientes). Sendo assim, o conceito de despesa utilizado na pesquisa diz respeito às despesas fixas (prestação, condomínio, luz e telefone). Não é possível realizar uma análise precisa da elevação ou da diminuição das despesas ao longo dos cinco anos. Mas nos permite ter ideia do comprometimento da renda atual das famílias.

A tabela abaixo mostra o percentual da renda familiar comprometido com as despesas declaradas em 2011. Pode-se observar que a maioria das famílias, 50,9%, tinha mais da metade de sua renda comprometida com as despesas. Enquanto 49,1% tinha menos da metade da renda comprometida. Como não há valores exatos sobre a composição da despesa declarada, não temos como calcular o peso do aluguel propriamente sobre a renda familiar.

TABELA 31 - PERCENTUAL DA RENDA FAMILIAR COMPROMETIDA COM DESPESAS 2011

	ABSOLUTO COHAB-CT	%	% ACUMULATIVA
Até 25% da renda familiar	24	10,6%	10,6%
De 25,1% até 50%	87	38,5%	49,1%
De 50,1% até 75%	82	36,3%	85,4%
De 75,1% até 100%	27	11,9%	97,3%
Acima de 100%	6	2,7%	100%
Total	226	100%	

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora.

Já em 2016, as despesas declaradas pelos entrevistados⁶³ somam prestação, condomínio, luz e telefone fixo⁶⁴. Seguindo a mesma lógica, a tabela a seguir mostra o percentual da renda familiar declarada na pesquisa de campo comprometido com as despesas fixas:

⁶³ A partir daqui, nos casos convenientes, algumas tabelas contarão com os cem moradores entrevistados, incluindo as cessões e os aluguéis.

⁶⁴ Do total dos entrevistados, 54,7% possuem telefone fixo.

TABELA 32 - PERCENTUAL DA RENDA FAMILIAR COMPROMETIDA COM DESPESAS FIXAS 2016

	ABSOLUTO PESQUISA DE CAMPO	%	% ACUMULATIVA
Até 25% da renda familiar	43	43%	42,1
De 25,1% até 50%	42	42%	85,2
De 50,1% até 75%	11	11%	95,7
De 75,1% até 100%	-	-	-
Acima de 100%	4	4%	100,0
Total	100	100%	

FONTE: a autora (2016).

Aqui se vê que pouco mais de 85% das famílias comprometem menos da metade da renda familiar em despesas fixas. Por hipótese os inquilinos teriam um comprometimento maior da renda, por conta do aluguel. Mas um deles compromete 23% da renda familiar e o outro 33,5%. Os três entrevistados com moradia cedida comprometem 20%, 23,4% e 57,1% respectivamente. Este último, com comprometimento mais alto apresenta renda familiar de apenas um salário mínimo. Para ter uma ideia melhor deste comprometimento, a tabela a seguir cruza a renda e o total de despesas:

TABELA 33 - RELAÇÃO ENTRE RENDA E PERCENTUAL DE DESPESAS

RENDA FAMILIAR	PERCENTUAL DA RENDA COMPROMETIDA					Total
	ATÉ 25% DA RENDA FAMILIAR	DE 25 A 50% DA RENDA FAMILIAR	DE 50 A 75% DA RENDA FAMILIAR	DE 75 A 100% DA RENDA FAMILIAR	ACIMA DE 100% DA RENDA FAMILIAR	
Até 1 SM	4	3	2	-	1	10
De 1 a 2 SM	13	16	5	-	3	37
De 2 a 3 SM	14	15	2	-	0	31
De 3 a 4 SM	8	7	1	-	0	16
De 4 a 5 SM	4	1	1	-	0	6
Total	43	42	11	-	4	100

FONTE: a autora (2016)

Em geral, em todas as faixas de renda a maioria das famílias compromete até 50% da renda total com despesas fixas. 43% das famílias comprometem menos de um quarto de suas rendas com despesas fixas. Destas, 72% têm renda inferior a três salários mínimos. em seguida, 42% do total de famílias comprometem entre um quarto e a metade da renda total com as despesas fixas, sendo que dentre estas, 81% têm renda inferior a três salários mínimos. 15% de todas as famílias comprometem mais da metade de sua renda familiar. Destas com maior comprometimento, 86% têm renda inferior a três salários mínimos. Cabe destacar

que quatro famílias com renda inferior a dois salários mínimos possuem despesas acima da renda total. O comprometimento da renda familiar com despesas acima de 100% pode indicar o endividamento familiar, bem como rendas adicionais resultantes de atividades não declaradas na pesquisa⁶⁵.

Sobre o valor da prestação especificamente, o valor médio pago é de R\$ 60,23, equivalente a menos de 5% da renda média declarada pelos titulares. Pelo menos em 79% dos casos, como mostra a tabela abaixo, o valor da prestação compromete até 5% da renda familiar. Para estes o PMCMV cumpre seus objetivos de subsidiar moradias com baixo custo para as famílias de baixa renda.

TABELA 34 - PORCENTAGEM DO VALOR DA PRESTAÇÃO EM

	FREQUÊNCIA	%	% ACUMULATIVA
Até 5%	75	79,0	79,0
De 5% a 10%	14	14,7	93,7
De 10% a 15%	2	2,1	95,8
De 15% a 20%	1	1,1	96,8
De 20% a 25%	1	1,1	97,9
Acima de 25%	2	2,1	100,0
Total	95*	100,0	

FONTE: a autora (2016)

NOTAS:

*Aqui trabalhou apenas com os titulares por se tratar do valor da prestação do financiamento habitacional.

Entre os entrevistados com moradia cedida, apenas um não declarou não contribuir para o pagamento da moradia. Os demais declararam que ambos contribuirão com R\$ 200,00. Os inquilinos, também ambos, pagam R\$550,00 de aluguel com o condomínio incluso. A renda média dos cedidos é de R\$ 1660,00, equivalente a 1,9 salários mínimos (inferior à renda média dos titulares) e o valor pago pela moradia é equivalente a 12% da renda média. Se subtrair dos aluguéis o valor médio pago pelo condomínio, que é de R\$ 218,55, o valor do propriamente pago é de R\$ 331,45, equivalente a 5,5 vezes o valor médio da prestação. Como a renda média dos inquilinos é de R\$ 2720,00 (equivalente a 3,1 salários mínimos), o valor do aluguel, extraído o condomínio, é equivalente a 12,2% da renda média destes moradores. Ou seja, cedidos e inquilinos pagam aproximadamente o mesmo

⁶⁵ Exemplos a serem citados como prostituição, tráfico de drogas ou ajuda de familiares, amigos e vizinhos aparecem na pesquisa qualitativa.

valor pela moradia, ainda que os primeiros tenham menor poder aquisitivo que os últimos. Ambos pagam mais para morar que a grande maioria dos titulares.

Em valores reais, a tabela a seguir mostra que a grande maioria dos moradores para até R\$ 100,00 de prestação.

TABELA 35 - VALORES PAGOS PELA PRESTAÇÃO DO APARTAMENTO

	FREQUÊNCIA	%	% ACUMULATIVA
Até R\$ 25,00	5	5%	5%
De R\$ 25,01 até R\$ 50,00	26	26%	31%
De R\$ 50,01 até R\$ 75,00	57	57%	88%
De R\$ 75,01 até R\$ 100,00	4	4%	92%
Acima de R\$ 100,00	8	8%	100%
Total	100	100,0	

FONTE: a autora (2016)

Um cedido não contribui para o pagamento da moradia; mas os outros dois declararam contribuir em média com R\$ 200 para o pagamento da moradia. Os inquilinos, ambos pagam R\$ 550,00 de aluguel incluindo o condomínio. Subtraindo o valor médio do condomínio que é R\$218,55, para termos uma ideia, o valor só do aluguel fica em R\$ 331,45, o que representa 5,5 vezes o valor da prestação do apartamento.

O modelo de produção habitacional por conjuntos habitacionais verticais coloca para os moradores o pagamento da taxa de condomínio, que serve para custear a manutenção do espaço e possíveis obras. O conjunto Vila Mariana conta com portaria 24h, serviço tático de segurança, serviço de limpeza das áreas comuns de segunda a sábado. O valor médio pago, como foi adiantado, é de R\$ 218,55. Na tabela abaixo é possível ver que grande parte dos moradores paga até R\$ 200,00. Os entrevistados com moradia cedida pagam entre R\$ 180,00 e R\$ 200,00. Como os inquilinos informaram pagar R\$ 550,00 pela moradia com o condomínio incluso, deduzimos o valor médio pago, na faixa entre R\$ 200,00 e R\$ 220,00.

TABELA 36 - RELAÇÃO RENDA FAMILIAR E VALOR PAGO PELO CONDOMÍNIO

RENDA FAMILIAR	VALOR DO CONDOMÍNIO						Total
	ATÉ R\$ 180,00	DE R\$ 180,01 A R\$ 200,00	DE R\$ 200,01 A R\$ 220,00	DE R\$ 220,01 A R\$ 240,00	DE R\$ 240,01 A R\$ 260,00	ACIMA DE R\$ 260,01	
Até 1 SM	-	5	1	-	3	1	10
De 1 a 2 SM	2	12	10	5	5	3	37
De 2 a 3 SM	2	13	8	6	1	1	31
De 3 a 4 SM	1	4	6	2	3	-	16
De 4 a 5 SM	-	3	2	1	-	-	6
Total	5	37	27	14	12	5	100

FONTE: a autora (2016)

O valor médio do condomínio equivale a 11,5% da renda familiar dos titulares, 13,2% da renda familiar dos “cedidos” e 8% da renda familiar dos inquilinos. Ele também equivale a 3,6 vezes o valor médio da parcela. O que na mesma proporção, no mercado imobiliário, significaria pagar, por exemplo, R\$ 1000,00 de prestação e R\$ 3600,00 de condomínio. A tabela a seguir mostra em maiores detalhes a média do comprometimento da renda familiar com a taxa de condomínio.

TABELA 37 - RELAÇÃO ENTRE RENDA FAMILIAR E COMPROMETIMENTO DESTA RENDA COM O CONDOMÍNIO

RENDA FAMILIAR	PORCENTAGEM COMPROMETIDA COM CONDOMÍNIO						Total
	ATÉ 5%	ENTRE 5 E 10%	ENTRE 10 E 15%	ENTRE 15 E 20%	ENTRE 20 E 25%	ACIMA DE 25%	
Até 1 SM	-	-	-	-	3	7	10
De 1 a 2 SM	-	-	15	13	7	2	37
De 2 a 3 SM	-	17	14	-	-	-	31
De 3 a 4 SM	1	15	-	-	-	-	16
De 4 a 5 SM	3	3	-	-	-	-	6
Total	4	35	29	13	10	9	100

FONTE: a autora (2016)

A tabela mostra a proporção do comprometimento da renda das famílias em relação à taxa de condomínio. Obviamente, quanto maior a renda familiar menor o comprometimento da renda. Podemos observar que das 10 famílias com renda até um salário mínimo, sete compromete acima de um quarto da renda com a taxa, o que, por hipótese, pode indicar o endividamento das famílias. E neste sentido o PMCMV, no modelo de produção de condomínios coloca para as famílias o peso da taxa de condomínio. Pois, embora o comprometimento da renda com moradia tenha caído em função de não terem mais que pagar aluguel, a taxa de condomínio acaba consumindo boa parte da renda de muitas famílias. É sabido que o condomínio

proporciona serviços de segurança e limpeza que gera de certa forma algum conforto para os moradores. Mas tendo em vista o perfil socioeconômico desta população e o acesso ao condomínio ter sido através de uma política de habitação de interesse social, os valores condominiais se equiparam a empreendimentos de classe média.

Cabe colocar também que das cem famílias entrevistadas, 13 declararam receber auxílio de programas sociais como o “Programa Bolsa Família”. A tabela seguinte mostra a renda *percapita* das famílias, tendo em vista que para receber o benefício, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, as famílias devem ter renda máxima de R\$ 170,00 por pessoa.

TABELA 38 - RENDA PERCAPTA

	FREQUÊNCIA	%	% ACUMULATIVA
Até R\$ 85*	3	3%	3%
Entre R\$85 e 170	2	2%	5%
Acima de R\$ 170	95	95%	100%
Total	100	100%	

FONTE: a autora (2016)

NOTAS:

*De acordo com as informações do Ministério supracitado, famílias com renda percapita inferior a R\$85 são consideradas em situação de extrema pobreza. Famílias com renda entre R\$85 e R\$170 são consideradas em situação de pobreza.

Ainda que se trate de uma população com renda média entre um e três salários mínimos, considerada baixa renda, tomando a classificação da renda percapita dada pelas instituições, poucas são as famílias consideradas pobres ou extremamente pobres. Mas se levarmos em consideração as despesas discutidas anteriormente temos famílias com um alto comprometimento de suas rendas com despesas básicas, elevadas sobretudo por conta da taxa de condomínio.

Outro dado importante levantado na pesquisa de campo foi o uso da casa para atividades de geração de renda. Dentre os cem domicílios pesquisados, 14 deles eram utilizados de alguma forma para gerar renda.

Como mostra a tabela abaixo, na maioria dos casos são as mulheres que utilizam a casa como espaço de trabalho e geração de renda. Cabe colocar que as atividades estão ligadas ao cuidado, são atividades manuais e serviços de beleza, cosméticos e alimentação. Já os homens, em menor número, realizam atividades de conhecimento técnico que necessitam de capacitação profissional. Mais uma vez

correspondendo ao perfil tradicional relatado na literatura sociológica brasileira sobre o lugar e o trabalho das mulheres, fortemente marcados pelo espaço da casa e o cuidado da família.

TABELA 39 - ATIVIDADES REALIZADAS EM CASA

	ATIVIDADES	Nº DE CASOS
MULHERES:	Costura e artesanato	4
	Cuidado de crianças	1
	Produção e venda de alimentos	4
	Revenda de cosméticos	1
	Serviços estéticos	2
HOMENS:	Design gráfico	1
	Serviços de informática	1
Total:		14

FONTE: a autora (2016).

4.5 SELEÇÃO DA AMOSTRA QUALITATIVA

Com base nos dados colhidos, concluiu-se que o perfil do universo é de famílias compostas por pai, mãe e filhos, com renda média entre dois e três salários mínimos. Em geral o casal trabalha e contribui para a renda familiar, ainda que na grande maioria das vezes o homem é considerado chefe da família. Ao contrário, ampla maioria dos titulares é de mulheres que acessaram o PMCMV através “da fila” da COHAB-CT. Em geral estas famílias se fixaram ao conjunto habitacional. O perfil geral dos titulares é de mulheres, brancas ou pardas, evangélicas com pouca escolaridade, que, quando não são donas de casa, trabalham no setor de serviços na área da limpeza, como diaristas, empregadas domésticas ou zeladoras.

Foi possível notar uma relativa melhora na renda de algumas famílias, ao mesmo tempo em que outras diminuíram suas rendas e acabaram se endividando. Mas, em geral, trata-se de uma população que apresenta um percentual alto de sua renda comprometido com despesas básicas de casa. A composição familiar sofreu alterações ao longo deste processo passando a corresponder ao um perfil de família nuclear, tendo em vista que no momento da seleção das famílias, grande maioria destas era composta apenas por titulares e filhos. O perfil da população é de pessoas jovens, que a partir da inserção no PMCMV e do acesso à casa própria, constituíram suas famílias.

De acordo com os perfis de família e de titulares, buscou selecionar uma amostra diversificada em relação às variáveis: origem, composição e renda familiar; cor, religião, escolaridade e ocupação do titular.

Em relação à família, vimos que a grande maioria era oriunda “da fila” e que apenas três declararam ser “da ocupação”. Apenas uma família “da ocupação” confirmou participar da pesquisa, mas no momento da entrevista a informação dada era de que tal família morava de aluguel em uma área do bairro Uberaba. A composição familiar variou principalmente entre “titular, cônjuge e filhos” e “titular e filhos”, com um número de integrantes entre dois e cinco. Sobre a renda familiar, buscou selecionar a maioria entre um e três salários mínimos, alguns com renda entre três e cinco salários. Sobre os titulares, buscou-se mais brancos e evangélicos, mas também pardos e católicos. Escolaridade entre o ensino fundamental incompleto e o ensino médio completo, e pelo menos um com ensino superior. Sobre a ocupação, buscou-se donas de casa, trabalhadores das áreas de limpeza, alimentação e construção civil.

Importante colocar que se tentou acrescentar mais católicos, mas percebeu-se que muitos responderam no questionário a religião de batismo, mas atualmente frequentam outras igrejas. Outro dado foi a tentativa de selecionar um ou dois titulares homens, mas confrontando a informação do questionário e a listagem da COHAB-CT notamos que eram as mulheres as titulares na realidade. Os quadros a seguir mostram o perfil geral dos titulares e das famílias. Mais informações estão nos apêndices.

QUADRO 2 - PERFIL GERAL DAS FAMÍLIAS SELECIONADAS

		Nº família	Bairro de	Composição familiar	Nº integrantes	Renda
Origem	Ocupação*	1	Uberaba	Titular e filhos	4	1 SM
	Fila	2	CIC	Titular, cônjuge, filhos e parente	4	2 e 3 SM
		3	Cajuru	Titular e filhos	2	4 e 5 SM
		4	Pinheirinho	Titular e filhos	4	3 e 4 SM
		5	CIC	Titular cônjuge e filhos	4	1 e 2 SM
		6	Boqueirão	Titular, cônjuge e filhos	5	4 e 5 SM
		7	Xaxim	Titular, cônjuge e filhos	3	5 SM
		8	Boqueirão	Titular, cônjuge e filhos	4	2 e 3 SM
		9	Sítio Cercado	Titular, cônjuge e filhos	5	2 e 3 SM
		10	Portão	Titular e filhos	3	2 e 3 SM

FONTE: a autora (2016)

NOTAS: *O entrevistado respondeu ao questionário como originário da ocupação, mas na entrevista disse ter morado de aluguel.

QUADRO 3 - PERFIL GERAL DOS TITULARES

		Nº/ Idade	Religião	Cor	Escolaridade	Nasc.	Ocupação
Origem	Ocupação	1/40 anos	Evangélica	Branca	En. Fun. In.	Curitiba	Desempregada
	Fila	2/66 anos	Evangélica	Branca	En. Fun. In.	Curitiba	Zeladora/diarista
		3/40 anos	Católica	Negra	En. Sup. Cur.	Iracema	Educadora
		4/39 anos	Católica	Negra	En. Fun. In.	Terra Rica	Copeira
		5/41 anos	Evangélica	Parda	En. Fun. In.	Lapa	Desempregada
		6/35 anos	Evangélica	Branca	En. Med. Com.	Telêmaco Borba	Do lar
		7/47 anos	Evangélica	Branca	En. Sup. Com.	Curitiba	Pensionista/síndica
		8/42 anos	Evangélica	Negra	En. Fun. In.	Curitiba	Do lar
		9/40 anos	Evangélica	Branca	En. Fun. In.	Campo Mourão	Zeladora
		10/42 anos	Católica	Parda	En. Med. Cur	Lages-SC	Diarista

FONTE: a autora (2016).

5 AS FAMÍLIAS E SUAS TRAJETÓRIAS⁶⁶

A pesquisa qualitativa em um primeiro momento seduz muitos cientistas sociais por ser mais rica e “humana” do que a fria tabulação dos dados socioeconômicos. Esta pesquisadora, inclusive, envolveu-se com as histórias de cada família. Foi interessante contrapor os questionários à realidade encontrada para além deles. Na entrevista sobre a trajetória foi possível compreender as estratégias, os arranjos e dificuldades que cada família enfrentou e vem enfrentando no condomínio.

Em todos os contatos foi forte a sensação de desconforto, pois não é fácil pedir para alguém falar de sua vida, de suas dores, “a troco de nada”. Esta pesquisadora é uma desconhecida, uma estranha e carrega a marca de uma instituição de ensino reconhecida. Mesmo que ela tenha entrado na universidade pela política de cotas e sabendo que hoje muitos jovens de baixa renda, assim como ela, podem estudar em uma instituição de ensino pública e de qualidade e entrar para um programa de pós-graduação, a visão de que a universidade é “coisa de filho de rico” ainda é muito forte⁶⁷. Além da curiosidade das famílias sobre o interesse em estudar a vida deles e se de alguma forma isso poderia contribuir ou levar melhorias para algumas famílias que estão passando por dificuldades.

Algumas famílias estavam passando por dificuldades e prontamente vinha o desejo de fazer alguma coisa, de ajudar financeiramente, sabendo que isso poderia

⁶⁶ Esta etapa, que contou com a ajuda de uma amiga e também colega de mestrado que estava realizando sua pesquisa de campo na mesma época sobre a revitalização do bairro São Francisco, demorou a ser concluída, uma vez que algumas famílias não atendiam ao telefone ou não estavam em casa no dia marcado. Como colocado no capítulo anterior, apenas 3% das famílias eram de ocupação. Buscou-se contato com as únicas três famílias de ocupação encontradas na pesquisa socioeconômica. Apenas uma confirmou a participação na pesquisa. No entanto, não ficou clara a origem, pois no questionário a titular disse ter morado em área de ocupação, mas no dia da entrevista contou que morava em uma casa de aluguel no bairro Uberaba. Foi solicitado o auxílio da síndica para encontrar mais famílias, e ela informou que de fato era difícil encontrar, pois a maioria já não morava mais ali. As entrevistas duraram em média uma hora e meia, sendo que a mais curta durou 45 minutos e a mais longa quase três horas. Foi utilizado o gravador do celular para registrar as entrevistas. Assim, pela perspectiva qualitativa do capítulo, das trajetórias narradas, escutadas e analisadas em conjunto, a escrita alterna entre o infinitivo, a primeira e a terceira pessoa do plural.

⁶⁷ Relato em primeira pessoa que muitas vezes fiz com algumas famílias o que a psicologia chama de identificação com a minha, pois via nelas a simplicidade, os trejeitos dos meus pais e do meu irmão. Até nas ocupações profissionais, na origem e alguns nomes.

comprometer a inserção no campo, pois a ajuda a uma família específica, poderia trazer a cobrança das demais que se encontrassem na mesma situação.

Após a aplicação dos questionários e a primeira entrevista muitos ali já olhavam a pesquisadora e sua companheira de campo como “as meninas da pesquisa” ou “as meninas da faculdade/universidade”. Muitos que não foram entrevistados na primeira etapa ou que não foram escolhidos para a pesquisa das trajetórias mostravam-se curiosos sobre a intenção da pesquisa⁶⁸. Muitas vezes foram confundidas com assistentes sociais da COHAB ou da CAIXA.

Um fato interessante foi que muitos entrevistados passavam o número do celular e pediam para “mandar um *whats*” para confirmar a entrevista. E este se tornou meio de comunicação mais eficiente, pois o sinal para ligações telefônicas no condomínio era ruim e dificilmente se conseguia completar a ligação para celular. Como nem todos tinham telefone residencial, boa parte das entrevistas era marcadas pelo *whatsapp*.

Uma das famílias chegou a mandar mensagens depois da entrevista para tentar manter contato e contar que estavam passando por dificuldades financeiras. Acredita-se que estas mensagens vieram por acreditarem que de alguma forma, ainda que indiretamente, as pesquisadoras poderiam ajudar, falar com alguém importante para que voltassem a receber o “Bolsa Família”, por exemplo. Ou, por hipótese, como uma negociação tácita por contar sobre sua vida receberiam ajuda direta ou indiretamente.

Não foram solicitados registros fotográficos das casas das famílias, uma vez que poderia soar indelicado ou invasivo. Portanto escolheu-se fazer uma descrição da sala, o espaço da casa em que as pesquisadoras foram recebidas. (DAMATTA, 1997, p. 48 - sobre a sala, que é lugar que se reserva à visita, ao desconhecido)

Outra dificuldade foi lidar ao mesmo tempo com realidades tão diferentes por estar ajudando em outra pesquisa de campo no bairro São Francisco. Geralmente as entrevistas no Vila Mariana eram marcadas por volta das 14 ou 15 horas, durante a semana ou nos sábados. Assim, muitas vezes saía-se de uma entrevista com uma família em uma situação delicada de desemprego, endividamento que estava

⁶⁸ Em geral explicava-se que se tratava de uma pesquisa para a conclusão do curso de sociologia da UFPR, que estudávamos o Programa Minha Casa Minha Vida e que havíamos escolhido o Vila Mariana para pesquisar. Estávamos escolhendo algumas famílias para conhecer mais sobre sua trajetória até ali e como era viver em um condomínio. Para as famílias que sabíamos que tinham um pouco mais de escolaridade arriscávamos explicar que era para a minha dissertação de mestrado, como a professora e o músico da orquestra sinfônica.

interferindo até mesmo na alimentação, e à noite descolava-se para o São Francisco para fazer pesquisas nos espaços noturnos, como bares, espaços colaborativos que continham cafés a R\$ 8,00 e ao mesmo tempo exposições de quadros que variavam entre R\$ 400,00 e R\$ 3000,00. Espaços administrados por jovens empreendedores de Curitiba, com formação acadêmica, capital financeiro e cultural para abrir espaços “diferenciados” inspirados nas experiências europeias. Nestes espaços se pode conhecer sobre “*handmade*” e “*slowfashion*”, conceitos que vão contra as grandes indústrias que exploram mão-de-obra para produzir em grande escala, e sobre consumo consciente. Chegava-se a consumir nestes espaços para observar o perfil dos frequentadores e a sociabilidade. Mas sempre a sensação de confronto com outra realidade do outro lado da cidade com pessoas empregadas pela grande indústria e consumidoras da mesma, que por produzirem em grande escala chegam com mais facilidade para essas famílias que estão muito distantes da realidade dos espaços do São Francisco.

Até mesmo a questão colocada pelos moradores do Vila Mariana sobre o tráfico e o consumo de drogas que são tomados como um problema para os mais pobres, “um caminho sem volta”, como a maconha fumada dentro do condomínio que assusta as famílias que temem pelos seus filhos. Nas ruas do bairro São Francisco, na que leva o mesmo nome do bairro e na Trajano Reis, via-se jovens da periferia e de classes média e alta consumindo.

A postura de pesquisadora também mudava nestes espaços. Por um lado, no Vila Mariana, negociava-se uma postura de estudante universitária/pesquisadora, mas buscava-se utilizar um linguajar simples e claro, para evitar desconforto nos entrevistados. Por outro, no São Francisco sentia-se a necessidade de rebuscar a fala ao entrevistar comerciantes, empresários, empreendedores que de saída vinham com uma linguagem e uma leitura de si, das suas atividades, bem elaboradas. Muitos até acostumados a dar entrevistas e com as falas bem ensaiadas.

No Vila Mariana as pesquisadoras eram apenas alunas da graduação, arriscando em alguns casos explicar que era uma pesquisa de mestrado. Mas no São Francisco era necessário reivindicar uma imagem estudante de pós-graduação, buscando passar mais maturidade e credibilidade aos entrevistados.

É notável a pluralidade de experiências e trajetórias de vida destas 10 famílias, dentro de um mesmo espaço social acessado pela política de habitação, na

maioria dos casos pela mesma “porta de entrada”. Ser “fila” ou “ocupação”, neste caso, não pareceu ser um determinante para as diferenças. Os entrevistados contam que a maioria das famílias “de ocupação” não ficou por muito tempo, elas acabaram vendendo seus apartamentos e voltando para as antigas áreas. Muitos falam dos moradores “drogados”, “favelados”, mas foi muito difícil encontra-los de fato. Dentre as titulares “da ocupação” que não puderam participar da pesquisa, uma o marido não deixou e a outra nunca estava disponível. Mas entre os demais entrevistados as diferenças são grandes. Desde a origem, do bairro em que morava anteriormente, até a estrutura da casa, a composição familiar, ocupação, escolaridade e renda.

Diferenças que foram observadas já na primeira etapa da pesquisa, muito bem observada pelos bolsistas que participaram, sobre as desigualdades materializadas no espaço social. Lado a lado, “porta com porta”, era possível notar as diferenças entre as famílias. Portas com chave tetra, olho mágico e capacho, bem conservadas e algumas foram trocadas, pois fugiam do padrão da grande maioria das portas, aparentando serem mais resistentes. Ao lado apresentavam-se portas brancas marcadas pela ação do tempo e com as maçanetas, fechaduras e campainhas estragadas. A diversidade em relação aos locais de origem, bairro, vila, marcam as experiências de vida de cada família e se inscrevem nos espaços de moradia.

As delimitações espaço-tempo das trajetórias familiares (antes, durante e depois) não estão isentas de categorias sociais, raciais, econômicas e religiosas que as perpassam e marcam a experiência de cada família.

Ainda que busquem uma linearidade, as narrativas falam do presente referindo-se ao passado, reconstruindo suas trajetórias. Mas não o passado antes do condomínio. Deste pouco se fala, pouco quer ser lembrado. Mas muito se fala do (re) começo da vida no condomínio, para deixar claro o quanto foi difícil, e o quanto hoje está melhor.

As narrativas familiares são complexas, refletem falas e posturas que ora condizem ora se contradizem, assim como é a vida cotidiana. Entre uma narrativa linear alternam-se confissões, desabaços, fofocas, expectativas. E a partir destas narrativas é que se busca a compreensão do cotidiano.

Um caso de sucesso

Fernanda⁶⁹ tem 35 anos, é dona de casa, branca, evangélica e possui ensino médio completo. Mora com seus três filhos de nove, sete e um anos respectivamente, e seu marido de 31 anos que é músico.

Quando fui marcar a entrevista, Fernanda estava ao telefone e seu filho de nove anos nos pediu para esperar. Como a conversa parecia que iria demorar, pedimos para voltar mais tarde, pois tínhamos que marcar com outras famílias. Mais tarde a encontramos saindo do bloco. Após explicar sobre a pesquisa e ela me passou seu número de celular e me pediu para entrar em contato pelo *whatsapp* para marcar. No dia da entrevista estavam todos em casa. Seu marido estava se arrumando para sair para um ensaio e naquela noite viajaria para uma apresentação. Mas durante os poucos minutos em que estive lá participou da entrevista, até porque já havia sido conselheiro fiscal do condomínio e quis contribuir.

O apartamento é bem conservado e foi reformado, de acordo com Fernanda. Na sala tem um piano e um órgão, um sofá de dois lugares, um mesa de jantar e um móvel de madeira que acomoda um computador. A parede de frente para a porta é toda espelhada e o piso é laminado. A cozinha foi demarcada por uma parede tijolo de vidro.

Natural de Telêmaco Borba, Fernanda conta que vem de uma família evangélica da Congregação Cristão do Brasil, com boas condições financeiras. Mas deixou a casa dos pais para viver de aluguel com o marido em Curitiba, assim que engravidou. Trabalhou a maior parte da vida dando aulas particulares de música, que aprendeu na igreja. Também fez alguns cursos de estética e massoterapia e, além de aulas eventuais ela realiza alguns trabalhos estéticos em casa. Mas atualmente dedica a maior parte do seu tempo cuidando da casa e da filha pequena por não conseguir vaga na creche.

Seu marido, natural de Curitiba, é formado em música pela faculdade de Belas Artes do Paraná, um sonho antigo que realizou com ajuda da esposa que lhe ensinou boa parte da teoria musical para que pudesse prestar o vestibular. Coursou a graduação enquanto fazia bicos de vigilante e trabalhava com música. Atualmente ele é músico de uma orquestra de Curitiba.

⁶⁹ Todos os nomes citados neste capítulo são fictícios.

Ao falar do presente, Fernanda rememorou as experiências dos primeiros meses no condomínio. Falou da expectativa pela casa própria, da esperança de reconstruir a vida em um novo local. Mas também colocou a dificuldade e o estranhamento entre as famílias, muitas delas, de acordo com Fernanda, sem perfil para morar em um condomínio por conta da origem ou da condição financeira. Seu marido disse ter, inclusive, desistido da função de conselheiro pela dificuldade em propor melhorias dentro do condomínio por conta do perfil das pessoas que acabam não querendo pagar pelas intervenções. Por outro lado, disse ter muita gente morando ali que não precisaria ou que não dá valor e destrói as coisas, e que assim acabam tirando a oportunidade de famílias mais necessitadas.

Fernanda e seu marido moravam de aluguel em um apartamento no bairro Alto Boqueirão, ou seja, já tinham experiência de vida em condomínio. Como conta, por exemplo, “já sabia que tinha que tomar cuidado com o barulho...”.

Apesar das boas condições financeiras de sua família, com a mãe psicóloga e a irmã fazendo doutorado fora do país, Fernanda não contou com a ajuda dos pais para estabelecer sua vida. Relatou as dificuldades financeiras pelas quais passaram por conta da instabilidade de emprego de ambos, para pagar o aluguel e sustentar os dois filhos que tinham na época. A terceira filha eles tiveram quando já estavam no condomínio e foi uma surpresa, pois seu marido havia feito cirurgia de vasectomia e logo em seguida ela estava grávida.

A redução das despesas com o aluguel e o atual emprego do marido, cujo salário é maior do que ambos recebiam fazendo bicos na época do aluguel, possibilitou uma melhora significativa em sua vida. A partir da sua experiência no condomínio e na observação que faz do espaço coletivo percebe também a melhora na vida de seus pares:

Mas eu acredito que as pessoas cresceram muito aqui. Porque, olha só...é até engraçado de olhar. Porque tem poucas vagas de carro. Com as pessoas pagando menos...com R\$500 que eu pagava de aluguel, hoje o condomínio dá em média R\$200 e a casa que dá uns R\$60...olha o quanto me sobra se eu fosse pagar aluguel. Com certeza começaram a pensar em mobiliar a casa, em pensar num curso pra um filho...comprar um carro. E então encheu. Hoje é aquela coisa sabe?!...Hoje eu acho que as pessoas evoluíram, melhoraram, já tem mais perspectiva de vida...

Ao contar sobre o processo de mudança, Fernanda explicou o como foi o sorteio e a sua escolha por um apartamento que ficasse no térreo e mais próxima da

rua, para facilitar a vida com as crianças. Tinha preferência por uma unidade localizada em um bloco mais afastado, pois “onde tem mais gente vai ter mais problema, né?!”.

Seus filhos brincam com algumas crianças do condomínio, filhas de vizinhos próximos com os quais ela tem relação. Dificilmente eles frequentam as áreas de lazer do condomínio, que ficam aglomeradas na “parte de baixo”. Fernanda ter pouca relação com os moradores de lá, pois não costuma “descer”.

O filho mais velho, de nove anos, cursa o quinto ano do ensino fundamental na escolha pública da região, assim como o de sete anos que está no segundo ano. Com a melhora nas condições financeiras, Fernanda e o marido planejam colocar o filho em uma escola melhor. De acordo com eles, a escola estadual do bairro é bastante precária, então estão pagando um curso preparatório para o Colégio da Polícia Militar, uma vez que não podem arcar com os custos de uma escola particular:

Pra quem é do estadual tem o Beatriz aqui, mas é terrível a escola. Terrível. É muito vandalismo, os professores já não...sabe aquela coisa que se entregaram?! E as crianças não vão pra escola porque...como é que você vai deixar teu filho numa escola assim? Né?! E daí muitas mães daqui, quando o filho já tá na sexta série já vai pra outro colégio estudar. Dai depende de ônibus, depende de van, daí já é um gasto a mais.

Outro problema colocado em relação aos serviços do bairro é creche para a filha pequena. Como ela não consegue vaga não pode trabalhar fora de casa no momento. Mas como pretende retomar os estudos no próximo ano cursando fonoaudiologia em uma instituição privada, então voltar a trabalhar para pagar a faculdade.

Em geral, Fernanda tem uma percepção bastante positiva sobre o condomínio e sobre o bairro. Para ela, mesmo com a “mistura” de famílias de diferentes classes, problemas com drogas e violência, há uma percepção de que estes são problemas inerentes à sociedade, independente do lugar. Os problemas de infraestrutura urbana e de serviços, comparados ao seu bairro de origem, são relevados em função da casa própria. Ainda que veja o condomínio como um lugar de passagem para algo melhor, até por conta do espaço para os três filhos, há uma perspectiva de que o apartamento é um bem que ficará para seus filhos.

Ascensão com precariedade

Rosa tem 41 anos, é parda, evangélica e cursou até a sétima série do ensino fundamental. É titular do apartamento onde mora com seu marido, Augusto, de 38 anos que estudou até o segundo ano do ensino médio, e seus dois filhos, um menino de 14 e uma menina de 11 anos. Quando entrevistados na primeira etapa da pesquisa de campo, Augusto havia sido dispensado de seu emprego em uma fábrica próxima da região e estava recebendo seguro desemprego enquanto fazia um curso de vigilantes, pago pelo seu irmão com melhores condições financeiras, para tentar emprego em uma nova área. Rosa na época declarou que vendia doces em casa para ajudar na complementação da renda. Mas passados quase dois meses o seguro de Augusto já havia se encerrado, assim como seu curso, mas ele não conseguira emprego até então. Rosa prestava alguns serviços na casa da Irmã Dalva, uma senhora idosa de 77 anos que morava com um filho ao lado do apartamento de Joana. Mais do que uma relação profissional, esta era uma forma que esta senhora encontrou para ajudar a família. Sem renda estável, a família não tem conseguido pagar os custos da moradia.

O primeiro contato feito com esta família ficou marcado por conta de um varal instalado dentro de casa atravessando toda a sala. Estava um dia ensolarado e no condomínio havia varais espalhados pelas áreas verdes. Tendo em vista a falta de espaço e de o fato de não ter uma lavanderia, muitas famílias aproveitam estes espaços ou traçam estratégias estendendo as roupas dentro de casa. Talvez por conta disto, a casa tinha um cheiro de roupa úmida que estava intensificado no dia da entrevista em questão, pois estava chovendo forte e fazia bastante frio.

Estavam todos em casa. A filha que cursa o sétimo ano do ensino fundamental estava sentada na mesa de jantar fazendo um trabalho da escola. O filho, que está no oitavo ano, sentou no chão, um piso de lajota avermelhada colocada pela própria família, ao lado da porta e ficou jogando no celular com fones de ouvido. Os móveis do apartamento eram simples, a televisão é de um modelo já considerado antigo, assim como o móvel que a sustenta, um *rack*. O desemprego marcou os planos da família, marcados pelo desejo de consumo que seria possibilitado com a casa própria. Um deles, como contou Augusto, era de trocar a televisão por uma mais moderna. Rosa mostrou-se bastante tímida diante da situação de ser entrevistada. Sendo assim, seu marido foi quem falou mais.

Augusto migrou por várias cidades. Natural de Cruzeiro do Oeste no interior do Paraná, ele conheceu Rosa, natural da Lapa, em uma das cidades pelas quais passou e juntos foram morar em Joinville, onde seus dois filhos nasceram. Depois de muitos anos vieram para Curitiba. Sempre moraram de aluguel em condições precárias. O último lugar onde moraram antes do condomínio foi na Cidade Industrial de Curitiba, em uma casinha de madeira muito pequena, como conta, equivalente ao tamanho da sala do apartamento:

Você pega essa sala divide no meio, de uma era o quarto a outra era a sala e a cozinha. Era uma vida do cão. Lá eu morei quase um ano. (...) Morava num cômodo, pegava um colchão pequenininho, a beliche deles de um lado, e a gente dormia no chão. Quase um ano. Ai fomo pra outra e já tinha saído aqui, só faltava confirmar. (...) No caso da inscrição eu levei três anos. Tive ajuda da assistente social sim! Visitaram a casa, viram que não tinha condições. Mandaram uma carta pra Cohab. Todo mês eu tava lá enchendo o saco da Adriana [assistente social da Cohab]. Ai você deixa de comprar alguma coisa pra poder pagar o aluguel. Então... é pesado. Foram muitos anos de batalha. Pra eu conseguir minha casa própria foram ao todo 19 anos...14 anos pra eu conseguir minha casa própria. Até eu consegui foram 14 anos na batalha.

Foram uns dos primeiros a serem sorteados e escolheram o apartamento a dedo, localizado nos fundos do empreendimento, próximo ao bosque e à quadra de esportes. A esperança em recomeçar em um novo lugar tendo como motivador a casa própria veio acompanhada de alguns desencantamentos com o lugar. Por um lado, o choque em relação à violência assistida entre os vizinhos e as famílias. Por outro, ao longo dos meses, com os casos de corrupção nas gestões do condomínio e o custo alto das taxas. Outro fato é a existência de famílias que, para Augusto, não mereciam estar ali, pois até onde ele sabe, a renda familiar extrapola os critérios de seleção.

Por conta dos desencantos com o local chegaram quase a vender o apartamento. Até receberam um casal para avaliar o imóvel que acabou desistindo após presenciar uma briga de família no bloco.

A entrevista durou quase duas horas e eles nos contaram histórias do condomínio, indo de acordo com histórias contadas por outras famílias, revelando a memória coletiva constituída neste espaço. Estas histórias versavam sobre o tráfico e o uso de drogas, a entrada da polícia no condomínio, casos constantes de violência doméstica e a intervenção dos vizinhos em casos de briga. Interessante

era que Rosa sempre advertia Augusto, mais falador, para não revelar os nomes dos vizinhos envolvidos nas histórias.

Assim, eles divergem sobre o condomínio, apenas concordam sobre a falta de espaço no apartamento. Para Augusto é um lugar bom para se viver, mas sente falta de um espaço para fazer um churrasco. Já Rosa não gosta, principalmente por conta da violência e das drogas, mas também sente falta de um espaço para plantar, costume que traz de sua família do interior e que praticava nas outras casas. Mas avaliam que hoje, mesmo com os problemas financeiros, seus filhos tem um lugar melhor para dormir.

Augusto sai cotidianamente de bicicleta entregando currículos pela cidade, enquanto Rosa busca ajuda para conseguir o alimento do dia:

Hoje eu tinha saído pra pedir lá, porque eu tava só com um pouquinho de arroz pras criança, porque eu faço alguma coisinha, um virado...de água de um pouquinho de cada coisa. Aí eu disse assim, ele vai lá atrás do serviço, né?! Aí eu vou lá no CRAS, que daí...falar com a assistente social pra ver se eu consigo alguma coisa, pra mim ajudar ele né. Aí acabei conseguindo alguma coisa, mas tá...bem difícil.

Durante a entrevista a Irmã foi fazer uma visita e perguntou se éramos assistentes sociais e se estávamos ali para ajuda-los. Após os devidos esclarecimentos sobre nossa pesquisa, e algumas falas trocadas com Augusto sobre política, Rosa e a Irmã foram para a cozinha e conversaram algo sobre compras no Armazém da Família. Rosa não vende os doces mais, pois não estava conseguindo renda com esta atividade. E também não consegue acessar o programa Bolsa Família, em função de um corte que havia sido feito em seu cadastro por conta da antiga renda de Augusto. Com o desemprego do marido ela tentou reverter a situação, mas até então não obteve respostas.

Uma outsider

Letícia é uma mulher de 40 anos, branca, evangélica e dona de casa que mora com seus três filhos: duas meninas de 17 e 11 anos e um menino de 15. Letícia seria a única moradora “da ocupação” que se conseguiu contato, mas na realidade ela morava de aluguel em uma área no bairro Uberaba.

A entrevista foi marcada em um sábado à tarde. O som que vinha do apartamento estava bastante alto. Ela nos atendeu quase que pela fresta da porta e dali dava para sentir um cheiro forte de umidade. O cheiro forte foi uma das grandes dificuldades da entrevista. Na tarde da entrevista fazia frio e chovia. A casa estava toda fechada e escura, o cheiro intensificado. Letícia contou que naquele mesmo dia haviam cortado sua luz. Era possível notar que havia poucos móveis na casa. Um sofá de dois lugares onde o filho estava deitado e um sofá de canto. Uma estante antiga com uma televisão recém-dada pela irmã.

Além do cheiro forte, a entrevista foi bastante delicada, pois pela primeira vez lidamos com o choro de um entrevistado. Letícia começou contando que sua filha caçula estava em um abrigo para menores, pois tinha o hábito de fugir de casa. Explicou que ao todo eram cinco filhos, mas que o mais velho havia morrido durante um assalto, outro rapaz estava preso por envolvimento com drogas e a caçula no abrigo. Assim, morando de fato com ela estavam a filha de 17 anos e o filho de 15 que tem problemas de pele e passa a maior parte do tempo dentro de casa.

A partir daí Letícia contou sua trajetória, que de acordo com ela era uma vida “normal” em comparação às condições em que vive atualmente. Ela e a família sempre moraram de aluguel e a última casa ficava no bairro Uberaba. Sempre teve dificuldades para alugar imóveis por conta do número de filhos. Além do sonho da casa própria, este foi o motivador da sua inscrição na COHAB:

A COHAB foi na minha casa, junto com a assistente social. Estava há oito anos ou doze anos na fila de espera. Eu queria uma casa, mas mandaram vir pra cá. (...) Então, lá tipo assim eu pagava aluguel, mas eu trabalhava em dois serviços. Eu trabalhava durante a semana na casa da minha patroa no mesmo lugar limpava a casa semana inteira e sábado e domingo eu trabalhava nos assados com ela. Tipo... então e trabalhava de domingo a domingo. Não tinha folga nada. E tipo eu ganhava bem... A única coisa que era ruim assim era porque eu vivia de aluguel daí como a gente tem filhos, então muitas pessoas se implica, né?! Tem dono de casa que se implica com criança... que não gosta. Dai era isso que tava me dificultando.

Morar no condomínio tinha tudo para dar certo, mas foi motivo principal dos problemas atuais de Letícia. Nos primeiros meses havia sido boa a mudança para o local. Trabalhando e pagando pouco pela casa e pelo condomínio, conseguia dar uma boa vida para os filhos. Após ficar doente, com problema na vesícula e obesidade, teve que parar de trabalhar, mas não conseguiu receber nenhum auxílio financeiro, acumulando desde então dívidas com o apartamento, o condomínio e demais despesas de casa. Neste mesmo período, de acordo com Letícia, os filhos

mais velhos começaram a se envolver com drogas e assaltos, o que levou ao falecimento de um e a prisão do outro. Assim, o condomínio é visto como um marcador negativo em sua trajetória:

Então tipo assim aqui é tudo mundo fala que a maioria dos pais aqui os filhos se envolveram em droga, as menina a maioria fizeram coisa errada. (...) Menina, menino. É o condomínio, o problema é o condomínio. (...) Na realidade pra falar a verdade ninguém gosta daqui. Cada um tem uma reclamação.

Letícia não ter relação com o/os pai/s das crianças e não recebe nenhum tipo de pensão. A relação com os familiares também é complicada, e que, vez ou outra, como a televisão que ganhou da irmã, recebe alguma ajuda. A renda principal vem do Programa Bolsa Família no valor de R\$ 500,00. Mas tem receio que seja cortado, pois seus filhos não estão na escola. A filha de 17 saiu da escola mais próxima ao conjunto, onde cursava supletivo, por problemas de convivência e não há como custear o transporte em outro local. O outro filho, por conta dos problemas de pele, tem faltando bastante as aulas.

Ela faz uma crítica ao processo de seleção da COHAB e falta de integração desta com o CRAS, pois ela faz parte da Rede de Proteção de Curitiba. E também acredita não ser a única nesta situação no condomínio. De acordo com ela o condomínio não seria a melhor alternativa para pessoas de baixa renda.

Letícia coloca que a condição de inadimplência e o que ocorreu com seus filhos são motivos de julgamento de seus vizinhos que a veem como “mãe de bandido” e alguém que não paga as contas e por isso não pode “apitar nada” no condomínio.

Letícia avalia ter uma dívida em torno de R\$ 30,000 entre prestação do apartamento e taxa de condomínio atrasados. No dia da entrevista ela esperava por uma pessoa que veria o apartamento para comprar. Esta seria sua saída, mudar-se do condomínio para uma casa e “começar do zero”.

A síndica

Raquel tem 47 anos, branca, evangélica, cursou Pedagogia e é a atual síndica do condomínio. Ela mora com o marido de 43 anos, que é mecânico, e sua

filha de 15 anos. Ambos são naturais de Curitiba e a renda familiar é próxima de R\$5000.

Ela e a família moravam em uma casa alugada no bairro Xaxim. Na época moravam também seus outros dois filhos mais velhos. Um deles se casou e o outro foi morar na casa da avó por conta da falta de espaço no apartamento, do barulho e porque a casa fica mais próxima do quartel em que serve. Raquel conta que a casa onde morava era bastante espaçosa, com três quartos, lavanderia, quintal, mas era também muito cara:

Eu pagava aluguel e quando eu vim, eu vim morar no que é meu, né?! Então foi muito bom nessa parte. E o valor da prestação também que é um valor que nem dá pra contar como valor de prestação, né?! Que é bem baixo mesmo. Então isso que ajudou bastante que em questão de valor de aluguel lá e agora pagando aqui. Mas foi “o sonho da casa própria”, né?! Nem que seja pequeno né, mas é da gente, né. Eu pagava aluguel já há dez anos, então foi muito bom.

O apartamento fica no terceiro andar, mas Raquel conta que queria no último, só que na hora do sorteio teve uma confusão de informações e ela pensou que o terceiro fosse o ultimo andar. Mas hoje ela diz não fazer muita diferença. Ela teve elefantíase em uma das pernas e teve que fazer enxerto, por isso tem dificuldades para andar, mas precisa fazer exercícios e aproveita as escadas do bloco para isso. O apartamento é bem mobiliado, com um sofá de canto, uma mesa de jantar com “canto alemão” estofado, um aparador onde ele deixa seus objetos e pastas que utiliza na atividade de síndica, logo em cima tem um painel para TV que sustenta uma televisão de LCD. Possui alguns quadros decorando o ambiente e o piso é de lajota branca.

Apesar da falta de espaço, Raquel diz que não teve problemas para se adaptar à vida em condomínio, pois entre seus 18 e 24 anos morou em um apartamento com sua mãe. Um ponto positivo que ela destaca é a segurança e a limpeza do condomínio, o que faz com que ela tenha que se preocupar apenas com a vida “da porta pra dentro”. As dificuldades colocadas são em relação ao que ela chama de “mistura de culturas diferentes”, tendo assim a presença de famílias sem perfil para “viver em sociedade”, conviver com as normas e regras que o espaço do condomínio demanda.

Por conta do barulho, Raquel relata diversas estratégias traçadas pela família. Além da mudança do filho para a casa da avó, nos finais de semana e feriados, em

que a família quer descansar, ela leva o colchão para a sala, que é mais silenciosa, ou deixa a televisão ligada à noite toda para “abafar o barulho”. Para ela, este é um problema que resulta da falta de planejamento e sensibilidade de quem projetou o empreendimento.

Em relação aos vizinhos, Raquel diz ter poucas amizades no condomínio, restringindo principalmente a algumas pessoas do próprio bloco. De acordo com ela, os moradores do bloco em geral são bastante unidos e se relacionam bem. Até possuem um grupo no *whatsapp* para se comunicarem e resolverem coisas urgentes. Diz que esta união não se repete nos demais blocos e ela acredita que “deu sorte” de encontrar pessoas com um bom perfil de convivência, que se respeitam.

Já a sua filha não tem muita relação com outros jovens do condomínio. Suas atividades são a escola, a academia e a igreja, basicamente. Nos horários livres geralmente lê um livro. E Raquel até prefere que seja assim, pois não quer que a filha se relacione com “pessoas erradas” no condomínio. Diz que aconselha a filha a ser solícita com todas as pessoas, mas que não tenha relação de amizades. A rede de amizade da filha é basicamente da igreja e da escola. Ela cursa o primeiro ano do ensino médio em um colégio estadual no bairro Portão, pois Raquel acredita que a estrutura é melhor que a das escolas do Tatuquara.

Raquel é evangélica. Ela realiza e participa de células, além de reuniões com jovens do condomínio. Ela tem formação em pedagogia, mas nunca chegou a exercer a função por conta do seu problema de saúde, mas que pretende se inserir mais na igreja depois do término de seu mandato como síndica e utilizar de sua formação para realizar seminários.

Em relação ao seu trabalho, Raquel conta que as primeiras administrações desviaram dinheiro e que, como ela estava sempre em casa, acreditou que poderia se dedicar a atividade e trazer melhorias para o local, mas que nunca havia trabalhado com isso.

No geral Raquel acredita que sua vida melhorou muito depois que foi morar no condomínio, pois o aluguel era bastante caro e que hoje em dia o valor da parcela do apartamento é irrisório, tornando possível algumas realizações na vida, como guardar dinheiro e ajudar os filhos.

Um lar abençoado

Dona Dirce, 65 anos, vive com o marido aposentado de 68, a neta de 17 e o bisneto de um ano e meio. estudou até a quarta série do ensino fundamental. De estatura baixa, cabelos longos e olhos verdes, dona Dirce é bastante falante. Já no dia que fomos marcar a entrevista nos adiantou boa parte da história de sua vida, marcada por perdas de pessoas muito próximas, como uma das filhas que morreu de AIDS e deixou duas netas para ela cuidar.

A entrevista em si ela nos contou um pouco sobre sua trajetória. Natural de Curitiba, ela viveu sua juventude em Apucarana, no interior do Paraná, e depois voltou para a capital. Sempre trabalhou com limpeza, em casas de família ou como zeladora em empresas. Orgulhosa de sua trajetória, ela contou já ter trabalhado para algumas famílias importantes do Paraná. Antes de ir morar no condomínio, a família morava no bairro CIC.

Dirce nos contou que está “encostada” por problemas de saúde. Ela sente dores nas articulações dos braços, mas ainda sim faz bicos como diarista durante a semana para complementar a renda. Sua trajetória é fortemente marcada pela religião, e é com base na fé que ela enfrentou os problemas de doenças na família. Contou ter sacrificado momentos da sua vida para cuidar de pessoas no seu seio familiar e também na família do marido. Sofreu muitos anos com alcoolismo e buscou ajuda no “Alcoólicos Anônimos” (AA) e na Igreja. Assim, coloca que todos os sofrimentos pelos quais passou, desde o alcoolismo à perda da filha, tiveram fundamentos em Deus, como se o sofrimento vivido correspondesse às provas que Deus lhe colocou e que somente Ele lhe permitiu ter forças para cuidar das netas e do bisneto que mora com ela. Contou que participa de células da Igreja e que entre os bicos que faz, o cuidado da casa e da família, ela reserva o tempo livre para ensaiar os hinos e coreografias da Igreja.

A crença religiosa é tão forte em sua vida que até mesmo o sorteio do apartamento ela atribui à vontade de Deus. Fazia três anos que ela havia feito a inscrição na COHAB, mas só foi sorteada no momento certo, quando sua filha, dona do terreno onde Dona Dirce morava, lhe pediu para arranjar outro lugar para morar, porque ela precisava vender o local. No dia seguinte ao pedido da filha, a COHAB entrou em contato com ela. Assim, sua relação com os lugares por onde morou

sempre foi o aluguel ou a moradia de favor, e foi aos 60 anos que conseguiu a casa própria:

Bom, o meu sonho era ter a minha casa própria. Esse era o meu sonho! Porque toda vida pagando aluguel, pagando aluguel, morando no que é dos outros, não adianta! Tem que ter o que é da gente! Né?! O cantinho da gente.

Seu apartamento é bastante simples, com móveis antigos, mas com muitos quadros, molduras com orações, trechos da bíblia e adesivos colados nas paredes. Os sofás são cobertos por mantas e o piso é de lajota, onde havia muitos brinquedos do bisneto espalhados. Um fato interessante é que Dona Dirce tem emoldurado o documento da COHAB que atesta sua titularidade sobre o apartamento. A moldura fica pendurada no alto da parede ao lado da porta.

Dona Dirce criticou aqueles que vendem ou alugam os apartamentos, ou que estragam as coisas no condomínio, pois acredita ser um desrespeito com as coisas que Deus oferece.

Em relação à entrevista propriamente, mesmo com roteiro foi bastante difícil segui-lo, pois dona Dirce falava bastante e, na medida em que contava sua trajetória com a fé, ela evangelizava para nós.

Mesmo tendo morado a vida toda em casa, Dona Dirce disse não ter tido muitos problemas para se adaptar ao condomínio. Muito disciplinada na vida religiosa, na vida em condomínio não seria diferente. Adequou-se às normas estabelecidas e tem a figura do síndico como um líder a ser seguido, alguém que deve guiar a comunidade.

Muito agradecida a Deus pelo seu apartamento, dona Dirce foi aos poucos colocando suas queixas quanto à falta de espaço:

Aqui é bom, aqui é confortável. O problema aqui é lavar a roupa. Ontem eu levei uma trouxa de roupa lá pra casa da minha filha, que lá tem lavanderia, lá tem os arame tudo assim sabe, os varalão assim sabe. Eu levei lá já tá tudo lavado, tudo seco. Aqui se você lavar mais de meia dúzia de roupa já não tem lugar. É apertado, só isso. E a falta é isso. Porque aqui não pode tirar o varal, as pessoas tiram, lógico! Poe lá um pouquinho lá fora, mas não é pra por. Daí pega lá o jardim, a vizinha leva lá e depois ela traz de volta pra mim. A única coisa que faz falta é minhas folhagem. Que espaço meu é só aquilo ali.

Outra queixa é sobre a vizinhança. Dona Dirce coloca o desconforto em relação ao comportamento de seus vizinhos e, principalmente, dos jovens, em relação ao barulho e à bagunça:

Aqui tem gente que, tem pessoas civilizadas, pessoas que tem cultura, né?! Sabe quem é o bom e o ruim. Sabe valorizar. E tem pessoa que não. Pessoas que vem de lá [área de risco] e vem fazer..."aqui quem manda sou eu! Eu faço do meu jeito."

Apesar do incômodo com a vizinhança, Dona Dirce tem um senso de comunidade muito forte. Além de orar pelos vizinhos, busca sempre saber se seus pares estão precisando de ajuda não só no campo espiritual, como material. Para tanto, mobiliza o pastor e outros membros de sua igreja para fazer visitas nos apartamentos. E, sempre que possível, leva jovens do condomínio para a igreja.

Ela nos disse que costumava fazer células com crianças na sua casa estimulando as orações e o aprendizado de contos bíblicos. Chegou até a encenar para nós, de joelhos no chão, como ensinava as orações para as crianças. Ela também nos mostrou as roupas que usava nas apresentações da igreja, cada roupa havia sido usada em um evento específico e eram guardadas cobertas por capas para protegê-las.

Um dos desafios de sua vida é cuidar de sua neta, pois o companheiro desta tem envolvimento com drogas e é "roleiro", compra e vende coisas. Dona Dirce tenta leva-los para Igreja para que acertem suas vidas. A renda média de R\$ 2500,00 é composta pelos bicos que dona Marisa faz, seu auxílio doença e a aposentadoria do marido. O marido da neta passa alguns dias na casa, mas não contribui para as despesas do apartamento.

Um Barão no condomínio

Osvaldo e Rita participaram juntos da entrevista. A escolha por esta família não se deu pelos critérios socioeconômicos. Mas porque pelo menos três famílias fazem referência ao "Barão", que é Seu Osvaldo, de 51 anos, uma pessoa bastante ativa no condomínio. Ele mora com sua esposa, Rita de 40 anos, que é a titular do apartamento, e seus três filhos de 21, 15 e 14 anos. Ele é natural de Terra Rica e ela de Campo Mourão. Ambos estudaram até o quinto ano do ensino

fundamental. Osvaldo trabalha como pedreiro autônomo e Rita é zeladora com carteira registrada em um condomínio no bairro Batel.

Osvaldo foi ficando conhecido no condomínio ao longo dos dois primeiros anos. Muitos problemas foram aparecendo nos apartamentos, seja na parte elétrica como na parte hidráulica, então, com o conhecimento acumulado na área, Osvaldo trabalhou durante dois anos na manutenção do condomínio. Rita conta orgulhosa que o marido sempre foi e ainda é chamado pelos síndicos para ajudar a resolver problemas, pois ele é uma pessoa muito paciente. Osvaldo não pensa em se candidatar para ser síndico, ele prefere “agir de fora”, pois acredita dar muito trabalho.

Anteriormente eles moravam de aluguel no bairro Sítio Cercado e já haviam sido sorteados para um apartamento na vila Santa Rita, também no Tatuquara, mas como os filhos eram pequenos e, além dos três, tinham mais uma filha de outro casamento da Terezinha, que como ela definiu “tem os meus [filhos], os dele, mas é tudo nosso!”, mas que hoje em dia já não mora com eles. No último sorteio resolveram aceitar, pois o dono estava pedindo a casa, como conta Rita:

Porque a gente tava numa situação meio difícil assim. O dono da casa onde a gente morava no Sítio Cercado tinha pedido a casa pra gente ia ter que sair da casa, sabe. Então era assim, nossa, eu tava desesperada assim. E pelos menino serem mais pequeno, dai a gente tinha a menina que tinha vindo morar comigo, que era mocinha também, né?! Então era difícil arrumar casa. Nossa! Era muito difícil! Eu não sei por que você fala que tem dois, três filho o povo não quer alugar casa. É muito complicado isso.

Por trabalharem em condomínios residenciais, o casal já tinha em mente como as coisas funcionariam em um ambiente coletivo. O problema inicial era o espaço, não só para as crianças, mas também para guardar o acervo de ferramentas de Osvaldo. E depois, com o passar do tempo, alguns detalhes da vida em casa começaram a fazer diferença, como o fato de estender as roupas e algumas atividades do lazer, como cantar no karaokê, algo que Rita adora.

O apartamento é simples, mas conservado. Tem uma parede pintada de vermelho onde ficam um violão pendurado e a gaiola de uma calopsita. O violão é da Rita, mas é apenas decorativo, pois ela não sabe tocar. O piso é laminado e foi colocado por Osvaldo com ajuda de todos. Possuem uma TV de LCD na parede e um sofá de canto, mas não tem mesa de jantar. Nas portas dos quartos tem

desenhos feitos a lápis feitos pelo filho mais novo. Rita nos mostrou uma pasta com diversos desenhos que o filho faz. Eles têm dois cachorros da raça *lhasaapso*. Eram quatro, mas um eles deram para a Joana, uma vizinha que há foi diagnosticada com câncer há poucos anos, para que ela pudesse se distrair com o animal, e outro foi dado para uma pessoa da família, o que causou desentendimento com uma das moradoras que queria um filhote. Osvaldo disse que por conta disso até hoje esta moradora não fala com ele.

A maior dificuldade enfrentada pela família foi uma alergia que Osvaldo teve em sua pele nos últimos meses que acabou se espalhando pelo seu rosto, braços e mãos. No começo contou com a ajuda de um ex-patrão que pagou alguns exames e remédios para tratar e ver se havia como permanecer na empresa, mas chegou a um ponto que ele não conseguia mais trabalhar.

Eles contam que foi um período muito difícil e, como não tinha um diagnóstico exato do que se tratava a alergia, Osvaldo foi impedido de ficar próximo dos familiares e tinha vergonha de sair de casa. Por conta disto ele tentou se suicidar duas vezes. A família desembolsou muito dinheiro com remédios caros que nem sempre faziam efeito, e, somado ao fato de não poder trabalhar, acabou acumulando dívidas com as despesas de casa. Alguns colegas de trabalho foram se mobilizando e buscando ajuda para que ele encontrasse um local para realizar o tratamento. Alguns vizinhos com quem tem mais relação de amizade também se mobilizaram para ajudar. Neste momento Osvaldo conta que a religião teve um papel bastante importante em seu tratamento.

Hoje em dia ele faz acompanhamento com médicos de uma clínica homeopática, por indicação de uma médica do posto de saúde, e também em um centro espírita que tem lhe dado apoio espiritual e também com pesquisas. Rita conta que até tinha um pouco de resistência com o centro espírita, pois ela é evangélica, mas hoje acredita que toda ajuda é bem vinda. Ele também tem sido acompanhado por equipes de hospitais universitários que têm pesquisado sobre a alergia, como da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Ele conta que melhorou muito, principalmente a pele do rosto, e ainda tem algumas manchas na mão, mas hoje já consegue trabalhar.

A renda da família é de pouco mais de R\$ 1700,00 que vem do trabalho da Rita e dos bicos que Osvaldo faz. Eles contam que o filho mais velho começou a trabalhar recentemente para ajudar em casa, inclusive teve que sair da escola por

conta do horário de trabalho. A família acabou acumulando dívidas que estão pagando até hoje. Uma das queixas é em relação ao valor alto das contas do condomínio e da luz. Apesar de compreenderem que o valor deve alterar em função das manutenções necessárias que acabam pesando no custo final. Mas ainda assim acreditam compensar, pois o valor da prestação é baixo e eles estão pagando por algo próprio.

Uma trabalhadora

Carla tem 40 anos, é negra, católica, cursa pedagogia e mora com o filho de 19 que cursa direito. Ela é educadora e trabalha em um Centro Municipal de Educação Infantil no Tatuquara.

Carla morava na casa dos pais, no bairro Cajuru. Todos seus irmãos haviam casado e saído da casa dos pais e ela era a única solteira, mas queria ter sua casa própria. Então fez a inscrição na COHAB. Acostumada com espaço, área verde e privacidade, ela conta que demorou a se adaptar ao novo espaço:

Eu estranhei bastante quando eu vim aqui, porque lá no Cajuru eu tava acostumada, morei 30 anos no mesmo lugar, 30 anos na mesma rua. Conhecia todo mundo, até os cachorro. Daí vim pra cá e não conhecia ninguém...daí aqui não tem tudo que a gente precisa né...não hipermercado, não tem nada, então foi bem difícil pra mim, porque minha família, minha vida inteira ficou lá né. Daí vim pra cá foi bem complicado. Tanto que eu cumprimento as pessoas assim, mas amigo aqui eu não tenho nenhum, só dou “bom dia, boa tarde”.

Carla se incomoda com a seleção das famílias que foram morar ali. Nas palavras dela, misturaram “trabalhadores com pessoas à toa”, o que gerou problemas muitos problemas nos primeiros anos:

É bem complicado misturar o povo trabalhador com um bando de gente à toa que não tem nem aí pra nada, droga...os piá que vende droga ali embaixo. Agora não, mas incomodou bastante no começo. (...) Aqui no começo tinha briga, tinha arma, tinha tudo. Você tá bem tranquilo em casa e ali tá pipocando. A gente que não tá acostumado é horrível

Ainda que muitos tenham ido embora, algumas práticas dos seus vizinhos ainda a incomodam, como a relação com o lixo. Carla conta que às vezes precisou

limpar a sujeira da área comum do seu bloco para poder receber suas visitas em casa. Mas compreende que o condomínio é o espaço da diferença:

Ah o que me incomoda são alguns moradores que não cuidam do lixo, às vezes você vai receber alguém, fica com vergonha daí tem que ir limpar. Isso é a única coisa que me incomoda, os vizinhos relaxados, bem relaxados, deixa lixo nas calçadas, sujam as paredes, quebram as coisas. Fora isso eu não mudaria nada não. Tem tanta gente com jeito e personalidade tão diferente, e educação diferente convivendo num mesmo espaço, que é complicado.

Ao lembrar-se da vida antes do condomínio, Carla relata a dificuldade para se adaptar também à distância do condomínio em relação aos principais serviços como bancos, comércios e áreas de lazer. Quando precisa resolver algo ou procurar por lazer ela se desloca até os bairros Pinheirinho e Portão. Conta também sobre seu filho, que não queria se mudar, queria ficar na casa dos avós e que, inclusive, continuou estudando na escola do Cajuru até terminar o ensino básico.

Carla e seu filho têm poucas relações com os moradores do condomínio. Sua rede de sociabilidade está associada ao Cajuru, onde vive sua família e grande parte de seus amigos. Diz não receber muitas visitas de amigos ou familiares e que, na maioria das vezes, ela se desloca até a casa deles. Seu meio de transporte é o coletivo, que mesmo tendo muitas linhas passando na frente do condomínio, a distância até as áreas de lazer e a casa de amigos e familiares é muito grande.

Um dos objetivos de Carla é comprar um carro e tem um pouco de pressa, pois, de acordo com ela, existem poucas vagas de garagem atualmente. Ela observou que ao longo dos anos a quantidade de carros no estacionamento foi aumentando na medida em que a vida das pessoas foi melhorando.

Apesar do estranhamento com a vida em condomínio e os problemas associados, como falta de espaço, privacidade, distância e a falta dos momentos cotidianos com a família, Carla avalia que sua vida melhorou, principalmente por ter conquistado sua independência.

O apartamento dela é mobiliado e bastante organizado. O sofá de dois e três lugares era coberto por uma manta, e no canto da sala havia uma mesa de jantar. Sua renda média é de R\$ 3600,00. Diz não receber ajuda financeira do pai do seu filho, apesar de ter contato. Descobriu que estava grávida quando o relacionamento já havia acabado e não quis retomar o contato, então acabou criando seu filho

sozinho com ajuda eventual dos pais. Trabalhou grande parte da vida como assistente administrativa e fez concurso para educadora da rede municipal de Curitiba. Atualmente cursa pedagogia para complementar seus conhecimentos e para progredir no plano de carreira do magistério.

A motoqueira

Marta tem 42 anos e mora com seus dois filhos de 15 e de 8 anos. Ela é natural de Lages, Santa Catarina. Declara-se parda, é católica e está cursando o ensino médio atualmente. Sempre trabalhou como diarista e acredita que esta atividade lhe permite ter mais tempo com seus filhos.

O início da entrevista foi um pouco desconfortável, pois Marta tinha uma postura diferente do perfil das outras entrevistadas que trabalham na área da limpeza e em geral do estereótipo que infelizmente carregamos sobre estas profissionais, da simplicidade dos gestos e da fala. Mesmo não tendo terminado os estudos, Marta tinha a fala muito bem articulada e se expressava de maneira clara e objetiva, até mesmo diferentemente da professora que entrevistamos. Talvez a diferença no sotaque também tenha contribuído. Sendo assim, achávamos que ela estava de alguma maneira tentando manipular uma postura por se tratar de uma pesquisa feita por estudantes da universidade.

Também estavam presentes na entrevista o seu companheiro, que já contribuía financeiramente e se mudou recentemente para o apartamento, e sua filha de 15 anos. Ele também apresentou uma postura mais séria, extremamente gentil. Já sua filha parecia agir com mais naturalidade. Ao longo da entrevista eles foram se soltando, mas ficou claro o perfil diferente da Marta.

Marta é divorciada e, antes de se mudar para o condomínio, vivia de aluguel em uma casa confortável no bairro Portão. Como não conhecia o bairro Tatuquara, diz ter ficado assustada com a distância e que no começo acreditava estar indo “pro meio do mato”. Mas o alto custo de vida que tinha foi o principal motivador deixar a casa

O meu aluguel era bem caro, então eu tinha que encarar! Não tinha. E levando em consideração o tempo, né, que possivelmente assim que quitar a gente pode pensar em uma possibilidade de voltar pra um outro lugar mais habitável...

Marta tem no condomínio um lugar de passagem para estabilizar a vida e prepara-la para algo melhor. Ela coloca as dificuldades enfrentadas para se adaptar ao novo local que a faz pensar em estratégias para futuramente mudar-se dali:

Foi [difícil para se adaptar], porque lá você tinha espaço externo, né?! Tinha... a casa era fechada, muro alto... Morava numa casa com 10 peças, tinha duas cozinhas... Então tinha aquele espaço, tinha uma privacidade maior. Aqui você fica num burquinho né?! Então realmente foi. Tivemos que conviver com barulho, com vizinho, com essas coisas... Mas com o tempo tudo foi se ajustando. (...) O que eu acho ruim mesmo é a distância, né?! Esse negócio de BR, obras, esse estresse todo, né?! Isso pra mim é ruim, que antes eu fazia tudo a pé, né?! Ia trabalhar a pé, ia no mercado a pé. Tinha uma rede grande de supermercados, uma variedade grande que aqui eu não encontro. Então essa é parte ruim, que eu continuo fazendo compras lá e trazendo pra cá.

Marta conta que hoje em dia ela calcula milimetricamente o espaço e pensa muito antes de comprar um móvel para sua casa. O apartamento é bem conservado, com piso de lajota branca, os móveis são simples, mas também em bom estado de conservação. Possui um sofá de canto, uma mesa de jantar, um *rack* que sustenta uma televisão LCD e também é onde ela tem alguns objetos religiosos para trazer “energias positivas”. Atrás do sofá ela tem uma planta de folhagem para “dar alegria” a casa, e que está é outra coisa que sente falta, pois na antiga residência tinha muitas plantas no quintal.

Diz gostar da unidade que escolheu, pois fica mais afastada da “muvuca lá de baixo”, por não ter muita criança e ficar longe das áreas de lazer e da área de passagem dos moradores. O único problema é que os quartos não pegam muito sol, pois ficam na direção do bosque que tem nos fundos do condomínio.

Para Marta a vida em condomínio trouxe alguns problemas adicionais, como barulho dos vizinhos, brigas e a falta de privacidade. Mas como ela passa pouco tempo em casa, pouco se relaciona ou se envolve com o que acontece:

É... agora até que tá mais tranquilo assim. Já foi mais complicado. Agora tá mais tranquilo assim. De vez em quando tem uns B.O. né?! Sempre! Mas eu fico muito pouco aqui. Então...por mim, entrei, fecho a porta e não vejo nada! Mas eu acho que é isso de modo geral... Não me envolvendo no que acontece da porta pra fora. (...) A diversidade aqui é muito grande. Como tem pessoas... de boa índole, tem pessoas não tão boas assim. Então, muitos já foram embora, mas você não sabe quem é teu vizinho... Então... Por isso que eu digo “bom dia/boa tarde” e basta!

Apesar de acreditar que a convivência hoje está mais tranquila, Marta avalia que morar em condomínio não lhe traz segurança, pois ainda tem muitas famílias de origem “barra pesada”. O companheiro que trabalha como vigilante acredita que a segurança dentro do condomínio é falha, mas por outro lado os porteiros fazem o que podem já que o perfil dos moradores é complicado, acabam não compreendendo a dinâmica, as normas que devem ser respeitadas. Seu companheiro chegou a ter um problema com a moto. Ele nos disse que o porteiro havia lhe avisado que “alguém estava de olho” na moto, que ficava estacionada na frente do condomínio quando ele ia visitar Simone, mas que nada chegou a acontecer. Já sobre o Tatuquara, Marta diz não circular muito pelo bairro, então o que sabe é o que escuta falar, que é sobre assaltos, mas contou que uma vez foi assaltada dentro do ônibus.

Apesar de Marta ter pouquíssima relação com seus vizinhos, seus filhos conhecem muitas pessoas no condomínio, principalmente por conta dos colegas da escola. Então Marta é conhecida por ser “a mãe da Fulana e do Beltrano”. Outra característica que lhe é associada é sua motocicleta que ela conquistou com a redução das despesas de casa. Ela e seu companheiro participam de encontros de motociclistas, onde se conheceram.

Um fato interessante foi contado pelo companheiro de Marta. Como o bloco onde moram tem a maioria de famílias evangélicas, e eles não se definem por uma religião e participam destes encontros de motoqueiros, são vistos de maneira negativa pelos vizinhos. Marta é católica, mas diz ter contato com outras crenças e entidades que ela define como “do bem”, que lhe trazem coisas positivas para a vida. No Halloween, a família gosta de decorar a porta do apartamento, mas seus vizinhos não gostam. Conta que em um ano houve a interferência da síndica que confeccionou cartazes com as crianças com dizerem de que tal festividade “não era coisa de Deus”. Apesar dos cartazes, à noite as crianças bateram nas portas para pedir doces. Marta se queixa da administração do condomínio, principalmente pelo autoritarismo da atual gestão e das proibições, de acordo com ela, “sem sentido”.

Marta observa as mudanças ao longo destes quase cinco anos no perfil do condomínio. Muitas famílias tiveram filhos neste período, mas de acordo com ela as crianças cresceram e já não incomodam tanto quanto antes em relação ao barulho. Mas hoje as crianças são adolescentes e o problema agora é a maconha consumida

lá “no fundo”. Sobre sua vida, especificamente, percebe uma maior estabilidade e a possibilidade de melhora de vida. Atualmente ela está terminando os estudos e pretende cursar uma faculdade.

Uma indignação

Roberta tem 39 anos, é negra, católica e cursou até a oitava série do ensino fundamental. Viúva há poucos anos, mora com seus três filhos: um menino de 19 anos e duas meninas de 18 e 17 anos. No dia da entrevista as duas filhas estavam em casa. A mais velha, Brenda, contribuiu muito contando histórias sobre o condomínio e, com mais detalhes, acontecimentos relatados pela maioria dos entrevistados, trazendo-nos a percepção de um jovem sobre a vida em condomínio.

Roberta ficou viúva há mais ou menos dois anos. Ela morava com seus três filhos e seu falecido marido em uma chácara de freiras da qual eram cuidadores, localizada no bairro Pinheirinho. Ela é natural de Terra Rica, no interior do estado do Paraná. Ela e o marido moraram muitos anos no interior de Minas Gerais e um contato familiar que tinha em Curitiba lhe falou da oportunidade de trabalho na chácara. Entre o aluguel e a moradia de favor, o marido pensava “nós temos que ter uma coisa que é da gente”. E foi quando vieram para Curitiba que ficaram sabendo das casas da COHAB.

Dois meses após se mudarem para o condomínio, o marido de Roberta foi assaltado no ponto de ônibus próximo quando voltava do trabalho e acabou sendo esfaqueado. Com o estresse de toda a situação ele teve um acidente vascular cerebral (AVC) e ficou em estado vegetativo durante dois anos. Com isso toda a família teve que reordenar a vida para cuidar dele. Roberta saiu do trabalho para cuidar do marido. Seu filho, com idade entre 14 e 15 anos na época, acabou saindo da escola para fazer bicos em um “lava-carros” para ajudar nas despesas da casa, pois a família naquele momento contava apenas com a pensão que o marido recebia. A segunda filha de Roberta também deixou a escola para ajudar a mãe em casa e revezar o cuidado com o pai. Algum tempo em seguida a filha caçula também deixou da escola para ficar com o pai.

Após dois anos o marido faleceu por conta de uma pneumonia e aos poucos eles vêm reconstruindo a vida. A filha mais nova voltou para a escola e o mais velho está fazendo supletivo para terminar os estudos. Brenda, a filha do meio, também

pretende voltar a estudar em breve. Brenda contou que para ajudar nas despesas de casa quando saiu da escola, começou a cuidar de crianças, a fazer “bicos” no salão de cabelereiro onde uma vizinha do bloco trabalhava (história seguinte) e, com esta experiência, começou a fazer alguns trabalhos com as moradoras do conjunto e é esta sua atividade atualmente. Esta vizinha é Joana, uma das poucas amigas que tem no condomínio e que lhe ajudou nos momentos difíceis:

Nós [Roberta e Joana] nos conhecemos aqui. Nós nos conhecemos, pra falar a verdade a primeira vez que nós se vimos foi na reunião. Ai foi com a minha cara, ai nós se vimos só. Mas se conhecer se conhecemos aqui. Quando eu cheguei aqui, depois de dois meses meu marido sofreu um assalto, aí ficou em estado vegetativo por dois anos e meio. Ai eu saí do serviço, eu tive que, como se diz? É...assim, poder conviver com o salário dele daí, foi bem difícil. Minha sorte foi ela que me deu o ombro, ela me ajudava a cuidar das meninas, porque eu ficava muito no hospital. E é bem complicado mesmo. E sem vim em casa, eu ficava dois dias sem vim em casa. Ai eu deixava meus filho aqui aí ela que cuidava pra mim. Ela cuidava, olhava o que tava acontecendo, não deixava fazer coisa errada, pra minha sorte, porque era muita coisa pra cabeça, então foi bem complicado.

Ao narrar toda a tragédia que marcou a família com pouco tempo de mudança, Roberta se mostrou muito forte, assim como suas filhas ao tocarem em temas difíceis e tão recentes. Ela contou que antes de morar ali só ouvia notícias ruins sobre o bairro, sobre violência, mas jamais imaginou que algo tão ruim pudesse acontecer com sua família. Não esperava o falecimento do marido muito menos que seus filhos deixariam a escola.

No geral, ela avalia que a estrutura do bairro e do condomínio é muito boa, mas que “o que estraga o lugar são as pessoas”. Vivendo 12 anos em uma chácara, Roberta pôde criar seus filhos em um ambiente com espaço, ensino religioso e privacidade. Sendo assim, a vida em condomínio trouxe preocupações adicionais para a criação de seus filhos:

É complicado morar em condomínio. É complicado pelo barulho, é complicado pelas meninas, pelos adolescentes que é aqui é bem difícil. Eu tenho os meus adolescentes. E...é difícil, daí complica o pessoal né, pelos meninos. Mas aqui é muita coisa ruim, muito pai, coisa de droga, daí é complicado, sabe?! (...) Eu, eu sei da educação dos meus filhos. Eu sei o que que eles fazem de bom, o que eles fazem de ruim. E a gente que é mãe, a gente não pode passar a mão na cabeça de filho. Você sabe como é que eles é. Mas só que como aqui é gente de tudo quanto é lugar, quando sabe que é gente lá de baixo mesmo, que morava em favela, e desde pessoas assim que jamais mesmo que morava de aluguel num lugar bom, que iria morar aqui. É totalmente diferente. Tem as pessoas que é mãe, que sabe das coisas, que sabe educar seus filho, como tem também as mães

que não sabe educar seus filho. Que os filhos já era meio que largado, sabe?! Que já... como se diz? Já não sabe conviver com os outros. Aí sai muita briga, muita discussão, mãe entra no meio, aí sai aquelas brigas que nós sabe, várias vezes... nossa menina, é muito complicado.

Brenda relatou diversos casos não só de violência entre vizinhos como também de violência doméstica, ambas provocadas pelo uso de álcool. Ela contou também que a maioria dos seus amigos ou se envolveram com drogas ali dentro, os meninos, ou tiveram filhos na adolescência, no caso das meninas. Roberta resume que estas são suas preocupações em relação aos seus filhos: que o menino se envolva com as drogas e que suas filhas tenham uma gravidez na adolescência.

Outro relato de Brenda bastante interessante, que corrobora com os relatos de outras famílias, é sobre as diferenciações dentro do condomínio. Ela contou que ali onde moram, por ser mais ao fundo do terreno, é conhecido como “beco do Chaves” ou “cidade de Deus”. Disse que as crianças da “parte de cima” vão para o fundo brincar, pois é onde ficam o parquinho e a quadra de esportes. Elas levam seus brinquedos e comida, mas não dividem com as crianças “debaixo”, que as mães da “parte de cima” não gostam que seus filhos fiquem muito no fundo para não se envolverem com coisas ruins. De acordo com Débora, o perfil dos moradores “do fundo” é diferente, são mais mães solteiras, mais crianças, além de dois traficantes que moravam lá, mas que foram embora. Para ela tudo isto acabou contribuindo para formação dessa imagem. Esta análise da jovem instigou a aprofundar esta questão nas entrevistas seguintes para tentar compreender essa diferença.

Roberta nos ofereceu um café, que foi passado enquanto a filha mais nova foi comprar pão. Enquanto tomávamos café Joana foi fazer uma visita e contar sobre o problema da porta de entrada do bloco, que estaria facilitando o roubo dos bicos das mangueiras de incêndio para venda. Durante esta conversa foram colocados outros problemas enfrentados cotidianamente. Disseram-nos que o serviço tático pago por eles não faz ronda em todo condomínio, que prioriza apenas os blocos da parte de cima. Contaram que nos fundos do condomínio tem uma abertura para um matagal onde alguns moradores usam droga e que ali até serve de passagem para o outro lado da vila, próximo ao posto de saúde. De acordo com a Brenda, muitas pessoas já entraram no condomínio simplesmente para “cortar caminho” e que a segurança é muito falha.

Roberta se queixa também das despesas para morar ali, pois tinha em mente que morar em algo proporcionado pelo Estado seria mais barato. Mas ela acredita que com o tempo todos os problemas relatados se resolverão e que o perfil do condomínio melhorará. Por outro lado, tem ali como um lugar de passagem, tem intenção de voltar para o interior para que possa ter e oferecer aos filhos uma vida mais tranquila. Espera que seus filhos consigam dar continuidade aos estudos

Sobre o apartamento da família, ele está bem conservado, com piso laminado, tem um sofá de canto com *chaise*, a TV de LCD na parede pintada, um jogo de mesa com cadeira no canto da sala e a cozinha mobiliada. A renda da família atualmente é de R\$ 3330,00, composta pelo salário de Roberta como copeira, do filho que é açougueiro, dos “bicos” que Brenda faz e da pensão que a família recebe do pai.

Uma relação de amizade

Joana tem 42 anos, é negra e evangélica. Estudou até a sexta série do ensino fundamental. Mora com seu marido da mesma idade e suas duas filhas, uma de 15 e outra de 13 anos.

A escolha por sua família não se deu pelos critérios do perfil socioeconômico, mas sim a partir de uma rede de amizade identificada ao longo das entrevistas. Joana é amiga de Roberta e foi quem a ajudou quando seu marido ainda era vivo, cuidando de suas filhas e da casa. Elas moram no mesmo bloco, Joana no primeiro andar e Roberta no segundo. Elas se conheceram no dia do sorteio da COHAB, quando souberam que seriam vizinhas. Mas a relação de amizade se constituiu dentro do condomínio.

Há mais ou menos um ano Joana recebeu o diagnóstico de câncer. Ela trabalhou muitos anos na área de estética em salões de beleza e em lojas de cosméticos até que descobriu que estava com câncer e se afastou das atividades para se tratar. No período em que ajudava a amiga, Joana ensinou boa parte dos seus conhecimentos estéticos à filha mais velha de Roberta, a Brenda, que hoje realiza utiliza o que aprendeu prestando serviços para mulheres do condomínio como forma de complementação de renda. O vínculo de amizade entre Joana e Brenda se fortaleceu e hoje a relação é quase como entre mãe e filha. É Brenda quem acompanha Joana em todas as sessões de seu tratamento.

Joana também é amiga da família do Barão e de Rosa e Augusto. No dia em que ela foi entrevistada, este casal bateu a sua porta pra lhe entregar dinheiro. Após a descoberta do câncer e de todo o tratamento Dulce parou de trabalhar, mas atualmente começou a vender fraldas para ajudar na renda, pois ela não conseguiu receber o auxílio-doença ainda. O primo do seu marido que compra fraldas em uma fabrica de papel e celulose próxima ao conjunto e as revende foi quem sugeriu que ela começasse a vender também para se ocupar enquanto faz o tratamento. Ela vende para algumas mulheres do seu antigo trabalho, seu marido também tenta vender para seus colegas, mas a maioria dos compradores é de moradores de dentro do conjunto. Rosa e Augusto estavam ajudando nas vendas.

Com a renda da venda de fraldas ela paga um plano de saúde no valor de R\$ 200,00, pois não pode depender dos serviços públicos de saúde. A renda familiar é de R\$2000,00, composta do trabalho do marido em uma transportadora e da venda de fraldas.

Sobre sua trajetória, Joana contou que morava de aluguel no bairro Boqueirão na época em que se inscreveu na COHAB. Pouco antes de serem sorteados, o marido de Joana fez um acordo com o antigo patrão que lhe devia dinheiro e então ofereceu um terreno em Fazenda Rio Grande. Lá eles colocaram uma casa pré-montada e foram morar para se livrarem do aluguel. Quando foi sorteada, mesmo sabendo que era um apartamento não hesitou em aceitar. O fato de ser em Curitiba foi fundamental para a decisão da família em mudar para o apartamento. E, comparado a Fazenda Rio Grande, para ela o acesso aos serviços e a rede urbana de maneira geral é melhor.

O apartamento foi uma das últimas unidades sorteadas, que fica bastante próximo do corredor e é, portanto, uma área movimentada. Mas disse não se arrepender. O apartamento dela é bem conservado, apesar dos moveis serem bastante simples. Tem uma televisão de LCD na parede e o piso é de lajota branca. No dia que fomos marcar entrevista ela estava trocando o piso dos quartos. Em sua sala possui dois sofás antigos de dois lugares e uma mesa de jantar.

Joana conta que os primeiros meses no condomínio foram “dias tenebrosos”. Como ninguém se conhecia, em toda e qualquer briga havia a intervenção dos vizinhos. Mas cotidianamente, além do fato das brigas diminuírem, foram aprendendo a identificar as situações que, de acordo com ela, necessitam de intervenção. Mesmo tendo morado sempre em casa, ela conta que foi mais fácil se

adaptar à dinâmica da vida em condomínio e a estrutura do apartamento do que adaptar-se à distância que enfrentava quando morava em Fazenda Rio Grande.

Durante um período seu marido ficou desempregado e apenas com a renda dela a família acabou atrasando as prestações do apartamento e o condomínio.

Para ela a maior dificuldade enfrentada atualmente é conviver com as drogas e roubos que acontecem dentro do condomínio. Ainda que compreenda que é algo que ocorre em todo lugar, a eminência do tráfico e do uso de drogas, praticado por jovens que viu crescer, lhe traz uma sensação de constante insegurança em relação às filhas:

Ah, negativo seria drogas, roubos, mais é droga e roubo né, que a gente não pode deixar as menina muito solta aqui dentro. No caso o tráfico, né, os próprio fica oferecendo pros nossos filho. Tem que ficar cuidando, né. Tem que ficar vigiando senão... acaba induzindo as criança que tão em volta né?!

Apesar disto, Joana compartilha da esperança de Roberta, que um dia as pessoas ruins deixarão o condomínio e, conseqüentemente, o perfil de moradores melhorará. Muitas das vezes que fomos fazer visitas ao condomínio avistamos Joana sentada nas áreas verdes conversando com outros moradores. Ela comentou que gosta de ficar fora de casa, de sentar e conversar com os vizinhos para não ficar sozinha e não se deprimir. E indicou que o estacionamento do condomínio é um espaço de sociabilidade masculina, onde os homens, inclusive seu marido, encontram-se à noite e tomam cerveja. Já Joana, além das amigas vizinhas, frequenta a igreja evangélica desde o diagnóstico do câncer, a partir do convite de uma vizinha para participar dos cultos. Ela atribui sua melhora de vida em todos os âmbitos, principalmente, aos ensinamentos e ao ambiente da igreja.

6 A VIDA EM CONDOMÍNIO: DA SOCIALIZAÇÃO À SOCIABILIDADE

A carroça e as abóboras, ou o condomínio e seus moradores

Era uma vez um cocheiro que dirigia uma carroça de abóboras. A cada solavanco da carroça, ele olhava para trás e via que as abóboras estavam todas desarrumadas. Então, ele parava, descia e colocava as abóboras novamente no lugar. Mal reiniciava sua viagem, lá vinha outro solavanco e tudo se desarrumava de novo. Cansado, começou a ficar desanimado e pensou: "Jamais vou conseguir terminar minha viagem. É impossível dirigir nesta estrada de terra, mantendo as abóboras arrumadas". Enquanto pensava, passou à sua frente outra carroça cheia de abóboras. Ele observou que o outro cocheiro seguia em frente e nem olhava para trás. As abóboras que estavam desarrumadas organizavam-se sozinhas no próximo solavanco. Foi quando ele compreendeu que, se colocasse a carroça em movimento, na direção do local onde queria chegar, os próprios solavancos da carroça fariam com que as abóboras se acomodassem em seus devidos lugares. (Autor desconhecido)

A metáfora que inicia o capítulo já adianta sua conclusão. As trajetórias familiares mostram, em geral, a dificuldade na adaptação nos primeiros momentos de vida em condomínio. O choque inicial, o estranhamento, a adaptação não só ao novo espaço, mas ao novo “outro”, a vizinhança desconhecida. Mas cotidianamente “as abóboras” foram se ajustando “à carroça”. Nas condições colocadas sobre a vida em condomínio, algumas “abóboras”, incluídas precariamente⁷⁰, caíram “da carroça” ao longo do caminho.

Desta forma, mostrará aqui como as famílias reconstituíram suas biografias, sua relação com a moradia, o condomínio e a vizinhança.

O perfil das famílias do condomínio é relativamente homogêneo. Apesar de apresentarem diferenças de escolaridade, religião, experiências de vida, entre outros, que se materializam no espaço da moradia, são em geral famílias de baixa renda que acessaram pela primeira vez em suas vidas a casa própria, a partir de um programa de habitação popular. De início poderiam se considerar todos iguais. A única relação de poder estabelecida, hierarquia imposta pela dinâmica condominial, era a da figura do síndico. E a visão do condomínio para fora dali era a de que se tratava do primeiro conjunto habitacional do programa “Minha Casa, Minha Vida” no bairro.

⁷⁰ A partir da definição da de José de Souza Martins sobre as formas precárias de inclusão daqueles considerados “excluídos” da/pela sociedade capitalista.

Mas a homogeneidade relativa, resguardadas as distinções de cada família, não isentou este grupo de demarcar fronteiras e se diferenciar naquele espaço. Como coloca Norbert Elias (2000, p.199), “as desigualdades entre grupos e indivíduos estão entre as marcas distintivas recorrentes das sociedades humanas”. As marcas distintivas se constituem a partir de relações de poder, que embasam desigualdades econômicas, diferenças raciais, étnicas, sexuais, entre outros. Dizem respeito à construção da identidade social dos indivíduos, seus grupos e comunidades, em oposição aos outros indivíduos, grupos e comunidades. (KULAITIS, 2004)⁷¹

A pesquisa sintetizou três marcadores que se destacaram nas entrevistas: a origem, a inadimplência e posição espacial dentro do condomínio.

6.1 MARCADORES DISTINTIVOS

Assim, pode-se tomar o condomínio enquanto uma unidade social e territorial, mais que isso, uma comunidade, em que são traçadas interdependências entre as famílias que ali passaram a morar⁷².

A delimitação da localização do condomínio mostrou que ali é uma área predominantemente residencial e de casas, afastada da área mais movimentada do bairro. Sendo assim, a implantação do empreendimento gerou impactos na região que voltou seus olhos para lá. Abaixo estão os títulos de três reportagens sobre o condomínio logo nos primeiros meses de implantação, que foram encontrados na *internet*.

⁷¹ Amparado na definição de Bourdieu (2002): “(...) Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo que toca à identidade”

⁷² Elias define os aspectos de uma comunidade: é evidente que se está fazendo referência à rede de relações entre pessoas que se organizam como uma comunidade residencial – de acordo com o lugar em que normalmente vivem. As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas. Mas elas também estabelecem relações quando “moram juntas num mesmo lugar”, quando constroem seus lares num mesmo local. As interdependências que se estabelecem entre elas como criadoras de lares, nos quais dormem, comem e criam suas famílias, são especificamente comunitárias. Em essência, as comunidades são organizações de criadores de lares, são unidades residenciais como os bairros urbanos, os vilarejos, as aldeias, os conjuntos habitacionais ou os grupos de barracas de acampamento. (ELIAS, 2000, p.165)

FAMÍLIAS DEIXAM ÁREAS DE RISCO PARA APARTAMENTOS NO TATUQUARA

Das 224 unidades, 34 foram destinadas à famílias que viviam insalubrememente – Fonte Tribuna Paraná 27/10/11

BRIGA COM ESPOSA E PULA DA JANELA COM CRIANÇA BEBÊ

Jovem estava no apartamento da sogra, no Condomínio Vila Mariana, no Tatuquara – Fonte Bem Paraná 13/11/11

CONDOMÍNIO SEM ÁGUA E LUZ HÁ UMA SEMANA

Somente duas torneiras do condomínio funcionam para as 224 famílias – Fonte Tribuna Paraná 01/03/12

De início, as famílias relataram os problemas com o tráfico e uso de drogas, as constantes brigas e entrada e da polícia no condomínio. Tais fatos teriam construído uma imagem negativa deste espaço para a região, como coloca o morador:

Apelidaram de Faixa de Gaza até por causa dessa historia aí que dava muita briga, policia toda semana e tal. E mais hoje eu acho que eles já acostumaram, então. O bairro era mais tranquilo antes de chegar o condomínio. (Cônjuge do entrevistado 1, homem, branco, evangélico)

Assim sendo, a imagem negativa e homogeneizante colocada sobre o condomínio reforçou a necessidade de demarcar as **diferenças de origem**, entre ser “da fila” e ser “da ocupação”. O estranhamento e os acontecimentos que fugiam da rotina da maioria das famílias tornaram-se pauta para interações, conversas e fofocas. As famílias buscavam justificativas para as diferenças observadas na maneira de cuidar do espaço, dos filhos, o tom de voz, os tempos de chegada e de saída, a movimentação:

Tipo assim, tem pessoa que os apartamentos foram destinado a eles, então é um hábito de vida bem diferente, um modo de viver que não consegue viver em sociedade. Gente que tinha aquele modo de vida bem liberal que morava lá na beira da valeta, sabe?! (...). Daí vem pra cá e tem uma conduta que não condizia com o condomínio. Um pouco saíram, a maioria saiu porque não consegue viver. Dai são bem diferentes, não tem a educação que a gente tem. (Entrevistado 9, mulher negra, 40 anos, católica, educadora)

Como aponta Kowarick (2000), as concepções que a sociedade tem sobre a vida em áreas de ocupação, bem como nos cortiços, são de que se trata de espaços

em que a moralidade de seus habitantes é questionada, onde a pobreza e a ilegalidade são expostas: “locais que favorecem hábitos duvidosos, brigas e desorganização familiar, espaço de promiscuidade...” (KOWARICK, 2000, p.91) onde se associa criminalidade, violência, drogas e a perdição da juventude.

Além da necessidade de demarcar a origem, é importante considerar que a dinâmica imposta pelo condomínio produz um disciplinamento moral e corporal. No caso dos condomínios populares, associada à proximidade das unidades habitacionais, a estrutura do empreendimento expõe o modo de vida de cada um. A vida coletiva em tal espaço implica um tipo de comportamento dito “civilizado”⁷³, em que haja o controle dos impulsos e emoções, ou seja, a tomada de consciência sobre o outro.

A conduta esperada para viver em condomínio, citada na fala acima, é como a que Mayol trata quando analisa a vida no bairro, a da *conveniência* como uma regulação das interações sociais:

(...) Representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando a anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse ‘preço a pagar’ (saber ‘comportar-se, ser ‘conveniente’), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana. (MAYOL, 1994, p.39)

Um fato importante é que a maioria das famílias não tinha experiência de vida em condomínio. Na amostra entrevistada, apenas duas famílias carregavam consigo a experiência de terem morado em algum momento de suas vidas em apartamento. E uma terceira família, ainda que não tivesse morado antes em apartamento, prestavam serviços em condomínios residenciais e disseram ter, na época da

⁷³ Em uma análise processual, Elias (1993-1994) aborda o desenvolvimento do conceito de civilização ocidental. Ao se basear em livros de boas maneiras, literaturas e documentos do final da Idade Média, o autor analisa a transformação dos costumes da burguesia que havia tomado o poder e se tornara depositária da consciência nacional. Foi um processo de transformação do comportamento e das relações sociais, de adaptação à estrutura mental e emocional da burguesia aos modos aristocráticos. A civilização seria o resultado de um equilíbrio entre os interesses individuais e os interesses coletivos. A suspensão dos impulsos e vontades individuais para a tomada de consciência sobre o outro, sobre o coletivo. Os indivíduos educados sistematicamente, a partir de instituições de regulação e controle, sujeitam-se às regras sociais e ao autocontrole das emoções, dos impulsos e dos comportamentos considerados indesejáveis. Para o autor, as mudanças na estrutura da personalidade em busca do controle emocional estariam ligadas, em longo prazo, às mudanças na estrutura da sociedade na formação dos Estados Nacionais, com maior interdependência e controle estatal. (ELIAS, 1994, p.216)

mudança, uma ideia de como funcionava a dinâmica de vida em condomínio. Os demais têm sua primeira experiência de vida em apartamentos.

Em casa você tem espaço, você sai e você não dá de cara com seu vizinho, você pode fazer uma festa. Aqui já não. E outra coisa, eles não era acostumados a viver com regras e aqui tem que ter regras, né. E aí que foi... “trash”. Foi complicado. (Entrevistado 1, mulher, 35 anos, casada, branca, evangélica, dona de casa)

Assim, eles tiveram que lidar não só com sua adaptação pessoal e de sua família – corporal e espacial – mas também enfrentaram a adaptação em relação ao outro. E nota-se que os sacrifícios e estratégias pessoais são suportáveis, mas aquilo que foge do controle privado, o modo de vida do outro, é o mais difícil.

Há uma crítica à ação da COHAB-CT em relação à seleção das famílias para o empreendimento. Como colocado em falas anteriores, determinadas famílias selecionadas não teriam conduta/educação/estrutura para morar em condomínio, para “viver em sociedade”. Tais famílias seriam as “da ocupação”, que, de acordo com as falas, carregam consigo práticas sociais em que não há uma delimitação clara do privado e do coletivo, de maneira que a resolução dos conflitos pessoais extrapola “as quatro paredes” e adentra o espaço do vizinho ou se espalha pelo espaço coletivo:

Negativa seria muito a mistura de pessoas... De culturas diferentes. Né?! Por exemplo, eles colocaram muitas pessoas que não tem uma conduta social pra viver junto às vezes. Isso dificulta muito. Tem pessoas que são super educadas, mas tem pessoas que são muito mal-educadas, grossas. É... Elas acham que os problemas como elas resolvem dentro de casa, no berro, na gritaria, no palavrão, ela vai ter que tratar assim com o vizinho. Entendeu? (...) Então a questão é de cultura, de cultura mesmo. Misturaram muito as pessoas juntas. Deviam ter um... Pré-seleção! Pra ver quem coloca junto com quem. É complicado. (Entrevistado 5, mulher, 47 anos, casada, evangélica, síndica)

A heterogeneidade no condomínio também teria sido motivo para muitos desentendimentos, brigas e situações de violência. Acredita-se que alguns grupos de determinadas áreas de risco da cidade que tinham conflitos anteriores teriam se encontrado neste espaço:

Muita gente que já tinha briga com um ou com outro acabaram se encontrando aqui dentro. Que não podiam nem se ver, ou que já se conhecia há anos e anos e um dia brigaram, discutiram e acabaram se encontrando tudo aqui. E daí nessas acabaram dando muita briga. (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

De acordo com as falas, tais brigas seriam resultado de disputas por espaço e pontos de drogas.

Além da falta de *conveniência*, há também os problemas de ordem coletiva colocados. As falas apontam que as famílias “da ocupação” não teriam experiência em manter o espaço coletivo, cuidar do lixo e conservar os equipamentos. Por outro lado, associado ao problema das drogas de acordo com as famílias, tem a questão dos furtos de equipamentos internos de uso coletivo, como mangueiras e extintores de incêndio, além de arrombamento de apartamentos. Práticas estas que também estariam associadas às famílias “da ocupação”. Seria, na interpretação geral, um comportamento estratégico para venda de tais equipamentos para compra de drogas.

A manutenção dos espaços e equipamentos coletivos traz custos para o condomínio que, no final das contas, são socializados para todos os moradores. O que leva a discutir um segundo **marcador** que é o **da inadimplência**. Pois a vida em condomínio impõe também uma obrigação financeira mensal que compõe um fundo social para a manutenção do local e as possíveis obras e investimentos para a melhoria do espaço.

Muito mais complexa do que a simples oposição entre “quem paga” e “quem não paga”, a inadimplência também é, muitas vezes, associada à origem das famílias. De acordo com as “da fila”, muitas das famílias selecionadas também não estariam acostumadas a pagar conta. De fato, as famílias “da ocupação” não tinham necessariamente a obrigação do aluguel nas áreas de origem e poderiam, inclusive, sobreviver sem o pagamento de tarifas públicas a partir de estratégias como as ligações clandestinas para acessar a energia elétrica, água, esgoto – o “gato”. Ao passarem a habitar a “cidade legal”⁷⁴ foram acrescidas não só as tarifas públicas, como também o pagamento do imóvel e da taxa de condomínio.

É importante colocar que quase metade das famílias entrevistadas declarou estar ou que já estiveram em situação de inadimplência, provocada momentaneamente pelo desemprego estrutural ou por casos de doença. Ou seja, na realidade a condição de inadimplência ultrapassa o marcador da origem.

⁷⁴ Maricato (2002) definido no capítulo 3.

Os casos contados sobre a inadimplência foram na maioria das vezes relatados quase que em segredo. Para as famílias de baixa renda, a honestidade sobre o pagamento das contas, sobre ter o “nome limpo” é tudo o que se pode carregar, uma vez que não há garantias e recursos econômicos que possam lhe assegurar. Sendo assim, há um compromisso muito forte em “pagar as contas certinho, tudo em dia”, uma associação do que é “dever”, mas pouca identificação do que vem a ser “direito”. Deste modo, a inadimplência coloca em risco o pouco do que quem é pobre pode garantir, ou seja, sua honestidade.

A vida em condomínio implica o estabelecimento de um contrato e de um controle social. A política habitacional é altamente subsidiada pelo Estado, restando à família um pequeno percentual a ser pago pela casa, comparando ao valor a ser desembolsado no mercado imobiliário. No caso da produção habitacional de condomínios verticais, além do compromisso estabelecido entre o titular e a Caixa Econômica, há também o estabelecimento de um contrato coletivo com o condomínio, que se torna também uma forma de controle social entre os condôminos. O não cumprimento deste contrato implica em uma condição estigmatizante. A inadimplência momentânea relatada, que ocorre em segredo, passa ao largo dos olhos da vizinhança. Mas quando identificada se torna um fator de segregação social:

Já fui julgada logo no começo, acho que depois de um ano que eu tava aqui. Um dia tinha gente no salão de festas aqui atrás e eu falei que (...) as crianças tavam tudo dormindo, eles tinham que levantar no outro dia pra ir pra escola. Dai eu peguei, abri a janela com toda a educação aí eu falei assim “o pessoal, não dá pra vocês falarem mais baixo que as crianças tão dormindo ...não sei o que...” Aí um homem, que até hoje não sei quem foi, pegou e falou assim: “você não tem que abrir a boca pra nada, você não tem que falar nada porque você não paga então você não tem direito de apitar nada aqui dentro.” (...) E uma vez também a minha vizinha chegou e falou pra mim que (...) a vizinha do bloco 1, ela não citou o nome, mas eu sei quem que é, ela falou assim “na hora que vim a ordem de despejo aquela dali vai ser a primeira a ser despejada”. Então você sofre bastante com bullying também nesse lugar. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

De fato, a inadimplência coloca um impasse nas relações de vizinhança. Pois se, por um lado, há a demarcação das diferenças no espaço social, em que alguns são mais merecedores de estarem ali do que outros, de acordo com as falas, por outro, a noção de igualdade colocada é sobre a relação contratual em que todos devem dar sua contraprestação para o bem-viver no condomínio.

Assunto que será mais bem trabalhado no capítulo seguinte, mas que merece atenção sobre seu impacto nas relações de vizinhança, a inadimplência é colocada como um divisor entre os pobres, que constroem imagens e representações sobre a inadimplência, de maneira que, de um lado está o “trabalhador”, a pessoa de bem que paga as contas, do outro está o “à toa”, o devedor. E ambos convivem, injustamente, como colocam as falas, no mesmo espaço, “porta com porta”:

Então aqui, caso assim se a Caixa chegar “quem tá devendo?” levar tudo quem tá devendo, é uma maravilha pra morar! Uma maravilha! Porque aqui né, tem gente que nunca pagou uma prestação. Nunca pagou um condomínio. Então assim, quem paga direitinho suas conta, porque geralmente é assim, as pessoas que não pagam é que fazem baderna, é que faz coisa errada, sabe?! Gente que não tem nada a perder mesmo. Mas é assim, tem muita gente que nunca pagou nada. Nunca pagou um condomínio. Geralmente as pessoas que mexe com coisa errada, faz baderna, mexe com droga, é as pessoas que tá devendo. (...) Tem gente que tá aqui há cinco anos e pagou duas vezes. Você pensa o valor do condomínio de mais de R\$ 200 reais, por mais de cinco anos. (...) Não é possível! Por que que nós tamo em conjunto aqui pagando certinho e o outro não? Um trabalha bem o mês inteiro tudo, tá lidando na vida, tá lutando pelo pão de cada dia e tem o outro que não faz nada da vida, tem uma vida regular, boa e não trabalha, não faz nada, como é que vive bem desse jeito? (Entrevistado 10, mulher negra, 39 anos, católica, copeira)

Assim, as dinâmicas sociais – a conveniência para viver em sociedade – e as dinâmicas econômicas – o compromisso com o coletivo – impostas na vida em condomínio, teriam sido fatores para uma “seleção natural” que teria expulsado a maioria das famílias “da ocupação” logo nos primeiros anos.

Se for possível resumir, três seriam os principais motivadores da saída das famílias “da ocupação”. Não há uma ordem de importância. Primeiro, estaria a saída por conta dos fatores econômicos colocados anteriormente. As famílias da ocupação, em grande parte das vezes viviam em condições estratégicas nas áreas de ocupação, e o aumento significativo das despesas com moradia teria sido o motivador para deixar o condomínio e voltarem para as áreas de origem:

A maioria foram embora. Né, como diziam eles “ah não pagava nem um aluguel lá, não pagava luz e água, vou ficar aqui nessa bosta que tem que pagar!” Falavam essas coisas assim, né?! Aí não aguentavam, não tavam pagando. Daí muitos venderam a preço de banana e foram embora. Dai pra não perder eles acabam vendendo. (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

Outro motivador colocado foi sobre o modo de vida. As normas estabelecidas para a convivência não teriam sido internalizadas pelas famílias da ocupação, que carregam consigo práticas sociais, formas de lidar com o espaço, com a família, não condizentes com a vida em um espaço coletivo. Ou seja, as famílias não teriam apresentado uma plasticidade para se adaptarem ao modo predeterminado da vida em condomínio:

É que daí assim, as próprias pessoas sabem que ou elas se adaptam ao lugar que moram ou vai ter que sair, né?! No começo muitos preferiram alugar e aí vender mesmo. Teve gente que vendeu na primeira semana, né amor?! E isso não pode! E até o [morador] do lado vendeu o apartamento por R\$5 mil pra voltar pra beira do rio, porque lá ele podia ouvir som alto. Vê a mentalidade da pessoa... (Cônjuge do Entrevistado 1, homem branco, 32 anos, evangélico, músico)

O último motivador seria a identificação de comportamentos e práticas desviantes dentro do condomínio, relacionadas aí ao tráfico de drogas a ao roubo. A proximidade física entre as unidades e o controle social exercido teria facilitado a identificação de tais atividades e motivado a saída de famílias para que não fossem “pegos pela polícia”:

(...) Teve dois que saíram que tavam vendendo droga, pra não pagarem eles também foram embora, que o tráfico de droga era forte também. (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

A saída da maioria das famílias da ocupação poderia ter sido vista como um “alívio”. Mas há um sentimento de injustiça em relação àqueles cuja política habitacional tenha beneficiado, mas que a família “não sabe dar valor”.

A saída também não isentou o condomínio dos problemas citados. Teria havido, de acordo com os entrevistados, uma espécie de “contaminação social”, em que as famílias “da ocupação”, principalmente os jovens, e toda a representação associada a elas (inadimplência, furtos, vandalismo, bagunça, barulho, uso e tráfico de drogas), teriam influenciado as demais famílias:

Vejam, esse povo que era adolescente que tinha 10 anos e em cinco anos assim já debandou... E, claro, por causa de influência, né?! (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Todo mundo fala que a maioria dos pais aqui os filhos se envolveram em droga, as menina a maioria fizeram coisa errada. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

De certa forma, ainda que a maioria das famílias “da ocupação” tenha deixado o local, nota-se uma identificação das práticas sociais, carregadas de significação negativa, associadas a estas famílias. Como Elias (2000) mostra em sua experiência em Winston Parva⁷⁵, as famílias “da ocupação” parecem representar uma “minoridade dos piores”. Uma vez que, mesmo tendo sido atendida em menor proporção neste conjunto habitacional (15%), se comparadas às famílias “da fila” (85%), suas práticas, - ou mais que isso - a representação que se têm sobre vida nas áreas de ocupação, deixaram marcas que refletem na explicação dada pelas famílias entrevistadas sobre os problemas que permanecem recorrentes no condomínio. Associam ao “outro”, as famílias *outsiders* neste espaço, uma série de impasses para o bem viver em um ambiente coletivo.

Percebe-se a construção de uma representação que relaciona tudo o que se considera negativo na figura do “outro”, que ao mesmo tempo é “favelado”, “inadimplente”, “vândalo”, “sem educação”.

Por outro lado, há um consenso de que a convivência melhorou, de que “as abóboras se ajeitaram na carroça”, apesar dos solavancos cotidianos que derrubaram muitas “abóboras” ao longo do caminho. Mas a imagem negativa sobre o condomínio “para fora” permanece:

A visão continua, a primeira impressão é a que fica. Mas não tem mais nada a ver. Não tem. Esses dias eu fui num salão aqui perto, aí falaram “Ah o Vila Mariana!”. Aí eu tive que explicar “Não gente! Foi só no começo. Hoje não tem mais isso.”. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Como foi visto não se pode afirmar que a questão da origem tenha sido superada, pois ela ainda é acionada para explicar os problemas atuais. De fato a origem, as trajetórias familiares, as experiências de vida, implicam na socialização dentro do condomínio. Entretanto, há um marcador interessante colocado, que é o **marcador espacial** sobre a localização dos blocos dentro do condomínio.

⁷⁵ Elias (2000) utiliza tal conceito para se referir a um pequeno número de pessoas dentro de um grupo ou de uma comunidade outsider, que realizam práticas consideradas inadequadas, desagradáveis ou desviantes e acabam conferindo ao grupo, ou à comunidade, uma imagem negativa não condizente com a totalidade. No caso do condomínio, um pequeno grupo de moradores de área de risco trouxe consigo práticas e formas de sociabilidade distintas que serviram para estereotipar a imagem do local. Os problemas como drogas e violência colocados pelos entrevistados estariam associados às famílias da ocupação que, mesmo tendo deixado o condomínio em sua maioria, teria carregado o local com “más influências”.

A base para este marcador seria, inicialmente, o projeto do empreendimento que concentrou a maioria dos blocos em uma parte do terreno, dividida pelo estacionamento, coincidindo com as áreas de lazer. A partir de uma divisão espacial as famílias construíram uma divisão social entre “os de cima” e “os de baixo”. De certa forma, a concentração de blocos próximos às áreas de lazer, por si só, já colocam um marcador sobre morar em uma área mais reservada ou morar onde “o ferve acontece”, onde a sociabilidade ocorre:

(...) Os blocos é tudo igual, a diferença é que lá [em cima] o pessoal é mais reservado. (...) Eles falam que lá é a Batel⁷⁶ e aqui é... (risos) É que deu certinho, porque o povo daqui é tudo dado é tudo louco. Se tem que falar, fala! Se tem que brigar, briga! Sabe? E as criança, é que a maioria das criança vem brincar aqui pra baixo. E o ferve maior é aqui embaixo. Tem a cancha, tem os parquinho, então o ferve fica tudo aqui. Daí fica cômodo pra eles lá em cima. Ai lá em cima é mais tranquilo, né?! Que daí não tem bagunça, não tem barulho, não tem nada! Ai isso que o pessoal reclama “Ah, lá embaixo é o lugar da bagunça! Lá é a favela!” (risos) Mas é tudo igual! É obvio que aqui ia ser mais ferve do que lá em cima, né?! Que daí o pessoal vem tudo de lá pra brincar. Chega final de semana, vocês não vieram final de semana aqui?! Viu que o ciclo de pessoas é maior aqui embaixo, né?! Daí tá solzão... O pessoal vem brincar pra cá... Até a mulherada desce com os marido ficar sentado pra lá conversando. Ai senta na grama pra tomar um chimarrão, né?! Daí dá diferença mesmo. Daí eles fica quietinho, tranquilo do lado de lá. Ai o ferve fica todo aqui embaixo. Não que aqui seja um lugar ruim, eu gosto daqui! (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

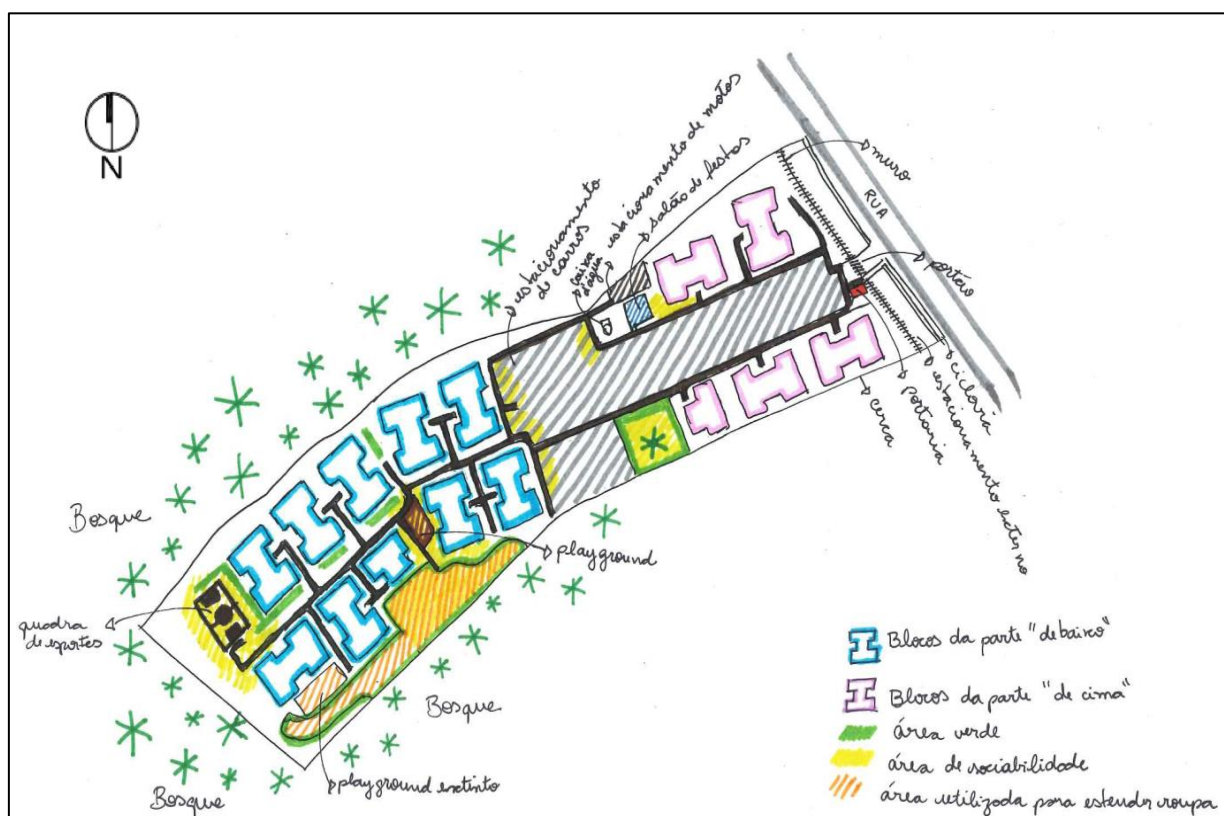
A figura a seguir visou mapear e ilustrar as relações de sociabilidade observadas nas visitas ao condomínio e relatadas pelas famílias entrevistadas. Assim, é possível notar a distribuição dos blocos e a divisão “de cima” e “de baixo”, bem como onde a sociabilidade ocorre. Foi utilizada a planta do condomínio como base, e as marcações foram feitas com base na fala das famílias e na observação feita ao longo da pesquisa em todas as visitas ao condomínio.

A sociabilidade juvenil (de crianças e adolescentes) concentra-se na quadra de esportes e em uma área verde à direita do estacionamento, em frente ao salão de festas. Já no *playground* foi notada a presença de crianças e mães. A sociabilidade feminina também ocorre predominantemente na área utilizada para estender roupa. Já no estacionamento, a partir da fala de uma entrevistada, observou-se a sociabilidade masculina. Mas como está área também é um lugar de

⁷⁶ Como em uma cidade, fazem referência aos bairros de elite econômica e política de Curitiba (Batel e Ecoville) para tratar da parte de cima, e à favela para denominar a parte de baixo. Outra nomeação dada para a parte de baixo é o “Beco do Chaves”, fazendo referência ao local de moradia do personagem da série mexicana.

passagem, por conta da calçada que atravessa o condomínio, muitos encontros foram observados entre os condôminos. Foram observadas também ligeiras movimentações de mulheres próximas ao salão de festas o bloco 14.

FIGURA 9 - ILUSTRAÇÃO DA SOCIABILIDADE



FONTE: a autora (2016), adaptado do arquivo da COHAB-CT.

Além da disposição territorial, entre “os de cima” e “os de baixo”, poderiam ter se consolidado de outras formas de diferenciação, uma vez que a criação de marcadores distintivos é inerente aos grupos e comunidades no processo de socialização. Os grupos consolidam sua identidade sempre por oposição, “nós” x “eles”, construindo sua autoimagem e a imagem do outro grupo⁷⁷. As famílias se associariam por diversas razões, como Weber definiu em sua teoria da ação. No caso estudado, as associações poderiam se dar primeiramente pela proximidade residencial, entre os vizinhos de andar e de bloco. Poderiam se dar por afinidades sejam estas a localidade, a religiosidade, a profissão, a amizade entre os filhos,

⁷⁷ Definição de Bourdieu (2002)

entre outras. Ou por outras formas espontâneas proporcionadas por interações momentâneas dentro do condomínio ou fora do condomínio

Porém, a ação de um dos primeiros síndicos teria reforçado esta divisão. As famílias relatam que tal síndico morava na parte superior e costumava promover seu espaço, cuidava do jardim, realizava manutenções e lançava comentários depreciativos em relação à parte de baixo. Por ter o controle sobre os moradores inadimplentes, tanto “de cima” quanto “de baixo”, tal gestor guardava para si os casos de sua parte e comentava entre seus pares sobre os casos de inadimplência da parte “de baixo” como uma das justificativas para o investimento desproporcional no espaço coletivo:

Havia assim uma divisão entre o pessoal que morava lá na frente, porque o antigo síndico morava lá na frente. (...) Então ele ficava só lá na frente, aqui era muito largado aqui embaixo. Então o pessoal que morava lá na frente chamava o pessoal daqui de favelado aqui pra baixo. E assim, muito daqueles comentários que não se deve. O síndico ele sabe quem paga e quem não paga. Ele sabe. Só que ele falava o que: “Ah, aquela fulana lá debaixo não pagou a conta” Pra alguém que paga, a pessoa fica injuriada. Não fica? (...) Havia muita discussão, muito bate-boca de morador com morador, entendeu? Por quê? Por causa desse tipo de comentário. Ou quando ele descia aqui ele já falava “Fulano e fulano não paga condomínio, por isso eu não vou fazer!” Mas não importa se aquele fulano e o fulano não pagava condomínio, existe uma empresa que garante o pagamento. Então havia aquele joguinho de um contra o outro. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

E é na parte “de cima”, por conta do acesso à portaria, onde foram reservados os apartamentos para os titulares idosos e famílias com pessoas deficientes, mais suscetíveis ao controle do síndico. A partir daí as famílias criaram outras justificativas para a divisão. Mesmo avaliando que a parte “de cima” é mais reservada por uma questão espacial, e que embaixo é mais povoado, e consequentemente “onde tem mais gente vai ter mais problema”⁷⁸, as famílias agregam outras características como renda, perfil geracional, composição familiar, para explicar as diferenças colocadas entre as duas partes. Esta divisão acabou impactando não só nas relações de vizinhança, como também nos momentos de decisões coletivas:

Parece que é uma coisa tão de louco que tudo as “pobraiada” veio tudo aqui pra baixo. É uma divisão, querendo ou não querendo é uma divisão. Tem as pessoas de cima e as de baixo. (...) Pra você ver, igual aqui embaixo o pessoal quer que corta gasto. Eu pensei com as meninas, cada um limpa

⁷⁸ Entrevistado, 1

seu bloco deixa tudo limpinho lá! Deixa tudo organizado! Se tirar uma faxineira é uma coisa a menos de conta pra pagar, não é verdade?! Porque você sabe aonde que seu bolso aperta. Você sabe que você não tem que pagar só condomínio. Você sabe que tem que... Igual o meu, as meninas precisa de dentista, de colocar aparelho; eu tenho que me apertar porque eu tenho que acabar de arrumar aqui a sala; eu tenho que me apertar se eu preciso de comprar um guarda-roupa pro quarto do meu menino. Eu sei das coisas! A gente sabe onde a gente tem que se apertar, não é verdade?! Ai, lá no pessoal lá de cima não! A síndica fala “Ah eu quero fazer tal coisa!” O condomínio vai aumentar. O que que acontece? Ai mais conta pra pagar. E as mulher lá de cima não! Tudo eles concorda! Olha, eu vou fazer, tipo assim, o estacionamento da moto. O pessoal lá de cima tudo vota e tá tudo ótimo. Mas o pessoal daqui de baixo não concorda. Porque de certa forma, aqui a maioria das mulher são solteira. Todas tem seus filho. E quando a mulher é casada, os marido não vale o que eles come, porque quem compra é as mulher (...) E o que que essas mãe quer? Que corta gasto! A gente quer assim! (...) Aí da aquela confusão. Como as pessoas de cima não se misturam com as de baixo acaba dando briga. (...) Ih, menina, aqui só dá barraco! Você vai lá na reunião, menina do céu! (...) Porque aqui de certa forma é da gente, aqui o espaço é de todo mundo. Ai fica aquela briga na reunião. (Entrevistado 10, mulher negra, 39 anos, evangélica, copeira)

A concentração de blocos embaixo, conseqüentemente, concentrou um maior número de famílias da ocupação, bem como famílias mais pobres com apenas um provedor. Esta fala suscita o problema da participação nas decisões coletivas – será mais bem trabalhado em seguida, mas é importante adiantar – pois se a maioria se concentra embaixo, em tese esta maioria poderia em conjunto vencer uma votação. Não foi aprofundado se as famílias de cima tinham o costume de participar mais das assembleias do que as famílias debaixo.

6.2 DA SOCIALIZAÇÃO À SOCIABILIDADE POSSÍVEL

Embora a pós-ocupação tenha sido representada por “dias tenebrosos”, atualmente nota-se que o condomínio está socializado. Há uma unidade nas falas ao relatarem o presente rememorando o passado para construir sua avaliação de que hoje em dia a vida está melhor, sem isentar as experiências negativas que viveram ali e o que inda enfrentam.

Para além das trajetórias familiares e dos marcadores identificados, alguns temas se sobressaíram nas entrevistas, como drogas, violência e conflitos cotidianos. Todos perpassam o tema da vizinhança, que é a base da vida em condomínio.

Ao investigar as práticas⁷⁹ cotidianas de uma família habitante de um bairro francês, Pierre Mayol aponta que a organização da vida cotidiana, e da vizinhança, articula-se em dois registros. Primeiro estão os comportamentos, visíveis no espaço social e se traduzem no vestuário, nos códigos de cortesia, na forma de andar e de usar o espaço público. O segundo registro são os benefícios simbólicos que se espera obter pela forma de se portar no espaço do bairro, o reconhecimento e a consideração de seus pares neste espaço. A regulação destes dois registros se dá pela *conveniência*, um contrato tácito fundamental para o estabelecimento e a permanência da vizinhança. No espaço do bairro há um engajamento social para a convivência entre os indivíduos que estão ligados pela proximidade e pela repetição. (MAYOL, 2013, p.39)

Assim, no momento da ocupação do condomínio, as famílias traziam diferentes experiências de vida, práticas, crenças e valores, que colocadas em um mesmo espaço social produziram estranhamentos. A partir da condição estrutural ali colocada, ou seja, uma vizinhança que não foi escolhida previamente – ao contrário, indesejada – e das suas diferenças, tiveram que estabelecer cotidianamente um contrato para conviver naquele espaço social. A partir desta relação cotidiana muitos problemas são suscitados.

Como foi colocado, há uma sensação de contaminação do condomínio, sobretudo no que diz respeito aos jovens e à associação feita ao tráfico e uso de drogas. As famílias relatam que muitas crianças que viram crescer ao longo destes anos acabaram se “envolvendo com coisas erradas”. Tais práticas, de acordo com as falas, diminuíram – ou porque muitos traficantes e usuários deixaram condomínio, ou pela socialização que tenha inibido de certa forma às práticas “à luz do dia” –, mas a partir do que ainda se vê no condomínio é que as famílias permanecem com a insegurança em relação aos filhos:

Se eles fumassem na deles tranquilo, tudo bem. Mas eles fumam em cima das crianças, sabe. Se eles fumassem longe daqui, respeitassem, era tão bom. Não, ficam oferecendo pro filho da gente. E são adolescentes que

⁷⁹ Mayol entende prática como: “a combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos concretos (*menu* gastronômico) ou ideológicos (religiosos, políticos), ao mesmo tempo passados por uma tradição (de uma família, de um grupo social) e realizados dia a dia através dos comportamentos que traduzem em uma visibilidade social fragmentos desse dispositivo cultural, da mesma maneira que a enunciação traduz na palavra fragmentos de discurso. ‘Prático’ vem a ser aquilo que é decisivo para a *identidade* de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente.” (MAYOL, 2014, p.39-40)

nunca usaram droga, hoje você vê essa “piazadinha” aí que a gente viu crescer, né. Tão tudo perdido no mundo da droga. Tem que ficar cuidando, tem que ficar vigiando, senão... (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

Há um entendimento da droga como um problema social que “tem em todo lugar”. Portanto, mais do que o uso da droga em si, o grande problema parece ser a proximidade em relação aos filhos, a possibilidade de perda da juventude. O que resulta em um estado de constante vigilância, neste caso. Mas no caso da única família que relatou a experiência do vício, é a resignação por um “caminho que não tem volta”:

Os únicos que se enturmavam nesse lugar aqui, que tavam no meio das drogas, é os [meus filhos] grande mesmo. Que se envolveram com as más companhias aqui dentro. Dai usando droga, bebida, aí começou a fazer coisa errada. (...) É... uma coisa puxa a outra né?! Daí roubo, fazendo as coisa errada... Aí foi indo... Fui dando conselho... Eu, como diz o ditado, sou uma mãe muito sofrida mesmo. Muito tempo em cadeia, sempre em porta de cadeia. Não foi fácil. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

Importante colocar que ainda que as drogas ilícitas (maconha) sejam sempre citadas como problema e como sinal de perigo para os jovens, os casos de violência, citados a seguir, estão sempre associados ao consumo de drogas lícitas (álcool).

No começo, o estranhamento produzia, por um lado, o fechamento das famílias dentro de suas casas, em sua sociabilidade familiar, ou seja, que lhe conferia segurança e identificação. Por outro, havia a necessidade de conhecer o novo, de estabelecer relações, de intervir em situações de desentendimento. A partir daí as situações de brigas relatadas resultavam das desavenças antigas entre grupos que se encontraram ali no condomínio, desentendimentos cotidianos entre vizinhos e casos de violência doméstica:

Agora parou, graças a Deus! Porque **no começo** nós passamos aqui por dias...tenebrosos! É que no começo ninguém conhecia ninguém né?! Dai se dava um casal brigando ali né, aí a gente acabava até ajudando a mulher. Se escutava ia lá e socorria, né?! Aqui eu falo que é uma comunidade, que acaba até se ajudando um ao outro. Então, e **hoje**, não, hoje já conhece todo mundo. Se a mulher tá brigando com o marido dela, a gente já sabe quem que é e nem se mete mais. (...) A não ser que seja alguma coisa grave, né. Joga faca, copo, colher, arma. Aí a gente se envolve e chama a polícia e ajuda. Mas tirando isso, tá bem melhor hoje. (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

No processo de socialização, na relação quase pedagógica de viver com o outro conhecendo, ensinando e aprendendo, as famílias ajustaram seus marcadores de violência. Se antes havia engajamento em todas as situações que acreditavam e identificavam como violentas, com o tempo passaram a selecionar o que deve ou não ser interferido, mediado.

A vida em condomínio expõe os problemas familiares. No caso da violência doméstica, outras formas de violência a caracterizam além da violência física (sexual, psicológica, moral, financeira e patrimonial). Mas apenas a violência física é identificada na maioria dos casos e nas situações extremas publicizadas. Um aspecto fundamental relatado pelas famílias é a relação financeira e patrimonial. Há um reconhecimento – quem sabe um sinal de empoderamento feminino – de que as mulheres contribuem em igualdade financeiramente, muitas vezes são as únicas provedoras, ainda que não sejam consideradas chefes de família – como visto no capítulo 4.

Aqui dá até dó, muita mulher apanha do marido, trabalha, cuida de todos os filhos. Por isso que eu falo assim, eu viúva às vezes me perguntam “Oh Roberta, cê num vai casar?” Eu falo “Eu não! Pra sofrer igual eu vejo essas mulher sofrer?” Você vê a mulher trabalha a semana inteira, final de semana apanha, chega segunda-feira vai trabalhar com os olho roxo. Achando que isso é normal. Às vezes não é nem marido. Elas arruma um namorado, aí o namorado vê que elas tem uma casa, o que que [ele] já pensa? “Vou me arregar ali” O que que eu vou querer com uma pessoa dessa? (Entrevistado 10, mulher negra, 39 anos, católica, copeira)

Diante do contexto de violência, entre o que é vivido e o que é assistido, as mulheres relatam as cenas de violência que presenciaram, muitas das quais interferiram ou se solidarizaram. Se por um lado a violência contra a mulher, em sua caracterização mais extrema, é repudiada, por outro lado, os poucos casos de violência praticada pela mulher contra o homem são relatados como cenas de comédia:

A gente falava que não precisava nem sair pra se divertir de tanta coisa que acontecia aqui fora. Uma moça uma vez deu uma surra no marido aqui fora. Ela tava voltando do mercado e ele chamou ela de biscate, vagabunda. Ela acertou ele! Ele caía, levantava e ela batia! No outro dia ela catou as coisinhas dela e sumiu. (Entrevistado 10, mulher negra, 39 anos, católica, copeira)

Dentre os inúmeros relatos de violência familiar, em nenhum momento foi citada a violência contra os filhos. Muito provavelmente porque a surra como forma de educação ainda está tão naturalizada que acaba invisibilizando a violência. Quando relatado, o fato é celebrado como algo que tinha que ser feito justamente para educar:

Fizeram uma festinha ali, tinha uma menina de 13 anos que mora ali no bloco do lado de lá, diz que tava fumando droga e...bebendo, com 13 aninhos! Ai que a mãe dela tacou a boca nela, disse que ia chamar a polícia, deu uma surra nela e ela ficou acho que era meia noite ou uma hora lá pra baixo, não tinha...a mãe não queria abrir a porta porque tava dormindo (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

Assim, entende-se que o condomínio conduz a uma gradação da moral de maneira que determinadas práticas tornam-se toleráveis e há uma diminuição no envolvimento nas situações de conflito.

Ocorrem também os conflitos da convivência associados ao barulho e à falta de privacidade. Sobre isso é interessante observar a adaptação das famílias em relação à estrutura da vida em condomínio. Como já foi colocado, as adaptações pessoais, ainda que dolorosas, são suportáveis e, sobretudo, solucionáveis. Estratégias são traçadas para lidar com a falta espaço e com o barulho em nome da casa própria:

No começo você sofre um pouquinho por causa do barulho, que daí você deixa fechado você escuta muito, muito barulho de tudo né, desde a descarga, até as pessoas conversando. É barulho no chão, é vassoura. Escuta tudo. Uns quatro, cinco, seis meses a gente estranha um pouquinho. Mas acostuma! (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

Da mesma forma, há uma adaptação às temporalidades e ritmos de vida (a hora de saída e a hora de chegada) de cada família. Associada à estrutura e à qualidade do empreendimento – que tudo permite ouvir – está a questão da privacidade, em que ajustes espaciais e corporais são necessários em nome da *conveniência*. Para ilustrar, cabe o longo relato a seguir que versa sobre os sacrifícios feitos na vida em condomínio, sobre um cotidiano que oprime e, ao mesmo tempo, conforta. Afinal, são concessões feitas e um preço a ser pago em nome da casa própria:

Questão de convivência eu não tenho problema de convivência com ninguém. Mas o barulho fora de hora, aí incomoda. Hoje quando a gente quer dormir a gente dorme na sala. Se a gente for dormir mais tarde, por exemplo, um feriado, tranca as portas e dorme aqui na sala. Dai o barulho não vem. Ai você consegue dormir. Ou deixa a televisão ligada de noite né?! Que daí abafa um pouco do barulho. Veja um feriado, oito horas da manhã alguém gritando no corredor e a janela fica pra lá, difícil né?! Você quer dormir né?! Você quer descansar. Então o barulho incomoda muito fora de hora. Não o barulho normal, mas o barulho fora de hora incomoda. (...) Esse [lado] aqui, é [barulhento]! Esse aqui que o pessoal caminha. Porque vamos supor, tem morador que sai 4 horas da manhã de casa pra trabalhar. Precisa vim do salto de lá até lá? [imita o barulho do salto] “Toc toc toc toc” Menina, que vontade de sair na janela! Poxa, ela vai sair 4 horas da manhã! Tem gente dormindo! Vem devagarinho e coloca um tênis! Chega lá bota, troca, né?! Vai sair 4 horas da manhã vai descer as escadas fazendo barulho, “toc toc toc toc”, até ela pegar o ônibus ela tá com o “toc toc” no pé. Ou as criança que vão pra escola com mochila de rodinha 7 horas da manhã [encena] “Ahhhh não quero ir pra escola!!!” Aquele berreiro “Ahhhhh” bem no corredor. Daí você acorda. Quer dizer, a mãe ela tem que ter noção que os quartos ficam pra cá, né?! Então [encena como a mãe deveria agir] “Oh meu filho a gente vai sair, fica quietinho porque tem gente que tá descansando.” Porque tem muita gente que trabalha à noite. E chega 4 horas 5 horas da manhã. Tem pessoas que saem esse horário pra trabalhar e tem pessoas que está chegando 6 horas da manhã do trabalho, que a pessoa é enfermeira. Tem pessoas que trabalha em dois emprego e quer tirar um dia pra dormir... Aí vem o barulho. Ai vem a criança berrando, fica rindo “Ahhhhhhhhhh”. A mãe tem que ter a noção né?! “Olha filho, vamo ficar quietinho, quando a gente chegar no ônibus ou no carro a gente conversa, tá bom?!”. É o incomodo com o barulho, que eu acho isso uma falta de respeito né?! Da vontade de abrir a janela e dizer: “Pô?!” Mas aí você vai ficar todo dia abrindo a janela e xingando um, né?! E gritando pela janela... (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

Este relato ilustra, também, que o processo civilizador da vida em condomínio refina a atitude *blasé*⁸⁰ frente à quantidade de estímulos e situações de conflito colocadas a todo o momento. A fala a seguir é da perspectiva de alguém que mora próximo do estacionamento, que também se configurou como um espaço de sociabilidade, e exemplifica a internalização das normas de convivência:

Nossa, aqui no começo, menina...! Essa hora [meio da tarde] tava aquele som alto aqui, nesses carro tomando cerveja aqui. Chegavam a ficar bem assim na frente aqui. Saía discussão deles em cima do carro, porque tava aquela musica alta. E ficava aquela musica alta, aquele fervo, aquele horror, sábado e domingo. (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

⁸⁰ Conceito elaborado por Simmel (1967) que diz respeito à grande quantidade de estímulos recebidos na metrópole que teria como efeito uma maior racionalidade e objetividade dos indivíduos. Em defesa do desenraizamento provocado pela individualização da vida moderna, o indivíduo resguarda sua subjetividade. Em contraposição desenvolve a atitude *blasé* como o embotamento do poder de discriminar os significados e valores diferenciais da vida moderna, utilizando-se da reserva, da indiferença para responder ao ritmo frenético da metrópole. Trata-se do controle da personalidade, dos impulsos e das emoções diante dos inúmeros estímulos colocados.

Dos temas trabalhados até aqui, todos parecem terem tido maior ocorrência nos primeiros anos da pós-ocupação no conjunto habitacional. Com o passar do tempo, ajustes na ordem privada e coletiva foram sendo feitos para que as “abóboras se acomodassem à carroça”. Alguns temas mereceriam maior atenção e aprofundamento. Mas, para o propósito deste capítulo e desta dissertação, alguns recortes foram necessários. No entanto, algo que não poderia deixar de ser tratado é a questão da religião, que parece mediar relações e momentos de sociabilidade.

Foi possível notar que muitas vezes a melhora de vida relatada está muito associada à adoção mais rigorosa de práticas religiosas após a mudança para o condomínio. Sobretudo para aqueles que enfrentaram ou enfrentam momentos de crise financeira e doença na família, a inserção na igreja e o maior contato com Deus é um marcador apontado como responsável pela melhora de vida ou pelo fortalecimento para enfrentar os momentos difíceis⁸¹.

O perfil religioso do condomínio é de evangélicos (pentecostais e neopentecostais) e católicos, respectivamente. Entre as famílias pesquisadas, sete são evangélicas e as demais são católicas. O tema da religião apareceu espontaneamente apenas nas famílias evangélicas, muita das vezes para falar sobre uma rede estabelecida através orações e convites para ajudar aqueles que estão passando por necessidades. Por exemplo, o caso de uma família cuja titular vem tratando um câncer:

Eu já vim pra cá doente já. E na igreja faz uns três anos que eu tô frequentando. A Visão Missionária, que eu já frequentava antes. E depois que eu comecei a frequentar a igreja tudo melhorou pra mim. Mudou muita coisa. (...) Daí no começo eu não gostava muito, daí passei e ela [uma vizinha do condomínio chamou] “Vamo!” Eu comecei a ir. Eu amo aquele lugar! Que eles me ajudaram bastante! Bastante orações, tudo! Eu tava aprendendo muita coisa dentro da igreja. (...) A maior parte do condomínio vai. (...) O próprio pastor veio com a sua esposa, daí veio o pessoal do

⁸¹ Um estudo comparativo realizado por Cecília Mariz (1991) com famílias pobres do Recife e do Rio de Janeiro, apontou a relação entre a pobreza e as práticas e crenças religiosas. A autora coloca que em contextos de carência econômica e material (desemprego, doença, habitação, educação dos filhos) os pobres encontram saída na religião. Um dado interessante trazido por ela é sobre a menor popularidade da Igreja Católica sobre os brasileiros mais pobres, que buscam outras organizações religiosas. A pequena proporção de igrejas católicas e padres no espaço geográfico, a baixa frequência de missas na semana e a pouca disposição para a vocação religiosa, teriam motivado a busca por outras formas de organização religiosa, como o Pentecostalismo, por exemplo. A conversão e o engajamento nos grupos religiosos ajudam a enfrentar momentos de crises. Além de oferecerem uma rede de apoio mútuo e experiências subjetivas de pertencimento a uma comunidade, de poder e dignidade. (MARIZ, 1991, p.11-24)

grupo de oração, vieram fazer oração, né, conversar, sempre vão. (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

Há também o caso de uma família cuja titular é evangélica e o marido católico está doente. A rede de relações no trabalho proporcionou o acesso a um tratamento médico e espiritual na matriz religiosa Espírita. Mas, como conta o entrevistado, no momento mais crítico da doença, em que precisavam de ajuda financeira, contou também com a solidariedade de alguns vizinhos:

Quem não podia ajudar [financeiramente] orava. Eu pedia mais oração né?! O pessoal vinha orar, vinha igreja, pastor, sabe?! O mais importante foi nessa parte. Todo mundo começou a orar um pouquinho. (Cônjuge do entrevistado 9, homem negro, 51 anos, católico, pedreiro)

A inserção da igreja no condomínio também é associada à mudança na vida de algumas famílias da ocupação que permaneceram no condomínio:

Mas igual eu tava falando, essas, muitas destas que vieram de coisa...de bagunça mesmo, até porque elas se sentiram sozinhas, saíram do bairro...daí gerava aquela coisa, né. Grupos diferentes, faziam festa e era aquele auê. Muitas dessas já mudaram... foi mãe, foram pra uma igreja aqui mesmo. Fizeram um trabalho tão legal de igreja aqui, buscaram muita gente aqui. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Em um contexto social e geográfico em que há um maior número de igrejas do que equipamentos e serviços públicos, ou seja, pouca ação do Estado, a resolução dos problemas cotidianos, dos problemas da vida, é buscada em outras instâncias consideradas mais acolhedoras e que conferem sentimentos de pertencimento e de identidade.

A religião é acionada não só como uma saída para a juventude colocada como ameaçada (drogas, gravidez precoce⁸²), mas também para os problemas gerais resultantes do desemprego e da doença. É criada uma rede de inserção e colaboração no condomínio:

As vezes eu levo duas, eu levo três. Falta de convidar não é. Nós tamo semeando, a gente convida, a gente faz a parte da gente. (...) E aqui tem muitas pessoas que necessitam... de alimento... Então as vezes eu pego do meu...você tá vendo a pessoa assim tá sofrendo, não pode nem trabalhar aí reparte. Ai eu fui na Igreja falei com o pastor, o pastor "não, nós vamos levar

⁸² De acordo com as entrevistas o temor dos pais em relação aos filhos adolescentes tem um marcador de gênero: os meninos são o envolvimento em assaltos e o uso e tráfico de drogas. Já as meninas é a gravidez na adolescência ou a prostituição.

umas coisas também, vai ajudar né.” Sempre tá dando uma cesta pra uma pessoa que tá precisando. (...) Mas com jeitinho Deus vai abençoar esse lugar aqui, esse condomínio né. A gente ora muito por esse condomínio. Eu gostaria muito que tivesse assim uma-duas servas aqui pra... sabe...ganhar os adolescente pra gente. Meu sonho é esse, trabalhar com as criança, tanto as criança tanto com os adolescente como os adulto também. (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

Outro exemplo é uma fala que relata organização de grupos religiosos nas unidades habitacionais, as chamadas células, para reunir principalmente mães e jovens com o intuito de “resgatar” pessoas:

A gente faz parte de um grupo de uma igreja evangélica, que a gente tem um grupo de adolescentes, e hoje a gente tem reunião aqui em casa. A gente faz uma reunião pros adolescentes. Então, daí eu tenho célula de jovens da igreja aqui na minha casa toda quinta-feira, daí vem alguns do condomínio aqui. E esses alguns que tão vindo aqui já estão tomando atitudes diferentes, já não estão mais envolvidos aqui diretamente com drogas, bagunça com bebedeira, não! Então eu tenho aqui do condomínio, eu tenho dois adolescentes que estão bem na célula e que já mudaram seu modo de viver. Já estão mais assim, tipo, dentro da sociedade. Não fumam, não usam droga, trabalham, estudam. Tá?! Por quê? Porque dentro da célula a gente passa uma questão de...de vida, né?! É... [encena os conselhos que dá aos jovens] “Olha, você tem que trabalhar, você tem que estudar, você tem que querer alguma coisa na vida. Tem que ter uma responsabilidade.” Então isso ajuda muito eles a entrar na sociedade ou a fazer uma entrevista, como que você vai se comportar, como que você vai vestido, o que que você vai falar, né?! E tem muitos adolescentes hoje que não tão preparados. Vai fazer uma entrevista, mas não sabe nem o que falar! Por que? O tempo que tem não lê um livro, nem um gibi. Podia ler um gibi, né. Não! Ficam pra cima e pra baixo. Dentro e fora do condomínio. (Entrevistado 5, mulher branca, evangélica, síndica)

É apontada nestas falas uma questão fundamental sobre a sociabilidade dos jovens. O espaço da sociabilidade juvenil dentro do condomínio, de acordo com as famílias e observado na pesquisa de campo, restringe-se à quadra de esportes, à área verde e ao estacionamento. Destes locais compartilham também os usuários e traficantes de drogas. As famílias com filhos adolescentes contam que as relações de amizade dos filhos acabam se voltando principalmente para a escola e a igreja. As amizades e os encontros dentro do condomínio são limitados. Quando ocorrem são mediados, na maioria das vezes, pela religião e/ou pela vizinhança mais íntima:

As meninas estudam, saem da escola, vem pra casa. Tem as amigas delas que são amigas boas. Tem as más influência, mas, como dizem, cada um cria seu filho a cada maneira. Você só vai se envolver se tiver junto ali. (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

As famílias contam que orientam seus filhos a serem cordiais para evitar mal entendidos na vizinhança, mas os vínculos de amizade são bastante restritos, como o exemplo da fala a seguir:

Assim, o que eu passei pra ela [filha]: ela cumprimenta todo mundo! Todos! “Oi! Bom dia/boa tarde!” Mas sem convívio! Ela não sai. (...) E respeite todos! Todos! Mas você não precisa conviver, ficar dentro da casa da pessoa. Você não precisa repetir o que a pessoa fala, faz. Você não precisa andar vestida como a outra anda. (Entrevistado 6, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

A partir do imaginário sobre o ócio – “mente vazia, oficina do diabo”⁸³, muitas famílias encontram na igreja, e nos laços religiosos, a ocupação do tempo dos jovens, tornando-se assim o espaço para ocupar o tempo e, também, constrói uma identidade, de um sentimento de pertencimento proporcionado por uma rede dentro do condomínio.

É importante colocar que da mesma forma que a religião permitiu o acolhimento relatado em muitos casos, ela também proporcionou mecanismos de controle e segregação de outras formas de sociabilidade neste espaço social. Para exemplificar, segue o diálogo da experiência de uma família que foge do padrão religioso do seu bloco:

Companheiro: Tem uma coisa bem bacana que ela [titular] não falou. Que nós aqui do bloco somos malvistas aqui. Porque assim, é... Não vou dizer que a gente é ateu, a gente vai na igreja, a gente tem a nossa religião... (Companheiro do entrevistado 8, homem branco, sem religião, segurança)

Titular: Só um pouquinho, é que o bloco todo aqui é evangélico, com exceção da gente. (Entrevistado 8, mulher parda, 42 anos, católica, diarista)

C: E a gente gosta de rock in roll, a gente se diverte, a gente é feliz do jeito que a gente consegue, né?! E às vezes o pessoal não entende isso. Eles acabam colocando a religião na frente. Então, essa aqui [a entida] nossa! Aqui no condomínio quem vê pensa que ela fuma um caminhão de maconha. (risos)

T: A gente gosta de festividades. No Halloween eu taco uma caveira na porta! O pessoal já fica meio assim...sabe?! Acha que é contra religião, mas não tem essas coisas.

⁸³ Como coloca Letícia Kulaitis (2016, p.36) a respeito da juventude pobre na tese “Entre a vitimização e a criminalização: juventude, segurança pública e controle social perverso”: “(...) a ociosidade dos jovens pobres é vista, comumente, como uma ameaça eminente à ordem social pois, como apregoa o ditado popular, ‘mente vazia, oficina do diabo’. Nesta acepção, é preciso tirar os jovens pobres do convívio nas ruas e ocupar seu tempo com atividades produtivas antes que estes se envolvam em atividades criminosas.” Entre a vitimização e a criminalização: juventude, segurança pública e controle social perverso.

Pesquisadora: Tinha comemoração? Vocês fizeram festa?

Filha: Não, as crianças saem batendo na porta, sabe?! (Filho do Entrevistado 8, mulher branca, 15 anos, evangélica, estudante)

T: Criançada, sabe?! Daí ela [a síndica] colocou cartazes por aí nos blocos né?! Falando que não era coisa do bem, não é coisa de Deus.

F: Aí ela colocou as crianças pra escrever cartaz que “Halloween não é de Deus”, alguma coisa assim... E colocou em cada porta de bloco com a letra das crianças daí. Mas mesmo assim, no dia [da festividade] as crianças saíram batendo nas portas.

C: Isso é uma coisa que eu acho muito errado, sabe?! Principalmente se você for um síndico, começar a impor assim, sem fazer uma reunião, e colocar a religião assim.

P: Eles já chamaram vocês pra irem na igreja?

T: O meu pequeno ia na célula da síndica. Aí eu cortei. Depois dos nossos atritos eu cortei. Eu tirei ele. Não deixei mais. E ela aqui ia na da Sara [amiga da filha]...

F: [Na Bola de Neve] que era a mais vista com maus olhos, né?! Porque a maioria é de jovens e a gente faz muita festa. Mas assim, é tudo munido na religião. Só que muita gente não via isso, então achava errado.

T: A gente continua sendo os “mauzinho”.

Este diálogo indica uma relação assimétrica na qual uma maioria evangélica, apoiada na figura do síndico, cerca outras formas de manifestação religiosa, bem como formas de sociabilidade⁸⁴.

Mas as associações não se deram somente pela religião. Nas primeiras entrevistas alguns nomes foram sendo citados como referência de amizade. Assim, escolheu-se sair dos critérios de seleção com base no perfil socioeconômico para entrevistar duas famílias citadas, o que se mostrou como uma alternativa interessante para conhecer melhor a relação de sociabilidade. No decorrer das entrevistas, descobriu-se que uma rede de quatro famílias cujos apartamentos ficam na “parte de baixo”. Amizades que se estabeleceram em um primeiro momento pela proximidade espacial, e que no decorrer dos anos, com o envolvimento nas

⁸⁴ Este fato mereceria uma análise mais refinada, pois no microcosmo do condomínio este relato poderia indicar traços similares à formação de guetos. Como conceitua Loïc Wacquant (2004, p.159): “o gueto é um produto e um instrumento de poder de um grupo permite-nos a apreciação de que na sua forma completa ele é uma instituição de duas faces, na medida em que serve a funções opostas para dois coletivos aos quais une em uma relação assimétrica de dependência. Para a categoria dominante, sua função é circunscrever e controlar, o que se traduz no que Max Weber chamou de ‘cercamento excludente’ da categoria dominada. Para esta última, no entanto, trata-se de um recurso integrador e protetor na medida em que livra seus membros de um contato constante com os dominantes e permite colaboração e formação de uma comunidade dentro da esfera restrita de relações criada.”

questões coletivas, estabeleceram uma amizade e uma rede de solidariedade. Nos momentos de doença na família e desemprego, estabelecem uma rede de ajuda mútua contribuindo nos cuidados da casa, do ente da família com problema de saúde, também para arrecadar dinheiro e alimentos, ou fazer orações.

Este capítulo buscou mostrar, com base na trajetória das famílias, como foi o processo de socialização no novo local de moradia e a constituição da sociabilidade. A análise mostrou a construção de marcadores de identidade forjados no processo de socialização e as formas de sociabilidade possíveis neste espaço. O capítulo seguinte traz a avaliação da política habitacional.

7 ALCANCES E LIMITES DA POLÍTICA HABITACIONAL

O objetivo que moveu esta pesquisa foi mostrar o desdobramento da política habitacional, enquanto ação do Estado frente às demandas sociais por moradia, na vida cotidiana de seus atores sociais beneficiários: as famílias. Entendendo que as políticas em geral se configuram e se materializam espacial e temporalmente, como resultado de disputas, interesses e relações de poder, trazendo implicações no cotidiano, seja em nível macroestrutural, seja nas relações microssociais.

Tendo como objeto um condomínio popular na periferia da capital paranaense, o estudo das trajetórias permitiu traçar uma relação entre as ações do Estado e as estratégias e dinâmicas destas famílias no espaço da moradia não documentadas pelas pesquisas macroestruturais. Foi possível assim, revelar o cotidiano, aquilo que se passa quando nada parece passar, de acordo com Pais (2001), onde ocorrem a socialização possível e a constituição da sociabilidade.

O capítulo 3, que teve como objetivo avaliar a pós-ocupação em termos socioeconômicos, apontou alguns dados interessantes que, apoiados nas entrevistas familiares – cap.4 – e na pós-ocupação – cap.5 –, permite de fato avaliar a política habitacional a partir do cotidiano das famílias.

Assim, os temas trabalhados aqui em relação aos limites da política são: seleção das famílias para viver em condomínio, incluindo a capacidade de pagamento e as experiências de vida; o acompanhamento das famílias na implantação do conjunto habitacional e sua ocupação; a pós-ocupação para aqueles que permanecem no conjunto habitacional. Trabalham-se também os alcances da política, ou seja, do ponto de vista das famílias, o que elas avaliam como positivo resultante do programa habitacional.

Como foram citadas no estado da arte sobre o PMCMV, algumas pesquisas apontaram alguns problemas em outras cidades brasileiras, tanto no nível dos agentes da formulação da política, bem como sobre os impactos territoriais da execução da política. Após um longo período de produção de pesquisas neste sentido, desde a criação do programa, recentemente vem sendo buscadas análises a partir do ponto de vista e das experiências dos beneficiários da política habitacional, não apenas o titular da moradia, mas a partir do seu núcleo familiar.

No processo de implementação dos conjuntos habitacionais do PMCMV, cabe

aos estados e municípios a identificação da demanda local por moradias, através das companhias de habitação de popular, com base no Cadastro Único, e parceria com a Caixa Econômica Federal, que analisa os dados financeiros das famílias. Existe um trabalho técnico realizado para a seleção e preparação das famílias para o empreendimento. E após a ocupação do conjunto habitacional, é realizado um trabalho de acompanhamento das famílias durante 180 dias.

Para além das críticas colocadas sobre a política habitacional elencadas no capítulo 2 deste trabalho, pode-se resumir que a avaliação feita pelas famílias circunda o Trabalho Social, principalmente no que diz respeito à seleção da demanda de famílias – que é também uma crítica aos critérios de seleção do PMCMV – e ao acompanhamento na pós-ocupação.

Antes de pontuar as críticas, há que se ter em mente a estrutura econômica e política, as relações de poder imbricadas que embasam a formulação da política como tal, que envolvem o problema da questão fundiária e o papel do mercado imobiliário. A produção habitacional, nos moldes dos condomínios verticais, respondem a este jogo complexo que envolve a demanda por moradia, a questão fundiária, o mercado imobiliário. Como pondera Kowarick (2000, p.54), não há como responsabilizar totalmente os burocratas de nível de rua pela forma como se desdobra este jogo, pois “diz respeito a um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente, decretando a condição de subcidadania urbana para grande parte da população”.

Neste sentido, este capítulo visa apontar os limites da política que repercutem no cotidiano das famílias entrevistadas.

7.1 PRÉ-OCUPAÇÃO: A SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS

Assim como avaliam Paz et al. (2015), a partir de uma pesquisa realizada em um condomínio popular do PMCMV na cidade de Osasco – SP, não só a estrutura de condomínios verticais, mas também o modelo de gestão condominial, inspirados nos condomínios do mercado de classe média, não se configuram como a melhor alternativa para as famílias de baixa renda. Apesar de resolver de forma imediata o problema de moradias em termos quantitativos, tal forma tem motivado situações de irregularidade das famílias e reforçado em alguns casos a vulnerabilidade social.

A começar pela seleção das famílias para habitar os condomínios verticais,

pontua-se primeiramente a análise das experiências de vida e características da família, pensando na possível inclusão ao espaço e à vida em condomínio. E segundo, sobre os critérios de seleção tocante a condição econômica das famílias.

Sobre as experiências de vida, determinadas práticas identificadas como sendo características das famílias “da ocupação” pelas famílias “da fila” serviram para a interpretação de que a moradia verticalizada e a vida em condomínio não seriam adequados:

Tem muitas pessoas, muitos morador aqui que não tem estrutura, que não sabe o que é ter um apartamento, não sabe o que que é regra. Aí é que complica, né. A gente tem respeito, né. Eu não vou fazer bagunça, não vou levantar o som alto, não vou tá brigando com todo mundo, né. Tem pessoas aqui, como eu posso te dizer, que não deveria tá morando nesse lugar mesmo, porque não valoriza. Sabe? Eles querem fazer como se morasse lá...na beira da água do rio, lá fazia o que queria, pegar a sujeira e passar nas parede, né, não respeitar que isso aqui foi tudo dinheiro nosso, sabe. Quer dizer, eles não deveria morar num apartamento. Eles tinham que morar numa casa longe né, numa casa que eles ficassem a vontade lá né. Que a casa é deles, à vontade. Agora aqui não. (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

O espaço do condomínio, bem como as regras de convivência, como colocam Paz et alli (2015), provocam mudanças profundas no modo de vida das famílias de ocupação, além do desafio de construir um novo modo de vida, que transita da moradia informal para a formalidade, e a imposição de modelos predefinidos de uso do espaço, de sociabilidade e de participação.

Sob a perspectiva de uma política que visa à inclusão de famílias em situação irregular e de risco ao mercado legal de moradias, o programa produziu novas irregularidades com a saída destas famílias ainda no primeiro ano de ocupação. Uma vez identificados, aqueles que vendem ou alugam seus imóveis no período do financiamento são excluídos da política habitacional de interesse social. Ou seja, são os mais vulneráveis que se tornam impedidos de acessar a política habitacional.

Um dado interessante foi trazido por um entrevistado de que a transação imobiliária no momento da ocupação foi bastante alta. Este morador explicou que boa parte dos proprietários comprou o imóvel “de segunda mão”:

50% do que veio já foi embora. Se você pegar todo mundo que mora e foi embora, 50% não é proprietário direto. No caso a pessoa foi lá e assinou na Caixa e já vendeu, já alugou. Então, pessoas que não eram, que não precisavam. (...) Olha, dos moradores de área de risco que veio pra cá, de todos eles, deve ter mais ou menos, se tiver, uns 15... Que aí vendeu, voltou

pra área de risco e vendeu barato aqui. Ou foi pra área de risco ou conseguiu outra coisa. (Cônjuge do Entrevistado 2, homem branco, 38 anos, evangélico, desempregado)

Mas também há um problema associado àqueles que permaneceram. Como coloca a fala da síndica, podem estar enfrentando o endividamento familiar, a inadimplência e o constrangimento diante da vizinhança:

Existem aqueles, assim... Acho que ainda tem uns moradores. Eles saíram da área de risco e vieram morar pra cá, mas nunca pagaram uma luz, uma água, uma conta. E estão com o condomínio atrasado, a prestação atrasada... eles não pagam conta! E isso dificulta pra os outros moradores na questão do custo do condomínio pros outros moradores. Porque recaí esse custo pros outros, entendeu? Então tem pessoas que saíram de lá, vieram pra cá e continuam sem pagar nada. E isso causa prejuízo pros outros moradores. Se sobre cai tudo no condomínio. Agora o quê fazer com eles não sei também. (risos) Tem que ir deixando a Caixa Econômica, ou alguém tomar uma atitude em relação a eles né?! Destruíram apartamento, quebraram, estouraram... Não pode! Eles correm o risco por fazer isso de perder o apartamento. E não tá intacto o apartamento, tá destruído. Não sei como é que eles vivem. Sobrevivem na verdade. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

Ainda que a fala da gestora do condomínio associe a inadimplência à origem, assim como outros entrevistados, a pesquisa mostrou que a tal condição está associada, na realidade, à renda familiar. Até porque, as famílias da ocupação foram selecionadas em menor proporção para este conjunto habitacional. Quase metade das famílias entrevistadas relataram estar ou ter estado em algum momento inadimplente.

A capacidade de endividamento familiar foi o segundo ponto da seleção das famílias que foi questionado pelos entrevistados. Há uma crítica à fragilidade da fiscalização e dos critérios de seleção, pensando que as famílias no momento da seleção poderiam ter se utilizado de subterfúgios, forjando a renda para menos ou para mais para se enquadrarem no programa habitacional. Há aqueles que percebem que a seleção contemplou famílias com condições de adquirir uma residência no mercado imobiliário:

Isso era pras pessoas de baixa renda, mas se você for ver aqui não tem baixa renda. Eu conheço umas quatro pessoas que além do apartamento, tem outra casa própria, tem chácara. De onde que é baixa renda isso daqui? (...) Só sei que foi feito um cálculo muito mal feito. Foi feito um levantamento, uma pesquisa de classes mal feita. Que se a Cohab quisesse podia ter feito uma pesquisa melhor. É...no caso, a Cohab e a Caixa. A Caixa tem todos os dados bancários, ela que puxa no banco central lá e

puxa tudo o que você tem. Tem gente aqui, ó, que recebe Bolsa Família..., recebe pensão do INSS, que o marido ganha quase R\$ 4 mil por mês, tá?! E passa pela assistente social. Isso é fraude! Por que que o governo não vê isso? Ela mora no apartamento como só dela. O marido não tá incluído, e ganha bem. Quer dizer...pra mim isso aí é falta de investigação. Se eles fosse mais a fundo saberia que isso aí...é errado! Mas...quem somos nós para julgar as coisas? Né?! (Cônjuge do Entrevistado 2, homem branco, 38 anos, evangélico, desempregado)

Por outro lado, na maioria dos casos, há aqueles que percebem a seleção de famílias que não possuem capacidade de pagamento:

A seleção que eu falo é de pessoas que realmente iam pagar que iam dar valor pra aquilo, você entendeu? Sei lá, acho que é nesse foco que eu olho. Assim, não é nem a questão de droga, porque tem em todo lugar, mas é, acho que é mais no que ia dar valor pro lugar, sabe?! Então eu acho que é mais isso assim. Porque a gente fica pensando que é injusto mesmo... Parece que agora a Caixa vai pegar. Só que na hora da gente ir lá fazer a inscrição você fala que você tem uma renda. Quando eu faço um contrato eu tô dizendo que eu posso pagar. Por isso que a gente acha injusto nessa parte. Que acaba sendo injusto mesmo pra aqueles que precisam e não tem. É isso. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Esta fala coloca a tensão entre a capacidade de endividamento familiar e as alternativas que podem ter sido traçadas para comprovar a renda no momento da seleção em função da necessidade da moradia. Interessante observar que os problemas associados às drogas são sobrestados, aceitáveis inclusive. O problema para eles é sobre o que de fato incide diretamente sobre todos, ou seja, o custo do condomínio. A droga parece ser muito mais algo percebido do que vivenciado pela maioria das famílias.

Assim, se por questões de experiências de vida o condomínio se coloca como um modelo inadequado para as famílias da ocupação, diante das questões econômicas, a taxa de condomínio especificamente, tal modelo impacta também as famílias que vieram do aluguel e que possuem renda mais baixa.

7.2 O CUSTO DE VIDA

A taxa de condomínio é um fator de tensão. Se por um lado ela serve para compor o fundo social utilizado para a manutenção do espaço coletivo e para a realização de possíveis melhorias, que venham inclusive para valorizar o espaço,

por outro, sua dimensão coletiva torna a inadimplência um fator de estigma no condomínio.

Um fato que reflete na questão da preparação das famílias para a participação e gestão do condomínio foram os casos de corrupção das primeiras gestões que acabaram deixando dívidas acumuladas que encareceram as tarifas:

Falaram pra nós no começo que era uma coisa e depois começou a ser outra, né?! Mais ou menos na época que nós pegamos o condomínio da Cohab... que o valor do condomínio seria menor que o do apartamento. Hoje o valor do condomínio é quase quatro vezes maior que o valor do apartamento. Muita gente pegou pensando uma coisa. Aí assumiram outras pessoas e desviaram verbas, foi comprovado, e não sabe da onde, onde colocaram esse dinheiro. Aí você tem um aumento de quase 400% do valor do condomínio, né?! Aí tirando isso, é um lugar bem sossegadinho de morar, tem um cantinho verde aqui atrás que é uma beleza. Na época da primavera você vê o canto dos pássaro... Muito bom! A única coisa que trava aqui nesse momento é a taxa do condomínio. É muito alta. (Cônjuge do Entrevistado 2, homem branco, 38 anos, evangélico, desempregado)

Como pode ser notado ao final desta fala, há uma leitura positiva sobre o condomínio. Assim, tendo como base as experiências negativas que tiveram nos casos de corrupção, falta de segurança e inadimplência, mas também a busca pela construção e manutenção de um espaço seguro e agradável, as famílias buscaram a contratação de aparatos de segurança e serviços administrativos que também elevam o custo do condomínio.

Existe uma garantidora contratada para assegurar o caso da inadimplência. Além de outros serviços contratados para compor os aparatos de segurança e de serviços administrativos que a dinâmica da vida em condomínio demanda, como o salário do síndico, a emissão dos boletos, a contratação de empresa de limpeza e segurança, com portaria, câmeras e tático móvel.

Um dilema colocado por Paz et al. (2015) e que se reflete também nesta pesquisa é que a verticalização da moradia reforça o condomínio como um espaço fechado, cercado por aparatos de segurança. Além da constituição do espaço privado, de maneira que a manutenção dos espaços do condomínio, ruas, iluminação, entre outros, são de responsabilidade do condomínio. O que poderia ser resolvido pelo Estado, nos condomínios verticais torna-se problemas privados.

Aqui cabe colocar a fala de uma família que mesmo não inadimplente percebe que por ser um empreendimento resultante de uma política pública o custo de vida ali deveria ser mais barato:

Que eu penso assim, quando você tá num lugar, que é coisa do governo, a gente imagina assim: “Nossa coisa do governo vai ser tudo mais baixo”. Né?! Você vai pagar um pouco menos né, que um aluguel. Porque se for pra você contar o condomínio, se for pra você contar a prestação do coisa... Dependendo se for contar, você paga como se fosse um aluguel normal. Se for pra ter um lugarzinho assim pra você ter sua privacidade...é muito gasto, é muito gasto. Todo mês tem alguma coisa, todo mês tem alguma coisa pra você pagar. (...) E nós paga manutenção todo mês das câmeras, menina. Ainda falei na reunião “mas a gente paga a manutenção das câmeras e não tá prestando?” (...) Nós já pagamos uma empresa que faz os boleto pra nós. Nós pagamos mais de 2000 reais pra síndica que é o salário que ela cobra. E ainda a síndica me vai e me arruma uma outra empresa, que é tipo um contador. Você não acha que já não é muita coisa? Sendo que essa empresa que emite os boleto já pode fazer tudo isso. (Entrevistado 10, mulher negra, 39 anos, católica, copeira)

A fala mostra uma contradição entre o projeto de um condomínio popular e os aparatos administrativos e de segurança contratados, como em condomínios de classe média, que elevam o custo da taxa. Por isso, questiona-se o modelo de condomínios para famílias de baixa renda:

É o condomínio que é muito caro. Eu acho que...é que tem muitas pessoas de baixa renda aqui. Que não tem condições. Eu acho assim que deviam, eu na minha opinião, no geral todos porque a maioria é baixa renda, então eu acho assim que o certo não era eles cobrar condomínio. O certo é que cada um pagasse seu apartamento, a sua água, a sua luz...né?! E todo mundo se organizasse pagasse a segurança já tava ótimo! O que mata todo mundo aqui é o condomínio que ele sobre de ano em ano, daí varia de pessoa pra pessoa. Tipo assim, aqui em casa chega a vim até R\$300, mas isso porque tipo o gás tem meses que gasta pouco gás, tem meses que gasta mais. A água a mesma coisa, varia. Eu acharia assim, a minha opinião é essa, que eu acharia melhor se todo mundo pagasse só a prestação do lugar que mora. Porque pagar um condomínio é uma ilusão porque é pro resto da vida. Eu acho que pessoas que nem eu, e muito aqui dentro que tem, eles não deveriam ter colocado pra morar em condomínio, deveria ter colocado naquelas casinhas geminada. Que você só pagava lá vamos supor R\$30 ou R\$50 por mês e é isso aí. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

Esta fala também indica outro aspecto a ser questionado sobre a integração das políticas sociais e a base de dados do Cadastro Único que serve tanto para programas como o PMCMV e o Bolsa Família, como também a Tarifa Social para que as famílias de baixa renda tenham desconto nas tarifas de energia elétrica, por exemplo. Além de pensar em parcerias com empresas de segurança e administração de condomínio para a prestação de serviços com custo mais baixo no caso dos condomínios populares.

Para aqueles que pagam a taxa fica a sobrecarga do comprometimento da renda para custear o valor do seguro da garantidora e a manutenção dos serviços

do espaço coletivo. Além de uma leitura negativa sobre os inadimplentes, que impacta nas relações de vizinhança:

Ai a gente acaba quase que tendo que pagar por eles. Porque, como que você vai manter um condomínio? Daí encarece! Porque daí vai ter que ter aquela renda pra dar conta do recado. E a gente sofre. E esses inadimplentes são aqueles que, por exemplo, paguei a porta que tava quebrada, eu não vou querer estragar de novo. Eu que vou ter que pagar. Eles não têm essa mentalidade. E os quem não paga é quem detona com o apartamento. Que bate a porta de mau jeito, que quebra a porta, que vê o filho pulando nos corrimão e não fala nada. Daqui a pouco não tem corrimão mais. Porque quando a gente entrou nesse lugar, era lindíssimo esse lugar. Era muito lindo. Tudo novinho, os corrimão tudo certinho, tudo. Aqui toda essa área que você desce tinha corrimão ali, pras pessoas que...velhinho que passa e que precisa. Não tem mais! Você não tem mais! Esses que você vê são só alguns. Tinha o parquinho bonitinho, tinha a quadra. E não tivemos problema, só no início que deu problema com água que ficou quase uma semana sem água. Tinha que buscar de balde, teve reportagem, teve aquela coisa assim. Mas só foi isso. Porque nunca tivemos problema com falta de luz no bairro. Muito difícil acontecer isso. Falta de água, gente não tem isso! A gente vive tranquilo! Tem TV a cabo, tem internet. Então... só falta aquelas pessoas que não dão valor. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Assim, a manutenção da vida em condomínio acaba gerando um alto custo de vida para as famílias de baixa renda. Por um lado, o programa possibilitou uma melhora significativa na vida daqueles que vieram do aluguel. As famílias que apresentam maior escolaridade e/ou renda, que anteriormente moravam em bairros ligados a rede de urbana, cuja condição da moradia anterior era similar ou superior à moradia atual, de fato apresentam diminuição significativa das despesas com moradia e consequente aumento do poder de consumo. Apresenta-se a seguir a experiência destas famílias.

Veja o caso de uma família que morava em uma casa alugada no bairro Xaxim, com um alto custo de vida:

Eu consegui ajudar meu filho a comprar uma casa própria pra ele, meu outro filho conseguiu comprar um carro. Porque as despesas diminuíram, né?! Não que sobra dinheiro né?! Porque sobrar dinheiro é difícil né?! Mas você tem um planejamento melhor né?! Você corta custos né?! Se eu morasse numa casa hoje e tivesse pagando um aluguel, um aluguel numa casa boa ia ser R\$1300 só o aluguel, mais o gás R\$70, mais a água, uns R\$120 de água, mais a luz R\$160. Faça os cálculos do que eu ia gastar. O que eu gasto hoje com tudo isso? R\$400! Eu ia gastar R\$1300, quase R\$1600! E o que eu gasto hoje? R\$400 reais! Com o que ganha, da nossa renda, ainda dá pra você estudar “Ah o meu filho vai casar, vamos comprar uma casa!” Vamos ajudar ele a comprar. Ajudar a dar entrada numa casa. “Ah, eu quero um carro!” Então vamos ajudar meu filho a ter um carro. “Ah mãe, eu não estudar nesse colégio. Mas vai ter que pagar passagem.”

Então vamos estudar se dá pra trocar de colégio porque há condições de pagar a passagem. Há condições de comprar um bom uniforme, um material didático. Então referente a isso, financeiramente, ajuda e muito! Então você consegue conquistar algumas coisas básicas assim. Conquistar uma boa escola pra um filho, um filho casa já vai ter o carro dele, o outro filho já comprou o carro, foi pro exército, fez um curso profissional no Senai. Não tem aquela preocupação “Não, meu filho, mas eu tenho que pagar tanto de aluguel.” (...) Então assim, isso nos ajudou a sonhar um pouco mais, adquirir as coisas. Né, em questão de valores. Nessa questão melhorou bastante né?! Todo mundo tá feliz! E sem ficar devendo também! Você adquire uma coisa sem entrar em conta! (...) Então nessa questão deu pra adquirir bastante coisa né. Pra nós e pros nossos filhos. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

Assim, quem veio do aluguel mais oneroso pôde não só ascender ao mundo do consumo, como também custear o acesso a outros serviços fora do bairro, como serviços educacionais e lazer. Esta fala aponta algo significativo para a história da família, que a partir da política habitacional pôde quebrar o ciclo do aluguel ou da moradia de favor ao contribuir para que um de seus filhos acessasse a casa própria.

A seguir, a percepção do programa sob a perspectiva de quem morava de aluguel em um apartamento no bairro Alto Boqueirão e não só teve uma experiência positiva com a política habitacional, como observa a melhora na vida de seus pares:

Mas eu acredito que as pessoas cresceram muito aqui. Porque, olha só... É até engraçado de olhar. Porque tem poucas vagas de carro. Com as pessoas pagando menos, com R\$500 que eu pagava de aluguel, hoje o condomínio da em média R\$200 e a casa que dá uns R\$60... Olha o quanto me sobra se eu fosse pagar aluguel. Com certeza [as pessoas] começaram a pensar em mobiliar a casa, em pensar num curso pra um filho... comprar um carro. E então encheu. Hoje é aquela coisa sabe?!...Hoje eu acho que as pessoas evoluíram, melhoraram, já tem mais perspectiva de vida... (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Esta família também passou a investir em serviços educacionais, pagando um curso para o filho deixar a escola do bairro e entrar no Colégio da Polícia Militar. E é interessante observar como o estacionamento é objeto de análise da melhora de vida e da possibilidade de consumo, a partir do acesso ao automóvel.

Há também a experiência de quem morava de favor com a família e pôde conquistar algo próprio que não seria possível no mercado imobiliário, como o exemplo de uma professora da prefeitura:

Melhorou assim porque eu consegui adquirir um bem que pra mim parecia impossível né?! Porque eu jamais ia conseguir, mesmo juntando dinheiro todo ano eu não ia conseguir. Sei lá, mais independência, mais... Porque lá na minha mãe tinha um monte de obrigação, ela trabalhava à noite e eu que

tinha que fazer tudo por ela. Então, mais liberdade pra fazer minhas coisas. Assim, de outra forma eu não conseguiria. Particular eu não conseguiria comprar de jeito nenhum ganhando o que eu ganho. (Entrevistado 7, mulher negra, 40 anos, católica, educadora)

Estas falas exemplificam a experiência das famílias que conseguiram ascender economicamente, a partir da casa própria puderam planejar a vida familiar. Apresentam uma visão positiva do condomínio, embora suas experiências de vida as façam interpretar que o bairro apresenta pouca estrutura em termos de serviços e equipamentos urbanos. A melhora na vida financeira destas famílias é aproveitada não só para acessar bens de consumo, como também para investir em uma educação que acreditam serem melhor para os filhos.

Agora, para aqueles que também vieram do aluguel, só que mais barato, em bairros periféricos, com estrutura similar ao bairro da atual moradia, que moravam em casas até mais simples, muitas vezes alugadas a partir de “contrato de boca”, enfrentam o endividamento familiar. Como a nova vida implica o estabelecimento de contratos formais, de maneira que não são possíveis ajustes, atrasos e acertos, em tempos de crise, seja em casos de desemprego estrutural ou de doença na família, passam por períodos de endividamento, inadimplência e o constrangimento do “nome sujo”, impedindo o acesso aos bens de consumo, além do controle social dentro do condomínio.

A seguir, a experiência de uma família que morava de aluguel em uma “meia água” no bairro CIC e que o único provedor perdeu o emprego em uma fábrica no contexto da crise econômica:

Olha, o meu condomínio do mês passado e desse mês tá atrasado. A administradora mandou uma cartinha pra mim ir lá resolver isso aí, né?! Aí no caso eu fui lá e conversei com eles, né?! Assim que eu voltar a trabalhar eu vou lá acertar. Mas condomínio é uma coisa que mais que você teje explicando eles não querem saber, eles querem receber! Prestação eu tô com as três última atrasado só. No caso agora eu tô esperando setembro e eu vou lá e regularizo. Isso tem que regularizar. O condomínio eu vou levando com a barriga, pagando de luxo. (Cônjuge do Entrevistado 2, homem branco, 38 anos, evangélico, desempregado)

Há uma preocupação com o pagamento da casa, para ter a garantia sobre “o teto”, e o entendimento de que a tarifa coletiva é algo que pode ser colocado em segundo plano, por um lado porque é mais caro do que a prestação do

financiamento, e por outro porque há uma empresa que garante os pagamentos dos inadimplentes.

No caso da doença na família, coloca-se a experiência deste casal que morava de aluguel no Sítio Cercado e um dos provedores ficou doente. Como prestava serviços de manutenção e trabalhava como pedreiro autônomo, não pôde receber o auxílio-doença. Mas pôde contar com o bom relacionamento com os antigos patrões e colegas de trabalho que ajudaram a família:

Cônjuge: Você paga uma conta, vem duas...além do mais não, tranquilo! A prestação da casa é baixa. Além disso não tem o que reclamar não. [Sobre o período em que ficou doente] Foi difícil porque assim, o dinheiro assim de pagar as conta ela [a esposa] usou pra pagar os remédio, sabe?! Dai o pessoal [amigos do trabalho e vizinhos íntimos] começaram a ajudar né. (...) É que não tinha como trabalhar e virou quase que uma bola de neve, né?! Mas graças a Deus agora tá fácil pra resolver. (Cônjuge do Entrevistado 9, homem negro, 51 anos, católico, pedreiro)

Titular: É... Foi atrasando condomínio, foi atrasando luz... (Entrevistado 9, mulher branca, 40 anos, evangélica, zeladora)

Em ambos os casos estas famílias relataram que puderam contar com a ajuda de amigos, familiares e vizinhos, uma rede de solidariedade para enfrentar uma crise momentânea. No caso da última família, o filho mais velho começou a trabalhar para ajudar nas despesas, tendo que deixar a escola momentaneamente por conta do horário do trabalho. Mesmo tendo contratos que não podem ser ajustados, que resultam em juros por conta dos atrasos, inadimplência, estas famílias avaliam que por dizer respeito à casa própria os sacrifícios feitos são válidos, em nome de um bem que ficará para a família.

Em geral estas famílias não percebem grandes mudanças entre o bairro onde moravam antes e a estrutura de serviços encontrada agora. Têm uma percepção positiva sobre o condomínio, apesar da taxa alta cobrada.

E por fim, cabe colocar a experiência extrema das famílias que vivem a angústia de permanecer no condomínio, uma vez que as dívidas vêm se acumulando de maneira que não há perspectiva de quitação e ainda precisa conviver com o estigma dentro do condomínio:

Então, na realidade eu não tô pagando nada, porque devido a minha situação, eu agora tô sem renda, passando por médico, eu tenho uma cirurgia pra fazer. Então eu na realidade tô sem renda faz mais de 4 anos. Até no começo quando eu vim pra cá eu tentei trabalhar, mas eu não

consegui, tenho pedra na vesícula, muita gordura no fígado, daí por eu ser obesa então eu tenho muita dificuldade, não consigo pegar peso. Eu tô vivendo com R\$500 reais que é do Bolsa Família. Já aconteceu várias vezes de ser cortado porque ele [um dos filhos] as vezes fica internado porque ele tem psoríase grave e aguda. Porque o Bolsa Família é assim, a pessoa só recebe se a criança tiver dentro da escola, se a criança não tiver já corta! Então esse é um grande risco que eu corro. R\$500 não é dinheiro... O que vc faz com R\$500 reais? Nada! Então eu não tô pagando nada pra falar bem a verdade. Eu já tentei negociar na caixa várias vezes pra eu poder pagar o apartamento só que eles não aceitaram. (...) Então, porque na realidade eu tô perdendo isso aqui pra falar bem a verdade. Não sei como que não foi pra leilão ainda né. Porque a dívida aqui tá em R\$30 mil, R\$32 mil contando com o da Caixa. Da Caixa é R\$2 mil e contando o condomínio da R\$30 mil. Mas a maioria disso aí diz que é tudo juro. Daí tô tentando, tipo assim, negociar com alguém pra ver se eu mudo daqui. (...) Daí eu fui, tentei negociar, né, ver o que eles vão fazer se a Cohab podia tirar eu daqui, mas não tive nenhum retorno. (...) Não tem condições, não tem o que fazer. Só que eu penso assim que se eu sair daqui eu vou pra rua com as crianças, eu vou pra onde sem renda sem nada? Não tem pra onde ir. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

Esta fala exemplifica um caso extremo de uma família que permaneceu sob condições precárias, sob o impasse de ficar e permanecer inadimplente, com o risco de perder o imóvel, e tendo que lidar com o estigma lançado pelos vizinhos, ou deixar o imóvel sem a garantia de um lugar para onde ir. Afinal a família não tem renda. Neste caso, a titular não pode trabalhar e dos seus dois filhos mais velhos que poderiam ingressar no mercado de trabalho para auxiliar na renda, um faleceu na tentativa de realizar um assalto e o outro está preso. Os demais são adolescentes.

A entrevistada coloca em xeque a formulação e a integração da política habitacional com as demais políticas sociais. Fala da seleção da COHAB-CT que, ao analisar sua composição familiar e o fato de estar integrada à Rede de Proteção⁸⁵, poderia ter avaliado melhor sua ida para um condomínio vertical:

Eu acho que pessoas que nem eu e muito aqui dentro que tem eles não deveriam ter colocado pra morar em condomínio, deveria ter colocado naquelas casinhas geminada. Que você só pagava lá vamos supor R\$30 ou R\$50 por mês e é isso aí. (...) Eu não sei porque eu tipo assim, eu não entendo nada de lei de assim o que que pode ser feito. Mas eu acho assim que isso foi erro da cohab né. Viu que a gente tinha...como se diz assim...tá certo que aquela época eu tinha uma renda, minha renda era R\$1200. Mas eu ganhava por fora né?! Ganhava mais. Eu acho assim, a pessoa não pensou assim “Nossa, será que um dia ele não pode ficar desempregado?” Né?! “Será que algum dia não pode acontecer alguma coisa?” E tipo assim, eles não pensaram nisso. Que nem eu com a quantia de filhos que eu tenho eles deviam pensar assim “Não, vamo colocar ela numa casinha dessas

⁸⁵ A Rede de Proteção integra os serviços sociais de saúde, assistência social e educação para crianças e adolescentes em situação de risco.

que paga R\$60 por mês.” Não, coloca num apartamento que toda vida ela vai ter dívida, não é verdade?! Então a pessoa lá devia ter pensado bem. Só que...eu não sei...foi conversado, a Cohab falou ali pro CRAS né?! Porque eu sou atendida pelo conselho, pelo CRAS, posto de saúde... Eles tão tudo em cima de mim porque meus filho tão naquele negócio de... Daquelas medida lá de...de crianças lá...como é que fala? É...Rede de Proteção! Todos eles são atendidos pela Rede de Proteção. Então eu acho assim que independente a Cohab devia reverter isso daí. Olhar pra isso e falar assim “Vamo tirar ela daqui, bota num outro lugar!” E passar pra uma pessoa que tivesse condições de pagar aqui e [eu] começava do zero, não é verdade?! Mas isso aí é bem difícil deles fazer. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

Em nível municipal, caso a família esteja ligada a Rede de Proteção ela pode integrar a “fila” para o sorteio da moradia. Mas de que maneiras a política habitacional poderia se integrar a esta rede na pós-ocupação para que a família tenha condições de permanecer nos empreendimentos habitacionais? Esta fala aponta não somente que os critérios de seleção da política habitacional precisam ser refinados, mas também a necessidade de uma avaliação posterior sobre as experiências das famílias no condomínio vertical e a possibilidade de mudança posterior para locais que atendam as características da família. Ainda assim, fica evidenciada a necessidade de integração com as demais políticas visando à promoção de alternativas para a geração de renda familiar.

7.3 ACOMPANHAMENTO NA PÓS-OCUPAÇÃO

As famílias também questionaram o acompanhamento realizado durante os 180 dias após a ocupação. De acordo com eles, não teria havido um acompanhamento efetivo, o trabalho realizado se limitou a algumas reuniões. Eles reivindicaram a necessidade de um acompanhamento mais efetivo da COHAB-CT, tanto em relação à realização de um trabalho educativo sobre a vida em condomínio, sobre o uso do espaço, a dimensão coletiva, a participação nas decisões. Demandam também uma maior integração com as demais políticas sociais, sobretudo a assistência social, em projetos alternativos para a geração de renda nos casos de desemprego, ou o cadastramento em programas de redução das tarifas públicas como a energia elétrica, por exemplo. Até mesmo a realização de uma avaliação posterior, contemplando a adaptação das famílias e a possibilidade de mudança para outros empreendimentos, mais adequados as suas necessidades.

Indicam a necessidade de fiscalização da COHAB-CT em parceria com a Caixa Econômica Federal sobre a venda e aluguel dos imóveis e sobre a inadimplência.

Sobre o trabalho realizado durante a ocupação, as famílias apontam ser indispensável de um trabalho mais efetivo e contínuo. Além de uma maior integração entre as políticas sociais e uma sondagem sobre a região, sobre a estrutura urbana, sobre a oferta de serviços para a população que irá habitar o empreendimento:

Eu acho assim, que tinha que haver um trabalho, não igual fazem esse tipo de trabalho. Mas assim, um sistema de trabalho decente. Porque é muita coisa que falta, é escola pras crianças, é creche, pense quantos filhos, quantas pessoas precisam de escola, e ver como vai se dar naquele lugar. Porque no começo foi legal, porque a Caixa trouxeram até paisagista, sabe?! Pra conversar com as mães. Só que não continuou. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Como também observam Paz et al. (2015) em sua pesquisa, a falta de um acompanhamento efetivo do poder público e da integração das políticas sociais resulta no desconhecimento da população sobre os mecanismos institucionais e organizativos da esfera estatal, que busca a resolução dos seus problemas cotidianos na rede de sociabilidade – os familiares, os vizinhos mais íntimos e a comunidade religiosa.

Diante dos problemas colocados no capítulo anterior, que dizem respeito ao perfil heterogêneo apontado pelas famílias – ainda que homogêneo do ponto de vista socioeconômico –, à convivência e às atividades ilegais dentro do condomínio, a pós-ocupação revelou a inadimplência e a falta de fiscalização como um grande impasse nas relações cotidianas.

O governo deu uma ajuda pro pessoal mudar de vida, né?! Mas só que depois o quê que acaba acontecendo? Eles acabam se juntando entre os outros e fazendo a mesma coisa que continuava fazendo. Não procura mudar, não procura. Pra você ver, a gente paga R\$ 60. Não só a gente. Tem gente que paga R\$ 30. Só que a pessoa prefere fazer um churrasquinho com esses R\$ 30 e deixa de pagar. Então, tipo assim, a pessoa que, não só esses, mas outros também que tão aqui dentro usando o condomínio pra se esconder: “Ah eu vendo droga, eu faço isso, eu trago fulano e beltrano aqui!” Eu acho que deveria da parte mesmo, não da Cohab porque eles não tem o que fazer. Mas, sei lá, algum órgão chegar e perguntar: “O quê que tá acontecendo? Como é que é?” Ter uma fiscalização mais forte. (...) Esses dias tinha gente falando assim: “Ah, agora a Caixa vai chamar pra entregar a documentação só que o meu apartamento eu comprei e agora se eles descobrirem eu posso ser despejado”. E pode, né?! Porque tanto quem comprou como quem vendeu perde, né?! E não tem ainda essa fiscalização. Já ouvi dizer que de condomínios que vai chegar, né, Que a Cohab vai vir pra tirar que tem é a Caixa né, quem não paga, quem alugou. Tanto é que tem pessoas que voltaram de medo de perder né. Por medo de perder o

apartamento. (Cônjuge do Entrevistado 1, homem branco, 31 anos, evangélico, músico)

E é interessante observar como as especulações sobre a possibilidade de fiscalização se torna uma forma de controle social e ao mesmo tempo uma esperança, na medida em que não há garantias se de fato haverá uma fiscalização sobre os inadimplentes e aqueles que venderam ou alugaram.

Na pós-ocupação foram observadas também as limitações do planejamento dos empreendimentos. Decisões técnicas sobre a disposição dos cômodos que impactam diretamente na qualidade de vida da população. A fala a seguir traz uma crítica bastante interessante:

Você veja, eles jogaram o quarto pra um corredor de passagem. Todos os quartos, e jogaram a sala aqui, que não é a passagem. Entendeu? Então eu acho que eles tinham, quem planeja esses apartamento, eles têm que pensar um pouquinho mais. Olha eles fizeram uma lavanderia que aquilo ali não é lavanderia! Por incrível que pareça é onde tá o cesto. Aqui é a cozinha, é muito pequena! Então a pessoa quando vai, ela teria que pensar “Poxa, eu vou jogar os quartos naquele canto, porque lá vai ser passagem.” Quer dizer, a forma errada de planejar um condomínio já traz o estresse pra quem vai morar. Porque é um transtorno você tem que trazer um colchão pra cá pra sala, aí chega uma visita sua, você tem que levantar, tirar o colchão, vai pra lá. Então é uma falta de estrutura de construir um apartamento já é um estresse pro morador. Então eles deviam pegar esses engenheiros e colocar eles pra morar antes! Pra ver se eles se adaptam e daí...se eles [disserem] “Ah tá bom! Então vamo construir assim!” Né?! Não de qualquer jeito! Né?! Pensar mais no bem-estar da pessoa que vai morar lá dentro. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

A moradia verticalizada limita as possibilidades de estratégia das famílias, pois se trata de um espaço com o uso predeterminado. Esta fala demonstra como a experiência vivida a partir da política habitacional também coloca em xeque a burocracia estatal quando seus planejadores estão distantes da realidade do público alvo da política pública produzida.

7.4 PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DOS PROBLEMAS COLETIVOS

Outra crítica colocada sobre o trabalho de acompanhamento na pós-ocupação foi em relação ao preparo da população para a participação nas decisões coletivas e a na fiscalização interna – como os casos de corrupção relatados.

Em geral, fica claro que esta população não foi preparada para a vida em condomínio, principalmente no que diz respeito à participação e à gestão dos problemas, apesar do Trabalho Técnico realizado. As famílias relatam a baixa participação dos condôminos, a pouca produtividade e resolução dos problemas. Há uma falta de compreensão sobre a função das assembleias e da gestão do condomínio.

José Murilo de Carvalho (2015) coloca que teria se configurado na cultura política brasileira um modelo de participação social muito ligado ao poder Executivo. Tendo em vista a pouca estabilidade democrática e os longos períodos ditatoriais, em que não havia participação popular, nossa relação com o poder Legislativo seria muito frágil. Assim, quando se olha para a população de baixa renda – o golpe de Estado recente mostrou o desconhecimento da classe média também – há pouco conhecimento sobre as complexas regras do jogo político. E isto se reflete no microcosmo do condomínio. Portanto, mostra-se necessário um trabalho efetivo junto às famílias sobre os espaços de participação e de decisões políticas.

O olhar de quem já veio de uma experiência de moradia em apartamentos, e que por conta disto participou da gestão, mostra o desconhecimento da população sobre a dinâmica do condomínio:

Eu fui do Conselho [do condomínio]. Só que eu saí porque não há uma coerência aqui, né?! Tipo, os moradores às vezes não entendem que sobe o condomínio aqui por falta de... que eles mesmos não cuidam. A outra portaria, por exemplo, que tava aí entrava quem queria. E aí começou a sumir coisa, e tal. Aí quiseram colocar uma outra portaria e não aceitaram. E é muita pressão nessa questão assim. Muita pessoa que não sabe assim “Ah o condomínio tá subindo!” Mas não sabe porque que é, né?! Até por falta de conhecimento mesmo, de chegar e perguntar. Então eu tava me estressando demais. (Cônjuge do Entrevistado 1, homem branco, 31 anos, evangélico, músico)

Aqueles que não tinham experiência e passaram a participar das assembleias comentam a dificuldade que os moradores em geral têm para dialogar e tomar decisões coletivas:

Todo lugar tem regras né?! No começo é difícil, porque tinha liberdade numa casa e aqui já é diferente. Apartamento é diferente. Mas vai se acostumando. Eu sempre tô participando. Por mais que aqui tem muito “quebra-pau” muita briga, muita confusão, o povo nunca se entende. Toda reunião dá uma briga. Mas fazer o que? Tem que participar né. (Entrevistado 3, mulher negra, 42 anos, evangélica, dona de casa)

Ah, eu não perco! A gente fala assim, “Vamo por em pauta o assunto!” né?! “Vamo discutir o assunto!” pra não responder fora do que tá escrito ali né. Pra não ter bagunça, né?! Nós tem aquele assunto, é pra discutir o assunto, né?! Não precisa brigar. Discutir, claro, se eu não concordo com o que vai ser feito, lógico que eu vou questionar aquilo. Mas eu não vou gritar. (...) Não vão muita gente não. E...eu sempre digo pra eles, a gente faz a assembleia pra discutir o assunto né?! Não é pra brigar ou criticar, mas sempre acontece. (Cônjuge do Entrevistado 9, homem negro, 51 anos, católico, pedreiro)

Mas desentendimentos constantes motivaram algumas famílias a deixarem de participar das assembleias:

Eu no começo eu sempre ia. Às vezes eu chegava do serviço e esse aqui falava “você tem que ir” Dai eu ia, sabe? Daí depois passou um tempo eu perdi a maior vontade de ir. Sabe...é porque é só baixaria, tinha vez que nem resolvia nem nada, sabe, porque uma gritava daqui. Imagine, você chega do serviço cansada, daí cê tá fazendo sua janta, você vai porque sabe que é obrigada a ir, né, daí você chega lá pra ver briga, pra ver um falando mal da vida do outro! Ai eu falei “Ah eu não vou mais!” (Entrevistado 9, mulher branca, 40 anos, evangélica, zeladora)

Esta fala ilustra como a forma predeterminada de participação da vida em condomínio se encaixa no cotidiano da população de baixa renda que enfrenta uma rotina espoliada de jornada de trabalho e longos deslocamentos entre a casa e o trabalho, no sentido colocado por Kowarick (1979) Neste sentido, outras formas de participação poderiam ser desenvolvidas?

Além das assembleias, também é colocada a dificuldade que as famílias têm para adotar procedimentos básicos para a boa convivência, como o procedimento para fazer reclamações:

Tem que escrever uma notificação no “fale com o síndico” declarando pra síndica o tipo de incomodação ele tá tendo. E dizer qual bloco e apartamento. Não precisa colocar o nome da pessoa. Coloca lá, “apartamento 8 bloco 12 tá fazendo isso, isso e isso.” A síndica lê e vai procurar no regimento qual a norma ou artigo que essa tá quebrando pra mandar uma notificação pra ela. Duas notificação, a terceira é multa! Mas eles não fazem! Mas é sigiloso, ninguém vai dizer foi fulano. Entendeu? E esse básico eles não fazem. Mas se incomodam, mas comentam, fazem fofoca, isso fazem! Mas falar o que tem que falar não falam. (...) [Sobre a participação dos moradores] Não, vai 30 moradores, 40 moradores no máximo, nem chega a isso. Muito pouco morador. Nós somos em 224, vai 30 numa reunião de assembleia. Ai o que é decidido lá eles o restante reclama “Ah, mas eu não gostei!” Mas não foi participar da reunião! Não há interesse da parte dos moradores em mudar. Tem morador que pensa assim “Ah eu pago minha conta, deixa lá o resto que se vire.” Quando acontece alguma coisa relacionado a ele aí ele reclama. Ai ele vai reclamar. Mas não participa da assembleia. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

Esta fala é traz a perspectiva da atual síndica, que deu exemplos da falta de conhecimento dos moradores sobre a dinâmica de funcionamento, chegando a perguntar, por exemplo, o que era um boleto de pagamento do condomínio.

Assim, conforme as famílias vão compreendendo as relações econômicas, estas perpassam a dimensão do coletivo e acabam gerando uma confusão entre o “pagar o condomínio” e o “participar da vida em condomínio”:

É, por exemplo assim, você vai questionar “Ah mas eu pago! Tô pagando!” E as vezes esquece que o vizinho tá pagando também. O vizinho paga! A gente não mora assim sozinho, a gente mora tudo junto. Como se fosse no mesmo cômodo né? Então vou dizer assim...tem uma diferença grande. Antigamente era 100% bagunçado, agora tá 90% bem tranquilo. Bem que a menina da Caixa Econômica falou “Em cinco anos as coisas vai melhorar” né?! Depois de cinco anos melhorou. O pessoal começa a se adaptar, né?! Que vem muita gente de vários lugares, né, entendeu? Lógico que as pessoas são diferentes. Alguns que ser diferente de outros né. E acaba tendo esse tipo de atrito né. Mas vai melhorar. (Cônjuge do Entrevistado 9, homem negro, 51 anos, católico, pedreiro)

A questão da participação é bastante delicada, pois para uma população sem experiências sobre a vida em condomínio, as normas e regras de convivência e participação se constituem de forma autoritária, centralizando a figura do síndico como o “chefe”. Mas neste condomínio algumas famílias buscam planejar e desenvolver meios informais de organização e de ajuda mútua:

Um dia eu conversei com uma delas [assistentes sociais da Cohab], ela falou assim “Dona Dirce, é vocês, o condomínio que tem que formar alguma coisa em prol da comunidade”. Então era isso que eu queria, mas como eu trabalhava e não sei se vou voltar a trabalhar, eu creio que não, tá na mão do Senhor, a minha intenção é formar um clube de mães, sabe como? Numa quarta-feira, num dia de semana, um dia vai ter um chazinho, se tem grávida... Tem uma menina com 13 anos aí que acho que já ganhou nenezinho hoje tá no hospital, com 13 anos a menina só vivia dentro de casa. A mulher ia pra igreja, quando ela viu a menina tava de cinco meses! Necessita! Não tem nada! Eu se posso vou fazer pra ela uma cestinha pra cada uma das irmã pra dar um sabonetinho, pra dar uma coisinha. Assim é que a gente tinha que ter uma reunião pra saber o que tá se passando dentro do condômino, né?! Porque são poucas pessoas que tem essa... vontade. A imagem que eu tenho é poucas pessoas que tem né?! (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

De fato, em resposta ao problema de pesquisa, as distintas situações de precariedade habitacional (aluguel ou ocupação) produzem formas distintas de viver e se integrar ao território produzido pelo Estado. Como a pesquisa mostrou, as famílias da ocupação, em sua maioria, deixaram o condomínio no primeiro ano,

venderam seus apartamentos e retornaram às áreas de ocupação. Além da dinâmica e do controle social que o condomínio produz, à dinâmica financeira também motivou a saída destas famílias.

Tendo em vista as condições associadas às áreas de ocupação (precariedade dos serviços e infraestrutura urbana, as estratégias alternativas dos “gatos” de energia elétrica, por exemplo), as famílias saem de uma moradia de baixo custo para habitar na “cidade legal” com um custo alto. Mesmo a política habitacional sendo altamente subsidiada, gerando em média uma contrapartida de 5% da renda da família, no caso estudado é imposta a taxa de condomínio que custa quase quatro vezes o valor da parcela da casa. E neste sentido, ser da fila ou ser da ocupação não determina a capacidade de endividamento familiar. A inadimplência é uma condição que se coloca para as famílias mais pobres nos momentos de crise financeira.

Assim, do ponto de vista da avaliação da política de inclusão, é questionável a produção de moradias por condomínios verticais para famílias de baixa renda, em função do impacto que este modelo pode produzir – endividamento, inadimplência, venda e aluguel clandestinos.

A produção de condomínios verticais responde a uma demanda social por moradia, resultado de um problema complexo da questão fundiária, que a literatura sobre o tema demonstra que não vem sendo debatida na formulação dos programas habitacionais. Diz respeito também ao parcelamento do solo da cidade, da reserva e o uso de zonas especiais para a produção de moradias de interesse social, em grande parte para a construção de grandes conjuntos habitacionais verticais. Deste modo, o PMCMV resolve parcialmente o problema da moradia, pois não exclui as famílias da vulnerabilidade social.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal a avaliação do Programa “Minha Casa, Minha Vida” sob a ótica das famílias beneficiárias a respeito da pós-ocupação. À luz do que propõe a sociologia da vida cotidiana – um artesanato intelectual que costura estruturas e processos sociais às relações cotidianas – esta pesquisa trabalhou com trajetórias de vida de famílias de um condomínio vertical. As narrativas contemplaram o processo de cinco anos desde a saída de seus locais iniciais, a mudança e a socialização no condomínio e como avaliam a vida atualmente.

Foi possível notar que as distintas situações de precariedade habitacional das quais originam as famílias beneficiárias do PMCMV – fila e ocupação – produziram formas distintas de vida e socialização sobre o mesmo espaço social. O modelo de habitacional de condomínios verticais resolve parcialmente as demandas por moradia da população de baixa renda. Mas a ascensão à casa própria não isentou muitas famílias da condição de vulnerabilidade. Para aqueles oriundos das áreas de risco ambiental e de ocupação irregular, as dinâmicas sociais e financeiras impostas pela vida em condomínio acabaram por produzir outras formas de irregularidade com a comercialização clandestina dos seus imóveis e o retorno às áreas de origem. Mas as famílias mais pobres que vieram do aluguel e permanecem no condomínio também se encontram em situação de irregularidade em função das despesas com moradia, sobretudo a taxa de condomínio, em momentos de crise, desemprego ou doença na família.

Do ponto de vista da garantia da casa própria, as famílias que saíram do aluguel mais oneroso e que apresentaram melhor renda conseguiram ascender ao mundo do consumo, pois experimentaram de fato a redução das despesas com moradia. Já as famílias mais pobres que vieram do aluguel, muitas vezes informal, encontram-se endividadas. Estas, em ampla maioria, acreditam viver uma situação melhor atualmente, afinal os sacrifícios são feitos em nome da casa própria, algo que ficará para a família.

O condomínio se configura como lugar de passagem para aqueles que experimentam a possibilidade de ascensão e veem nele “um degrau para algo melhor”. Ou também aqueles que experimentaram experiências negativas naquele

espaço e que buscarão, ao sair dali, um recomeço. Por outro lado, há também quem enxergue ali um local de permanência, símbolo de um bem que jamais imaginou conquistar. E cabe ali construir cotidianamente um lugar melhor.

Na questão de gênero, ao colocar a mulher como titular do imóvel, arrisca-se dizer também que a política habitacional promove pequenos sinais de um empoderamento feminino. As mulheres contribuem para a renda familiar na mesma proporção que homens, mesmo que culturalmente a noção de chefia familiar ainda seja associada à figura masculina. Mas há um reconhecimento entre as mulheres sobre a titularidade, da necessidade do trabalho e de sua responsabilidade sobre as despesas com a moradia. Ainda que a percepção sobre a violência doméstica seja limitada aos casos extremos de violência física, muitas mulheres acabam reconhecendo e se solidarizando em casos de violência patrimonial e psicológica. Não se trata do nível de empoderamento feminino discutido nos movimentos feministas ou na academia. Mas mostra um sinal de mudança que merece uma investigação mais refinada.

Sobre a questão geracional, dentro do que a pesquisa permitiu investigar, há pouco espaço para a sociabilidade juvenil. O tráfico e o uso de drogas ilícitas, os encontros entre adolescentes mediados pelo consumo de drogas lícitas, além do envolvimento em assaltos, que ocorreram e ainda ocorrem dentro do condomínio, limitou o uso dos espaços coletivos e as relações de amizade com o receio de uma “contaminação” dos jovens. Aqui também há um recorte de gênero. Para os meninos o receio de que se envolvam com drogas e assaltos. Já as meninas é o receio sobre o corpo, seja a gravidez ou a prostituição. Assim, para garantir a integridade dos jovens e promover outros espaços e momentos de sociabilidade, as famílias buscam amparo na religião, sobretudo evangélica.

O cotidiano no condomínio se mostrou como um processo civilizador, no sentido de que a dinâmica estrutural impõe um disciplinamento corporal e moral, de controle dos impulsos e emoções, implicando às famílias a construção de um novo modo de vida em um espaço que impõe regras de convivência, de uso do espaço, de sociabilidade e de participação. Ou seja, o reconhecimento do outro e a construção cotidiana e coletiva da vida em condomínio, enfim, “o ajuste das abóboras à carroça”.

Do ponto de vista do trabalho das instituições públicas, ajustes mostram-se necessários, tanto para a seleção das famílias, como para o acompanhamento

destas na pós-ocupação. Mais do que simples críticas ao trabalho realizado pela COHAB e CEF, estas famílias demonstraram na prática as limitações da implementação das políticas sociais no nível de rua. Mas há que se pensar, em que medida os mecanismos de seleção e de acompanhamento das famílias podem ser refinados? E com base no modelo habitacional imposto, tendo em vista a cultura de participação política no Brasil e seus reflexos sobre a população de baixa renda, como podem ser construídas formas de participação e gestão destes espaços?

Diferentemente de uma família de classe média que resolve comprar uma residência no mercado imobiliário, que planeja e avalia a localização, o tamanho da unidade e o preço, as famílias que adquirem uma residência através da COHAB, seja “da fila” ou “da ocupação”, são sorteadas e caso tenham condições de avaliar que a unidade sorteada não condiz com suas necessidades, as famílias “voltam para o final da fila”. Então, em nome do sonho da casa própria, as famílias se dispõem a morar em lugares muitas vezes nunca desejados, e ajustam-se às condições que lhe são postas.

Esta pesquisa de mestrado resultou do trabalho realizado na monografia, no qual se estudou um conjunto habitacional horizontal na Região Metropolitana de Curitiba. Tal conjunto, assim como o condomínio vertical, atendeu famílias “da fila” e “da ocupação”.

As comparações que podem ser feitas é que, no plano individual, a casa confere à família inúmeras estratégias de ampliação, construção de espaços para a geração de renda, bem como a possibilidade de isolamento no caso da vizinhança indesejada. Nos apartamentos, a dinâmica espacial limita as estratégias, mas não as impede. A proximidade física da moradia coletiva e verticalizada gera maiores interações, além da dimensão coletiva de participação e decisões a serem tomadas. O que, por um lado, pode expressar um cotidiano que oprime a espontaneidade frente às regras de convivência e o controle dos corpos e das emoções, por outro possibilita a criação de redes de solidariedade e ajuda mútua em momentos de crise.

Mas o custo de vida nos conjuntos horizontais permite de fato a redução das despesas com moradia nos casos de famílias oriundas do aluguel. O mesmo não pode ser garantido para as famílias de ocupação. Principalmente pelo contexto das estratégias de ligações clandestinas feitas nestas áreas que desoneram as famílias de boa parte das tarifas públicas que passam a integrar suas despesas com a

aquisição da casa própria regularizada. Mas este fato não impede a permanência das famílias no local, como observado na pesquisa monográfica.

Em ambos os conjuntos habitacionais a presença de famílias “da ocupação” conferiu a estes espaços uma identidade estigmatizada do ponto de vista dos moradores do entorno. Enquanto no conjunto horizontal, onde as famílias “da ocupação” eram maioria e lá permaneceram, não pareceu haver sentimento de pertencimento com o lugar, ainda que sejam consideradas as limitações de análise no nível da pesquisa monográfica. Ao contrário, havia a decepção das famílias “da fila” por terem que habitar o mesmo espaço que as famílias da ocupação. E também a decepção de algumas famílias “da ocupação” ao verem determinadas práticas das áreas de ocupação se repetir no conjunto – drogas, violência, lixo doméstico.

No condomínio vertical, onde a maioria das famílias é “da fila”, a saída da maioria das famílias “da ocupação” deixou marcas no espaço social, mas também uma esperança de desconstrução da imagem que foi conferida ao condomínio pela vizinhança “de fora”. Seja com a fiscalização que talvez um dia venha, ou com a mudança cotidiana nas atitudes e comportamentos – “Um dia Deus ainda vai abençoar esse lugar”.

Em geral as famílias têm uma percepção positiva do condomínio vertical, da estrutura, apesar da disposição dos cômodos dos apartamentos e da falta de espaço. Os problemas encontrados são em relação à heterogeneidade das famílias, principalmente da ocupação, uma “minoridade dos piores” que teria “contaminado” o condomínio e gerado insegurança. Sobre o bairro, os indicadores sociais o colocam como violento, com pouca infraestrutura e baixo IDH. Mas para os moradores “o bairro é bom, o problema são as pessoas”. A distância não é colocada como um grande problema, apenas para aqueles que trabalham mais próximo do centro da cidade. A localização do condomínio é estratégica, próxima de um ponto de ônibus onde passam seis linhas dando acesso ao bairro Pinheirinho e toda rede integrada de transporte. Como a maioria das famílias originam de bairros do Sul e sudoeste de Curitiba, não percebem grandes mudanças em relação à distância e transporte. Quanto aos serviços educacionais, de saúde, e comércios, as famílias avaliam que o bairro ainda tem muito para desenvolver. É um lugar em que há pouca ação do Estado contrastando com a forte presença de igrejas evangélicas. O que, em síntese, demonstra os impactos territoriais do PMCMV, que realoca famílias de

áreas periféricas para outras periferias dentro e fora da cidade, impactando também no processo de metropolização.

Mais estudos mostram-se possíveis e necessários para compreender os impactos sociais na relação entre o condomínio e o bairro, entre a vizinhança tradicional e os novos moradores. Além do aprofundamento da questão sobre a metropolização da demanda habitacional de Curitiba.

Espera-se com esta dissertação, sobretudo por tratar da política vivida cotidianamente pelo público-alvo, contribuir para o campo de formulação, implementação e pesquisas de políticas habitacionais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba**: o enigma da “cidade modelo” (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARAGÃO, T. A., CARDOSO, A. L. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (org.) **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013, p.17-65

_____, ARAÚJO, F. de S., CARDOSO, A. L. Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses no conhecimento: evitando confusões

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: O Problema e o Falso Problema. In: MARICATO, Ermínia. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, p.37-70

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida. In: **Revista Teoria e Debate**. Ed.82, 209 Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida&page=0,2>>

_____. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, São Paulo, v. 39, p.711-732, 1994.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. In: **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, n. 1, p. 70–104, 2008. Disponível em <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>.

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo II – Da Política Urbana. **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Ed. 19, 2015.

CASTELLS, M. A Estrutura Urbana. In: **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p.145-294

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Editora Vozes, v.2, ed.12, 2013.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ (COHAPAR). **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. PEHIS-PR. Curitiba. 2012.

D' AMICO, F. O Programa Minha Casa Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. In: **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa**: trabalhos premiados, (org.) Juliana Camargos Costa [et al.]. – Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento : Caixa Econômica Federal, 2011.

DE PAULA, F. C. **Constituições do Habitar**: reassentamento do Jd. São Marcos para o Jd. Real. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

ELIAS, N. Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p.19-50.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 64 - 89.

_____. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v.1, 1994.

FARIA, V. E. 1991. "Cinquenta anos de urbanização no Brasil". **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: CEBRAP, n. 29, março. (p. 98-120).

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). **Déficit Habitacional Municipal no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2013. Disponível em:
<<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>

GOFFMAN, E. Estigma e Identidade Social. In: **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.2-50.

HALBWACHS, M. Memória coletiva e memória individual. In: **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Editora Vértice Revista dos Tribunais, 1990, p.25-52

HIRATA, F. "Minha Casa, Minha Vida": Política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? **Revista Aurora**, São Paulo, vol. 2, nº 2, 2009. Disponível em:
<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1202/1070>>

KOWARICK, L. 1977. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Cap. IV, p.74-79.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo, Editora 34, 2000.

_____. A Autoconstrução de Moradias e a Espoliação Urbana. In: **Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p.55-74

KULAITIS, F. **Espaço social e auto-imagem comunitária**: estudo configuracional da Vila Macedo, Piraquara. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LEFEBVRE, H. **O Direito À Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.17, nº49, 2002, p.11-29

_____. Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ UNESP, 1998.

MARICATO, E. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Ipea Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf>

MARIZ, C. L. A religião e o enfrentamento da pobreza no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, outubro de 1991, nº33.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p.57-114.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

MONTEIRO, F. A. Habitação popular em Curitiba/PR: da criação da COHAB a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida. In: **XVII ENAPUR**, São Paulo, 2017.

MOURA, R. **Curitiba**: construção e desconstrução de um mito. 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizacuritiba.org.br/2014/04/04/artigo-curitiba-construcao-e-desconstrucao-de-um-mito-o-que-restou-da-cidade-modelo>> Acesso em: junho de 2017.

OLIVEIRA, A. M. Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto. **Revista FAAC**, Bauru. v. 2, nº 1, p.55-68, 2012. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/article/view/75>>

PAIS, J. M. **Vida Cotidiana**. Enigmas e revelações. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

PAZ, R. D. O, ARREGUI, C. C., RODRIGUES, M. L. P , BLANCO, M. A. A. Trabalho Social no Programa Minha Casa, Minha Vida: a experiência da cidade de

Osasco/São Paulo. In: **Minha casa...e a cidade?** Org. AMORE, C. S., RUFINO, M. B. C., SHIMBO, L.Z. Letra Capital: Rio de Janeiro, Ed.1, 2016.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Ciência e Cultura**. v.39, p.272-286, 1986.

RIZEK, C. S., AMORE, C. S., CAMARGO, C. M., CASTRO, A. Q., PEREIRA, R. B. RODRIGUES, D. P., PEREIRA, M. B. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções Urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas. In: **Minha casa...e a cidade?** Org. AMORE, C. S., RUFINO, M. B. C., SHIMBO, L.Z. Letra Capital: Rio de Janeiro, Ed.1, 2016.

RUFINO, M. B., Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos etnográficos. . In: **Minha casa...e a cidade?** Org. AMORE, C. S., RUFINO, M. B. C., SHIMBO, L.Z. Letra Capital: Rio de Janeiro, Ed.1, 2016.

SALES, T. 1994. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, p. 26-37. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_02.htm>

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994

_____, M. S. História e memória: o caso do Ferrugem. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº46, 2003, p.271-255

_____, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campos, 1979.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Editora Cortez, 2005. SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. 11. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, M. N. Produção dos espaços informais de moradia na metrópole de Curitiba. In: **Revista MERCATOR**, Ceará, v. 13, nº1, 2014, p. 63-78

_____, P. C. S. A repercussão da Lei de Terras (1850) no processo de privatização do solo urbano na cidade da Parahyba. **XXVI Encontro Nacional do CONPEDI**, Santa Catarina, 2015.

SOUZA, L, M de. **Análise comparativa das políticas habitacionais nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva**. 164f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Educação de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.

_____, O. A. **O estigma no Tatuquara e a luta pela conquista da cidadania**. Estratégias discursivas e práticas sociais de reversão. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIOECÔNOMICO

QUESTIONARIO PARA LEVANTAMENTO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO - CURITIBA-PR									
BLOCO:		APARTAMENTO:							
	1.1 grau de parentesco	1.2 sexo	1.3 idade	1.4 estado civil	1.5 cor	1.6 religião	1.7 escolaridade		1.8 cidade/estado onde nasceu?
							1.7.1 série	1.7.2 grau	
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
ORIGEM									
2.1 Quem é o titular do apartamento?/Está no nome de quem? _____									
2.2 Onde o residia antes do Vila Mariana? (p/titular ou responsável pela casa)									
Cidade: _____ Estado: _____ Bairro/Área/Vila: _____									
2.3 () fila da COHAB () ocupação - Qual área? _____									
2.4 Mora no Vila Mariana desde quando (ano)? _____									
DESPESAS									
2.5 Quanto paga para morar aqui?									
() prestação do imóvel valor: _____ () condomínio (inclui água e gás): _____									
() aluguel valor: _____ () luz: _____									
() despesas por moradia cedida: _____ () telefone: _____									
2.6 Além disto, tem outras despesas? _____									
2.7 Quanto pagava na moradia anterior?									
() aluguel valor: _____ () água: _____ () gás: _____									
() despesas por moradia cedida: _____ () luz: _____									
() condomínio: _____ () telefone: _____									
TRABALHO E RENDA									
3.1 Quem é o chefe da família? _____									
	3.2 quem contribui para a renda familiar? (parentesco)	3.3 ocupação	3.4 vínculo empregatício	3.5 renda mensal	3.6 benefícios sociais /pensões	3.7 outros rendimentos (bicos)			
1									
2									
3									
4									
5									
3.8 A casa serve como local de renda?									
() sim Para qual atividade? _____ () não									

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de entrevista

Antes

Como era antes? A casa, o bairro, a estrutura.

Tinha amigos/conhecidos/parentes que moravam perto?

Onde morou antes de chegar no Vila Mariana?

Conte um pouco da sua história (família, trabalho, amigos/vizinhos)

Quando mudou e qual a razão?

Durante

Já conhecia o bairro Tatuquara? O que pensava sobre ele?

Como foi o processo de mudança? Como se adaptou ao local?

Como foi o acompanhamento da Cohab?

O que melhorou/piorou ao longo destes anos? (despesas, segurança, vizinhança)

Fez amizades com pessoas aqui do conjunto ao longo destes anos?

Hoje

Como é morar no condomínio?

Como é a vida dentro do condomínio? Pontos positivos e negativos

Tem conhecidos/amigos antigos/parentes que vieram morar no mesmo conjunto?

Utiliza os espaços do conjunto, como salão de festas e área de lazer? Quem costuma utilizar?

Acredita que é bem utilizado o espaço do conjunto?

Como é a estrutura do bairro? Serviços e equipamentos (posto de saúde, escola, transporte, comércio, segurança)

Sente-se seguro morando no bairro?

Sente-se seguro morando no condomínio?

Como é o perfil dos moradores? Tem muitas crianças, jovens, idosos?

O que pensa sobre eles?

Existe algo no condomínio ou nos moradores que incomoda e que gostaria de mudar?

Existe alguma diferença entre os moradores de ocupação e os da fila?

Muita gente se mudou ao longo dos anos?

Participa das assembleias de condomínio?

O que acha do trabalho do síndico?

Como se sente hoje morando aqui?

O que acha da casa/condomínio/bairro?

O que espera para o futuro?

Se precisar de mais alguma informação, podemos voltar?

APÊNDICE C – QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS TITULARES

Setores	Ramos de atividade	Auxiliares e profissionais	Nº	Atividades específicas	Total
Indústria	Indústria de transformação	Auxiliares	9	Abastecedor, auxiliar de embalagem, auxiliar de logística, auxiliar de produção, operador de máquina, meio oficial de montagem.	20
		Profissionais	1	Chefe de expedição	
	Indústria da construção civil	Profissionais	9	Pedreiro, pintor e gesso.	
	Indústria Têxtil/vestuário	Profissionais	1	Costureiro	
Comércio		Auxiliar	8	Auxiliar de vendas, atendente, balconista, caixa.	26
		Profissionais	18	Comerciante, gerente, vendedores.	
Serviços	Administrativos	Auxiliares	5	Auxiliar/assistente administrativo, auxiliar de escritório.	107
		Profissionais	1	Secretária	
	Alimentação	Auxiliares	7	Ajudante/oficial de cozinha.	
		Profissionais	4	Chapeiro, cozinheiro, padeiro, supervisor de copa.	
	Atendimento/informações ao público		6	Recepcionista e tele atendente.	
	Bancários/Financeiros	Auxiliares	3	Assistente financeiro, auxiliar de faturamento e operador de negócios	
		Profissionais	1	Negociador	
	Cuidados pessoais/Beleza	Profissionais	12	Cabelereiro e manicure.	
	Domésticos		29	Diarista e empregada doméstica	
	Limpeza e conservação	Auxiliares	11	Auxiliar de limpeza e auxiliar de serviços gerais	
		Profissionais	13	Servente e zelador	
	Saúde	Profissionais	2	Técnico em enfermagem	
	Segurança	Profissionais	4	Segurança e vigilante	
	Manutenção	Auxiliares	2	Auxiliar técnico	
		Profissionais	1	Técnico em eletrônica	
	Tecnologia	Profissionais	2	Arte-finalista e analista de TI	
	Transporte	Profissionais	4	Motorista	
Educação/Arte			5	Educador, instrutor de ofício, professor e músico.	5
Artesanato		Profissionais	6	Costureira	6
Diversos			6	Mãe social, enxugadora, ajudante, operador multifuncional, promotor de eventos, agente de fiscalização.	6
Aposentado			8		8
Pensionista			1		1
Do lar			2		2
Não informado*			44		44

FONTE: COHAB-CT (2011)

NOTAS: Dados trabalhados pela autora (2016).

*Podem ser apenas “não informados”, como também podem ser donas de casa ou desempregados.

APÊNDICE D – QUADRO DE OCUPAÇÃO DOS TITULARES EM 2016

Setores	Ramos de atividade	Auxiliares e profissionais	Nº	Atividades específicas	Total
Indústria	Indústria de transformação	Auxiliares	3	Auxiliar de produção, operador de máquina, operador de logística.	7
	Indústria da construção civil	Profissionais	4	Encanador, pedreiro, pintor, técnico em edificações.	
Comércio			6	Vendedor e balconista.	6
Serviços	Administrativos	Auxiliares	2	Auxiliar de escritório e auxiliar administrativo.	44
	Alimentação	Auxiliares	3	Auxiliar de cozinha e copeiro	
		Profissionais	4	Confeiteiro, cozinheiro e salgadeiro.	
	Atendimento		2	Operador de telemarketing	
	Bancários/Financeiros	Auxiliares	1	Assistente financeiro	
		Profissionais	1	Bancário	
	Cuidados pessoais/Beleza	Profissionais	3	Cuidador de idosos, cabelereiro e manicure.	
	Domésticos		10	Diarista e empregada doméstica	
	Limpeza e conservação	Auxiliares	9	Auxiliar de limpeza e auxiliar de serviços gerais	
		Profissionais	4	Zelador	
	Segurança	Profissionais	2	Vigilante	
	Manutenção	Profissionais	1	Técnico em manutenção	
	Transporte	Profissionais	2	Caminhoneiro e motorista	
Educação			2	Pedagoga e professora	2
Diversos			1	Encarregado	1
Aposentado			3		3
Pensionista			1		1
Desempregado			8		8
Do lar			20		20
Não informado			3		3
Total					95

FONTE: a autora (2016)

APÊNDICE E – RELAÇÃO DE FAMÍLIAS E TITULARES ESCOLHIDOS

Características gerais das famílias e a relação de famílias escolhidas

Renda:

Mais de 60% com renda entre 1 e 3 salários mínimos: 5 famílias

10% com renda familiar até 1 salário: 2 famílias

Pouco mais de 20% com renda superior a 3 salários: 3 famílias

Titularidade

95% proprietários: 10 famílias

Origem:

20% regional Cajuru (Leste): 1 família do Cajuru e 1 família do Uberaba

12% regional CIC (Leste): 2 famílias do CIC

52% área Sul (Regionais Pinheirinho, Bairro Novo, Boqueirão e Portão): 6 famílias

2 família do Boqueirão; 1 família do Pinheirinho; 1 família do Sítio Cercado; 1 família do Portão; 1 família do Xaxim

Composição familiar

60% titular, cônjuge e filhos: 5 famílias

25% titular e filhos: 4 famílias

8,4% titular, cônjuge, filhos e parente: 1 família

Integrantes

60% entre 3 e 4 integrantes: 7 famílias

24% com cinco ou mais: 2 famílias

12% com 2 integrantes: 1 família

Características gerais dos titulares e relação de titulares escolhidos

Sexo:

85% mulheres: 10 titulares

Idade:

82% com idade entre 30 e 59 anos: 9 titulares

4,2% com mais de 60 anos: 1 titular

Estado civil

67,4% casado: 6 titulares

18% solteiro: 2 titulares

9,5 divorciado/casado: 1 titular

4,2% viúvo: 1 titular

Escolaridade

45% ensino fundamental incompleto: 6 titulares

39% ensino médio incompleto ou completo: 2 titulares

9% superior incompleto ou completo: 2 titulares

Ocupação

20% do lar: 2 titulares

13% limpeza e conservação: 2 titulares

10% serviço doméstico: 2 titulares

8% desempregado: 2 titulares

Outros: 1 titular educador e 1 pensionista (síndico)

Religião:

52% evangélico: 7 titulares

41% católico: 3 titulares

Cor:

62% branco: 5 titulares

36% pretos e pardos: 5 titulares

APÊNDICE F – FOTOGRAFIAS DO UNIVERSO DE PESQUISA 2016

FIGURA 10 - QUADRA DE ESPORTES

FIGURA 11 – *PLAYGROUND 1*

FIGURA 12 - PLAYGROUND 2



FIGURA 13 - DELIMITAÇÃO DO CONDOMÍNIO



FIGURA 14 - CERCA UTILIZADA COMO VARAL



FIGURA 15 - ÁREA UTILIZADA PARA ESTENDER ROUPAS



FIGURA 16 - ESTRATÉGIAS NOS ESPAÇOS COMUNS



FIGURA 17 - MECANISMO DE SEGURANÇA NOS BLOCOS

